

HISTÓRIA(S) DE JATAÍ:

NARRATIVAS, SUJEITOS E MEMÓRIAS

MURILO BORGES SILVA (ORG.)

intuito editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História(s) de Jataí [livro eletrônico] : narrativas, sujeitos e memórias / organização Murilo Borges Silva. -- Anápolis, GO : Editora Intuito, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-981154-1-8

1. Jataí (GO) - Civilização 2. Jataí (GO) - História 3. Memórias 4. Narrativas I. Silva, Murilo Borges.

23-174465 CDD-981.73

Índices para catálogo sistemático:

1. Jataí : Goiás : Estado : Memória : História 981.73

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora IntuitoI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos doCódigo Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

1.a Edição - *Copyright*© 2023 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Intuito.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do autor. As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas do autor.

Editor-Chefe Éder Mender
Revisão O autor
Diagramação Graziano Magalhães
Conselho Científico Drª. Ana Karine Martins Garcia – Coordenadora GRU
PO DE ESTUDO E PESQUISA da HISTÓRIA DAS
PRÁTICAS DA SAÚDE E DAS DOENÇAS
vinculado ao CNPq
Drª. Clarissa Adjuto Ulhôa – Universidade Federal de Jataí
Drª. Cristina Helou Gomide – Universidade Federal de Goiás
Dr. Elias Manuel Silva Mota – Universidade de Rio Verde
Dr. José Fábio da Silva -
Dr. Marcos Antônio Menezes – Universidade Federal de Jataí
Drª Marina Silva Gregório – Universidade Federal do Tocantins
Dr. Murilo Borges Silva – Universidade Federal de Jataí
Me. Murillo Oliveira Soares – Rede Sesi/Senai de Ensino
Drª. Nathália de Freitas – Rede Privada de Ensino de Goiânia
Drª. Renata Cristina de Sousa Nascimento – Universidade Federal de Jataí/
Universidade Estadual de Goiás/ Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Drª Sandra Nara Novais – Universidade Federal de Jataí
Drª. Tatiana Franco Rodrigues Zanirato – Universidade Federal de Jataí



SUMÁRIO

Narrativas da ocupação, organização urbana e atividades econômicas em Jataí 5

Dinâmicas sociais e movimento na ocupação do Sudoeste de Goiás oitocentista: para além do estigma do isolamento social e econômico.....6
Eduardo de Moraes Andrade

Organização urbana e convívio social em Jataí (1887-1927) 38
Estael de Lima Gonçalves

"O cerrado dobra riqueza agrícola do país": processos políticos e econômicos para modernização da agricultura em Jataí/GO (1970-1990).....76
Lorena Ferreira de Souza

Escrever a história de Jataí: narrativas históricas, literárias e memorialísticas.....107

Pioneiros (1954): Um objeto cultural e uma narrativa histórico-literária para Jataí 108
Ana Lorym Soares

"Sem esquecer os humildes e obscuros negros": considerações sobre o ser negro em Pioneiros (1954), de Basileu Toledo França.....137
Lucas Rodrigues do Carmo

Para além das histórias e memórias tradicionais: outras leituras possíveis da escravidão e da liberdade em Jataí (1872-1888) 154
Murilo Borges Silva

Práticas museais e as disputas pelas memórias de Jataí.....188

Exposição "Jatahy: histórias pra contar" e as representações da população negra do Museu Histórico de Jataí (1994-2019).....189
Michael Douglas dos Santos

Exposição "Terreiros de fé" do Museu Histórico Francisco Honório de Campos (2017-2018): possibilidades para uma história das religiões afro-brasileiras em Jataí-GO.....218
Clarissa Adjuto Ulhoa e Aline Teles Barbosa

Fiar, tecer e se educar: práticas políticas e sociais em Jataí....252

Das fissuras abertas às possibilidades de histórias das mulheres: tramas fiandeiras e tecedeiras em Jataí-GO. 253
Jéssica Marques da Costa e Cláudia Graziela Ferreira Lemes

História da educação dos negros em Jataí (1888-1932).....282
Marinete Mendes Pinheiro

NARRATIVAS DA OCUPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO URBANA E ATIVIDADES ECONÔMICAS EM JATAÍ

DINÂMICAS SOCIAIS E MOVIMENTO NA OCUPAÇÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS OITOCENTISTA: PARA ALÉM DO ESTIGMA DO ISOLAMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Eduardo de Moraes Andrade[1]

As figuras patriarcais da cidade de Jataí – os Vilelas pai e filho – incursionaram na parte mais ocidental do território que hoje é definido como "sudoeste goiano". Provavelmente, o primeiro fato ocorria no final da década de 1830. Ao menos, é o que determina a obra do memorialista novecentista Basileu Toledo França, reproduzida em outras versões fac-símiles que circulam pela cidade[2]. O autor de renome da literatura goiana não vivera os acontecimentos

1 Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, licenciado em História pela Universidade Federal de Goiás, atua como professor na rede pública estadual de educação de Mato Grosso. E-mail: profmeduardohist@gmail.com

2 Obteve-se acesso à verso de 1995, cf. FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. 4. reimp. fac. similar da 1. ed. [1954]. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

narrados, apenas afirma-se como um coletor de lembranças e "documentos", o que faz o historiador logo pensar, dentre outras possibilidades do campo teórico, em sentidos como a monumentalização das fontes históricas, um dos pressupostos da memória[3]. Também rememoraria outras lições sobre a "memória coletiva" retroalimentada pelas variadas edições dessa história que se tornou oficial.

De imediato, pondera-se que o objetivo aqui não é esmiuçar uma análise do campo de produção da obra memorialista, algo que requereria uma abordagem mais específica de outro campo. Nesse primeiro momento, apenas ocorre destacar a invenção de alguns marcos temporais e de fronteira – a do "sudoeste goiano – que, querendo ou não, pelo menos de saída, acabam se tornando alguma referência. Afinal, o "pioneirismo do desbravamento" assinala a inauguração de uma consciência identitária resguardada e afirmada na memória[4] e que, na história social, pode evidenciar relações de poder, de julgo social ou de elementos emergentes das disputas de grupos dominantes.

De fato, outras evidências de arquivo levam a crer que a ocupação do sudoeste de Goiás (aqui é preferível outra cunha para o recorte espacial) tenha principiado na década de 1830, no auge do período que Linhares e Teixeira da Silva assinalam como do "rush às terras livres [1822-1850]"[5] ou, dito de outra maneira, a fase "áurea do posseiro"[6]. Na realidade, as terras não estavam livres porque

3 Sobre memória, cf. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

4 Ibid.

5 LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 32.

6 Cf. SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

eram densamente ocupadas por populações nativas. Entretanto, na consciência dos agentes da ocupação, houvera a corrida e disputa por terras que se viam como "sem dono" ou "devolutas" e, evidentemente, não teriam sido apenas as famílias pioneiras ou ilustres que encetaram tal movimento. E, a prática do apossamento, sucedido rapidamente pela instauração de um "mercado de terras" dinamizou a investida territorial. Nesse sentido, a ocupação consistiu num ponto de encontro de múltiplas trajetórias de diversos agentes que tiveram que estabelecer variados tipos de arranjos sociais para consolidar seus objetivos.

Diante do exposto, a proposta deste artigo é compreender as dinâmicas sociais do movimento de ocupação do sudoeste de Goiás, face a outro estigma quase permanente no que se pode configurar como "historiografia goiana": o do *isolamento*. As descobertas dos arquivos têm desmitificado essa conjectura ao conferir todo *movimento* concernente às dinâmicas da ocupação e do próprio estabelecimento da fronteira agrícola. O movimento, ou, as variadas mobilidades dão cores vívidas à uma sociedade peculiar, estabelecida à luz de seu tempo, muito reveladora da constituição de questões marcantes no século dezenove e de problemáticas que permaneceram no correr do calendário.

UMA FRONTEIRA INTERCONECTADA DESDE O PRINCÍPIO: LAÇOS E RELAÇÕES DOS AGENTES NA OCUPAÇÃO

O sudoeste de Goiás, inicialmente, é lido aqui como um recorte espaço-temporal que emerge do conjunto de Registros Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora do Rio Verde produzidos entre 1856-1860. Até o momento, esses registros consistem na única série documental completa que trata diretamente acerca do território. Outros corpus-documentais existentes são fragmentários, como páginas dos livros de batismo, casamento e óbitos da paróquia e do cartório, inventários post-mortem, testamentos (estes dois últimos, inclusive, se encontram dispersos em vários arquivos), certidões cartorárias de compra e venda de propriedades, além de volumes de ofícios e variados documentos referentes à fazenda pública, de documentos oficiais (relatórios de governo de província), projetos de leis e legislações consolidadas. Todavia, cruzados com os Registros Paroquiais, tais vestígios riquíssimos permitem reconstituir as mais impressionantes relações existentes que, ao cabo, configuravam àquela fronteira oitocentista.

Não obstante, logrou-se figurar duas designações fronteiriças que inscreviam as ocupações. A primeira, originária da institucionalidade, aplicada à criação da freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde por lei datada de 1848 (cf. figura 1), cujo território se distendia em direção aos limites indefinidos entre as províncias de Goiás e Mato Grosso. Os limites mais extremos do território atingiam o rio Pardo, muito além de onde surgiria a vila de Sant'Ana do Paranaíba (atual Mato Grosso do Sul).

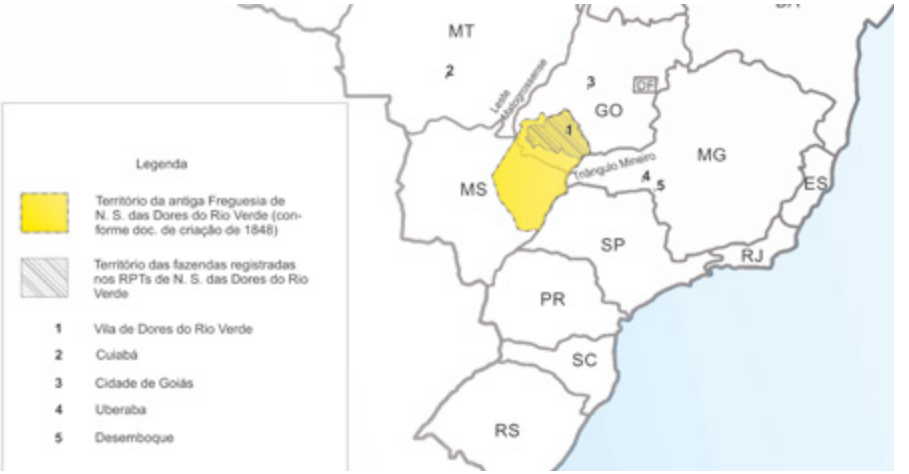


Figura 1 – Território da antiga freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde em comparação com os atuais limites territoriais do Brasil[7]

E a segunda designação fronteiriça mais adequada considerada que a fronteira se perfaz de relações sociais e políticas engendradas e, também, das percepções e construções identitárias dos agentes sociais[8]. Essa última designação fronteiriça emergia, sobretudo, da materialização de uma percepção de inserção nas redes ou na tecitura social local. Isso, por sua vez, excluía do sudoeste de Goiás as frações territoriais do corredor limítrofe indefinido situado na porção de terras que a oficialidade decretaria em definitivo integrante de Mato Grosso muitos anos depois (cf. figura 1). Aliás, uma acusação de um crime ocorrido antes de 1853 envolvendo uma interessante figura da ocupação das terras pode evidenciar o espírito da definição exposta:

7 Figura apresentada originalmente na dissertação de mestrado, cf. ANDRADE, Eduardo de Moraes. **Ao Cruzar das Sortes**: Movimento, Estratégias, Ocupação e Mercado de Terras no Sudoeste de Goiás. Dores do Rio Verde e Jatahy c.1830 – c.1875. 2022. 258f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.

8 Coaduna-se com o definido por Mônica Oliveira, cf. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005. p. 22-23.

A 23 de Junho, no Districto do Rio Verde, Termo d'esta Cidade, foi assassinado Jeremias Arantes Cunha por um seo Camarada, estando em marcha para a Província de Matto Grosso.

O assassino evadio-se, e não se instaurou o competente processo, porque a authoridade policial do lugar, sem força, em que se apoie, receia-se de pêssoas poderosas, que a opinião publica ali indica como mandantes do assassinio d'este infeliz.

V. Ex.ª ajuizará da necessidade de fazer processar, e punir os criminosos, assim como de fazer sentir aos habitantes d'esse Disctricto, (alguns dos quaes rebellam-se á authoridade d'esta Provincia, inculcando de pertencerem á de Matto-Grosso) que a Presidencia se não deslembra do mesmo Districto, e que tem força bastante para chamar os discolos á obediencia das Leis.

É tanto mais necessário que a policia ali seja vigilante, e vigorosa, quanto é certo que grande numero de habitantes da Provincia de Minas tem pra lá entrado, atrahidos pela fertilidade do terreno, com o designio de estabelecerem-se pacificamente, outros para fugirem á Justiça, que os procurava na sua Provincia para ajuste de contas.[9]

9 Relatório com que o Ex-presidente da Provincia de Goyaz, o Exm.º Sr. Doutor Antonio Joaquim da Silva Gomes, entregou a presidencia da mesma ao seo sucessor, o Exmº. Sr. Doutor Francisco Mariani. Goyaz: Typographia Provincial, 1853, p. 4. In: MEMÓRIAS Goianas 5. **Relatórios dos governos à Província de Goyaz de 1850-1853**: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc. Sociedade Goiana de Cultura. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Centro de Cultura Goiana. Goiânia: Ed. UCG, 1996. p. 222.

Jeremias Arantes Cunha, que fora acometido do trágico crime de assassinato perpetrado por seu "camarada", figurava dentre os membros de uma família pouco modesta de proprietários de terras que, inclusive, gozava de postos da autoridade local. O patriarca dessa família, capitão Bernardo da Cunha Vasconcelos, logo alçou o cargo de subdelegado em 1853 depois de ocorrido o crime. Sobre as posses desse clã parental, Eduardo Andrade identificou o seguinte:

> As terras dos Cunha Vasconcelos estendiam-se por muitas léguas no norte da freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, além do Rio Verde maior, acompanhando o leito e as vertentes do Rio Ponte de Pedra até Serra das Divisões, que separava as águas que corriam para o norte da província de Goiás [...]. Os Cunha Vasconcelos foram uns dos primeiros ocupantes das terras na região [...].[10]

Algumas questões emergem desse caso em específico. A pessoa acusada do assassinato ter sido um "camarada" (categoria de trabalhadores livres "ajustados") que acompanhava Jeremias na empreita comum de marcha em direção à Mato Grosso, a acusação evolvendo "pessoas poderosas" no mando do crime, a trama conspiradora que foi levantada em relação à jurisdição provincial entre Goiás e Mato Grosso, ou, detalhes que vêm à tona a partir do cruzamento de dados, como é o caso do pertencimento do falecido ao clã parental possuidor de terras e que, após o crime, tal família angariara um posto de maior autoridade no território que ainda estava sendo

10 ANDRADE, op. cit., 2022, p. 155.

ocupado. Muitas dessas questões ainda sem respostas, mas, quando relacionadas a outros indícios tornam o caso ainda mais interessante. No encalço do crime, Andrade acrescenta que Jeremias Arantes Cunha fora

> [...] arrolado como vendedor em quatro Registros Paroquiais de Terras, em vendas de terras às pessoas de João Chrisóstomo de Oliveira e Castro (o fazendeiro rico), Manoel Antônio da Cunha, João de Souza Melo e Joaquim José da Silva Prata [...]. Dentre o nome de pessoas arroladas como "vendedores" de terras por "proprietários" dos RPTs, Jeremias é uma das poucas que aparecem com uma quantidade maior de vendas associadas ao nome. No caso dessas "supostas" vendas atribuídas ao personagem, deduz-se que Jeremias, assim como outros fazendeiros da "elite", teria sido um "apossiador" de terras devolutas. Assim se chega à gênese no processo de ocupação de terras no sudoeste de Goiás, marcado pela "apropriação" de grande quantidade de terras, seguida pela disposição dessas terras ao "mercado" e, concomitantemente, às necessidades de reprodução de "domínio" das famílias.[11]

Há outros detalhes da vida de Jeremias tratados por Eduardo Andrade, como o casamento ocorrido em 1848 com Maria Cândida de Sousa "de dose anos [sic.]"[12] testemunhado pelo Capitão futuro subdelegado Bernardo da Cunha Vasconcelos e Dona Escolástica da Cunha Vasconcelos (respectivamente, pai e filha), por sua

11 Ibid., p. 158.
12 Ibid., p. 153.

vez, proprietários da enorme gleba de terras "Ponte de Pedra e Estreito". Nesse registro de casamento, o sobrenome indica o parentesco "ilustre" e o matrimônio não tão incomum assim – enquanto a noiva estava com 12 anos de idade, o nubente já passara dos 38 – e ilustra os arranjos por terras, prestígio ou por mera sobrevivência.

Reunidas as evidências, a arrolação de uma pessoa como "vendedora de terras", bem como a inserção em clãs parentais de grande domínio agrário, pode ligar o agente à lógica de mercado que operava as legitimações de uma primeira prática: o apossamento. Isso pode ser bastante significativo quando o fato ocorre ligado a um agente na qualidade social de Jeremias. No rastro dessa e da trajetória de outros agentes ou famílias, percebe-se que a ocupação do sudoeste de Goiás, ao menos hegemonicamente, processou-se por membros da elite estabelecida desde a origem ou por outras pessoas que experimentaram mobilidades sociais, sobretudo, nas regiões que viviam antes de migrarem. A "mercantilização da terra" acabou se consolidando após a apropriação inicial do território e, sem sombra de dúvidas, serviu como mecanismo de barganha das elites entre si próprias ou ainda com outros agentes menos favorecidos que conseguiram acessar um pequeno pedaço de chão.

Dessa maneira, a propriedade estava garantida pelo trânsito das posses em cartórios, fabricando a legitimação e a legalização da propriedade agrária adquirida originalmente pelo apossamento[13]. Jeremias aparece apenas declarado como "vendedor de terras" –

13 Cf. DEAN, Warren. Latifundios y política agraria en el Brasil del siglo XIX. In: FLORESCANO, E. (Org.). **Haciendas, latifundios y plantaciones en Amerca Latina.** Cerro del Agua, México: Siglo XXI, 1975. p. 414-444. LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, op. cit., 1981.

sequer figura como "vizinho", nem há menção dele ou da esposa como titulares de Registros Paroquiais de Terras[14] – certamente teria sido um posseiro (ou "apossador") que efetivou o desbravamento de maiores extensões territoriais e, tempos depois, teria transferido as terras a terceiros. Um dos compradores de suas terras é o rico e poderoso proprietário João Crisóstomo de Oliveira e Castro, cujos domínios agrários estendiam-se do Triângulo Mineiro às vertentes goianas do Paranaíba. Esse exemplo representaria uma "reciprocidade entre iguais"[15] membros da elite na ocupação do sudoeste de Goiás? Provavelmente, se consideradas verdadeiras as declarações (aqui, não se crê que tenham sido falseadas!).

Outro dado interessante aparece quando cruzadas as informações dos Registros Paroquiais de Terras. Um nome por inteiro, "Maria Cândida de Sousa", é citado como "vendedora de terras" ao poderoso proprietário Antônio Joaquim de Morais.[16] Não se descobriu se se trata de um homônimo da jovem esposa de Jeremias. Apesar disso, na possibilidade de ser a própria, teria Maria vendido sua herança ao membro da elite, assim como ocorrera em outros casos de viuvez – casos comuns de "venda de heranças"[17]. As elites acabavam se fortalecendo nesse tipo de transação, angariando propriedades e, principalmente, reforçando laços de estima e protecionismo no consentimento da venda. Ademais, Maria não consta como titular de qualquer Registro Paroquial, sugerindo várias possibilidades para o destino da jovem viúva, o que, de imediato, não de-

14 PGEG. **Livro nº 13 dos Registros Paroquiais de Terras da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, 1856-1860.** s/d. 56 f.

15 Conceito de "reciprocidade social", cf. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cyntia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

16 PGEG. op. cit.

17 Cf. ANDRADE, op. cit., 2022, p. 224 et. seq.

sacreditaria a hipótese da consagração das reciprocidades entre iguais (a possibilidade oposta a isso seria a "coerção violenta", no qual, grupos familiares seriam impelidos contra a vontade a renunciar de suas posses – acredita-se que não seria o caso aqui).

Cabe destacar um elemento levantado desde a dissertação de Maria Amélia Luz e discutido com propriedade posteriormente por Hebe Castro, que é o alto índice de "compra e venda de terras", ou seja, cerca de 76% das propriedades, declarado nos Registro Paroquiais de Terras.[18] A declaração nesses registros realizados com observância no decreto 1318 de 1854 aplicando a Lei de Terras de 1850 não dá mais confiabilidade que não seja a própria palavra do declarante ou de seus representantes (em "arrogo" ou por "procuração"). Não houve rigor em exigir títulos de compra e venda quando essa forma de aquisição fora declarada, por exemplo. Conforme Castro, esse índice elevado de mercantilização da terra que, em tese, deveria ter se iniciado no período entre 1822 e 1850, quando inexistia regulamentações de ocupação de terras – contextualizado na época em que, segundo Linhares e Teixeira da Silva, "houve um verdadeiro *rush* às terras livres"[19] – deve ser olhado para além da possibilidade de forja (como falsificações) ou de ilegalidades[20].

Aliás, ao se conceber um mercado de terras sobre o qual incidia sobremaneira valores sociais e, até mesmo, aristocráticos (de uma "nobreza da terra"[21]), a *forja* faria mais sentido se associada às

18 Cf. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987. LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura fundiária:** consolidação e mudanças (1850-1910). 1982. 249f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.

19 LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, op. cit., 1981, p. 32.

20 CASTRO, op. cit., p. 122.

21 Conceito com base em: FRAGOSO, João Luís. **Barões do café e sistema agrário escra-**

práticas verdadeiras de movimento da terra em cartório. Indo ao encontro da preconização de Hebe Castro, essa forja consistiria no processo local de construção da legalidade e da legitimidade da propriedade e, acrescenta-se aqui, se consolidaria a partir das "estratégias cotidianas" nas quais os membros da elite articulariam lançando mão das leis e dos costumes na realização das suas próprias vontades e necessidades. Sobre as *estratégias cotidianas*, destaca Giovanni Levi:

> [...] a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais.
>
> Os conflitos e as contradições vêm acompanhados da contínua formação de novos níveis de equilíbrio, instavelmente sujeitos a novas rupturas.[22]

Nesse sentido, o cenário político e social da época determinava regras cunhadas nos jogos de cada campo (político e social). O auge do apossamento se impondo como lei entre 1822 e 1850, momento apoteótico do costume colonial[23]; a Lei de Terras de 1850, em especial, os desígnios mercadológicos da estratégia wakefieldiana inseridos no espírito "moderno" (e excludente – vide a situação de indígenas e camponeses na questão do acesso à terra) da nova

vista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

22 LEVI, op. cit., 2000, p. 45.

23 Cf. MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil:** a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

legislação agrária[24]; a mercantilização da terra como prática comum nas localidades mineiras, concomitante com a antiga lei das Sesmarias, antecedendo (e muito!) qualquer indício de influência liberal na questão agrária[25]. Esses elementos incididos, ora do campo político que buscava acalentar o latifúndio ao qual muitas autoridades se ligavam, ora do social que pesava na construção dos costumes[26], eram recondicionados à "trama das vontades" locais – apropriando-se da expressão arquitetada brilhantemente por Cacilda Machado[27] – a criação de algo novo, peculiar, no movimento da história.

Mas essa peculiaridade não deve ser confundida com isolamento, já que o funcionamento das dinâmicas locais dependia das relações sociais e econômicas mantidas no lastro dos caminhos entre Minas e Goiás. Aliás, acredita-se que essas relações eram vitais no caso da expansão das fronteiras e reprodução social empreendida no que se convêm denominar de sudoeste de Goiás.

Sem desprendimento do tempo, portanto, a trama social se compunha firmada nas relações do local juntamente com os fios conectados a outras regiões. E no cerne disso, as redes de alianças e amizades também fabricavam as leituras dos agentes sobre o espaço, interagindo na definição das fronteiras no vasto território que estava sendo ocupado. Na geografia local, no fluir das décadas, apesar das

24 Cf. LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

25 Cf. CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

26 THOMPSON, Edward Palmer. Costume, lei e direito comum. In: _____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão Técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 86-149.

27 MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades:** negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

confusões na definição legal da fronteira entre Goiás e Mato Grosso, logo se cogitou a arquitetura de novos limites territoriais que acabaram fragmentando a imensa freguesia de Dores do Rio Verde (cf. figura 2). Cingia-se uma nova sociedade, tão apegada aos valores do passado, às mobilidades que a fundaram, quanto mantenedora de vínculos interfronteiriços.

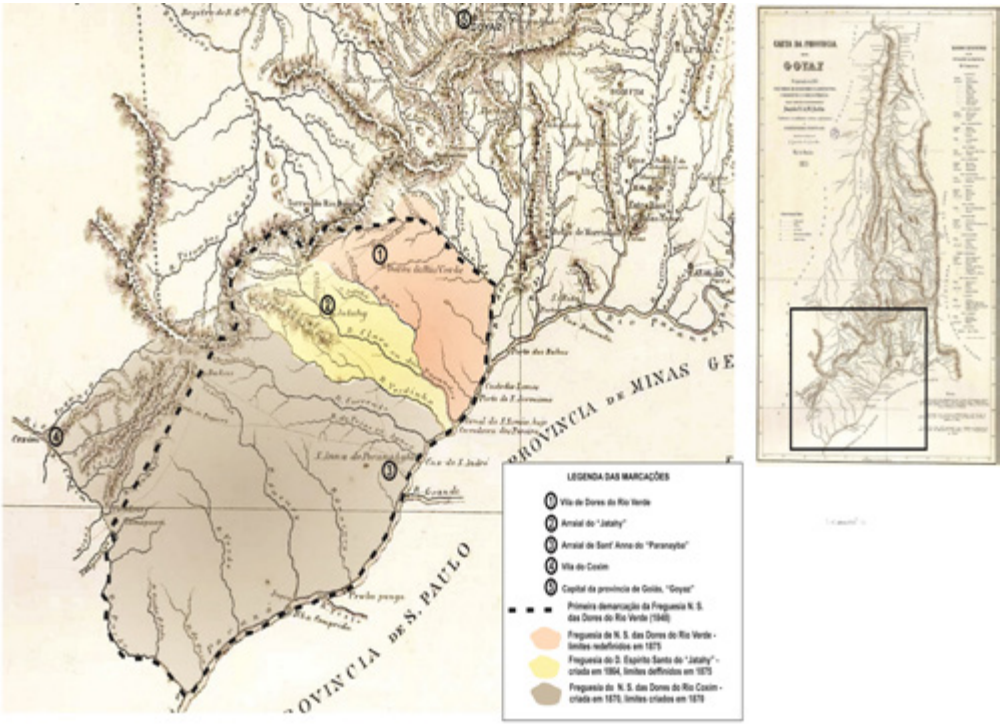


Figura 2: Marcação das definições fronteiriças do sudoeste de Goiás até 1875 (corte em cartografia de 1875)[28]

28 Figura apresentada originalmente em: ANDRADE, op. cit., 2022, p. 45. Fonte da cartografia original: JARDIM, Joaquim R. M. [1836-1891]. Carta da província de Goyaz [cartográfico]. 1 mapa; 70 x 50. Rio de Janeiro: Lith. a Vapor P. Robin, 1875. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2014.

O QUE OS INVENTÁRIOS POST-MORTEM DIZEM ACERCA DO MOVIMENTO?

A ocupação das terras do sudoeste de Goiás dá-se com a trajetória dos agentes sociais que rumaram em direção ao território apossando de terras num primeiro momento ou se inserindo de alguma maneira no mercado de terras firmado logo em seguida e demonstram o movimento e a interconexão da fronteira. Ora, não é possível separar as práticas de ocupação da origem dos agentes sociais, pois o que se conclui não é a existência de um movimento findo em si mesmo, mas, a continuidade de intenções familiares de manutenção do status e das posses. Nos *rastros* familiares[29], o que se percebe são trajetórias de *mobilidades geográficas e sociais* que, em muito se referem às estratégias cotidianas norteadas por intenções de soerguimento social, ou, no caso das elites previamente consolidadas, de "reprodução social" de si mesmas.

Segundo Mônica Oliveira, essas reproduções sociais consistiam no fato das estratégias familiares de sucessão (ou "sistema sucessório"[30]) encaminharem agentes da elite previamente estabelecida à ocupação de novas terras. No estudo sobre a Zona da Mata mineira, a autora afirma:

> Na distribuição de privilégios a terra passa a ser o bem maior, desejo de todos os fidalgos e candidatos a fidalgos do imenso Império portu-

29 cf. GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. _____. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Trad. Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

30 Conceito mais específico em Bacellar, cf.: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra:** família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

> guês. Novas fronteiras são abertas por sucessivas gerações, tecendo uma intricada rede de compromissos e lealdades políticas; multiplicam-se estratégias socioeconômicas visando a preservação do patrimônio fundiário e do nome da família. A honra e o apreço, bem como a retribuição aos privilégios recebidos, traduzem-se em práticas endogâmicas de matrimônio, atividades mercantis escassamente monetizadas e um mercado de terras influenciado pelas relações interpessoais. [...]
>
> Os mercados locais, regionais e inter-regionais passaram a fazer parte de um circuito reunindo diferentes empresas agropastoris com diferentes posições em uma hierarquia de fortunas. Ao mesmo tempo, formou-se um tecido social composto por famílias com suas origens remotas ligadas, inicialmente, à mineração e, recentemente, ao comércio. [...][31]

As constatações realizadas sobre a Zona da Mata mineira podem ser sintetizadas no encaminhamento estratégico das gerações futuras – acontecimentos que se iniciaram na época da mineração – a arranjos matrimoniais que garantissem manutenção de status e posses. Nisso, inclusive, Oliveira cita as formas de união que eram comuns, como os casamentos endogâmicos (consanguíneos), interfamiliares, por alianças políticas e socioeconômicas[32]. Na sequência, a fomentação da construção de pecúlio, algo que preconizaria a decisão de escolha dos herdeiros principais e daqueles que poderiam receber algum tipo de incentivo (viabilização de dotes, antecipação

31 OLIVEIRA, op. cit., 2005, p. 22-23.
32 Ibid., p. 155 et. seq.

heranças em espécie, por exemplo) para migração e ocupação de novas terras nas regiões de fronteira aberta adjacentes. De certo modo, e, guardadas as peculiaridades, a reprodução social das elites consistiu em algo não apenas comum, mas essencial à ocupação de novas regiões e expansão das fronteiras agrícolas durante e depois da atividade mineradora.

Nessa perspectiva, o Triângulo Mineiro foi ocupado sobre a força hegemônica de elites oriundas de localidades mais antigas que retroagem à época da mineração, da mesma forma que o Sul de Minas e outras regiões. Quando isso não ocorria, observa-se a origem social em elites que já se espalharam das regiões das minas para outras fronteiras, encetando atividades, sobretudo a agropastoril. Isso seria o caso da família dos "pioneiros de Jataí", Francisco Joaquim Vilela e seu filho José Manoel Vilela, originária de Espírito Santo dos Coqueiros no sul de Minas[33] e, igualmente, se verificava com casal João Crisóstomo de Oliveira e Castro e Lizarda Bernardes da Silveira, detentor de várias glebas no sudoeste de Goiás (cf. figura 3). Esse casal, natural de Formiga, localizada também no sul de Minas, chegou a possuir uma das maiores fortunas identificadas nos inventários post-mortem analisados e, peculiarmente, manteve posses nos dois lados da fronteira mineira e goiana, despertando atenção especial na pesquisa[34].

33 Cf. FRANÇA, op. cit., 1995.

34 Informações extraídas de documentos cartoriais, que incluem inventários e testamentos: APU. Fundo 1ª Vara Cível, cx. 131. **Inventário post-mortem de Lizarda Bernardes da Silveira,** 1875. 87 fls. APU. Fundo 2ª Vara Cível, cx. 291. **Inventário post-mortem (arrolada transcrição do testamento) de João Chrisóstomo de Oliveira Castro,** 1870. 103 fls.

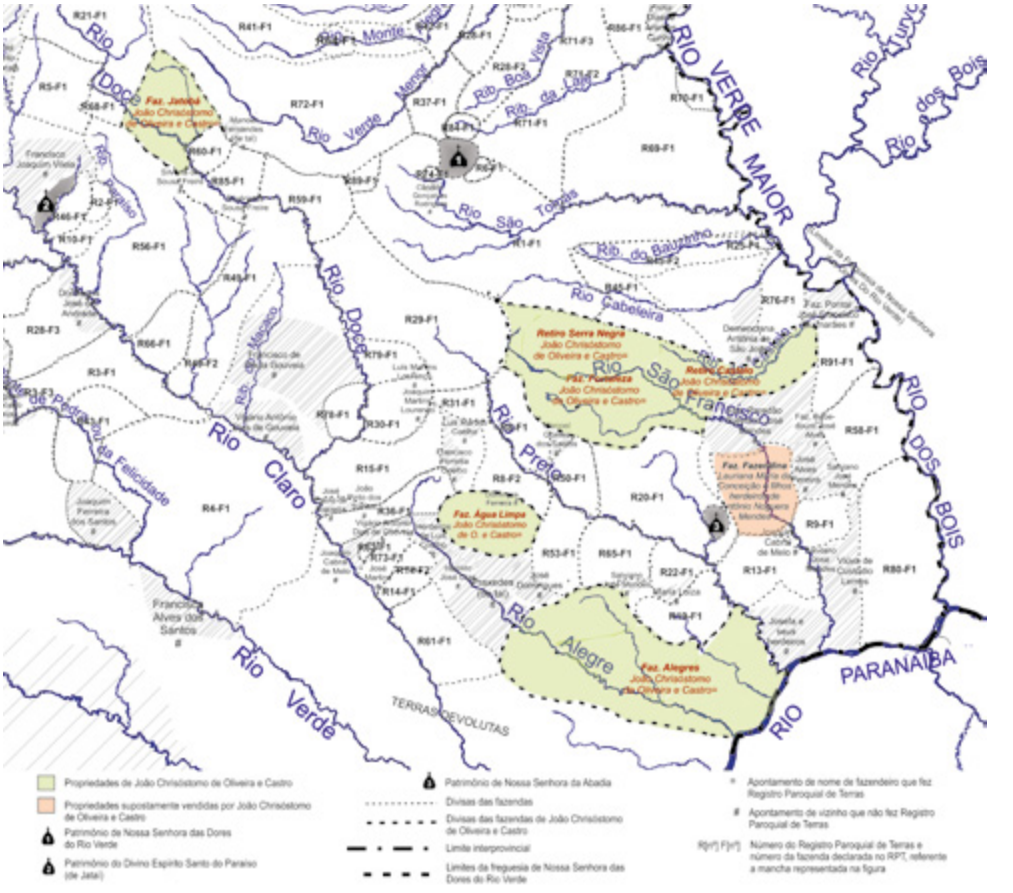


Figura 3 - Terras de João Crisóstomo e Lizarda Bernardes da Silveira no Sudoeste de Goiás[35]

Sobre os Crisóstomos e suas peculiaridades, de início, cabe destacar um dos casos mais exemplares da constituição de prestígio social e manutenção de relações sociais e econômicas para além de limites fronteiriços do sudoeste de Goiás. Dessa maneira, o lastro das trajetórias das elites é revelador das conexões que preexistiam e tiveram continuidade nas novas sociedades agrárias que se formavam

35 ANDRADE, op. cit., p. 172.

no oitocentos.

Esse fato, com certeza, é muito longe de uma "decadência social e econômica", como assinala vários expoentes historiográficos descontruindo com fortes evidências[36], como é o caso da riquíssima obra de Ângelo Carrara intitulada "*Minas e Currais* [...]". Nada obstante, o historiador define como as elites agrárias mineiras operacionalizaram estrategicamente coisas como o mercado de terras, objetivando garantir a si próprios o domínio territorial e da população *pari passu* com a consolidação de fortunas através de atividades agrárias de significativo movimento econômico.[37] Tais evidências levantadas a partir de exaustivo trabalho de arquivo demostram como a decadência pós-ouro residia apenas na imagem construída por autoridades, viajantes e historiadores do passado, uma vez que, em amplos sentidos, as Minas do gado e da agricultura eram intensamente movimentadas.

Logicamente, não apenas as elites conferiam esse movimento. Por exemplo, Sheila Faria também trata sobre os "andarilhos da sobrevivência", pessoas sem posses ou fortunas, cujas necessidades mínimas da existência as obrigavam à migração[38]. É a historiadora que traz a definição conceitual aceita aqui para o "movimento", considerando as relações entre a "mobilidade no espaço geográfico" e a "mobilidade social" (movimento na estrutura social), ainda que se distinga as ações e intenções entre a elite e a pobreza – a elite era

36 Cf. LINHARES, Maria Yedda. O Brasil no Século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência. In: **Seminário sobre a cultura mineira no período colonial.** Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

37 Cf. CARRARA, op. cit., 2007.

38 FARIA, Sheila S. de Castro. A **colônia em movimento.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 101 et. seq.

menos propensa ao movimento, porém, o encetava buscando um paradoxal equilíbrio/fixação.[39]

Nesse sentido, concebe-se, primeiramente, o *movimento* como "geográfico", abarcando categorias distintas de agentes sociais: as migrações das elites previamente estabelecidas e que buscavam reproduzir status e fortuna; as camadas mais pobres que tentavam a sorte em outras fronteiras, sobretudo onde se abria à ocupação; ou/e agentes que não faziam parte da elite nos locais de origem, não possuíam vultuosas fortunas, mas que experimentaram a ascensão social. Essa última categoria remete à segunda face do movimento, o "social" (ou a *mobilidade social*). Acredita-se que, imerso no movimento das elites, muitas vezes oculto na leitura literal dos documentos – pondera-se sobre a necessidade de cruzamento de dados e informações para precipitar a descoberta – houvera mobilidades sociais que, no tipo de sociedade firmada no sudoeste de Goiás, consistiria na inserção de agentes na elite da nova fronteira. Logo, observadas todas essas variantes do movimento, vê-se a fragilidade dos limites geográficos diante das diversas conexões de uma trama complexa. O sudoeste de Goiás se interligava por todas essas vias com o passado e, como se verá com mais clareza, com o presente.

Acrescentaria à conceituação do movimento as dinâmicas econômicas e políticas que são muito bem arquitetadas no trabalho de Alcir Lenharo em sua "Tropas da Moderação [...]" e que se mostraram vivaz na realidade da ocupação do sudoeste de Goiás. Conforme defende o autor, o setor da classe de proprietários

39 Ibid., passim.

> articulou-se politicamente em nível regional e se projetou no espaço da Corte. Tal movimento tomou impulso a partir da Independência, quando novos setores sociais perceberam alargadas as possibilidades de participação. No caso dos representantes políticos do setor abastecedor, tiveram facilitada sua caminhada rumo à Corte através da própria prática mercantil. A sua projeção política deu-se progressivamente como que acompanhando desdobrar dos seus negócios rumo ao mercado consumidor. [...].
>
> *Grosso modo*, pode-se dividir o conjunto do abastecimento em três fontes: a externa, cujas praças maiores eram Lisboa, Porto e o Prata; a interna, de cabotagem, cujos núcleos principais eram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e as áreas mais próximas da Corte, como Campos e Parati; a terceira fonte, também interna, era a circunscrita às rotas terrestres que alcaçavam principalmente as capitanias de Minas e São Paulo e, através delas, os centros produtores de Goiás e Mato Grosso [grifos meus]. [40]

A partir dessas colocações, fica ainda mais evidente que o vultuoso movimento econômico, político e social pelas estradas e caminhos interprovinciais no século dezenove – assim como as outras mobilidades citadas – adjudicavam o dinamismo social, muito longe de qualquer decadência ou isolacionismo regional. O autor destaca a importância do Sul de Minas (que, como foi aqui mostrado, houve agentes que migraram dessa região e ocuparam o sudoeste de Goiás),

40 LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação** (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842). 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral da Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. p. 19-20.

todavia, inclui o trânsito que chegava à Goiás e Mato Grosso que, como passa a ser apresentado a partir de agora, existe indícios do grande valor dessas regiões. Algumas fontes oficiais e outras fragmentárias já traziam indícios desse tipo de movimento no sudoeste de Goiás quando esboçam preocupações das autoridades em relação às fiscalizações da fazenda pública:

> Participo a V. S. que no porto denominado Chrisostomo ja tem passado grande numero de gados, por isso acho muito neceçario [sic.] a criação de úma Agencia no dicto porto e essa deve ser de um bom Agente acompanhado de úma força de seis a oito soldados bem corajosos a fim de não acontecer como aconteceu com o dicto Cabo Gonsaga, que tendo ido por ordem minha rondar o dicto porto do Chrisostomo, lá encontrou para se passar uma boiada de novecentos bois Cuyabanos inclusive seiscentas novilhas, pertencentes ao Tenente Emerenciano Alves de Andrade, a quem o dicto Cabo apresentou lhe a ordem que levava, e o dicto Emerenciano não fazendo cauzo nas leis provincial ordem do Ex.mo Snr^. Presidente, passou a vista do m.mo Cabo com Tres Soldados, todo o gado aquém do rio, e tendo passados antes disso mais algumas boiadas, pelo dicto porto, como tudo me participou o mesmo Cabo, em Offício de 2 de Dezembro [...] Recebedoria do Porto dos Bahús 4 de Janeiro de 1857.[41]

41 Ofício da Recebedoria do Porto dos Bahús, 4 de janeiro de 1857 in: AHE-GO. Doc. municipal – Jataí-GO, cx. 1, docs. avulsos [fragmentos]. Balancetes e outros docs. da Recebedoria do Porto do Bahús – 1856-1859, 1864-1869, 1870-1871.

O caso exposto é referente às reclamações das autoridades mediante o constante trânsito de boiadas que eram irreverentemente e clandestinamente atravessadas de Goiás para Minas Gerais pelo rio Paranaíba. Curiosamente (ou ironicamente) o porto ilegal, denominado de "Porto dos Crisóstomos" situava-se em uma das várias terras havidas por João Crisóstomo de Oliveira e Castro (esse é o sentido da denominação do porto, mais tarde denominado de "São Jerônimo" existente até o século vinte). Não tardou, a necessidade fez como que a administração pública criasse recebedorias no local, possibilitando a cobrança de "sisas" e outras tributações incididas sobre rebanhos bovinos, suínos, caprinos e outras mercadorias exportadas e importadas na fronteira interprovincial. O fato permitiu a oficialização de outros caminhos por onde, desde o princípio, se escova a economia da região.[42]

Além da passagem da produção, apenas uma das faces do movimento como já fora apontado, outros elementos econômicos mantinham essa interconexão fronteiriça. É nesse momento que os inventários *post-mortem* trazem indícios preciosíssimos das relações econômicas e sociais que, ao cabo, demostram um encurtamento das distâncias.

Reforçam ainda mais a interconexão fronteiriça as estratégias cotidianas dos agentes sociais, mormente o de reprodução das elites que encaminhavam os seus entes para outras fronteiras ou a vida desses mesmos entes que, não raro, empreendiam negócios ou esquemas financeiros com seus parentes e amigos de outros lugares, tudo isso contido nos inventários – e, quando com sorte, nos testa-

42 Cf. ANDRADE, op. cit., p. 42-50.

mentos anexados à essa documentação. Nos inventários da família do rico proprietário João Crisóstomo de Oliveira e Castro, é possível notar algumas ligações do gênero:

> Disse que este Cazal hé devedor aos herdeiros de seo tio Antonio Joaquim de Castro residentes na Villa do Desenboque Provincia de Minas Geraes da quantia de três contos de reis com o que sahe.
>
> Disse mais que este Cazal he devedor ao seo I*rmão* João Chrysostomo morador no Destricto desta Provincia da quantidade de oito centos mil reis por Credito e conta do Livro com o que sahe.
>
> Disse mais que este Cazal he igualmente devedor a seu *cunhado* Joaquim Furtado de Mendonça filho da quantia de duzentos e setenta e seis mil reis.
>
> Disse mais que este Cazal hé igualmente devedor a seu *Compadre* João Francisco Fontoura da quantia de cem mil reis com o que sahe.
>
> Disse mais que este Cazal hé devedor na Provincia de Cuyaba ao Tenente Jose Vieira de Azevedo da quantia de hum conto quinhentos e oitenta e hum mil reis com o que sahe.
>
> Disse mais que este Cazal he devedor a Jose Francisco Fontoura neste Destricto da quantia de oitenta e sette mil reis com o que sahe.
>
> Disse mais que este Cazal he devedor a Viuva de Manoel Sauviano morador na Freguesia do

> Monte Alegre na Provincia de Minas Geraes da quantia de cento e setenta mim reis com o que sahe.[43]

Esse inventário de 1853 pertence à Vicência Cândida de Jesus, esposa falecida de Antônio Crisóstomo de Castro. Antônio era irmão de João Crisóstomo de Oliveira e Castro, desempenhado um papel de destaque no auxílio dos negócios desse rico proprietário.[44] Nota-se, mais uma vez (outros trabalhos percebem esse mesmo comportamento[45]), as relações familiares envoltas nessa verdadeira rede financeira das atividades agrárias. Afirma Carla Almeida, dentre vários outros elementos da diversidade econômica e social extremamente desigual de Minas Gerais, a relevância dessas redes de dívidas no soerguimento de pecúlios e, principalmente, no fortalecimento dos laços sociais.[46] Observa-se, no caso específico do sudoeste de Goiás, que os laços econômicos entre parentes e amigos continuavam a ser indispensáveis, além de constituir-se num dos dilatadores das fronteiras.

Outros inventários *post-mortem* de ricos proprietários do sudoeste de Goiás trazem esse perfil de dívidas, despontando a família na qualidade de unidade essencial. Sopesando os nomes não pertencentes ao clã parental citados nas dívidas ativas e passivas, provavelmente ocorria a estrutura de uma família extensa, na qual incorporava-se para além da consanguinidade, os parentescos rituais e os laços de afeto e estima. Tais possibilidades revelariam ainda mais

43 Trecho do inventário de Vicência Cândida de Jesus: CVFFJ. **Inventário *post-mortem* de Vicencia Candida de Jesus**, 1853. fls. 07-07v.

44 Cf. ANDRADE, op. cit., 2022, passim.

45 Cf. LENHARO, op. Cit., 1993. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais**: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

46 Cf. ALMEIDA, op. cit. 2010.

os nexos interfronteiriços nos quais a reprodução social trouxera muito mais do que a descendência das elites mineiras. Ela reproduziria também as estruturas sociais típicas de um "antigo regime nos trópicos", de certa forma incrustadas num tempo em que novos elementos se inseriam: o processo retardado ao máximo de extinção da escravidão, a inserção do espírito liberal nas leis e na economia fortemente mercantilista e de bases no escravismo. Sem dúvidas, ainda o *social* prevalecia sobre o *econômico*, e uma marca disso é a ocupação de terras agenciada pelos membros da elite que, ao cabo, estabeleceram um mercado que regulava o acesso à posse, fortalecendo os laços e as reciprocidades entre iguais e desiguais.

Além das dívidas ativas e passivas arroladas nos inventários, muitas outras possibilidades surgem para indagar o isolamento e a decadência da região. As riquezas constituídas nos *montes-mores* arrolados, a disposição de terras, escravarias, descrições minuciosas da suntuosidade ou do aspecto mais humilde de moradias ou de propriedades, ou mesmo a sorte de se deparar com a inclusão de testamentos no qual as últimas vontades eram tecidas juntamente com outras informações preliminares que podem servir ao cruzamento de dados com outras documentações. Do mesmo modo, podem ser encontradas contendas familiares riquíssimas em sinais dos costumes, de estratégias, dos arranjos do poder político e da composição das elites, tal como aconteceu no inventário de Severino Antônio da Silva, de fortuna mais modesta (se comparada às outras pesquisadas).[47] O processo pelos bens deixados pelo falecido foi iniciado por sua concubina Francelina Maria de Jesus e não tardou para que os

47 CVFFJ. **Inventário *post-mortem* de Severino Antônio da Silva**, 1868. 35 fls.

herdeiros legítimos – a viúva, já separada há algum tempo, e os filhos – reclamassem sobre a veracidade da listagem dos bens. Até mesmo José Manoel Vilela, "pioneiro de Jataí", subdelegado na época, fora envolvido na contenda acusado de ter marcado bois do falecido com sua marca pessoal e ter ajudado, juntamente com "outros membros da elite local", a concubina a esconder bens do falecido Severino. No final, aparentemente –o inventário não permite constatar com veemência – parece que as acusações não resultaram em muita coisa, já que Severino teria deixado cartas doando parte dos bens aos filhos de Francelina, considerados seus afilhados.[48]

O caso exposto mostra vários sinais da sociedade agrária do sudoeste de Goiás que vêm à tona na extremidade que representa o conflito. Eis aí mais uma possibilidade que, com um pouco de sorte, pode aparecer nas incursões nos arquivos.

ISOLAMENTO OU DINAMICIDADE SOCIAL E ECONÔMICA DO SUDOESTE DE GOIÁS? UMA OUTRA PERSPECTIVA DESVELADA PELOS ARQUIVOS

O trabalho de Eurípedes Funes, "*Goiás 1800-1850* [...]", teve como propósito discutir a transição da atividade mineradora à agropastoril, abordando a primeira metade do século dezenove. Conforme o autor, a pecuária se tornou economia basilar da "decadente e distante (ou isolada, como pressupõe o historiador) econo-

48 História tratada na dissertação: ANDRADE, op. cit., 2022, p. 134 et. seq.

mia e sociedade goiana" daquele período. Se valendo de inúmeras fontes oficiais e alguns documentos cartoriais, Funes tece as seguintes conjecturas:

> A crise econômica que abateu sobre Goiás, após a queda da mineração, provocou, não apenas a passagem de uma economia "altamente lucrativa" para uma economia rudimentar de subsistência, com pouco excedente, como, também, uma restruturação fundiária e profundas alterações nas relações de produção.[49]
>
> A atividade pastoril, que vai se firmar em Goiás, como atividade econômica básica, também contribuiu, sobremaneira, para a não manutenção da força de produção escrava. Não que o elemento escravo não se fizesse presente na pecuária goiana, pelo contrário, mas sempre estava ao lado do trabalhador livre.[50]

Sem dúvidas essa obra trouxe contribuições interessantes, especialmente aquelas que os documentos cartoriais permitiram vir a lume, como a identificação de categorias de agentes sociais do campo, como o *agregado* que vivia nas terras dos latifundiários e o *camarada* que, por seu turno, representava o trabalhador livre a serviço dos fazendeiros. Entretanto, a "unidade familiar" que, de certa maneira se descobriu agenciadora dessas categorias de trabalhadores e, também, mantenedora de "pouco cativos" conforme estabelece Funes, fora enxergada na qualidade de marca da economia de sub-

49 FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850**: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986. p. 107

50 Ibid., p. 130.

sistência ou, dito de outra maneira, da própria pobreza. Não se viu que tal agenciamento familiar poderia se ligar mais ao sistema social em si e pouco representar o empobrecimento ou a decadência econômica de Goiás.

Sheila Faria e Sílvia Brügger denotam o "sistema patriarcal" consistente nessa importância que a unidade familiar detinha no julgo social e econômico, conduzida por lideranças do tipo *pater famílias* fortalecidas por laços de parentesco consanguíneo, ritual (caso dos apadrinhamentos), amizades e outras formas de concretização de elos conectados pela dívida moral e estima pessoal.[51] Nesse sentido, a família ou "família patriarcal", como identificado nesses estudos para Minas Gerais setecentista e oitocentista, formava o epicentro de uma sociedade dinâmica e enriquecida. Para completar o quadro, Carla Almeida desvelou as inúmeras fortunas formadas nos circuitos mineiros do período, defendendo a concentração econômica propiciada por um mercado que se interligava com o restante da colônia, jogando por terra qualquer ideia de decadência pós-ouro.[52]

Como foi intenção apontar até aqui, observa-se que o sudoeste de Goiás ocupado no oitocentos se integrava a esses circuitos mineiros no qual trabalhos como das historiadoras citadas tratam. Quer seja pelas condições em que ocorreram a ocupação, em destaque a reprodução social das elites e os processos de mobilidades típicas daquela sociedade que vieram na esteira da ocupação, quer ocorresse pelo sistema agrário estabelecido que manteve conectadas a vida social e econômica entre a velha e a nova fronteira. A con-

51 Cf. FARIA, op. cit., 1998. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

52 ALMEIDA, op. cit., 2010.

tinuidade do sistema patriarcal típico de Minas, no qual a *família* permanecia como basilar, tecendo redes de relações e financiamento, teias clientelistas e angariando fortunas indica interligação ao invés de isolamento. E os arquivos têm revelado isso, até mesmo considerando a pequena amostra que este artigo representa numa seara fértil de possibilidades de pesquisa.

Destarte, o sudoeste de Goiás compôs-se do entramado social encorpado a partir da expansão das fronteiras agrícolas de Minas Gerais, em um movimento que principiara no auge da atividade mineradora. Cabe ressaltar que Goiás também vivenciara o movimento minerador, cuja própria decadência econômica e social começa a ser discutida com trabalhos homéricos que esmiuçam os arquivos públicos e outros repositórios que praticamente se encontram na "matriz produtora". Destaca-se, por exemplo, a tese de Maria Lemke, responsável por recompor ligações sociais relevantes para se compreender aspectos da escravidão, da ocupação de terras, das relações da "família patriarcal" e do arranjo socioeconômico de produção que coexistia proeminentemente com a mineração.[53] Por aqui, assim como em Minas, o ouro ofuscou o olhar sobre essa dinamicidade social que se via nas antigas fronteiras.

E o que sobrou para as novas fronteiras que, como se viu, foram ocupadas no lastro do dinamismo social das regiões de origem dos diversos agentes de uma estrutura social profundamente hierarquizada, foi ocultada pela sombra da "era do ouro". Que os arquivos possam trazer à lume a dinamicidade social advinda do mo-

53 Cf. LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social:** notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770-1847. 2012. 304f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

vimento que fora realidade em regiões como o sudoeste de Goiás no oitocentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais**: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ANDRADE, Eduardo de Moraes. **Ao Cruzar das Sortes**: Movimento, Estratégias, Ocupação e Mercado de Terras no Sudoeste de Goiás. Dores do Rio Verde e Jatahy c.1830 – c.1875. 2022. 258f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEAN, Warren. Latifundios y política agraria en el Brasil del siglo XIX. In: FLORESCANO, E. (Org.). **Haciendas, latifundios y plantaciones en Amerca Latina**. Cerro del Agua, México: Siglo XXI, 1975. p. 414-444.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João Luis. **Barões do café e sistema agrário escravista**: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. 4. reimp. fac. similar da 1. ed. [1954]. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850**: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Trad. Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social**: notas do que os viajantes não viram

em Goiás. c. 1770-1847. 2012. 304f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação** (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842). 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral da Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cyntia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LINHARES, Maria Yedda. O Brasil no Século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência. In: **Seminário sobre a cultura mineira no período colonial**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura fundiária**: consolidação e mudanças (1850-1910). 1982. 249f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão Técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORGANIZAÇÃO URBANA E CONVÍVIO SOCIAL EM JATAÍ (1887-1927)

Estael de Lima Gonçalves[54]

Esse artigo é fruto de um trabalho de pesquisa desenvolvido ao longo de curso de pós-graduação, nível mestrado, cujo objetivo perpassa entender questões relativas à concepção e organização social de cidades do interior goiano, no final do século XIX e início do século XX, através de documentação de época.

Buscou-se perceber quais as necessidades de regulação para uma sociedade recém-saída do ambiente estritamente rural, em transformação de uma economia de subsistência para uma economia de mercado e quais os interesses governamentais de controle social colocados por traz das ideias sanitaristas subentendidas em normas como as *Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, de 1887 ou das Posturas do Município de Jatahy, de 1927.* E ainda, compreender como os membros do corpo social se relacionavam cotidianamente com essas novas regras de vivência/convivência, estabelecendo relações entre aos ditames médico-sanitaristas recorrentes na época e as necessidades de controle social.

Como a legislação colocada para a população através das posturas se apresentava? Buscamos analisar como se deu a organização do espaço público entre os anos de 1887, da criação das primeiras posturas da vila, até 1927 quando é promulgado um novo código

54 Doutoranda em Educação para Ciências e Matemática, IFG jataí, Mestre em História Cultura e Poder pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), servidora da Universidade Federal de Jataí (UFJ) – estaellima@ufj.edu.br

de posturas para o município de Jataí-Goiás, e como tal legislação interferia inclusive na vida privada das pessoas.

Para Doin (et al, 2007), o interesse por estudos sobre cidades como Jataí, deve-se sobretudo ao atual fenômeno de crescimento apresentado pelas cidades médias, no entanto, para ele, esse processo não deve ser considerado inédito. "Isso porque o fenômeno urbano, responsável por transfigurar vilarejos em concentrações consideráveis de gentes e casas, vinha se acentuando no Brasil desde meados do Império" (DOIN *et al,* 2007). A respeito do interior de São Paulo falamos das atividades ligadas à cafeicultura, já para a região sudoeste de Goiás o impulso econômico civilizador virá da pecuária, pois aqui se constituiu o que Assis (1991) chamou de a "civilização do couro".

Certamente a pecuária foi a principal atividade econômica desenvolvida nessa região aquele período. No entanto, o sudoeste goiano, ao contrário de outras regiões da província, não sofreu com a falta de mantimentos e chegou até mesmo a fornecer gêneros alimentícios para os combatentes da Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870. Os registros mostram que a vida nas fazendas de gado do sudoeste era preenchida pelas mais diversas atividades, entre elas a agricultura de subsistência, a criação de animais para produção de carne e derivados, a manufatura de açúcar, algodão e lã, entre outras. Em seu romance histórico, "Pioneiros", Basileu Toledo França revela as mais diversas faces da produção de uma antiga fazenda do interior goiano: a carne, os grãos, os legumes, as frutas da terra, o algodão e a lã para a produção dos tecidos, a cana de açúcar para o engenho, o café, a mandioca para o polvilho e a farinha, o mel, entre outros.

Para Silva, a cidade de Jataí, como outras tantas do interior goiano,

> [...] surgiu a partir do campo, como expressão da produção deste, como espaço simbólico para o sagrado, para o ensino formal, para as festas, os sepultamentos, as reuniões de seus pioneiros e, ainda, como sede político-administrativa – não apresentando função econômica consistente. Nela permaneceram até a segunda metade do século XX características da grande fazenda[...]. (SILVA, 2009, p. 37)

Durante todo o século XIX, ondas migratórias de exploradores, principalmente, de paulistas e mineiros trouxeram novas perspectivas econômicas para Goiás e também para o Mato Grosso. Os mineiros, primeiros a sentirem os abalos da crise de extração mineral, caminharam para o oeste em busca de terras que dessem boas pastagens para produzir o gado que depois tornaria a Minas Gerais, São Paulo e Bahia para ser comercializado.

Segundo Tiballli (1991) o crescimento da região sudoeste de Goiás se dinamizou a partir da década de 1870, quando a população de cidades como Jataí dobrou. Para esta autora, o século XIX marcou o processo de consolidação do povoamento de Goiás.

O aumento da população, tanto urbana quanto rural, vai aos poucos criando necessidades até então inexistentes para os administradores da vila, fazendo-os sentir a necessidade de ter maior autonomia. Assim, apenas treze anos

após se tornar vila, Jatahy é elevada à categoria de cidade, se desmembrando do município de Rio Verde.

Em documento de 31 de maio de 1895[1], o presidente da Câmara de Deputados de Goiás, Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, decreta que se eleve a vila a categoria de cidade, inclusive mantendo o nome para a localidade. Sendo que se passou a comemorar a emancipação do município nesta data.

A passagem de vila a cidade revela o crescimento da localidade urbana e o incremento de sua importância regional. Organizada a partir da economia agrária, vilas e cidades como Jataí, apresentarão características bastante peculiares de sua organização urbana.

1 Decreto da Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz, de 31 de maio de 1895, disponível no Arquivo Histórico do Estado de Goiás, Goiânia –Go.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E CONVIVÊNCIA SOCIAL NO INTERIOR DO BRASIL: A IMPLANTAÇÃO DOS CÓDIGOS DE POSTURAS

Para Costa (2004), as cidades brasileiras ficaram dominadas sobre hábitos coloniais até o século XIX, quando irão se processar mudanças no que se entendia como civilizado ou não. Costa acredita que a medicina foi o grande antídoto usado pela administração pública contra os velhos hábitos coloniais, "[...] o Estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas." (COSTA, 2004, p. 29)

A salubridade é a noção chave desse acordo, enquanto a burocracia dificultava as mudanças necessárias, as técnicas médicas alteravam as condições de saúde da cidade usando meios simples e eficientes. No entanto, a aplicação dos ditames médico-sanitaristas e o estabelecimento de novas regras de vivência/convivência urbana precisarão ultrapassar muitas barreiras ligadas aos costumes arraigados na população; no caso de pequenas localidades do interior essas dificuldades foram ainda maiores devido a falta de informação e o tradicionalismo das culturas locais.

Para Costa (2004, p.30) "A higienização das cidades, estratégia do Estado moderno, esbarrava frequentemente nos hábitos e condutas que repetiam a tradição familiar e levavam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do governo." O autor atribui essas dificuldades ao próprio modelo de formação das cidades, atrelado ao poder dos senhores rurais, a cidade assemelhava-se a um prolongamento das fazendas onde o poder válido era o poder do "senhor", da

família patriarcal. Gilberto Freyre (2005) afirma que no Brasil, desde o período colonial,

> A família, não o indivíduo, tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América (FREYRE, 2005, p.81).

Pode-se abstrair a parir dessa informação que a vida nas cidades, mesmo nas capitais brasileiras, não era nada sofisticada como algumas vezes pode transparecer. Os ares de "civilização" que nos são apresentados pelas artes são apenas uma camuflagem para a verdadeira situação das cidades brasileiras até o século XIX.

Freyre (2005) revela os hábitos dos brasileiros, mesmo entre as famílias mais abastadas. Entre eles era incomum uso dos talheres e comum a disseminação de doenças por conta da má ventilação e falta de estruturas sanitárias, da promiscuidade dos homens, das uniões consanguíneas. Apesar da influência indígena, a higiene corporal ainda era escassa e a alimentação carecia de itens frescos e substanciais; a mortalidade infantil era alta nas casas-grandes devido ao excesso de panos, hábito do clima temperado que não se adequava o calor brasileiro. A bebedeira e a jogatina eram comuns, e se intensificaram com o fim da escravidão, que levou milhares de indivíduos para as ruas das cidades, sem opções de ocupação, moradia e até alimentação.

Para Costa (2004), a supracitada ordem médica, associada aos regulamentos vai permitir o aparecimento de uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado e da pátria. Segundo Schmachtenberg,

> Estes regulamentos criaram as condições para o ordenamento e controle das populações, e com isso normalizar as condições de vida da sociedade. Os códigos serviram como um mecanismo regulamentador atuante, compreendendo uma forma de racionalizar e higienizar o espaço urbano e ao mesmo tempo prevenir a ocorrência de moléstias epidêmicas controlando, vigiando e punindo os indivíduos (SCHMACHTENBERG, 2008, p. 7).

A organização do espaço público e a convivência social no Brasil só passaram a ser efetivamente conduzidas pelo Estado a partir da chegada da Família Real, no início do século XIX. E para tal, Costa (2004) afirma que foram usados instrumentos de dois tipos: os legislativos e os normativos. Segundo esse autor o mecanismo fundamental das leis é o da repressão, já as normas, que tem seus fundamentos histórico-políticos nos Estados modernos dos séculos XVIII e XIX, fundam-se na noção de dispositivo[2], objetivando antes da repressão e da punição a conscientização.

2 Os dispositivos são práticas discursivas ou não-discursivas, que agem à margem da lei, contra ou a favor dela, empregando uma tecnologia de sujeição própria. Para Costa (2004) os dispositivos normalizam através da combinação dos discursos teóricos e das regras de ação práticas.

Costa, acredita que,

> A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação que os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais (COSTA, 2004, p. 50).

Para esse autor é importante notarmos que o Estado vai se pautar na sujeição da família ao novo ideário moral e sanitário da modernidade, como instrumento para o enquadramento da população na nova ordem urbana que se buscava constituir. Segundo ele, "Todo o trabalho de persuasão higiênica desenvolvido no século XIX vai ser montado sobre a ideia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado." (COSTA, 2004, p. 64).

Tal sujeição foi conseguida a partir do uso de estratégias que fizeram as famílias das elites locais acreditarem na importância da modernização e da civilização dos costumes. Um exemplo é o *marketing* criado em torno de tudo aquilo que viesse da Europa, segundo Doin, no interior paulista, por exemplo,

> [...] durante o término do século XIX e princípio do século XX, muitos homens no interior paulista tinham seus sonhos povoados por desejos como o de viver um grande amor em Paris, desfrutar de seus cafés e *cabarets*, passear

> pelas suas ruas olhando as vitrines das butiques e admirando a luz elétrica, entre outras novidades técnicas e materiais (DOIN et alli, 2007, p?).

Essa influência europeia, principalmente francesa, ressoou no interior, principalmente entre os grupos mais abastados, agindo sobre os hábitos e costumes passando a insígnia do processo civilizatório "[...] segundo um constante moldar e disciplinar de hábitos e comportamentos, que se estendem desde as pequenas regras de atitudes e etiquetas até a normatização e coerção que garantem o controle do Estado e do poder público municipal." (DOIN et alli, 2007).

Certamente, em pequenas cidades do interior goiano, como Jataí, essas influências não chegaram da mesma forma que nas cidades mais próximas do litoral, de grande importância econômica, mas de alguma forma elas vieram para esse 'Brasil Caipira' (DOIN et alli, 2007). Principalmente através dos códigos de posturas que tinham influências e estrutura básica semelhante em todo o Brasil.

CÓDIGOS E POSTURAS EM JATAÍ

Em 1885, quando Jataí foi efetivamente elevada à condição de vila, já havia a determinação[3] de que se elaborassem as posturas do município. E não tardou para que os vereadores preparassem o

3 Referimo-nos ao Primeiro Regulamento Brasileiro para o funcionamento das câmaras municipais de vereadores ou Lei de Câmaras, de 1828.

referido documento, que pelo que pudemos observar era inspirado em outros já existentes, o que facilitava a confecção. Em 1886, a câmara prepara suas primeiras posturas, datadas de janeiro de 1887.

Aqui, nos propomos a analisar em paralelo a este outro código de posturas de Jataí, o do ano de 1927. Exatos 40 anos de diferença nos permitem verificar mudanças nos diversos aspectos da intencionalidade dos legisladores em relação à organização do espaço urbano e a normatização do viver citadino.

O primeiro aspecto que devemos destacar dos códigos trata da delimitação do espaço urbano, o que nos permite verificar o crescimento da cidade nestas quatro décadas. Em 1887, o código descreve em seu artigo primeiro: "A Villa do Jatahy fica compreendida dentro de um perímetro de terra de 825 metros, iniciando-se da porta da Igreja Matriz para qualquer rumo e o seu logradouro dessa distância em diante até 1850 metros."[4]. Já em 1927, o código descreve os limites urbanos da seguinte maneira:

> Art.13 – A linha perimetrica da cidade é a seguinte:
>
> Começa na barra da vertente dos "olhos d'agua" com o Ribeirão Jatahy; segue pelo veio d'agua deste até sua vertente e, continuando pelo meio da baixada até canto da cerca de arrame, de Jospe de Oliveira França, seguindo a mesma cerca, até a esquina do lado de cima, 1,640 metros; segue em linha recta a cerca de arame de Miguel de Assis, até um esticador de aroeira, que fica a 70 metros acima da divisa de Miguel de Assis com Evangelino Cunha, 920 metros,

4 Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, 1887. Disponível no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia-GO.

> continuando a mesma linha e rumo certo até o Corrego do Sapo, 510 metros com 1.430 ao todo; segue Corrego do Sapo abaixo até a sua barra da vertente dos "Olhos d'agua", onde teve começo, 1.500 metros. [5]

Outro aspecto que devemos observar é o do caráter punitivo de tais documentos, como afirma Foucault (1999) há diferentes formas de se manter a ordem, mas as mais importantes são vigiar e punir, e é nisso que esse tipo de legislação se pauta, sendo os fiscais de posturas e a polícia os agentes sociais da ordem. Certamente no código de 1887 a característica punitiva da lei não fica tão expressa quanto no documento de 1927.

O código de 1927 traz já em seu primeiro capítulo todos os esclarecimentos pertinentes sobre o que é infração, reincidência e quais são as penas previstas pelo código para tais casos, deixando claros os objetivos da legislação. De outra maneira, o código de 1887 já parte diretamente para a apresentação dos delitos associados àspenas que devem ser aplicadas em cada caso, sem esclarecer o *modus operandi* da legislação.

Entre os artigos sétimo e vigésimo, o código de 1887 tratará das estradas, ruas e praças, o que será tratado pelo código de 1927 no capítulo terceiro, do artigo décimo quinto ao artigo vigésimo primeiro. Todavia podemos perceber que os objetos de que cada código

5 Lei nº 119, de 19 de fevereiro de 1927, Posturas. Secretaria da Intendencia Municipal de Jatahy, Goyaz. Material particular.

trata em relação a este título são bem diversos uns dos outros, mas o que prepondera é a presença de uma limitação das ações privadas sobre as públicas no primeiro código, e uma ação mais administrativa no segundo. O código de 1887 apresenta uma clara tentativa de mudar a concepção que os moradores tinham do ambiente urbano no final do século XIX, revelando que as pessoas não tinham bom discernimento do que era público e do que era privado, dificultando o controle social por parte dos poderes institucionalizados.

Para tanto, o código ressalta neste trecho as punições pertinentes aqueles que porventura fossem contra o estabelecido nas posturas. Observemos alguns artigos:

> [...]
>
> 7º - Aquelles que taparem, estreitarem ou desviarem estradas de serventia publica para qualquer fim incorrerão em multa de 10$000, além da obrigação de reparar o dano causado.
>
> 8º - Nenhum fazendeiro ou proprietario poderá impedir que por seus terrenos passem estradas de serventia publica ou que nelles se façam pontes sobre os rios, ribeirões e por conta da Camara Municipal. Ao infrator multa de 30$000, alem de se intentar contra os mesmos a competente acção de despejo por utilidade publica.
>
> [...]
> 14º - Aquelle que edificar ou reidificar será obrigado a deixar livre o transito publico. Ao infrator multa de 10$000, além de ser a serventia publica desembaraçada a sua custa.
>
> [...]

> 17º - Aquelle que fizer escavações na suas estradas, ou praças publicas serão multados em 10$000, além da obrigação de reparar a sua custa.[6]

Já no código de 1927 temos uma postura mais administrativa, o cunho dos artigos é de recomendação, o que revela uma mudança na mentalidade da população em relação ao ambiente urbano, permitindo-nos interpretar que já diminuía a percepção de que a cidade era um mero prolongamento das propriedades privadas, e que precisava ser cuidada em benefício do coletivo. Sem que para isso fosse necessário atribuir penas de multa aos infratores, para termos uma ideia vejamos:

> Art.15 – As ruas que, futuramente, se abrirem na cidade ou povoações deverão ter, no minimo, a largura de 15 metros, conservarão, quanto possível, a linha recta, serão abahuladas e terão sargetas lateraes para escoamento de aguas.
>
> Art.16 –As avenidas serão convenientemente arborizadas e terão a largura de 25 metros, no mínimo. Art.17 – As praças terão a forma de um quadrilátero rectangular e obedecerão a estudos previamente approvados pelo Conselho.
>
> Art.18 – As avenidas, ruas e praças terão os nomes que, por lei, lhes forem dados, obedecendo, quanto possível à tradição.[7]

Outro aspecto que podemos observar nos artigos acima são aqueles relativos ao componente físico do ambiente urbano, a lar-

6 Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, 1887. Disponível no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia-GO.

7 Lei nº 119, de 19 de fevereiro de 1927, Posturas. Secretaria da Intendencia Municipal de Jatahy, Goyaz. Material particular.

gura das ruas e sua forma, o formato das praças etc. Vemos que há uma preocupação com os aspectos estéticos e até mesmo ambientais do espaço, questão esta que também já se encontrava presente no código de posturas de 1887 e que nos remete ao higienismo/sanitarismo que pudemos discutir anteriormente, observemos no código de posturas de 1887:

> 13º - As casas que se edificarem dentro da Villa nas ruas publicas ou praças, terão pelo menos 3,52 metros de pé direito. Ao infrator multa de 25$000, além da obrigação de demolir o serviço que houver feito.
>
> [...]
> 16º - Todo proprietario é obrigado a conservar a frente de suas casas asseadas e livre de mattos ou agua estagnada.[8]

No código de 1927 temos preocupações muito semelhantes, mas já com inovações como a explicitação dos conceitos de estética e higiene adquiridas a partir das influências nacionais e internacionais que analisamos no capítulo anterior:

> Art.26 – Não se concederão licenças para contrucções de predios fora do alinhamento, sem que seja este rectificado.
>
> Art.27 – Nas construcções em geral se observarão os calculos de resistencia, as regras de arte e os requisitos de arte e os requisitos de hygiene e esthetica.

8 Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, 1887. Disponível no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia-GO.

Art.28– As edificações só poderão ser feitas no alinhamento das ruas ou, pelo menos, 2 ½ metros para o interior do terreno.

Art.29– As dependencias do predio principal, constituindo construcções isoladas, não poderão ser feitas a menos de cinco metros do alinhamento, exceptuadas aquellas em que se observarem as convenientes regras de esthetica.

Art. 30 – Na zona urbana, deverão ser demolidas escadas e calçadas construidas fóra do alinhamento, ou plano superior.

Art. 31 – Os edificios construidos no interior dos terrenos terão a fachada parallela ao alinhamento.

Art. 32 – As pinturas e revestimentos das paredes dos predios, muros ou calçadas da zona urbana serão renovados, quando já se apresentarem com máo aspecto.

Art. 33 – É prohibida a construcção de meia aguas na zona urbana e tambem a construcção de casas com oitões para as ruas.

Art. 34 – As casas a se construirem na zona urbana não poderão ter menos de 3,80 metros de pé direito.

Art. 35 – Na zona urbana, só poderão ser de muros os tapumes; na zona suburbana se consentirão de outra natureza.

Art. 36 – Os proprietarios de edificios ou terrenos situados na zona urbana serão obrigados a fazer calçadas em toda a extensão de linha de suas propriedades, onde já existam sargetas e

> deverão obedecer ás prescripções da Intendencia Municipal.[9]

Destacamos a questão, explicitada nos dois códigos, da altura dos pés direitos das construções, essa especificação se deve ao fato de que a ventilação adequada dos ambientes era vista, segundo os higienistas daquele período, como extremamente importante na prevenção de doenças infectocontagiosas, afinal lugares pouco ventilados e úmidos eram considerados um verdadeiro berçário para epidemias urbanas.

Outro aspecto que se há de destacar diz respeito à moral e aos bons costumes, afinal os códigos de posturas precisavam abarcar quaisquer acontecimentos que pudessem macular a cidade. Assim, algumas ações individuais eram apontadas nos códigos como afronta ao conceito de civilização que se quer implementar. Vejamos dois artigos bem semelhantes que ocorrem nos dois códigos, o primeiro, do código de 1887:

> 18º - É proibido riscar, escrever ou estampar nas paredes dos edificios quaisquer disticos ou figuras deshonestas. Ao infrator oito dias de prisão; e sendo filho de familia o pai ou tutor pagará a multa de 5$000, além da obrigação de mandar restituir a parede ao seu primitivo estado.[10]

9 Lei nº 119, de 19 de fevereiro de 1927, Posturas. Secretaria da Intendencia Municipal de Jatahy, Goyaz. Material particular.

10 Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, 1887. Disponível no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia-GO.

E o segundo, do código de 1927, em seu artigo 110 "Nas paredes, muros, calçadas e demais logares expostos à vista do público, é prohibido escreverem-se palavras indecorosas. Pena de prisão por 24 horas"[11]. Observamos que apesar da manutenção da punição pela mesma ação, considerada pouco civilizada, a pena aplicada na década de 20 é bem mais branda que a anterior, acreditamos que isso se deva a uma mudança na concepção de gravidade dos atos passíveis de punição, afinal sabemos que conforme o crescimento das cidades piores os atos infracionais que elas precisam controlar.

A sociedade do fim do século XIX e início do século XX, principalmente do interior do Brasil, como temos observado, transita entre o mundo rural e o urbano, e se acostuma aos poucos com as limitações impostas pela convivência citadina. A partir disso observamos outro aspecto recorrente e bastante interessante dos dois códigos, o controle das atividades agropastoris no ambiente urbano, o que se relaciona com questões de segurança e higiene.

Vejamos o que dizem as posturas de 1887 sobre o assunto:

> 20º - É proibido ter-se porcos soltos pelas ruas: o dono ou donos serão obrigados a pagar os danos que causarem, além da multa que incorrerão de 2$000 por cada suino.
>
> 33º - É prohibido aos moradores de dentro da Villa terem cães vagando pelas ruas. Se estes forem ferozes e que agridão os transeuntes, poderão ser mortos por ordem do Fiscal e seus donos multados em 5$000.

11 Lei nº 119, de 19 de fevereiro de 1927, Posturas. Secretaria da Intendencia Municipal de Jatahy, Goyaz. Material particular.

34º - Ficam prohibido amansar animais bravos ou introduzir reses bravas pelas ruas ou mesmo te-los dando leite em torno da Villa e bem assim criar ou conservar eguas soltas dentro do logradouro. Aos infractores multa, além de indenização de danos que causarem tais animais.

45º - Aquelles que tiverem roças contiguas á Villa ou dentro do patrimonio da mesma, serão obrigados a cerca-los com cerca de madeiras fortes de oito palmos de altura.

46º - Os lavradores do Municipio terão suas roças defendidas com cercas de madeiras de oito palmos de altura, salvo se em suas terras houverem tapumes naturais ou valas de 10 palmos de bica e nove de fundo, que cerquem as mesmas roças.

47º - Aquelles que não tiverem nas condições dos Artº antecedentes, não terão direito à indenização do danno que lhes causar o gado vaccum ou cavalar que nellas entrar, e se por ventura offenderem à essas criações, ficam sujeitos a indenizarem o mal causado.

48º - Aquelles que quiserem criar porcos no patrimonio, poderão o fazer, contanto, porém, que não offendam os quintaes ou roças de seus vizinhos, e quando assim acontecer, deverão estes testemunhar o facto para lhes ser imposta a multa de 10$000, além de indenizarem o donno da lavoura.

49º - Aquelle que se julgar prejudicado em suas plantações por animais alheios, deverá se apresentar á autoridade competente para esta pro-

> mover a indenização de conformidade com a presente lei.[12]

Nas posturas de 1927 temos um capítulo especialmente dedicado à questão dos animais no perímetro urbano, trata-se do capítulo 11, que afirma:

> Art. 92 – É absolutamente prohibida a conservação de chiqueiros dentro nos limites comprehendidos pela linha perimetrica urbana. Pena : - multa de 50$.
>
> Art. 93 – Só será permitida a conservação de estabulos feitos de accôrdo com as medidas acauteladoras da saude publica.
>
> Art. 94 – É prohibida a conservação de animaes cavallares, muares, caprinos, suinos e vaccuns, dentro do perimetro da cidade, devendo ser recolhidos ao deposito do Municipio os animaes encontrados vagando pelas ruas, até que os donos os retirem, depois de paga a multa de 10$ sobre cada animal.
>
> Art. 95 – Para a effectivação do disposto no artigo antecedente, a Intendencia Municpal manterá sempre conservadas as cercas, porteiras ou cancellas do Perimetro.
>
> Art. 96 – Incorrem na multa de 50$ e pena de prisão por dois dias os que damnificarem os tapumes do perimetro, além da obrigação de concertal-os.[13]

12 Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, 1887. Disponível no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia-GO.

13 Lei nº 119, de 19 de fevereiro de 1927, Posturas. Secretaria da Intendencia Municipal de

Podemos notar, já nos primeiros artigos, uma mudança significativa. Enquanto nas posturas de 1887 proíbe-se apenas a criação de suínos soltos nas ruas e prevê cuidados para que os animais não prejudiquem o patrimônio de outros moradores, nas posturas de 1927 já temos a proibição total desse tipo de atividade no ambiente urbano, o que revela uma forte preocupação com a insalubridade e os odores pútridos espalhados por esse tipo de atividade.

Ao tratar dos animais bravios o código de 1887 destaca a importância de se evitar a presença dos mesmos no ambiente público, assim proíbe cães indômitos e outros tipos de animais que possam causar danos físicos nos moradores, imputando inclusive pena de multa para aqueles que descumprirem as determinações da legislação. Já no código de 1927 temos um capítulo específico que trata dos cães da cidade. O capítulo prevê o registro dos animais urbanos e a caça e apreensão de animais vadios que por ventura se encontrassem nas ruas e pudessem oferecer riscos á comunidade.

Abordaremos agora de um dos pontos que entendemos crucial para a compreensão das novas formas de sociabilidade traçadas pelos códigos de posturas municipais para o viver nas cidades. Esse ponto é nodal uma vez que a maior parte das ações estatais presentes nas posturas tem como objetivo esse elemento – a saúde – que, para além da segurança e da moral, é essencial para gerar a boa convivência.

Já no código de 1887 temos um capítulo que trata especificamente do tema, todavia esse capítulo envolverá vários temas que

Jatahy, Goyaz. Material particular.

no código de 1927 são tratados de forma mais detalhada. Vamos, portanto tratar o tema por frações, primeiro as ações de saúde em relação aos alimentos. Observemos primeiro o que nos diz o código de 1887:

> 21º - Nas tavernas, onde se vendem generos comestiveis se conservará toda limpeza e os generos danificados serão lançados fora, logo que qualquer consumidor se queixar e provar a sua queixa ao Fiscal. Ao infrator multa de 10$000, além da obrigação de lança-lo fora.
>
> [...]
> 25º - Ninguém poderá matar reses doentes ou vender para consumo. Ao infractor multa de 10$000, além da obrigação de lança-la fora.[14]

Vejam que há aqui uma preocupação em evitar o consumo de alimentos inadequados, evitando assim problemas de saúde, sendo que há inclusive previsão de punições para aqueles que incorressem em tais delitos. Já nas posturas de 1927 temos apresentado, de forma bem mais minudenciada, as regras para manipulação e comercialização de alimentos.

Há um artigo que trata de estabelecimentos como botequins e restaurantes que afirma em seu artigo 68:

> Os predios destinados a padarias, confeitarias, botequins, restaurants e outros estabelecimentos de igual natureza devem ser mantidos cons-

14 Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, 1887. Disponível no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia-GO.

> tantemente limpos; as paredes serão pintadas ou caiadas annualmente e os forros pintados, somente. O assoalho poderá ser de madeira, mas de modo que possa ser lavado facilmente. Pena : - multa de 20$ a 50$.[15]

Há ainda um capítulo que trata especificamente dos açougues e da comercialização de carne fresca**:**

> Art. 69 – As casas destinadas a açougues terão o solo impermeabilisado e as paredes revestidas de ladrilhos de dois metros.
>
> Art. 70 – Terão agua canalisada e recipientes para lavagem.
>
> Art. 71 – As mesas de corte e exposição terão tampos de marmore.
>
> Art. 72 – As balanças serão collocadas de modo tal que os frequezes possam verificar a exactidão dos pesos.
>
> Art. 73 – É prohibido que pessoas extranhas ao serviço do açougue toquem nas carnes expostas á venda.
>
> Art. 74 – O solo dos açougues será lavado diariamente, pelo menos, e as paredes de oito em oito dias.
>
> Art. 75 – O açougueiro que expuzer carnes em decomposição será multado e as carnes inutilisadas.

15 Lei nº 119, de 19 de fevereiro de 1927, Posturas. Secretaria da Intendencia Municipal de Jatahy, Goyaz. Material particular.

> Art. 76 – Será também punido o açougueiro que guardar por mais de 24 horas carne sem estar salgada.[16]

E ainda tratando da questão da alimentação, há um capítulo específico no código de 1927 sobre a alimentação pública. Esse capítulo afirma:

> Art. 86 – É prohibido, sob pena de multa de 50$ a 100$ e prisão de 2 a 10 dias:
>
> a) vender generos alimenticios contaminados por germens ou parasitas, ou suspeitos dessa contaminação;
>
> b) vender generos falsificados, alterados ou improprios para a alimentação;
>
> c) guardar em qualquer dependencia de casa commercial generos dessa natureza.
>
> Art. 87 – Esses generos serão inutilisados na presença do respectivo proprietario ou do gerente da casa commercial e duas testemunhas.
>
> Art. 88 – É prohibida a venda de doces, biscoutos ou generos semelhantes, quando guardados ou transportados sem a necessaria protecção contra insectos e poeira.
>
> Art. 89 – Os generos expostos á venda nas condições do artigo antecedente serão inutilisados por suspeitos de contaminação, guardadas as

16 Lei nº 119, de 19 de fevereiro de 1927, Posturas. Secretaria da Intendencia Municipal de Jatahy, Goyaz. Material particular.

formalidades do art. 83.

Art. 90 – *É* prohibida a venda de leite:

a) tirado de vaccas dentro de seis semanas antes e dez depois da paridura;

b) desnatado;

c) de vaccas doentes;

d) sanguinolento, amargo ou acidulado, víscoso, de cor azul, amarella ou vermelha;

e) com addição de qualquer substancia;

f) condizido em vasilhame improprio ou antihygienico.[17]

Segundo autores locais as ações de controle de comercialização e manipulação de alimentos não ficavam apenas no papel dos códigos de posturas, mas eram postas em prática pela fiscalização. Conforme o memorialista Dorival Mello,

> [...] em 1889, que esteve na Villa do Jatahy funcionários da Inspetoria de Higiene, visitando casas comerciais que vendiam gêneros alimentícios. Disse ainda que nessa oportunidade tiraram das prateleiras vinhos e cervejas importadas da Alemanha, Portugal e Hungria, além de enlatados, supostamente deteriorados, formando uma carga para dois muares. Cada proprietário autuado Foi multado em 100 000 réis. O estabelecimento mais penalizado foi o

17 Lei nº 119, de 19 de fevereiro de 1927, Posturas. Secretaria da Intendencia Municipal de Jatahy, Goyaz. Material particular.

> do cap. Serafim José de Barros, instalado em sua residência. (MELLO, 2002, p. 51)

Além dos alimentos havia outros aspectos que contribuíam para a falta de saúde nos ambientes urbanos daquela época, um dos mais importantes é a questão dos dejetos, humanos e animais, e da água. Assim, a fim de coibir problemas de saúde relacionados a esses aspectos as posturas municipais previam ações e penalidades em relação ao assunto, temos artigos que tratam do despejo de esgotos e outros resíduos pútridos, além da conservação do bom estado das águas para consumo urbano.

No código de 1887, os artigos 16º, já citado, o 24º e todo um capítulo -"Do rego público"- tratam do uso da água e seu descarte no ambiente urbano, reproduzimos o mesmo aqui para podermos observar os cuidados que se impingiam por lei ao rego público[18]:

> 24º - O Fiscal promoverá o esgotamento das aguas servidas do rego publico de maneira que nunca se estagnem ou embaracem o transito publico. Aqueles que tiverem obrigação de fazer e não o fizerem, incorrerão na multa de 5$000, além de se fazer a sua custa o serviço.

18 O rego público era a única forma de a água chegar mais próximo das residências naquele período, assim eram abertas valetas que permitiam a condução da água.

[...]

DO REGO PUBLICO

50º - Á Camara Municipal fica pertencendo o rego publico, assim como as nascentes d'água que podem abastecer esta Villa, e ninguém poderá servi-las para seu uso particular.

51º - Só a Camara, por intermedio de seu Presidente, poderá conceder pennas d'água para serventia particular, mediante o previo pagamento de 4 reis neste anno de 1887 e de 2 reis nos demais que se seguirem. Ao infractor multa de 10$000, alem de mandar-se tapar a sua custa e encanamento ao rego que houver feito para dito fim.

52º - A licença do Presidente poderá ser verbal; porem nunca antes que o requerente lhe apresente o reconhecimento de haver pago ao Procurador o imposto acima dito.

53º - Aquelle que houver obtido penna d'agua do rego publico é obrigado a colocar ou mandar collocar no lugar em que houver tirado a agua um registro de madeira de lei de um metro de comprimento, 4 centimetros de altura e 15 de grossura, com um furo ao meio de 2 centimetros de diametro, por onde possa passar a agua para serventia de uma casa.

54º - A Camara mandará fazer os reparos ou serviços que forem indispensaveis para que nunca falte agua no rego publico; encarregando desse serviço, ou por empreitada ou por administração, a quem melhores condições offerecer.

55º - Aquelles que obtiverem pennas d'agua para seu uso particular ficam obrigados a encana-la nas ruas ou praças publicas, sendo os vizinhos, por onde passar, obrigados a manilha-las até fora de seus quintais.

56º - É prohibido tirar-se madeiras ou fazer roçados no matto superior ao açude do rego publico, e no dos olhos d'agua; caminho ou pontes.

57º - Aquelle que se banhar, ou lavar roupas ou der de beber a qualquer animal no rego publico; multa de 20$000 e 5 dias de prisão.

59º - O Fiscal visitara semanalmente o rego publico e logo que tiver conhecimento de infração destas posturas, ira pessoalmente examinar o dia e quem foi seu auttor, a fim de se impor a competente multa.

60º - A Camara mandará construir um pontilhão de aroeira sobre o rego publico, no caminho que vai para a casa de Caitano de Rezende, em lugar onde for mais conveniente, podendo encarregar desse serviço qualquer pessoa que bem possa desempenha-lo.

62º - O Fiscal fica autorizado a fazer as pequenas despezas com a conserva do rego publico, bem como o asseio das ruas e praças, apresentando a conta ao Presidente para depois reconhecer a sua validade, e manda-la pagar.[19]

Já no código de 1927, não temos um capítulo que trate especificamente da questão das águas urbanas, mas temos alguns ar-

19 Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, 1887. Disponível no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia-GO.

tigos que tratam do tema e revelam a preocupação do poder público com a conservação de tal recurso natural para o ambiente urbano.

> Art. 48 – Só será permittida a conservação de poços ou cisternas cuja agua seja perfeitamente potavel.
>
> Art. 49 – As fossas sanitarias fixas serão obrigatorias, enquanto não existir rêde de esgotos e obedecerão as seguintes condições :
>
> a) construidas fóra das habitações, á distancia minima de dez metros;
>
> b) protegidas contra a invasão de aguas pluviaes;
>
> c) fechadas, tendo, na parte superior uma abertura de vinte centimetros de diametro, no maximo ;
>
> d) serem periodicamente desinfectadas, de modo a não exhalarem mau cheiro.
>
> Art. 50 – As fossas fixas nunca poderão attingir o lençol de agua subterraneo e serão obstruidas, logo que attinjam a distancia de um metro somente de espaço vasio.
>
> [...]
>
> Art. 176 – Impôr-se-á a multa de 50$ ás pessoas que damnificarem materiaes ou serviços da Empreza que explora o serviço de abastecimento de agua potavel e bem assim áquellas que atirarem animaes, objectos ou substancias nocivas á saude publica, nos reservatorios d'agua ou mananciaes.[20]

20 Lei nº 119, de 19 de fevereiro de 1927, Posturas. Secretaria da Intendencia Municipal de Jatahy, Goyaz. Material particular.

Além do poder público, a população dava muita atenção ao problema da água servia o espaço urbano, afinal não havendo água encanada, as fontes naturais eram usadas para todas as atividades rotineiras. O memorialista local Dorival Mello reproduz em uma de suas obras um trecho de nota publicada no jornal O Jatahy, de 1912, em que o colunista fala sobre a importância de um bosque e de uma nascente existente na cidade e que servia a várias finalidades para a comunidade.

> Não há quem não conheça ou ao menos tenha ouvido falar no "Olho d'água" se nunca veio a Jataí. A poucos metros desta cidade, em pitoresco bosque, nasce uma fonte da mais pura e cristalina água, oferecendo naquela queda, entre alguns lajedos de pedra, logo é aí o banheiro. Mas que banheiro, nosso Deus!! Uma tosca bica recebe a água e a leva, jogando-a entre pedras e madeiras, sendo verdadeiro sacrifício chegar-se ali! Podíamos ter no Olho d'água nãosó magnífico banheiro, onde até as famílias pudessem ir, como formar naquele ponto um logradouro público, debaixo dos bonitos jatobás que ostentam soberanamente suas lindas copadas. (O Jatahy, apud MELLO, 2002, p. 104)

E o colunista prossegue explicando que apesar do potencial do espaço e da importância dos recursos hídricos presentes naquele local, os mesmos tem sido negligenciados pelo poder público e tece duras críticas ao estado de abandono, apontando os possíveis danos que isso pode causar ao meio natural e urbano:

> Entretanto, assim não acontece e temos até o desprazer em dizer que o capão está desaparecendo pelo machado do lenhador; a água muito tem diminuído, e chegando mesmo a faltar, se não puser cobro a nossa desídia por parte da administração municipal. Não nos referimos só a atual: os nosso governos municipais se sucedem sem que um só tenha voltado suas vistas para ali.
>
> Achando-se aquela preciosidade completamente ao desabrigo, lá encontramos, de quando em vez, um animal morto, sendo preciso que favoreçamos com a nossa ausência dali até que os benévolos corvos se incubam de fazer desaparecer a carniça. Sabemos que toda fonte d'água tende a secar, desde que seja repisada por animal, e aquela, estando nessas condições, acha-se fatalmente condenada a essa lei. Sem mais comentários, pedimos ao ilustre cidadão, cel. Honorato de Carvalho, digno intendente municipal, a sua atenção para o que acabamos de discutir, empregando os seus bons serviços em prol do nosso "Olho d'água", a maior riqueza natural que possuímos. (O Jatahy, apud MELLO, 2002, p. 104)

Basileu Toledo França também tratou do "Olho d'água", descreveu detalhadamente suas características e utilidade para o povo jataiense no início do século XX. O romancista nos transporta para as sensações do ambiente:

> Ainda com o escuro, os freqüentadores do olho d'agua encaminham-se ao banheiro público dentro do bosque de arvores altas e copadas, no

> fim da rua do comércio, saída para o rio Claro. Toalha no pescoço, saboneteira no bolso e o rascar dos sapatões no cascalho das ruas sem calçamento, onde cresciam a vassourinha e o fedegoso, até as cercas de achas de madeira recobertas de buchas ou melões-de-são-caetano.
>
> De longe se ouvia o escachoar da bica de aroeira, que sonorizava o recanto com vários banhistas esfregando no corpo a palha e o sabão, ou se entretendo em flexões ritmadas antes de entrar debaixo do tufo de água fria, a qual se despencava da altura de três metros e, depois da bacia cavada no piso de pedras tapiocanga, escorria pela matinha a dentro e ia ter bem longe no córrego a contornar parte da cidade. (FRANÇA, 1987, p.19)

Quanto ao despejo de esgotos e outros resíduos pútridos os códigos apontam alguns cuidados, que se devidamente executados poderiam evitar problemas como o descrito pelo colunista do periódico O Jatahy, citado há pouco. No artigo de número 21, das posturas de 1887 temos as seguintes determinações:

> 21º - [Numeração repetida] Aquelle que lançar nas ruas, praças ou becos animais mortos em causas nocivas, será obrigado a remove-los para longe das casas da povoação.
>
> 22º - O dono de qualquer animal que morrer dentro da Villa ou muito próximo a esta sera obrigado retira-lo imediatamente. Multa de 5$000, além de fazer-se a remoção a sua custa.

> 23º - As roupas de enfermos de molestias contagiosas serão lavadas em fontes separadas das do publico.[21]

No código de 1927 temos recomendações semelhantes nos artigos 45 a 50, que tratam da limpeza pública e do uso de cisternas e fossas sépticas. Temos ainda o artigo de número 57 que afirma que "São prohibidos na cidade os cortumes e xarqueadas", locais corriqueiramente associados ao escoamento de dejetos em locais inadequados, mau cheiro, insetos, roedores e consequentemente doenças.

Outro aspecto importante das posturas e que está fortemente associado aos ideais do sanitarismo/higienismo é o da profilaxia de saúde, da ação dos médicos, farmacêuticos, conhecidos como boticários, dentistas e outros – a maioria desses doutores por outorga própria, carregando na verdade apenas um empirismo rústico. O viajante Oscar Leal (1980) avalia a falta de médicos em Jataí e no estado de Goiás em 1892 e ainda denuncia os charlatões que atuavam por todo lado:

> No Jatahy assim como nas principaes localidades goyanas não existem medicos, porque com excepção dos poucos filhos do estado, e nhum outro se tem querido aventurar a tão remotas terras, onde o curandeiro e o charlatão são devidamente apreciados pela maioria do publico, que falla d'elles pelos cotovellos, ao passo que simulando graça, lhes rende homenagem face a face.

21 Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, 1887. Disponível no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia-GO.

> É sobretudo curioso ver-se esses curandeiros vulgares que infestam o estado, como se apresentam, os seus modos e maneiras, e sobretudo as palavras que empregam sem sentido no calor de uma conversação, phrases que peccam pela desconcordancia, para se julgarem comprehendidos quando ninguem os comprehende. (LEAL, 1980, p.197)

A crítica do cronista é muito pertinente, afinal os médicos de formação eram artigo raro no interior do Brasil, e, muito comumente, as pessoas apelavam para os curandeiros tradicionais que faziam uso de ervas e até de benzeções, assim como para aqueles que se aproveitavam da carestia para fazer fama e dinheiro nos meios sociais paupérrimos de recursos de saúde e conhecimentos científicos.

As posturas acabam sendo assim instrumento de coerção da ação desse tipo de "profissional" que, muitas vezes, ao contrário de promover a saúde a prejudicava com suas ações e poções. No código de 1887 temos um artigo que trata especificamente dos medicamentos – o artigo de número 27 afirma que "Os boticarios ou negociantes que venderem remedios corruptos, incorrerão na multa de 3$000, além das penas em que possão incorrer criminalmente."; já nas posturas de 1927 temos esparsas recomendações de ação para os médicos em momentos de epidemias.

O memorialista Mello (2002) descreve que, na já referida inspeção realizada em Jataí, a Inspetoria de Higiene teria encontrado pessoas que se passavam por profissionais da saúde e exerciam suas atividades sem título legal. Segundo o autor

> [...] foram autuados Silvestre da Costa Lima e Martinho Marra por exercerem sem título legal, na Villa do Jatahy, o 1° a profissão de medico, e o segundo a de pharmacia. O resultado dessa operação da Inspetoria de Higiene foi um oficio a câmara municipal, recentemente instalada, recomendando severidade na fiscalização na parte de hygiene e saúde. (MELLO, 2002, p.51)

Outra questão de saúde importante para o século XIX e início do século XX, como já apontamos, foi a introdução das vacinas, objetivando acima de tudo minimizar os efeitos das doenças epidemiológicas nos ambientes urbanos. Todavia inculcar a importância da vacina em uma população semirrural foi tarefa penosa – lembremo-nos dos fatos na corte e da "Revolta da Vacina" – para tanto, os órgãos públicos se utilizaram das posturas municipais para intervir em meio a população e acessar suas casas.

O jornal Correio Oficial[22], de 16 de julho de 1929, traz a preocupação já instalada entre os governantes a respeito da vacinação e de outros problemas relacionados à saúde. O Diretor Geral Interino dos Serviços Sanitários, Doutor Humberto Martins Ribeiro, escreve informando que tem:

> Remettido vacinas contra a varíola para diversos pontos do Estado, afim de evitar um surto epidêmico provável em qualquer localidade de,

22 Correio Oficial de Goyaz, 16 de julho de 1929, nº 1.582, p. 6. Disponível no arquivo da Fundação Frei Simão Dorvi - Cidade de Goiás-GO.

> uma vez que a distancias se acham encurtadas com as estradas de auto para toda parte e estes vehiculos de transporte cruzaram o território goyano em todas as direcções. (CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 1929, p. 6)

E ainda,

> Grassando em differentes zonas do Estado a malária, com todo o seu cortejo symptomatico, enviei diversas partidas de medicamentos, destinados ao alludido fim, attendendo pedido de alguns Inspectores Sanitarios e outras autoridades de certos municípios. Fiz egualmente remessa de algumas dúzias de medicamentos a ser empregado no tratamento aukylostomiase, ora espalhada em extensas zonas ruraes. (CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 1929, p. 6)

Segundo informações do historiador Zoroastro Artiaga (1959), podemos perceber que apesar do surgimento das vacinas como um caminho profilático para o debelo das epidemias, a população, e os governantes, as viam com muita desconfiança e deixavam de usá-las por medo de contaminações e desenvolvimento de outras doenças.

Artiaga (1959) afirma que:

> A vacina obrigatória foi instituída em Goiás no dia 25 de junho de 1849. Pelo presidente da província, Dr. Eduardo Machado, foi a vacinação proibida com a alegação de que a vacinação era perigosa, e a linfa mal fabricada não sendo

> possível obter boa vacina. Com isso a varíola se alastrou em toda a província e disimou a população de S. Cruz. (ARTIAGA, 1959, p. 221)

Mediante esse tipo de atitude, verificamos que o "processo de civilização" é o meio mais eficiente para se transformar o modo como as pessoas convivem umas com as outras. Esse processo civilizador se dará acima de tudo por dois meios – a educação e a normatização. Elias (1993 b, p. 193), no lembra que "[...] o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica." Tal direção, não foi planejada em longo prazo pelas gerações anteriores, mas tornou-se uma necessidade para a vida em sociedade no decorrer dos séculos.

Para Elias (1993)

> [...] as atividades humanas mais animalescas são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. (ELIAS, 1993 b, p. 193)

Tal regulação dos instintos e ampliação do autocontrole apontado por Norbert Elias é conseguida pela sociedade através da modelação dos costumes e comportamentos. Tarefa difícil, mas que tem sido alcançada a partir de mecanismos legislativos como as posturas que analisamos, que podem construir consciência ou gerar medo, mas que de uma forma ou de outra pretendem moldar o indivíduo para a convivência em sociedade.

Podemos certamente crer na análise de Elias, quando ele afirma que,

> Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas anteponham limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo. Não devemos nos enganar: as constantes produção e reprodução de medos pela pessoa são inevitáveis e indispensáveis onde quer que os seres humanos vivam em sociedade, em todos os casos em que os desejos e atos de certo número de indivíduos se influenciam mutuamente, seja no trabalho, no ócio ou no ato de amor. (ELIAS, 1993b, p. 270)

A sociedade controla os indivíduos acima de tudo pela vigilância e pela punição, como vimos com Foucault (1999), seja ela humana ou divina, por isso o medo é o melhor instrumento para a normatização do viver humano, seja em qual ambiente for. Compreendemos assim que elementos sociais como os códigos de posturas municipais são mecanismos de submissão ao medo – medo de adoecer, medo de morrer, medo de ser preso, medo ser multado... instrumentos esses que se perpetuam na sociedade pós-moderna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás: Síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 até 1935**.2ªed. Goiânia: 1959.

DOIN, José Evaldo de Mello; NETO, Humberto Perinelli; PAZIANI, Robrigo Ribeiro. PACANO, Fábio Augusto. **A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930)** — a proposta do Cemumc. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, jan./jun 2007, v. 27, nº 53.

ELIAS, N. **O processo civilizador - formação do estado e civilização** (vol. 1), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador - uma história dos costumes (vol. 2)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e norma familiar**. 5ªed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Capangueiros e jagunços: os caçadores de diamantes do rio das Garças.** Goiânia: CERNE, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 50ªed. São Paulo: Global,2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEAL, Oscar. **Viagem ás Terras Goyanas – Brazil Central.** (Coleção Documentos Goianos). Goiânia: Editora da UFG, 1980.

MELLO, Dorival Carvalho. **Jatahy, páginas esquecidas.** Jataí: Sudográfica, 2001.

MELLO, Dorival Carvalho. **Nos porões do passado: a descoberta de Jatahy. Jataí: Sudográfica,** 2002.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. In: IX Encontro Estadual de História ANPUH-RS**. Vestígios do passado: a história e suas fontes. 2008. p.1-13

SILVA, Sinara Rosa Carvalho e. **Cicatrizes urbanas: marcas de socialização e formação na cidade em Jataí-GO.** 2005. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

TIBALLI, Eliana Figueredo Arantes. A **expansão do povoamento em Goiás: Século XIX. 1991. 136f. Dissertação (Mestrado em História)** - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

"O CERRADO DOBRA RIQUEZA AGRÍCOLA DO PAÍS": PROCESSOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS PARA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM JATAÍ/GO (1970-1990)

Lorena Ferreira de Souza[23]

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1930 o governo começou a adotar medidas com o intuito de unificar o país, uma das medidas era expandir as áreas de produção agrícola para o Centro-Oeste, com o interesse em desenvolver o país economicamente. Só a partir da década de 1950 essas mudanças são mais perceptíveis e tem impacto mais visível no processo de produção agrícola com a industrialização.

Durante a ditadura militar, entre as décadas de 1964 a

23 Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Jataí. E-mail: lorenaf.desouza@hotmail.com

1985, o processo de industrialização ganha proporções maiores, quando o governo colocou em prática vários programas de desenvolvimento do país.

A modernização agrícola era um dos objetivos desses projetos, que tinham a intenção de transformar a agricultura brasileira em agroexportadora, tornando o país grande produtor. Para isso, fazia-se necessário melhorar e aumentar a produtividade com a incorporação de tecnologias modernas à produção, o que ocasionou mudanças tanto no campo quanto na cidade.

Considerando essas informações, interessa-nos analisar as transformações ocorrida no cenário urbano do município de Jataí nas décadas de 1970 a 1990, decorrente do processo de modernização agrícola. Nessa época, o município passou por um novo dinamismo econômico devido ao reflexo da realização dos programas de desenvolvimento do país, que colocou em prática a expansão da fronteira agrícola até o Cerrado brasileiro.

O município de Jataí, localizado no sudoeste do Estado de Goiás, contava todas as características para se inserir no espaço geográfico dos planos desenvolvimentistas dos governos militares e desenvolver uma agricultura mecanizada.

Por ter uma topografia que varia entre plana e suavemente ondulada e um clima tropical com chuvas consideráveis boa parte do ano, o cerrado, vegetação predominante do município de Jataí, favorece esse tipo de agricultura mecanizada, que atraiu pessoas de vários lugares do país.

A chegada dos sulistas na região nessa época, trazendo novas técnicas de cultivo, juntamente com a disponibilidade de financiamentos de créditos através do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), substituiu parcialmente o antigo modelo de produção e cultivo da terra, alterando as relações de trabalho e sociabilidade de algumas pessoas que viviam nas fazendas e na cidade.

Para elaboração deste trabalho utilizou-se como fontes os planos, programas, metas e bases de desenvolvimento propostos pelo governo federal que nos auxiliou a pensar os incentivos desse governo para fomentar a agricultura no país. Detemo-nos também a análise das publicações feitas pelo Jornal do Sudoeste, que circulou em Jataí e região nos anos de 1975 a 1977 (2ª edição). Este material contribuiu para discutirmos as mudanças ocorridas no plano local e regional com o processo de desenvolvimento agrícola, promovido nas décadas de 1970 a 1990. O jornal foi dirigido por Wanderley Guimarães e trazia informações do cotidiano da região.

Utilizamos também teses, dissertações e artigos relevantes com a temática que contribuíram para a elaboração deste trabalho, principalmente no campo da geografia.

Por este trabalho estudar as mudanças de um espaço delimitado, tem um olhar interdisciplinar, pois dialoga com o campo da disciplina de geografia. Além do recorte espacial proposto, preocupa-se em pensar a história e as experiências de vida da população da região, abordagem a qual o trabalho está alicerçado na história regional e local.

Esse olhar sobre o tema possibilitou-nos perceber mudanças aceleradas e profundas no município de Jataí, decorrente da modernização agrícola. Essas mudanças transformaram tanto o cenário urbano como o rural e a relação entre os dois. Uma vez que a agricultura, tendo como objetivo a exportação, passa a exigir da cidade outra forma de funcionamento, que atendesse essa nova estrutura, criando tanto oportunidades de trabalho e uma nova vida quanto problemas sociais. Porém, mesmo que o dinamismo econômico tenha ocorrido no país inteiro, cada região se desenvolveu de forma particular.

A CHEGADA DOS PRIMEIROS FAZENDEIROS

Várias famílias interessadas em formar fazendas para a criação de gado se deslocaram de diferentes localidades do país, dispostas a enfrentar o desconhecido e vieram para o Sudoeste do estado de Goiás. Segundo Cláudia Graziela F. Lemes (2009), um dos motivos para a ocupação desta região foram os altos preços das terras da região sudeste do país, devido à expansão do café e o adensamento demográfico existente naquela região. Além disso, houve interesse por parte do governo em povoar a região central do país, doando terras para quem quisesse dela cuidar. Segundo Lemes (2009, p. 83). "[...] as Leis Imperiais de 1848 incentivavam a ocupação de regiões para a formação de fazendas, com o objetivo de se criar gado".

Segundo FRANÇA (1995), JUNIOR, MENEZES e SILVA (2012), MELLO (2001) e PINTO JUNIOR (2015) uma das primeiras famílias de proprietários rurais a chegar à região onde hoje

se encontra o município de Jataí foram os Vilelas. Eles chegaram em 1836, juntamente com dois peões e um escravo, vindos do Espírito-Santo dos Coqueiros, município de Lavras do Funil, hoje cidade de Coqueiral, Minas Gerais.

No ano seguinte, foi a vez de José de Carvalho Bastos chegar juntamente com a esposa Ana Cândida Gouveia de Moraes, alguns parentes e peões, vindos do município de Franca, interior de São Paulo. Se instalaram perto do afluente do córrego Bom Jardim com o intuito de desenvolver fazendas para criação de gado.

Conforme ocuparam as terras "os chefes acertaram, de modo definitivo, simples e prático, que todas as terras banhadas por águas afluentes do Ariranha pertenceriam aos Vilelas e as percorridas por tributários do Bom Jardim seriam dos Carvalhos" (FRANÇA, 1995, p. 71).

Por volta de 1838, começam a trazer as primeiras reses para a região, dando início a principal atividade econômica em Jataí. Segundo França (1995), de início o gado era minguado e sem porte, só para a reprodução, interessava a quantidade. Diante disso, o gado cresceu consideravelmente na região.

Os primeiros gados que chegaram na região sudoeste foram trazidos de Minas Gerais e São Paulo, pela conexão econômica que a região tinha com esses estados e da região do Vale do Rio São Francisco, que abastecia várias regiões do país, inclusive Goiás. De acordo com Abreu (1998, p. 203), "[...] dos sertões do Parnaíba e São Francisco e das ribeiras concabeçantes partiu o gado que abasteceu e inçou Minas Gerais, Goiás e indiretamente Mato Grosso [...]".

Os proprietários rurais da região sudoeste de Goiás comercializavam o gado com as regiões do Triângulo Mineiro, Mato Grosso e São Paulo, os quais segundo Lemes (2009, p. 84), eram transportados pelos boiadeiros, "que, além de conduzirem enormes rebanhos, levavam à região notícias, mercadorias e encomendas". O trajeto feito pelos boiadeiros era longo, difícil e em péssimas condições, mesmo assim construiu "uma cultura intrinsecamente ligada à criação do gado; inspirando a culinária, a forma de construir e morar nas fazendas, as vestimentas, a música e a literatura. O boi virou, desta forma música e poesia para o homem do Sertão".

Em algumas fazendas, desenvolveu-se também a monocultura do café, cana-de-açúcar, além de pequenas plantações como milho, arroz e feijão. Assim, as fazendas cresciam e se tornavam um complexo organizacional autossuficiente e independente, onde a agricultura era para subsistência e se aproveitava o máximo da criação do gado.

DO RURAL AO URBANO: A FORMAÇÃO O MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO

Em 13 de maio de 1848, Francisco Joaquim Vilela, juntamente com sua esposa, Genoveva Maximina Vilela, fazem a doação de parte de suas terras para a construção da capela em louvor ao Divino Espírito Santo do Paraíso. Porém, segundo Dorival Carvalho Mello (2001), o registro dessa carta só ocorreu oito anos depois, em 05 de agosto de 1856.

França (1995) descreve, em sua obra Os Pioneiros, a carta escrita por Francisco Joaquim Vilela relatando seu desejo de doar as terras para a construção da capela:

> [...] é nossa vontade doarmos, doarmos para Patrimônio da Capela do Divino Espirito Santo do Paraíso, que se pretende erigir. O córrego denominado Jataí encostado à minha fazenda do Bom Sucesso, sendo os limites desta doação: principiando da barra do dito córrego, pela parte de baixo, águas vertentes do dito córrego, até o alto, divisando do alto por diante com José da Rosa e seguindo pelo espigão mestre até o fim e seguindo pelo espigão águas vertentes do Jataí, divisando com a mesma fazenda Bom Sucesso e seguindo por este abaixo até a sua origem, cujo acima declaro doamos (FRANÇA, 1995, p. 98).

A construção da capela só se concretizou em 09 de junho de 1867, juntamente com um cemitério, três anos após Jataí ser elevado à categoria de Distrito, conforme a Resolução nº 362 do Governo da Província de Goiás. Com isso, o território foi desmembrado da Paróquia Nossa Senhora das Dores do Rio Verde.

> Cumpre destacar também, como a doação de terras para a formação dos patrimônios de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, do Divino Espirito Santo de Jatahy e de Nossa Senhora da Abadia, representou a legitimação da posse da terra. Com a igreja, vinha o Estado [...]. A doação para a igreja adiantou a valorização das propriedades ao mesmo que representou a criação dos povoados [...] (PINTO JUNIOR, 2015, p.81).

Isso nos mostra que por trás de um ato de devoção, estavam interesses individuais dos proprietários em assegurar suas terras e valorizá-las.

No lançamento da pedra fundamental da Igreja Matriz em 9 de junho de 1867 foi realizada uma missa celebrada pelo padre Antônio Marques Santarém, acompanhada pela população local. Sete dias depois, foi lançada a pedra fundamental do cemitério, no dia 16 de junho de 1867, sob as bênçãos do mesmo padre. (MELLO, 2001, p. 21 e 22). Contudo, dezessete anos depois, esse cemitério foi desativado devido à longa distância que ficava do povoado.

Com um vasto território, era preciso delimitar suas divisas, então "em 02 de agosto de 1875, o presidente da Província de Goiás, Antero Cícero de Assis [...]" estabeleceu pela Resolução de nº 547 os limites do município de Jataí:

> Das cabeceiras do rio Doce, pela estrada geral que da cidade de Goiaz vai para Coxim; por ella até o rio Verdinho, e por este até sua foz no rio Paranahyba, e por este acima até a barra do rio Claro, e por esta até a barra do rio Doce, e por este até suas cabeceiras, onde começou a divisa (JÚNIOR, MENEZES e SILVA, 2012, p. 28).

No mesmo ano de delimitação de suas divisas Jataí ganhou a primeira escola, cujo nome era Casa da Escola. A instituição foi construída pelos pioneiros José Manoel Vilela e José de Carvalho Bastos para atender os alunos do sexo masculino, pois "o ensino ao sexo feminino não era cogitado pelo Poder Público" (MELLO, 2001, p. 26).

O interesse na construção da escola se deu pela determinação do Governo que estabelecia que "nenhuma povoação será elevada de freguesia à categoria de vila ou cidade sem ter primeiro edifício público para escola de primeiras letras do sexo masculino" (MELLO, 2001, p. 26).

Pouco a pouco, a freguesia de Jataí ia crescendo, em 1879 já possuía cerca de 30 moradias segundo MELLO (2001, p.31). No dia 29 de julho de 1882 deixa de ser freguesia para se tornar vila, através da Resolução nº 668. Dois anos depois a construção da Casa da Câmara e Cadeia já estavam concluídas para a realização das primeiras eleições, a fim de constituir a primeira Câmara dos Vereadores. Não houve disputa eleitoral, pois, "os vereadores foram indicados pelos moradores de maior poder econômico, de mais prestígio social e de reconhecida capacidade de comando" (JÚNIOR, MENEZES e SILVA, 2012, p. 29).

Esse modelo de política ficou conhecido como coronelismo, no qual o poder era concentrado nas mãos de pessoas com poder local, geralmente grandes latifundiários. Eles ganhavam mais autonomia para comandar a política local em troca do apoio ao governo federal, e exerciam, como ficou conhecido, pacto oligárquico.

Após a abolição da escravatura em 1888, se tornou comum o emprego do agregado nas propriedades rurais, cujas experiências de trabalho se caracterizavam pelas trocas de jornadas entre vizinhos, pelos mutirões e traições.

Essa cultura, da produção agropecuária familiar ser intermediada pela figura dos meeiros e pequenos arrendatários de terra,

se perpetuou por muitos anos nas fazendas, tornando uma tradição que acabava sempre em muita festa pelos fazendeiros envolvidos.

Para que a Vila do Paraíso se tornasse cidade, foi preciso desmembrar-se do município de Rio Verde, ao qual fazia parte. Então, em 20 de fevereiro de 1890, o Governo da província criou o município de Jataí através do decreto nº 16 (MELLO, 2011, p. 51).

Cinco anos depois, em 31 de maio de 1895, Jataí foi elevado à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 56, em 1895 (PINTO JUNIOR, 2018, p.15), tendo um imenso território preservado neste desmembramento.

> Posteriormente, o território do município de Jataí seria paulatinamente dividido, dando origem a outros 12 municípios. Além de Jataí surgiram os municípios de Mineiros, Serranópolis, Perolândia, Portelândia, Santa Rita do Araguaia, Chapadão do Céu, Aporé, Aparecida do Rio Doce, Caçu, Itarumã, Itajá e Lagoa Santa (PINTO JUNIOR, 2018, p. 15).

Quando o viajante Oscar Leal passou por Jataí em 1890, a população em sua maioria morava nas fazendas, somente o comércio ficava na cidade e poucas casas que serviam de pouso durante as festas.

Leal relatou que a vila possuía uma rua e duas praças, que era movimentada somente nas festas religiosas ou populares. "Há alli seis boas casas de fazendas, varias tavernas, duas officinas de ferreiro, tres de carpinteiro, duas escolas públicas (fechadas n'essa ocasião)" (LEAL, 1980, p. 193).

As estradas de Goiás, que davam acesso a Jataí eram péssimas, dificultando as viagens dos comerciantes e encarecendo as mercadorias. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos comerciantes, a economia da região sudoeste se desenvolveu bem, "os produtores souberam manter a cadeia produtiva funcionando" (PINTO JUNIOR, 2018, p. 69), demonstrando que a região sudoeste caminhava de acordo com suas possibilidades.

Um dos meios de transporte utilizados nessa época eram os carros de bois, (PINTO JUNIOR, 2015, p. 93). Após a construção de rodovias, pouco a pouco os carros de bois foram substituídos pelo automóvel.

> O carro e as rodovias mudaram muito rapidamente a paisagem do Sudoeste goiano, a paisagem do boi, onde até então a agricultura estava em segundo plano. [...] foi no Sudoeste que se inaugurou a primeira estrada automotiva do estado de Goiás. A ligação com outras regiões do país, a exceção via carros de bois e cavalos, tornou-se um ponto crucial para a população, que se via isolada do restante do estado e do país e se sentia preterida politicamente (LEMES, 2009, p. 85).

As fazendas começaram a ser influenciadas pela modernidade iminente de 1930, que pouco a pouco resignificaria, no futuro, as tradições rurais. A imagem de um Brasil moderno era vendida pelas revistas, que criaram um imaginário de degradação do mundo rural *versus* a modernização da urbanização (PINTO JUNIOR, 2015, p. 257).

AÇÃO ESTATAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO CERRADO GOIANO

A década de 1930 foi de grandes mudanças para o Brasil e para o Estado de Goiás. Segundo Mello (2003, p. 88), houve uma "reorganização na política e na economia brasileira" momento em que "o Estado "forte" passou a intervir e criar as condições para o desenvolvimento econômico capitalista no país".

Essa política iniciou-se na "Era Vargas" com a Marcha para o Oeste. De acordo com Chaul (2011) e Mello (2003), o objetivo desse projeto era povoar e explorar economicamente as regiões do interior do país e conectá-la com as demais através das políticas nacionais de colonização, integração nacional e interiorização dos recursos direcionados pelas políticas desenvolvidas pelo governo.

> Mediante esses objetivos, o Governo eliminou as barreiras alfandegarias entre os estados e implantou infra-estruturas de transportes e comunicação. Então, o território goiano passou a ser receptáculo do moderno. Isso se materializou nas infra-estruturas como a estrada de Ferro de Goiás e, principalmente, na construção da nova capital do estado, Goiânia. [...] (MELLO, 2003, p. 88).

O Estado passa a intervir de forma mais incisiva e criar condições para o desenvolvimento econômico capitalista, através da industrialização interna com a instalação de setores tecnologicamente avançados, que exigiam altos investimentos para atender aos objetivos desse projeto.

Posteriormente, a década de 1950 é marcada pela forte industrialização nacional que objetivava uma autonomia em relação ao capitalismo internacional. Isso acarretou mudanças no estilo de vida da população, principalmente das grandes cidades, local onde se concentravam as indústrias.

O ideário estava focado na modernização do país através da macropolítica de conjugação da urbanização e industrialização e, consequentemente, do incentivo e melhorias da produção agrícola através de investimentos estrangeiros juntamente com ações estatais. Segundo Ribeiro (2003), nessa época a economia foi marcada pela integração e subordinação ao mercado internacional.

O Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) estabeleceu as ações com as quais pretendia desenvolver economicamente o país. Utilizando os *slogans* "Cinquenta anos em cinco" e "energia e transporte", desenvolveu um Plano de Metas para identificar os setores carentes de investimentos, propondo 30 metas, organizadas nos setores de energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação, além da construção da nova capital federal, Brasília, no Planalto Central.

A construção de Brasília foi um marco importante para Goiás e todo o Centro-Oeste, pois constituiu elemento para a consolidação do projeto de ocupação do Centro-Oeste (MELLO, 2003). Esses projetos podem ser entendidos como a continuidade da estratégia que Getúlio Vargas iniciou, de governar para o desenvolvimento econômico e social, de fortalecer a Marcha para o Oeste, priorizando e acelerando a integração nacional.

No período do regime da ditadura militar, se acelera a realização de ações e planos estatais voltados a promover a transformação econômica, social e política brasileira, alcançando a produção agrícola em diferentes regiões do país pela adoção da produção mecanizada.

Foram seis os Planos de Governo, entre 1963 e 1979, os quais Segundo Arantes (1999, p. 46) "todos com uma característica comum: a forte participação do Estado, implantando programas com o objetivo de crescimento da economia. Em cada um destes Planos foi incluído um tópico sobre o setor agrícola, definindo políticas e metas".

Esses planos tiveram papel fundamental na modernização do país, com a criação de propostas que se transformaram em Leis e passaram a ser executadas. A partir desse momento, os governos locais, regionais e nacional focaram ações para a concretização dos planos e metas para desenvolvimento da modernização da agricultura no país.

Com destaque para o programa POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oste), que influenciou diretamente nas transformações do modo de cultivo do município de Jataí-GO, contribuiu com a implantação de infraestrutura para a mecanização agrícola, como construção de armazéns, apoio à pesquisa, assistência técnica, ampliação do sistema de transporte e de rede de energia e exploração de calcário, nas regiões Centro-Oeste e Oeste do Estado de Minas Gerais, com o aproveitamento racional e em escala empresarial de áreas com características de Cerrado.

Após 1970 a modernização na agropecuária transformou o modo de produção trazendo uma nova configuração na relação campo-cidade.

> As atividades de plantio, manejo, colheita, próprias do campo, demandam outras, que se dão no urbano, tais quais a comercialização, o processamento e o escoamento dos grãos e derivados. O resultado final do conjunto de novas funções do campo e da cidade geram novas formas e funções que redimensionam a organização da paisagem e do espaço numa escala bem maior, se comparada à pecuária e/ou a outras práticas agrícolas que não a monocultura voltada à exportação (RIBEIRO, 2003, p. 38).

A onda de modernização que mexeu em toda estrutura interna do país, entre as décadas de 1960 a 1980, também culminou em mudanças no município de Jataí, através da mecanização da agricultura no município. A implantação desse novo modelo produtivo acarretou em mudanças tanto no campo como na cidade e o antigo modelo de cultivo foi gradativamente sendo substituído.

MUDANÇAS NO MODO DE CULTIVO DO MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO

O modo do cultivo das terras no sudoeste de Goiás não utilizava muitos maquinários ou uma tecnologia avançada até a década de 50. Sua economia era baseada na agricultura do tipo familiar com venda dos excedentes de produção, a qual se plantava arroz, feijão, milho e café, associada a criação de gado. As experiências de traba-

lhos se caracterizavam pelas trocas de jornadas entre vizinhos, pelos mutirões e traições.

> Além da criação de gado para fins comerciais, a região comercializava, também, a produção agrícola excedente. As lavouras não tinham como objetivo primeiro a produção para comercialização, e sim a manutenção dos residentes na zona rural, porém o excedente da produção era, em alguns momentos, destinado ao mercado. Esta prática de economia de excedentes não era aplicada ao cultivo do arroz. Este produto, embora fosse cultivado, na maioria das lavouras, com fins de subsistência, já vinha sendo cultivado, também, para ser levado aos mercados do Triângulo Mineiro (RIBEIRO, 2003, p. 32).

Essa região, composta pelos estados que representam a maior parte da vegetação do cerrado brasileiro, não era considerada de boa qualidade para o cultivo de grandes lavouras, devido à falta de técnicas de melhoramento,

> [...] Deste fato decorre a utilização das terras em larga escala para a pecuária, de modo que as terras são consideradas "desperdiçadas", uma vez que grandes extensões eram ocupadas pela criação de gado, que, com técnicas de pastoreio e pastagens mais avançadas, poderia se dar em extensões mais diminutas, no entanto essa atitude só teria sentido se houvessem técnicas de aproveitamento racional destas terras para o cultivo (RIBEIRO, 2003, p. 35-36).

Desde a chegada dos primeiros fazendeiros, em 1836, até meados de 1960, a forma de se cultivar a terra pouco havia mudado. Tinha-se algumas plantações, mas a predominância era a criação de gado, que transformou o cenário dos cerrados até a modernização agrícola.

O governo colocou em prática o plano de desenvolvimento técnico-científico com objetivo de promover o desenvolvimento em diversas áreas no país, embora tivesse como foco privilegiado a modernização da indústria e agricultura.

O reflexo disso no espaço rural foi a expressiva transformação econômica e social, alterando profundamente sua base produtiva com modernas e sofisticadas técnicas de produção.

A partir de 1970, a região do Centro-Oeste vivenciou uma onda de investimentos no agronegócio, apoiados pelos créditos rurais que muito beneficiaram a região, trazendo uma rápida modernização para agricultura.

Em março de 1976 foi assinado os contratos de financiamentos com o Banco do Estado de Goiás, para os primeiros projetos aprovados para o município. Segundo reportagem do Jornal do Sudoeste, cerca de 650 mil cruzeiros foram disponibilizados para três projetos, e 50 milhões para dez projetos em andamento.

Uma das principais preocupações da região era aumentar a produtividade e melhorar a qualidade da produção de grãos. Para atingir tal objetivo, o ministério da agricultura ofereceu melhores vantagens em financiamentos para os produtores que investissem no melhoramento das sementes.

Além do financiamento para a produção, os bancos financiavam tratores e colheitadeiras. O número desses equipamentos no campo aumentava a cada ano, o que trouxe uma modernização, modificando a forma de cultivar.

Segundo a análise de Arantes (2001), o tamanho da propriedade influenciou no tipo de equipamento utilizado no cultivo da terra. Em áreas menores, se utilizavam mais os tratores e em áreas maiores as colheitadeiras. Em Jataí, de acordo com o relato do gerente do Banco do Brasil, "a agência financiou até 1974, 180 tratores e que só em 1975 o número de financiamento deste foi de 142. Já o financiamento de colheitadeiras até 74 foi de 23, para 25 em 1975" (Jornal do Sudoeste, 1976, p.1). Esses dados nos mostram que o número de tratores estava diminuindo e das colheitadeiras lentamente aumentando.

Outro produto que passou a fazer parte do cultivo da terra e ganhou importância nesse contexto foi o adubo químico, elemento significativo para o processo de modernização e ampliação da agricultura. Os adubos químicos contribuíram para o preparo da terra e facilitava o processo de produção.

A necessidade de usar insumos para o melhoramento do solo incentivou a construção de uma empresa de calcário na região. Segundo reportagens do Jornal do Sudoeste, o Banco do Brasil financiou, através do POLOCENTRO, a construção do moinho de calcário em Perolândia, na época pertencente em Jataí.

Além dos produtos cultivados na região, a soja foi introduzida no município após a década de 70, com a chegada dos sulistas e

suas técnicas de cultivo e maquinários modernos, o que contribuiu para a alteração gradual do modo do cultivo no município de Jataí.

> [...] A região Sudoeste, já bem servida de estradas que ligam a região com o sudeste brasileiro, via triângulo mineiro, floresce com o arroz e o feijão, nas décadas de 40 a 60; com o algodão e milho nas décadas de 60 – 70; e a partir dos anos 70, com a soja (ARANTES, 2001, p. 77).

A soja se adaptou bem ao solo devidamente preparado e se destacou em relação aos demais produtos agrícolas cultivados na região. Na década de 1980, passou a ocupar a maior parte da área colhida do município, conforme aponta os dados a seguir:

TABELA 01 - Área colhida dos principais produtos agrícolas no município de Jataí, entre 1970 e 2000 em anos selecionados.

Produtos agrícolas	Jataí: anos/ referencia/área colhida em há.					
	1970	1975	1980	1985	1996	2000
Café	58	49	201	0	5	5
Algodão	0	0	0	38	0	0
Arroz	5.230	34.242	42.964	18.188	6.634	4.500
Cana	108	0	168	78	60	60
Feijão	1.527	688	1.184	272	342	1.886
Mandioca	321	86	166	211	150	300
Milho	3.125	2.423	4.117	4.678	52.022	100.029
Soja	5	140	1.372	52.120	91.768	157.300
Total em área colhida/ano	10.374	37.628	50.172	75.585	150.981	264.080

FONTE: IBGE, Censos agropecuários de 1970 a 2000.

Segundo evidencia a tabela, nos anos anteriores a porcentagem da produção da soja era bem inferior em comparação ao arroz, que era um dos principais produtos cultivado nessa região, mas supera em 69% a área cultivada no município, em 1985.

A utilização de maquinários no processo de produção, de processos químicos para a correção do solo e do melhoramento genético de sementes, foi sendo incorporado na agricultura para atingir o objetivo de aumentar e melhorar a produção, tornando o país um grande exportador de grãos. Essas mudanças oportunizaram o aumento das riquezas e ressignificaram o Cerrado brasileiro na produção agrícola da região.

MUDANÇAS NA ÁREA URBANA DE JATAÍ-GO

Diante do quadro apresentado até agora, segundo os estudos de Melo (2003) e Ribeiro (2003) com o início da implantação da modernização agrícola no município de Jataí, houve uma (re) organização sócio-espacial.

Ocorrem modificações nas relações econômicas, crescimento populacional, expansão da área urbana e implantação de infraestrutura para atender as novas demandas. A cidade passou por transformações rápidas e profundas, com isso a relação campo- cidade toma novas configurações.

> [...] à cidade [...] passa a ser o *locus* de apoio à novidade; as funções urbanas são redirecionadas de acordo com as novas funções rurais. Na maioria dos setores de serviços e comércio,

> identifica-se o traço do novo modelo de produção agrícola. Lojas de revendas, de máquinas, implementos, insumos e sementes, agências bancárias, empresas de assistência técnica, agroindústrias de capital nacional e internacional, cooperativa de produtores, escritórios de corretores de grãos, escola de agronomia e tantos outros serviços se instalaram rapidamente na cidade (RIBEIRO, 2003, p.57).

Várias empresas e cooperativas, especializadas no agronegócio, instalam-se no Sudoeste de Goiás, inclusive em Jataí, para dar suporte á produção de grãos, realizando a oferta de insumos, maquinários agrícolas, armazenagem e escoamento da produção. Segundo dados de Assis (1991), a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), a Comércio e Indústrias Brasileiras (COINBRA) e a Cargill Agrícola, implantada em 1987, contribuíram para o fortalecimento da infraestrutura local que deu suporte ao cultivo de grãos.

Os financiamentos que contribuíram para incentivar e aumentar a produção mecanizada eram disponibilizados pelas agências bancárias. De acordo com Assis (1991), no período, várias agências bancárias se instalaram no município, que chegou a contar com 11 em 1980. Além do financiamento para a produção, os bancos financiavam tratores, colheitadeiras, construção de armazéns e aquisição de insumos.

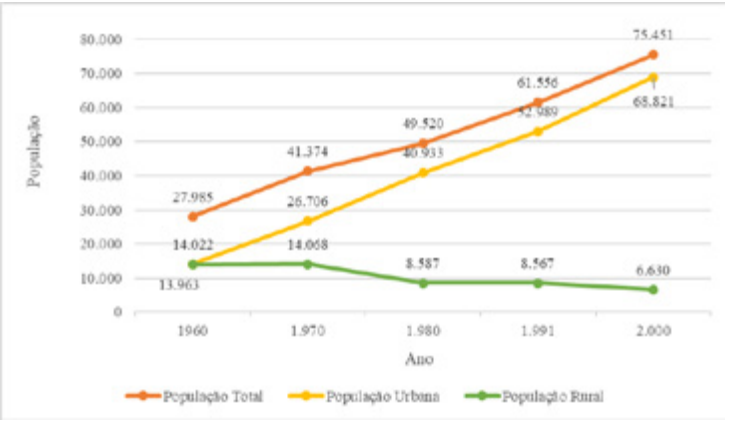
A demanda por mão-de-obra qualificada para manusear os equipamentos foi atendida pelo Estado por meio do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que disponibilizou

curso para formação de 40 mil tratoristas no Brasil. Na escala local, ocorreram investimentos na qualificação através de escolas e universidades como a Universidade Federal de Goiás (1982), o CESUT (1985) e a Escola Técnica Federal de Goiás (1988), trazendo cursos técnicos e profissionalizantes.

Segundo publicações do Jornal do Sudoeste, outros problemas que também surgiram, devido ao aumento da população nessa época, gerou a necessidade de melhorar a infraestrutura em vários setores. Foi necessário melhorar e ampliar a rede de esgoto e a rede elétrica em alguns setores na área urbana do município, implantar medidas para melhorar o deslocamento de automóveis, devido ao aumento do fluxo de trânsito na cidade, isso fez com que o município ganhasse uma delegacia Regional de Polícia, com departamento no Detran, trazendo a possibilidade de resolver problemas nessa área. Houve a instalação de linhas telefônicas, da antena que transmitiria a TV em cores e a construção do núcleo habitacional do BNH (Banco Nacional de Habitação), em 1975, para tentar solucionar o problema habitacional da comunidade.

No município de Jataí, entre os anos de 1960 a 2000, ocorrem simultaneamente dois processos, o de crescimento e o de urbanização (Gráfico 1). Na década de 1960 os números da população urbana e da população rural eram bem próximos, esse número começa a se distanciar após a década de 1970, quando o município se torna atrativo para a produção mecanizada, recebendo migrantes (principalmente oriundos do Sul do país), e se tornam discrepantes após a década de 1980, quando se cristaliza o novo modelo de produção.

Gráfico 1 - Jataí (GO): Evolução da população de 1960 a 2000



Fonte: IBGE (2021)

O crescimento populacional observado não poderia ser sustentado apenas pelo crescimento vegetativo. Dentre outros motivos, a tecnificação das atividades agropecuárias faz com que ocorra a inversão na tendência de crescimento da população urbana e rural. Segundo Santos (2009, p. 129) "já em 1990, as estimativas admitiam que todos os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, Exceto Mato Grosso, teriam população urbana superior a 70%". No município de Jataí-GO a população rural, que representava 34% do total no ano de 1970 chega ao ano de 1991 representando 19% (IBGE, 2021).

O êxodo rural, consequência dessa modernização, elevou o fluxo de pessoas dispensadas dos trabalhos rurais devido à mecanização, o que acarretou em problemas sociais como o aumento do índice da pobreza. Em 1975, publicações do Jornal do Sudoeste,

enfatizavam a necessidade de construções de casas populares para atender a crescente população na cidade.

Além dos problemas sociais, houve uma degradação muito grande com o desmatamento de grande parte do Cerrado. Na região do Sudoeste, segundo publicação do Jornal local, a Empresa Goiás-rural desmatou mais de 34 mil hectares até 1975.

> De junho de 1973, quando iniciou suas atividades neste município, até abril de 75, a Empresa Goiásrural – 8ª Regional de Jataí, apresenta o seguinte volume de serviços já realizados: DESMATAMENTO – Jataí 12364 ha, Serranópolis- 4.843 ha, Mineiros – 8.492 ha, Aporé – 634 ha, Caçu – 1.618 ha, Portelândia – 838 ha, Caiapônia – 5.216 há e Santa Rita do Araguaia – 967 há, somando ao todo 34.937 já terras desmatadas nestas regiões.
>
> Ainda naquele período e nos mesmos municípios, o Goiásrural construiu 16 barragens, 218 Km de estradas rurais e 70.680 metros cúbicos de terraplanagem (JORNAL DO SUDOESTE, 1975, p. 4).

Essa degradação já vinha sendo feita desde implantação de pastagens para a criação de gado. No livro "Serra do Cafezal", Lima (1988) ilustra a destruição da paisagem do Cerrado comparando como era a fauna e a flora quando era criança e como ficou após a implantação do processo de modernização da agricultura na região. Segundo a autora:

> Quem atravessasse a cavalo aquelas vastas campinas na quadra das chuvas teria a oportunidade de ver desfilar uma rica fauna. [...]
>
> Esses campos que descrevo aqui, já não existem mais. As máquinas assassinas do Progresso passaram sobre eles e, arrastando tudo consigo, deixaram a terra nua de qualquer vegetação. Ao ronco furioso dos tratores, os animais fugiram espavoridos e a terra, limpa, sem árvore, ficou para sempre deserta (LIMA, 1998, p. 27).

Mesmo que a modernização agrícola acarretou em consequências negativas, a cidade cresceu e se transformou, se tornando destaque do agronegócio do Estado de Goiás, devido as ações estatais do governo que trouxe uma modernização do processo de produção.

Essa modernização na indústria e no agronegócio não foi um fato isolado ou exclusivo do município de Jataí, trata-se de um movimento de escala mais ampla, orquestrado pelo grande capital e que alcançou diferentes espaços com capacidade de transforma-los para atender aos propósitos da reprodução do capital e da mundialização da agricultura.

Esse desenvolvimento, que ocorreu após o interesse de modernizar o país, apresentou dois lados. Um deles percebemos através de mudanças na infraestrutura da cidade, com construções de escolas, hospitais, ampliação da rede elétrica e de saneamento básico, instalações de tecnologias e meios de comunicação e a abertura e pavimentação de estradas.

O outro lado foram as consequências desse desenvolvimento, ocasionado pela modernização agrícola e industrialização do país, trazendo um intenso fluxo de migração e urbanização em razão do êxodo rural. Segundo Machado (1998, p.169), "o lado adverso do progresso e do desenvolvimento econômico acarretou para toda a sociedade brasileira, que viveu a euforia do milagre econômico, um crescente índice de miséria, pobreza e violência policial", além do rompimento do estilo de vida ruralista existente até a década de 1970.

A vertiginosa mudança não colocou fim aos problemas oriundos da má distribuição de renda e das injustiças sociais dela decorrentes: acabar com o latifúndio, desapropriar terras improdutivas e distribuir a renda continuam a ser palavras de ordem que resistem ao tempo, porque dependem de mudanças de mentalidade. No país, 0,9% dos grandes proprietários possuíam mais de 35% das terras (MACHADO, 1998, p. 46).

Após a década de 1980, diante de todos esses problemas que surgiram na sociedade, o país percebeu que toda essa euforia em busca do desenvolvimento era uma ilusão que trouxe consequências profundas.

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto neste trabalho podemos concluir que a mecanização dos meios de produção, devido a modernização agrícola, trouxe grandes transformações, tanto na cidade quanto no campo.

Houve uma reorganização social e espacial, e a cidade passou a atender a nova demanda da produção mecanizada e de grande escala. "A industrialização acelerada e a urbanização rápida vão criando novas oportunidades de vida, de investimentos e oportunidades de trabalho" (MELO, NOVAIS, 1998, p. 581).

Se antes as grandes fazendas de criação de gado no modelo de produção rudimentar eram a base da economia da cidade, depois de 1970 são as grandes lavouras de soja e milho com um maquinário moderno que passavam a predominar no cenário rural e urbano.

Podemos perceber que não houve uma quebra na estrutura oligárquica dos grandes latifundiários, mas sim um reforço do monopólio da terra através da modernização agrícola.

Os pequenos proprietários rurais foram sendo excluídos pouco a pouco do processo de produção, devido a facilidade de financiamento de crédito que privilegiavam os produtos destinados à exportação e as grandes propriedades que se tornassem grandes produtores.

Isso ocorreu com mais intensidade com a chegada dos sulistas no município de Jataí na década de 1970, que introduziram o cultivo da soja e de técnicas de cultivos modernas.

Notamos um desenvolvimento acelerado na estrutura da cidade com o melhoramento da rede elétrica e de saneamento básico, a instalação: de várias linhas telefônicas, de universidades, de empresas nos mais variados setores, gerando mais empregos, escolas de todos os níveis, e a construção de mais casas, etc.

No entanto, esse processo também foi responsável pelo acarretamento de problemas sociais e ambientais, devido a rápida urbanização e a introdução desse novo modelo de produção.

A conclusão que se tem dessa onda de desenvolvimento após a década de 1980, foi de uma ideia ilusória e frustrante, com problemas que se arrastam até hoje, como a dívida externa do país adquirida nesse período de impulso econômico entre os anos de 1964-85. Porém, não se pode negar também que o desenvolvimento agrícola trouxe contribuições para o país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Conselho editorial do Senado Federal. Brasília, 1998.

AMORIM, Eron Meneses de. Morrinhos: **Coronelismo e Modernização 1889 – 1930**. Dissetação (Tese de Mestrado). Goiânia, 1998.

ARANTES, PEDRO FERREIRA. **MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DE GOIÁS 1970 - 1995**. 2001. Tese (Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

BARROS, Jose D´Assunção. "História, região e espacialidade" In: **Revista de História Regional**, *v. 10.* Ponta Grossa: UEPG, Verão, 2005.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora UFG. 2001.

Construção de Brasília. Dispónivel em: www.memorialdademocracia.com.br/card/contrucao-de-brasilia. Acesso em 27/03/2019 às 09:13.

COUTO, Ronaldo Costa. **O essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza**. São Paulo: Ed. Planeta, 2013. E-book

DOCUMENTÁRIO HISTÓRICO DE JATAÍ, A obra do século. Jataí-GO, 1991.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. Goiânia: Editora da UFG, 1995 (1954).

LEMES, Cláudia Graziela Ferreira. **De "Minhoca a Beija-Flor" A participação feminina na polí-**

tica do Sudoeste Goiano 1930-1947. Dissertação de Mestrado – Culturas, fronteiras e identidades. Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade de Goiás. Goiânia. 2009.

LIMA, Binômino da Costa; FRANÇA, Almério Barros. **Primeiros Fazendeiros do Sudoeste Goiano e do Leste Mato-Grossense**. Jataí (GO): Sudográfica, 2004.

LIMA, Maria Eloá de. **Serra do Cafezal - Retratos e Lembranças**. Goiânia: Editora UFG. 1988.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura Popular – em busca de um referencial conceitual**. In: Cadernos de História. Uberlândia: Edufu, n.5, jan/dez. 1998.

MARTINS, Alécio Perini. **Dos posseiros aos migrantes: formação territorial e econômica do município de Jataí/GO.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

MELLO, Dorival Carvalho. **Jatahy, páginas esquecidas**. Jataí: Sudográfica, 2001.

MELLO, Dorival de Carvalho. **Nos porões do passado 2**. Jataí: Ed. Sudográfica, 2011.

MELLO, Dorival de Carvalho. **Nos porões do passado 3**. Jataí: Ed. Sudográfica, 2016.

MELLO, Dorival de Carvalho. **Nos porões do passado:** a descoberta de Jataí. Jataí: Ed. Sudográfica, 2002.

MELO, João Manoel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade moderna. *In*: NOVAIS, Fernando A. *et al*. **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Schwarcz, 1998.

MELO, Nágela Aparecida. **Interação Campo-Cidade: a (re) organização sócio espacial de Jataí (GO) no período de 1970 a 2000**. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2003

MELO, Nagela Aparecida; RIBEIRO, Dinalva Donizete; SOARES, Beatriz Ribeiro. **CHAPADÃO QUE VIROU MAR: (MAR) DE SOJA – o caso de Jataí (GO). Revista UFG**. Janeiro/ Dezembro 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. São Paulo: Editora Autentica, 2003.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves. **Território Hipotético: sudoeste de Goiás (1890-1940)**. Curitiba: Editora CRV. 2018.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves. **Viver no sertão: fazendas do Sudoeste de Goiás (1890-1930): território, arquitetura e cotidiano**. Curitiba: Editora CRV. 2015.

PINTO JÚNIOR, Rafael Alves; MENEZES, Marcos Antônio de; SILVA, Adriano Freitas Silva. **JATAHY – ESPAÇOS DE MORAR -1880-1935.** Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Modernização da agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí - GO**. Dissertação (mestrado em Geografia). Presidente Prudente: [s.n.], 2003.

SILVA, Marcelo Corrêa da; BOAVENTURA, Vanda Maria; FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares.

HISTÓRIA DO POVOAMENTO BOVINO NO BRASIL CENTRAL. **Revista UFG**. Dezembro 2012.

FONTES

A UTILIZAÇÃO DE SEMENTES MELHORADAS É IMPORTANTE. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 21 set a 27 set. 1975, nº 17, p. 4.

APROVADO O PRIMEIRO POJETO DO POLOCENTRO. **Jornal do Sudoeste,** Jataí-GO, 15 maio 1976. n. 44, ano 01, p. 03.

BRASIL. Lei 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de novembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm>. Acesso em 9 junho. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. Diário Oficial da União, Brasília, DF 4 de dezembro de 1974. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm>. Acesso em 9 junho. 2019.

CBT FAZ DEMONSTARÇAO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 13 a 19 set 1975, nº 7, p. 1.

CERRADOS DOBRAM A RIQUEZA AGRÍCOLA DO PAÍS. **Jornal do Sudoeste**, Jataí-GO, 28 mar. 1976, 18 abr. 1976, n. 37 e 40, ano 01, p. 01 e p.04.

Constituição de 1891. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html. Acesso em 7/10/2018 às 17:50.

Constituição de 1934.Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 7/10/2018 às 17:45.

DEPUTADO PEDE ATENÇÃO P/ BR-158 E BR-359. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 28 set a 4 out 1975, nº 18, p. 5.

É PROBLEMÁTICA A FALTA DE LOCAIS PARA A ESTOCAGEM DA SUPER SAFRA DE ARROZ. **Jornal do Sudoeste**, Jataí-GO, 9 maio, 1976. n. 43, ano 01, p. 03.

FAZENDEIROS APRENDERÃO ARMAZENAGEM. **Jornal do Sudoeste.** Jataí-GO, 25 jan. 1976. n. 32, ano 01, p. 07.

HORTAS COMERCIAIS. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 27 julh a 2 agos 1975, nº 9, p. 7.

JATAÍ ENTRE OS 500 MUNICÍPIOS MAIS DESENVOLVIDOS DO BRASIL. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 19 out a 25 out 1975, nº 21, p. 4.

LEAL, Oscar. **Viagens as terras goyanas (brasil Central)**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECNÔMICA. Brasília: Programa de ação econômica do governo – PAEG I e II, 1964 a 1970.

MOBRAL DARÁ CURSO PARA FORMAÇÃO DE 40 MIL TRATORISTAS. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 25 jan. 1976. n. 32, ano 01, p. 07.

POLOCENTRO: MULTIPLAS OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO. **Jornal do Sudoeste**.

Jataí-GO, 19 out a 25 out 1975, nº 21, p.7.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília: Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social, 1963 a 1965. Metas e base para ação do governo, 1970 a 1973. I e II PND, 1972 a 1979.

PRESIDENTE DA CASEGO DEBATE PROBLEMAS EM JATAÍ. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 19 out a 25 out 1975, nº 21, p. 1

PRESIDENTE DA SANEAGO FALA SÔBRE AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO NO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGÔTO EM JATAÍ. Jornal **do Sudoeste**. Jataí-GO, 14 dez 1975 nº 29, p. 4.

PROGRESSO CHEGA AO CERRADO. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 29 jun. a 5 jul. 1975, n. 05, ano 01, p.03.

PRONAP – FICOU MAIS FÁCIL MELHORAR AS PASTAGENS. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO,

6 a 12 set 1975, nº 6, p. 7

TÉCNICOS RECOMENDAM MELHOR FÓRMULA DE APROVEITAR CERRADOS. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 21 março 1976, nº 35, p. 7.

TRANSITO EM JATAÍ É UMA CALAMIDADE. **Jornal do Sudoeste**. Jataí-GO, 14 jun 1975, nº 10, p.1.

ESCREVER A HISTÓRIA DE JATAÍ: NARRATIVAS HISTÓRICAS, LITERÁRIAS E MEMORIALÍSTICAS

PIONEIROS (1954): UM OBJETO CULTURAL E UMA NARRATIVA HISTÓRICO-LITERÁRIA PARA JATAÍ

Ana Lorym Soares[1]

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros contatos com a produção bibliográfica goiana chamou-me atenção a vasta quantidade de romances históricos existentes sobre assuntos reconhecidos como regionais ou próprios da realidade histórico-social de Goiás – ou de suas cidades individualmente. Textos com essas características encontravam-se disponíveis aos leitores já no século XIX,[2] avolumaram-se durante

1 Professora de Teoria e Metodologia da História do Curso de História da Universidade Federal de Jataí – UFJ; Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Autora de O livro como missão: a publicação de textos psicografados no Brasil dos anos 1940 a 1960. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2018. Contato: analorym@gmail.com

2 José Martins Pereira de Alencastre, que foi presidente da Província de Goyaz, escreveu dois romances de temáticas históricas em 1852: O cavaleiro da cruzada e Os jesuítas; o padre Raimundo Trigant des Genettes, residente em Luziânia, publicou o romance histórico O inconfidente (1862); Os voluntários (1880) foi publicado em folhetim por Manoel Cavalcante de Albuquerque (conhecido pela alcunha MAC).

o século XX,[3] permanecendo atual como gênero frequentado.[4] Paulatinamente fui observando, em relação às obras de caráter historiográfico que havia uma lacuna expressiva para o período histórico compreendido entre a maior parte do século XIX – "pós-crise da mineração" – e as primeiras décadas do XX – antes da fundação de Goiânia, quando um esforço memorialístico e historiador se acomodou em torno da nova capital goiana. Enquanto nos diferentes estados – antes províncias – brasileiros é possível recuperar um acervo significativo de livros e artigos sobre história dos lugares para o período mencionado – com ou sem visão crítica ou acuidade teórico-metodológica exigidas pelo gênero historiográfico –, em Goiás, parece-me que a forma discursiva romance histórico ocupou em larga medida essa função e, por muito tempo e em vários casos, tem operado como correspondente historiográfico.[5]

Muitos enquadramentos podem ser feitos e variadas são as interrogações que podem ser dirigidas a esse fenômeno, de modo a explorar ao máximo a riqueza teórica e historiográfica que o funcionamento híbrido dos gêneros textuais revelado na produção intelectual goiana. Tal é o meu propósito neste texto, mesmo de modo inicial, ao examinar o romance histórico *Pioneiros* – de autoria de Basileu Toledo França –, que aqui é investigado como um

3 Por exemplo: Barro preto (1941), de João Batista Gonçalves Accioli Martins Soares; Terra vermelha (1945), de Francisco Ayres; Pium, nos garimpos de Goiás (1949), de Eli Brasiliense Ribeiro; Morena (1958) e Paredes agressivas (1979), de Ada Curado; Sangue (1958) e Horizontes goianos (1977), de Geraldo de Freitas Silva; Sombras em marcha (1983), de Rosarita Fleury; Capangueiros e jagunços (1987), de Basileu Toledo França; Epopeia dos sertões (1998), de William Agel de Mello.

4 Identifiquei, entre outros, os romances históricos: Maria Prudenciana (2004), de Maria Eloá de Souza Lima; Saga, suor e sangue (2002), João Lira; O comissário (2004), de Guy Cavalcanti; Naqueles morros, depois da chuva (2011), de Edival Lourenço.

5 Essa é uma hipótese que pretendo explorar em pesquisas posteriores a partir do contato extensivo com as fontes disponíveis.

dos exemplos mais eloquentes da singular simbiose entre literatura ficcional e historiografia regional em Goiás.

Não obstante julgar relevantes e necessários estudos que abordem a autoria das obras e a história intelectual, neste capítulo permito-me seguir a metáfora proposta por Vladimir Nabokov em seu exercício crítico, ao afirmar que a teia das narrativas é mais interessante do que a própria aranha que a tece (NABOKOV, 2021). Por isso, sem desmerecer a "aranha" (coisa que Nabokov jamais o fez), o enfoque aqui, por questões pragmáticas, é na "teia"; ou seja, no texto, sem deixar de converter o próprio livro, e seus paratextos editoriais, em objeto de interrogação e análise historiadora, de modo que o resultado dessa junção possa consistir numa pequena mostra de história cultural de um objeto literário, cuja relevância, neste caso, deriva da significativa circulação e da pertinência simbólica que o livro *Pioneiros* adquiriu ao longo do tempo para Jataí-GO (mas não só).[6]

6 Estudos de história cultural, como eu a compreendo e pratico (CHARTIER, 1998; DUPONT, 1998; GENETTE, 2009), envolvem, em geral, no caso de objetos literários, aspectos da obra – texto e materialidade do livro –, do autor e do editor, e da sua circulação e recepção. Contudo, pela exiguidade do espaço para a realização do estudo proposto, escolhi centralizar no exame do texto e de sua materialidade – o livro que envolve o texto –, lançando mãos de aspectos de autoria e recepção apenas quando for imprescindível à reflexão desenvolvida.

JATAÍ POR ESCRITO: NARRADOR, PERSONAGENS, ENREDO

No livro *Pioneiros* uma história é contatada e o modo como o autor escolheu fazê-lo acarreta consequências em todo o argumento do livro, repercute nas apropriações que os leitores fazem da obra e corrobora uma memória histórica de Jataí que merece ser interrogada e compreendida historicamente. Já no subtítulo descritivo "*romance histórico*[1] *da fundação de Jataí e contribuição ao estudo do povoamento de Goiaz*", exposto não na capa, mas somente na folha de rosto do livro (*Fig. 3*),[2] indica-se que: a) se trata de um romance histórico, portanto, literatura ficcional que mobiliza referências históricas e mimetiza recursos historiográficos; b) o tema abordado no romance é a história da fundação da cidade de Jataí; c) o livro se enquadra como contributo aos estudos do povoamento de Goiás, especialmente do extremo sul goiano, em que se localiza a cidade fundada e acompanhada na obra no decorrer de sua formação durante o século XIX.

Ao longo dos 14 capítulos do livro um narrador onisciente – externo à narrativa e a respeito de quem quase nada se sabe a partir da história contada – nos informa em terceira pessoa sobre o ambiente – espaço físico e cultural em que a história se desenvolve – e os personagens – principais e secundários –, cujas ações são

1 Para melhor compreensão deste gênero literário, conferir, por exemplo: LUKÁCS (2011) e BASTOS (2007).

2 Para a realização teste trabalho foram consultadas duas edições do livro: a original, de 1954, e a fac-similar, de 1995, que reproduz a primeira edição e se encontra em melhor estado de conservação. Acessei os volumes na Biblioteca Estadual Pio Vargas, em Goiânia.

acompanhadas no decorrer de quase um século, desde o nascimento até a morte de José Manuel Vilela, fundador de Jataí. Embora vez ou outra os personagens se comuniquem diretamente com o leitor, pelo recurso da voz direta, tratam-se, na maior parte das vezes e sobretudo para os personagens secundários, de perfis genéricos, personagens-tipo que reforçam lugares sociais altamente hierarquizados e racializados. Na sociedade que se manifesta no romance histórico, as duas famílias destacadas pelo pioneirismo desbravador do extremo sul da província de Goiás, Vilelas e Carvalho Bastos, dividem as posições mais elevadas: tanto no ordenamento social e cultural representado no texto – já que os heróis e heroínas fundadoras são também os melhores exemplares dos tipos humanos encontrados na região à época –; quanto na economia interna do livro, em que as vidas dos pioneiros são enfatizadas em detrimentos das demais personagens, ocupando a maior parte da trama.

A narrativa começa com a apresentação da família Vilela, residente em Espírito Santo dos Coqueiros, província de Minas Gerais, e que, já estabilizada no lugar como fazendeira e criadora de gado – conquanto ainda não fosse abastada – decidiu doar à província de Goiás um de seus rebentos, José Manuel Vilela, que desbravaria, ocuparia e colonizaria parte do território goiano limítrofe a leste, com Minas Gerais – pela região conhecida hoje por Triângulo Mineiro – e a oeste, com Mato Grosso.[3] Na sequência, acompanhamos pela leitura as personagens em interação: proprietários – de terra, gado e escravos –, brancos ou não; e toda uma gama de tipos sociais que orbitavam em seu entorno: "escravos negros e mulatos", pobres

3 Sobre o influxo migratório para o sul goiano durante o a primeira metade do século XIX, ver o artigo A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804), de Hamilton Afonso de Oliveira (2016).

em geral, mestiços ou não, empregados ou prestadores de serviço para as fazendas; e os "índios bravos", supostos indígenas da etnia bororo que viviam e/ou circulavam na região. Apesar do contexto desfavorável em vários aspectos, as famílias pioneiras conseguiram vencer as adversidades impostas pela natureza por vezes hostil, pela relativa pobreza material do lugar e pelos "braços" disponíveis que não eram vistos como afeitos ao trabalho tanto quanto os patrões. Assim mesmo as duas famílias pioneiras fundariam Jataí, graças à diligência e ao forte empenho dos patriarcas José Manuel Vilela e José Carvalho Bastos, especialmente do primeiro, cuja família fez a "doação" que deu origem à Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, marco devocional e pragmático que inicia a trajetória econômica e política da formação de Jataí: primeiro como arraial e freguesia, depois como distrito e vila e, por fim, como cidade.[4]

A cena inicial é eloquente quanto aos temas e o tom geral do romance:

> Na vasta planura que se estendia até aos horizontes longínquos, pontilhada de inúmeras palmeiras, foram se radicando, no século 18, famílias vindas de outras regiões mineiras. Na orla das matas e nas margens dos rios. Criadores a maioria, pois eram raros aqueles que revolviam o solo em busca de ouro. E as fazendas surgiram pela chapada de oitocentos metros de altitude. Com banguês, criação de boi, escravos e cultu-

4 Distrito criado com a denominação de Paraíso, pela lei provincial ou resolução provincial nº 362, de 17/08/1864; elevado à categoria de vila com a denominação de Paraíso, pela lei provincial ou resolução provincial nº 668, de 29/07/1882, desmembrando-se de Rio Verde; sede na Freguesia de Paraíso. Constituído do distrito sede, instalado em 02-02-1885; elevado à condição de cidade com a denominação de Jataí, pela lei estadual nº 56, de 31-05-1895. Cf.: <https://www.jatai.go.gov.br/cidade-jatai/>. Acesso em 15 mar. 2023.

> ra de cereais. Surgiram e cresceram nas dobras suaves do terreno, levando aos grandes centros S. J. d'El Rey, Ouro Preto e a Côrte – todos os produtos da terra. Açúcar. Banha. Algodão. Mantimentos. Gado. Quando chegou a segunda década de 1800, a vida tinha-se concentrado no campo e Divino Espírito Sto. dos Coqueiros era ainda um santuário pobríssimo no cerrado. Algumas casas imitando largo à sua volta, onde senhores da gleba iam festejar santos da sua devoção. Especialmente o Divino, padroeiro do lugar e tradicionalmente comemorado nas Gerais. Os interesses maiores da população, entretanto, continuavam nas propriedades agrícolas. Família. Riquezas. Trabalho (FRANÇA, 1995, p. 15-16).

Família, riqueza e trabalho são elementos basilares e interdependentes que possibilitaram a ocupação da região Sudoeste de Goiás e a fundação de Jataí, tal como nos conta o narrador do romance histórico *Pioneiros*. As famílias funcionavam como células autossuficientes geridas pelos patriarcas com o auxílio das esposas devotas e dos filhos obedientes, e é a partir das famílias vocacionadas ao trabalho e à riqueza que surgem os clãs detentores de poder político, econômico e simbólico da localidade. É a conjunção entre família, riqueza e trabalho cimentada pelo discurso da fé católica que justifica e naturaliza qualquer ação dos pioneiros, inclusive as que possam ser reprovadas, *a posteriori*. Sobre os personagens em destaque, é importante evidenciar que as tintas usadas para definir seus contornos não foram selecionadas ao acaso, pelo contrário, são alusivas dos interesses estéticos e ideológicos comuns à época, amplamente praticados na literatura dita regional (BUENO, 2015) e

que permitiram ao escritor mobilizá-las ao seu gosto, sem ocultar suas preferências e filiações. Os recortes operados discursivamente nas trajetórias de José Manuel Vilela, mineiro de nascimento, e José Carvalho Bastos, paulista natural de Franca, põem em manifesto essa operação que quero salientar.

O adjetivo gentílico *mineiro* exprime um ofício – trabalhador das minas – enquanto *paulista* refere conexão à religião católica – de São Paulo – de modo que juntos atuam como marcadores originais dos pioneiros que colonizaram parte da região Sudoeste de *Goiás* – topônimo de origem indígena. Os dois migrantes fundariam Jataí pela comunhão de suas virtudes: a força do trabalho e a devoção religiosa. Ademais, o adjetivo *paulista* aciona fortemente outra identificação, a do *bandeirante*, figura síntese da identidade disputada pela historiografia goiana e paulista e atribuída expressamente aos pioneiros da narrativa de Basileu França. No romance, em três ocasiões os fazendeiros chefiados pelos Vilelas formaram *bandeiras* para caçar e aniquilar supostos índios selvagens que matavam famílias e vandalizavam fazendas da região. Para que jamais pairasse dúvidas ao leitor sobre a vingança desferida pelos fazendeiros contra os indígenas, sempre há na cena de horror uma prova material de que a vingança teria encontrado o endereço certo, convertendo-se, portanto, em justiça praticada, já que os fazendeiros e seus jagunços só matavam os índios que primeiro os tivessem atacado barbaramente (FRANÇA, 1995, p. 171-179, p. 210-216).[5]

5 Na página 178 acompanhamos quando o marido que teve filha e esposa assassinadas pelos indígenas encontra, na aldeia destruída pela bandeira dos Vilelas, roupas e joias da mulher morta, como prova de que eram aqueles mesmos os assassinos procurados; já na página 214 vemos quando o indígena criminoso teve sua cicatriz reconhecida pelo Vilela Brabo, conhecido e respeitado até pelos indígenas por sua força e coragem.

É possível dizer, portanto, que os dois personagens José Manuel Vilela e José Carvalho Bastos configuram um amálgama da imagem ideal de fundador tanto para a cidade de Jataí quanto para Goiás, conforme o autor e seus conterrâneos pudessem se sentir representados. Ao examinar a constituição dos demais personagens o argumento ganha reforço e se torna mais evidente. Além dos pioneiros – fazendeiros brancos ou embranquecidos ao longo da narrativa –,[6] outros personagens compõem o enredo do romance: mulheres e crianças das famílias pioneiras, homens e mulheres indígenas e pretos escravizados, além de um ou outro branco ou mestiço, pobre ou não, que desempenhavam funções específicas no ordenamento da sociedade descrita no romance. Esses personagens, especialmente os não brancos e pobres, são constituídos como o *outro* dos pioneiros e a maneira como o narrador se refere a eles, sempre adjetivados, demonstra a hierarquia existente no microcosmo narrado. Enquanto os homens adultos e proprietários são chamados pelos seus nomes próprios, acompanhados normalmente pelos sobrenomes, pronomes de tratamento e patentes (senhor, patrão, tenente, coronel), os escravizados, indígenas e empregados pobres atendem por alcunhas denotativas do ofício, da raça, da idade e dos costumes, em geral reprováveis: "o peão", "o camarada", "o caboclo tostado de sol", "a mulata velha", "a negrinha", "o moleque", "o guri de côr", "o bugre", "o selvagem", "a malta", índios "traiçoeiros que nem

6 O personagem José Manuel Vilela, filho de pai branco (Francisco Joaquim Vilela) e mãe negra (Floriana Borges Silva), carrega incialmente os traços físicos e comportamentais "da raça da mãe" ("Fiz do menino triste e franzino um homem prá tudo quanto é serviço", p. 30; "mestiço alto, de lábios grossos", p. 37), mas conforme vai morar com o pai e sua família, os traços caboclos são substituídos pelas características e virtudes paternas, sendo inclusive considerado branco, como na cena do primeiro encontro dos pioneiros, p. 60 " – Amigo, não esperava topar branco por esta banda tão distante (...). – Nem eu, senhor Carvalho."

cobra", entre outras formas depreciativas da individualidade e da humanidade dos personagens.

O narrador usa lógicas desiguais para caracterizar cada grupo étnico-social: enquanto que homens e mulheres proprietários e brancos tem suas virtudes ressaltadas (trabalhador incansável, racional, pragmático, devoto etc.),[7] os seus *outros* são descritos pela falta de virtude ou por caraterísticas físicas, como formato ou odor do corpo. Assim, os melhores escravos são os de "canelas finas" (p. 149), os indígenas são tratados como "caça" podendo ser simplesmente abatidos (p. 58). A mulher escravizada é descrita como "uma escrava gorda e meã" que fumava cachimbo e "cuspinhava nágua" chacoalhando "as figas e colares de contas vermelhas" que pendiam "sôbre as mamas flácidas" (p. 82), enquanto a jovem é sensualizada: "A mulher fechou as pernas roliças, sob a fazenda de algodão ralo (...). E a limpar o suor da testa, gemeu uma cantiga qualquer" (p. 138). O nível de depreciação aumenta e se torna repugnante quando o cheiro dos corpos *outros* são enfatizados: "Mecês sabem como onça gosta de negro. Acho que o cheiro atrai, nem sei não" (p. 175); "Continua a procissão de homens e mulheres suarentos. Exalando a tacata insuportável" (p. 128), "Caminharam em formação, enxugando o suor da testa e sacudindo as camisas grudadas ao corpo, que rescendia o sovaquinho incomodativo" (p. 198).

Por fim, a descrição dos diferentes tipos humanos na mesma cena resume a forma hierarquizada e, sobretudo, racializada com

7 Há poucas exceções, entre elas Serafim José de Barros, tido como "o excessivo" (p. 123) e o Padre Inácio Francisco de Campos, casado com "uma cuiabana da pá virada" (p.187). Inclusive, cuiabanos, baianos e paraguaios normalmente aparecem depreciados na fala dos personagens ou narrador.

que os personagens do romance histórico *Pioneiros* são apresentados ao leitor. Após se prepararem com bacamartes em mãos para abater supostos bugres que se moviam pelo serrado, "feito onça", José Manuel Vilela ordenou seus jagunços baixarem as armas, pois percebeu quando:

> Na clareira apareceram dois cavaleiros brancos. Um aloirado. Grandalhão e forte. Com trombeta a tiracolo, chumbeira à mão, roupas grossas, chapeirão de palha e alpercatas rústicas. Outro moreno. Cafuso. Também armado, descalço e coberto de roupas mais pobres. (...) – Louvado seja N. Senhor – Dirige-se José Manuel para o cavaleiro loiro – que mandou vosmecês, quando pensava de encontrar índio brabo. (...) – Amigo, não esperava topar branco por esta banda tão distante. Larguei Sant'Ana do Paranaíba faz uns cinco ou seis dias. – Nem eu, senhor Carvalho. (...) – Viu aí os "trieiro" dos índio? – Vi. – É só o que temos visto tamém. Nenhum sinal de gente. A mode isso na horinha que escutei o berro dos cachorros. – Pensou nos bugres. – Pensei Devéra. Riem gostosamente e se regalam com o feliz engano, os dois jovens de vinte anos (FRANÇA, 1995, p. 59-60).

Depois do encontro acima narrado, José Manuel Vilela fala sobre o "xará" José Carvalho Bastos à esposa: "Ele é um homão claro, de ôlho azul e prosa mansa. Me agradou. Acho que vamos combinar bem" (FRANÇA, 1995, p. 65).

Os personagens construídos por Basileu Toledo França para animar o seu romance histórico são personagens-tipo, constituídos para vocalizar experiências coletivas que mesmo apresentadas como pertencentes a certos indivíduos – com ou sem nome reconhecível –

não fazem mais do que caracterizar setores idealizados da sociedade de forma monolítica, plana e conservadora. Virtudes ou vícios, complacência ou reprovação são endereçados não aos homens e mulheres diretamente, mas aos grupos sociais aos quais representam. Embora esse procedimento não seja incomum nos romances de temáticas sociais e regionais desde, pelo menos, a década de 1930 (BUENO, 2015), a exemplo de Jorge Amado em alguns de seus romances iniciais – *Cacau* (1933) e *Suor* (1934) –, o autor jataiense mobiliza esses recursos ao seu modo e ao gosto provável dos leitores pretendidos: os jataienses e goianos de sua época, sobretudo os integrantes das elites locais que poderiam enxergar nos heróis pioneiros as bases de suas extensas famílias.

O LIVRO *PIONEIROS*: UM OBJETO EDITORIAL E CULTURAL EXPRESSIVO

Como produto de uma intensão autoral e uma pragmática editorial, o livro, enquanto objeto manipulável pelo leitor, carrega em si elementos que manifestam complementaridade entre o texto principal e as demais partes que o compõem, alinhavando desde a capa o discurso elaborado pelo autor. Algumas vezes essa cumplicidade não fica muito clara, intencionalmente ou não, a depender do caso. Porém, em *Pioneiros* muitos são os indícios que levam a perceber a obra como um discurso alinhado, em que texto e materialidade expressam referências e projetos do autor, mas também, as condições em que o livro foi produzido. Nesse sentido, capa, folha de rosto, prefácio, título e subtítulos, aparato gráfico e imagético, notas do autor, divisão capitular e apêndices são elementos relevantes para a interrogação e a interpretação da obra como um todo.

Pioneiros foi apresentado aos leitores em uma brochura, com encadernação simples e formato 19cm x 13,5cm, como era boa parte dos livros editados no Brasil pós-guerra, quando esse tipo de edição ganhou espaço inspirado no *paperback* norte-americano (SOARES, 2018, p 88). A capa, em suas diferentes edições, desde a original de 1954, indicam não só os recursos gráficos e estéticos disponíveis em cada período – no caso da primeira edição, uma editora do interior paulista –, como também a temática do livro. Em termos de tratamento gráfico, afora a capa inaugural, em três cores, nota-se a opção pela monocromia – as impressões em cores normalmente eram mais caras – e sobreposição de imagem e texto, tanto na capa, quanto no miolo, onde se observa em vários capítulos inserções de imagens e legendas – na maior parte, reprodução de fotografias dos pioneiros e da cidade de Jataí, todos, obviamente, com existência concreta fora do romance histórico (*Fig. 7, 8 e 9*). A capa da edição original é composta por elementos essenciais como autoria – na parte superior central –, título – centralizado na parte inferior da página, em fonte destacada pelo tamanho maior –, data, em fonte menor. O elemento proeminente é a imagem descritiva que, em preto e branco, aparece centralizada e emoldurada pelo cartonado da capa em tom ocre, denotando uma cena em que homens montados em cavalos percorrem uma trilha na mata, insinuando a saga desbravadora dos vaqueiros fundadores de Jataí. A imagem aparece ainda na folha de rosto desta edição e surge retomada, como índice de pertinência e identidade, na edição mais recente, de 2019, comemorativa do centenário de nascimento do autor, e, por óbvio, na edição fac-similar de 1995, realizada pela Editora da Universidade Federal de Goiás (*Fig. 1, 2, 5* e *6*). Na edição de 1979 foram introduzidas pe-

quenas inovações gráficas quanto à exibição dos dados editoriais e da figura, contudo, o tema dos vaqueiros permanece na cena descritiva da saga, proporcionalmente maior que a da capa anterior, porém, o destaque é o enorme sol vermelho alaranjado que indica uma das várias adversidades enfrentadas pelos pioneiros em sua jornada pelo sertão goiano (*Fig. 4*).



Figura 1: capa da 1a edição (1954), Tipografia Irmãos Giovinazzo, São José do Rio Preto – SP.



Figura 3: frontispício da edição original (1954).



Figura 2: folha de guarda da edição original (1954).

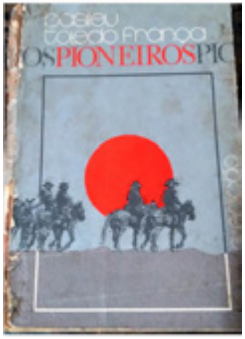


Figura 4: Capa da 2a ou 3a edição (1979), Editora Líder, São José do Rio Preto – SP.

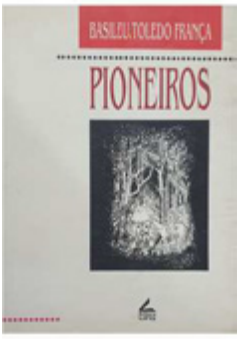


Figura 5: Capa da edição fac-similar (1995), Editora UFG, Goiânia.



Figura 6: Capa da 5a edição (2019), Editora da UCG, Goiânia.



Fig. 9 — José Carvalho Bastos e sua primeira esposa Ana Cândida de Morais Carvalho.

Fig. 7: José Carvalho Bastos e Ana Cândida de Morais Carvalho (1995, p. 64).



Fig. 10 — Sede da fazenda Bom Jardim, propriedade do paulista de Franca do Imperador

José Carvalho Bastos

Construída de pau-a-pique, foi reformada em 1904, quando sofreu modificações e recebeu tijolos. A Bom Jardim de hoje tem 6.000 alqueires de boas terras, com três retiros (Ariranha, Boa Vista, Araçá) e a sede.
(Fotografia tirada em out. de 52)

Fig. 10: Sede da fazenda Bom Jardim e autógrafo do pioneiro José Carvalho Bastos (1995, p. 65).



Fig. 11: Casa do pioneiro José Manuel Vilela na cidade de Jataí, no Largo da Matriz (1995, p. 112).



Fig. 4 — Pioneira Leocádia Perpétua da Silveira, esposa de José Manuel Vilela, no seu leito de morte. Símbolo de todas as mães que ajudaram os esposos a povoarem o Brasil Central

Fig. 8: Pioneira Leocádia Perpétua da Silveira, esposa de José Manoel Vilela, no leito de morte (1995, p. 17).



Fig. 21 — Esta fotografia histórica, zelosamente guardada na prefeitura municipal, foi batida no fim do século passado, ao que parece em 1895, quando Jataí passou de vila a cidade, pois aí não vemos o tenente coronel José Manuel Vilela, fundador e principal figura do lugar, que morreu no dia 15 de dezembro de 1894. Nem tão pouco podemos encontrar no grupo o sr. Juiz de Direito, que a criação da comarca em 21 de julho de 1.890 nos traria.

Aparecem da esquerda para a direita cel. José Carvalho Bastos, ex-intendente e chefe político; alferes Herculano José Carneiro de Mendonça, conselheiro e famoso charlatão da época; Valeriano Raimundo do Prado, juiz e intendente; José Inácio de Mello França, juiz e presidente do concelho; João de Oliveira França, juiz; Antônio José Mendonça, (o Maromba), promotor e professor; Sebastião da Rocha Castro, escrivão de órfãos.

Fig. 9: Figuras públicas de Jataí em comemoração à elevação de vila à cidade. Entre elas, os pioneiros J.M. Vilela e J.C. Bastos (1995, p. 64).



Legenda

Fig. 3 — Reconstituição da fazenda Ariranha, de José Manuel Vilela e Leocádia Perpétua da Silveira, feita por Antônio Vargas, com dados fornecidos pelo autor.

José Manoel de Vilela

(Autógrafo do fundador de Jataí.)

Fig. 12: Reconstituição da fazenda Ariranha e autógrafo do pioneiro José Manuel Vilela (1995, p. 16).

No início do livro, em página anterior ao prefácio, lê-se uma citação retirada de obra já considerada clássica à época em que *Pioneiros* foi escrito: *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha.

> Bateram-lhe por egual as margens do (São Francisco) o BANDEIRANTE, o JESUÍTA e o VAQUEIRO.
>
> Quando, mais tarde, maior cópia de documentos permitir a reconstrução da vida colonial, do século XVII ao fim do XVIII, é possível que o último, de todo olvidado ainda, avulte com destaque que merece na formação da nossa gente. Bravo e destemeroso como o primeiro, resignado e tenaz como o segundo, tinha a vantagem de um atributo supletivo que faltou a ambos – a fixação ao solo.
>
> EUCLYDES DA CUNHA (OS SERTÕES, 13ª edição, Livraria Francisco Alves, 1936, pág. 94)[8]

O excerto é bastante expressivo sobre pelo menos dois pontos que podem ter norteado o escritor jataiense: o primeiro diz respeito à escassez de documentos para a reconstituição dos seus objetos passados, situação que ambos os autores mencionam em suas obras: Euclides da Cunha, quando demostra expectativa de que no futuro pudesse haver "maior cópia de documentos [para] permitir a reconstrução da vida colonial" de personagens como bandeirantes, jesuítas e vaqueiros; ao tempo que o autor de *Pioneiros* diz ter flagrado, em 1942, a destruição de documentos do arquivo de Jataí por

8 Na edição de **Os sertões** que estou utilizando (*Penguin Classics* Companhia das Letras de 2019) a citação se encontra na página 137.

um ente público, situação que lamentou: "Dura verdade: o arquivo – patrimônio público da cultura, da história e da administração local – ia desaparecendo dia a dia, por êste e outros motivos" (FRANÇA, 1995, p. 09). O segundo ponto deixa claro o desejo de se colocar no rastro de trabalhos referenciais sobre temática correlata: a saga de homens fortes e destemidos que enfrentam agruras de toda sorte a fim de se fixar a um território. Em *Os sertões* os migrantes lutam em defesa de suas vidas e pelo usufruto coletivo da terra de Canudos que ocupavam no semiárido baiano; em *Pioneiros* os migrantes buscam a posse individual e familiar de terras do sertão goiano, para uso privado. Portanto, o escritor carioca e seu célebre livro-reportagem aparecem no texto do escritor goiano enquanto a referencialidade que ajuda a atribuir autoridade intelectual ao seu próprio trabalho, bem como de situar a sua obra histórico-literário entre os trabalhos que admirava.

Por mais que alguns leitores não consigam identificar de imediato a intertextualidade atuante no romance histórico de Basileu França, os índices deixados por ele ao longo da obra permitem entrever diálogos estéticos e histórico-sociais pretendidos: além Euclides da Cunha, como exposto, Basileu apontou em seu prefácio ao *Pioneiros* três intelectuais contemporâneos seus e reconhecidos por ele como inspiração: o sociólogo e ensaísta pernambucano Gilberto Freyre, o romancista gaúcho Érico Veríssimo e o poeta e cronista paulista Paulo Setúbal, nesses termos: "sem falsa modéstia – compus obra literária ou ensaio no alto nível que o tema exige. Tema digno

de Euclides da Cunha ou Gilberto Freire. Erico Veríssimo ou Paulo Setúbal" (FRANÇA, 1995, p. 10). O próprio hibridismo de *Pioneiros* – inscrito entre história e literatura – o aproxima, por exemplo, o livro de Basileu França do ensaísmo de Gilberto Freyre, executado, especialmente no monumental *Casa-grande & senzala* (1933), considerado ainda hoje uma importante reconstituição histórico-sociológica do Brasil colonial – muito embora seu viés conservador e legitimador do *status quo* da época retratada seja amplamente criticado, especialmente pela visão complacente com aspectos do regime escravista brasileiro.

Afora os intelectuais mencionados, historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagen (1818-1878) e João Capistrano de Abreu (1853-1927), ainda que não nomeados, pairam como referências influentes no texto, dado o peso que suas obras desempenhavam ainda nos idos de 1950, como modelos de historiografia e interpretação do Brasil. Varnhagen, ao escrever sua volumosa *História Geral do Brasil* (1854-1857), cuidou, por um lado, do rigor metodológico da obra – ao mobilizar farta documentação primária e defender a veracidade e a cientificidade de sua interpretação; por outro, preocupou-se com a definição de uma identidade nacional na qual os representantes da elite dominante branca e católica, descendentes de europeus, ocupassem a centralidade e liderança frente à "contribuição" indígena e africana para a pretendida síntese identitária do Brasil (REIS, 2007, p. 24-50). Já a explicação da formação do Brasil apresentada por Capistrano de Abreu, em suas principais obras – *Capítulos de história colonial*, de 1907, e *Caminhos antigos e povoamento do Brasil,* postumamente publicada em 1930 –, embora também estivesse conectado aos aspectos teóricos e procedimentais

da pesquisa historiográficas vigentes à época, defende como protagonista a ação interiorizada de missionários, colonos e vaqueiros. Estes, acabaram originando o tipo miscigenado "caboclo", o maior representante da identidade do Brasil como nação. Para Capistrano de Abreu, assim como para Euclides da Cunha, os "verdadeiros brasileiros" – que atuavam longe do patrocínio "da lei e do rei" – eram aqueles que desbravaram e ocuparam o interior do Brasil, criando as bases para as primeiras cidades fortemente agropastoris e distantes do litoral (REIS, 2007, 87-114).

Embora nascido no interior de São Paulo, Varnhagen era filho de pais europeus e se via muito próximo aos interesses do seu patrocinador, o Imperador Dom Pedro II; ao passo que Capistrano de Abreu era filho de pequenos proprietários de terra do interior do Ceará e, não obstante vivesse na Corte e frequentasse rodas intelectuais, não era o que se poderia chamar de membro da elite. Suas visões sobre a história do Brasil, conquanto estivessem ambas atentas aos ditames historiográficos de suas épocas e se aparentassem em alguns aspectos, não deixam de testemunhar os lugares sociais e intelectuais que ocupavam, tal qual é o caso do autor de *Pioneiros*, conforme procuro evidenciar.

Basileu França, ao publicar seu romance histórico, deixa patente a pretensão de oferecer à sua cidade natal uma história romanceada que pudesse funcionar como ensaio interpretativo da formação histórica de Jataí, desde que também pudesse servir de metonímia à formação de grande parte das cidades goianas. Com isto, ele evidencia como no jogo político das identidades uma "parte" pode operar como representativa do "todo", constituindo assim, não

apenas uma história de um município, mas um contributo maior à história de Goiás.

PIONEIROS: ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA

Não é incomum verificar historiadores e pesquisadores em geral – ocupados com a reconstituição histórica de Jataí e regiões adjacentes – se referirem ao livro *Pioneiros* como se se tratasse de uma obra historiográfica ou memorialística, portanto, como referencialidade ligada à concretude da vida de pessoas que existiram ou existem. Em importante livro recentemente publicado sobre a história de Jataí encontra-se uma alusão ao *Pioneiros* que exemplifica a imprecisão que o livro provoca acerca dos gêneros discursivos que mobiliza. No segundo capítulo do livro *Uma cidade no sertão*, em que se busca registrar as características originais da ocupação espacial em Jataí de modo a compreender seu traçado e implantação entre os anos 1880 e 1930, lê-se o seguinte:

> Como Basileu França já havia observado (1995, p. 230)[9], as povoações viviam em função do campo: o comércio que vendia enxadas, pratos, sapatos, armas e ferramentas existia em função dos trabalhadores. Os fluxos de tropeiros nos caminhos existiam em função do comércio do gado e na dependência dos fazendeiros. O povoamento funcionava mais como centro social reunindo festas religiosas e eventos particulares que como centro econômico. Nestes anos iniciais de implantação dos povoados, os próprios

9 Grifo meu.

> religiosos pouco ficavam nas igrejas. Tinham um circuito de fazendas a percorrer, realizando batizados, casamentos e festas devocionais (MENEZES & PINTO JÚNIOR, 2021, p. 51-52).

Não obstante o conteúdo historiográfico baseado em ampla pesquisa documental e bibliográfica, como é o caso da obra dos historiadores acima mencionada, chamo atenção para a dificuldade observada nela quanto a qualificação genérica de um texto híbrido como o romance histórico de Basileu França. Não obstante o próprio autor de *Pioneiros*, no prefácio, afirmar que compôs "obra literária ou ensaio", o fato de se tratar de uma prosa fortemente lastreada na concretude histórica não deixa de lançar certa confusão ao leitor. Isto porque as várias inserções de dados e fontes históricas verificáveis aliadas aos comentários memorialísticos introduzidos ao longo do livro – nas notas de pé de páginas e no apêndice – podem parecer que a voz do narrador não é outra coisa senão lembrança recuperada por alguém que narra porque conhece de memória o passado narrado.

Basileu França interpôs ao seu romance histórico vários registros veritativos observados no decorrer do livro. Os artifícios de autenticidade estão presentes no prefácio, mas também, no texto principal e no apêndice; seja em forma de notas de pé de página, comentários em primeira pessoa do singular – que indica memória ou opinião pessoal –, tabelas, planta de fazenda (*Fig. 12*), fotografias e documentos cartoriais e oficiais. No apêndice, há: uma "tábua cronológica de Jataí" que ordena fora do texto romanceado os fatos narrados em seu entrecho; "dados biográficos" das famílias pioneiras

– Vilela, Carvalho e Bastos – e uma lista dos "principais casamentos" entre elas; inventários de bens, testamentos e indenizações relativas às mesmas famílias; fotografias antigas da cidade de Jataí, das fazendas mencionadas no texto e dos personagens "reais" que inspiraram os personagens "fictícios" do romance histórico, seguidas ou não pela reprodução de suas assinaturas, no que é possível qualificar como um gesto inconteste de atestar verossimilhança aos personagens e fatos narrados. Há, por fim, o elenco de fontes e arquivos pesquisados para a realização do livro.

Em *Uma cidade no sertão* lemos ainda, em mais de uma ocasião a seguinte passagem: "De acordo com o relato de Basileu França..."[10] (MENEZES & PINTO JÚNIOR, 2021, pp. 62 e 66). Enquanto na descrição reproduzida acima os autores usam partes da história romanceada como dado histórico, nesta breve citação é a "voz do narrador onisciente" compreendida como "a voz do autor" que serve de autoridade referencial. O enredo do romance histórico se converte em "relato"[11] e o texto literário passa a ser lido como texto histórico ou memorialístico. No entanto, há aí uma problemática relevante para a historiografia e teoria da história, que para ser minimamente compreendida é preciso, de um lado, conhecimento das especificidades dos gêneros discursivos envolvidos – narrativa historiográfica e narrativa literária (em geral ficcional); e de outro, identificar, mesmo que brevemente, usos anteriores da aproximação

10 Grifo meu.

11 No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, por exemplo, o termo "relato", cuja etimologia latina refere à "ação de fazer um relatório", aparece em duas acepções: "ato ou efeito de relatar" e "exposição escrita ou oral sobre um acontecimento" (2009, p. 1639), porém, sem a devida qualificação do "relato" – ficcional, literário, imaginário, historiográfico etc. –, este soa em primeiro lugar como informação "autêntica" ou "real" sobre algo.

entre historiografia e literatura de modo a entrever, por analogia, algumas possibilidades explicativas.[12]

Mesmo que reconheçamos hoje com mais facilidade que o discurso historiográfico não é algo objetivo, pleno de sentido, mas antes disso uma produção consciente de interpretações entre outras possíveis, sabemos que há diferenças entre o discurso historiográfico e o literário. Se no século XIX a vontade de se afirmar como ciência – conforme concepção dominante à época – levava historiadores a se aproximarem de métodos e estratégias discursivas das ciências biológicas e naturais, os literatos identificados com o realismo praticado naquele momento, por exemplo, miravam justamente a narrativa historiográfica como modelo, a fim de obter os efeitos de sentido – pela leitura – os mais realistas possíveis. O teórico e historiador da literatura Luiz Costa Lima chama a atenção para a diferença de intentos entre história e literatura ficcional que, sem intuito de polarização, apresentam objetivos intrínsecos divergentes, já que são áreas autônomas do saber. Conforme Costa Lima,

> (...) o intento do historiador é designar o mundo que estuda (...). Designá-lo no caso significa: organizar os restos do passado, tal como presentes ou inferidos de documentos, em um todo cujo sentido centralmente não é da ordem do imaginário (1989, p. 102).

Já para o ficcionista, o imaginário é, em geral, o seu principal recurso, fonte infinita de temas e formas de invenção. Mesmo

12 No texto A ocupação de Jataí na obra Pioneiros de Basileu Toledo França, que usa como corpus o livro Pioneiros, noto a mesma imprecisão quanto ao hibridismo genérico, o que faz os autores abordarem o romance histórico como se fosse um texto historiográfico ou fonte histórica: OLIVEIRA e LUCAS, S/D.

quando o modelo inventivo vem a ser a narrativa referenciada pela historiografia – como é o caso do realismo literário, ao que se pode associar o romance histórico –, não se deve cobrar ao escritor de ficção se manter atinente aos métodos e procedimentos de escrita próprios da historiografia, sobretudo porque os dois gêneros discursivos se orientam por regimes de verdade particulares e nem sempre convergentes. Nesse quesito, é importante não se esquecer de que, embora haja uma longa tradição de estudos e debates sobre as concepções de verdade na historiografia, entende-se que estas concepções jamais deverão se descolar dos materiais – fontes históricas – que aproximam, pela pesquisa, os historiadores da concretude da vida, passada ou presente.

Em relação aos usos pretéritos dos gêneros literário e historiográfico como correspondentes, uma anotação dos historiadores Noé Freire Sandes e Cristiano Arraes a respeito da cultura historiográfica goiana na segunda metade do século XIX pode servir de reforço ao argumento que postulo neste capítulo. Em seu artigo, os autores afirmam que:

> O centralismo do projeto de escrita da história oitocentista exigia a formação de uma rede de institutos regionais, condição fundamental para que se ordenassem as representações da nação. Em Goiás, o gabinete literário, fundado em 1861, cumpriu a função similar às dos institutos históricos, sobretudo no que diz respeito à guarda de documentação e a propagação do conhecimento histórico; entretanto fugia às suas expectativas apontar, tal qual fizera o IHGB, uma direção para a escrita da história

> regional, tarefa que seria encarada, no século XX, por Americano do Brasil (SANDES e ARRAES, 2013, p. 848).[13]

Como dito na introdução deste capítulo, logo nas primeiras pesquisas bibliográficas que realizei, pude observar certa especificidade de Goiás no tocante à produção historiográfica e literária comprometida com as realidades regionais e locais. Notei que, à medida que se verifica uma lacuna historiográfica referente ao período histórico compreendido entre o "pós-crise da mineração" e as décadas anteriores à fundação de Goiânia, textos literários – em prosa ou poesia – pareciam-me relativamente em maior quantidade que os de historiografia e se pretendiam representativos das identidades goianas. Portanto, quando Sandes e Arraes expressam que em vez de um instituto histórico em harmonia com os interesses do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – de constituição de uma história nacional articulada a partir das informações regionais, em Goiás foi fundado um gabinete literário,[14] tendo a persistir na impressão inicial. Entre as funções que desempenhava o Gabinete Litterario Goyano montado em 1861, identifica-se a de correspondente historiográfico do IHGB, ao atuar na salvaguarda de documentos e propagação do conhecimento histórico na região (SANDES e ARRAES, 2013, p. 848). Enquanto isso, institutos históricos eram criados em diferentes províncias brasileiras, obedecendo aos interesses do Império de ter esquadrinhadas as realidades históricas e espaciais do seu território; mas também das próprias elites regionais, que viam nessa empreitada uma oportunidade dupla de se aproximar do go-

13 Grifo meu.

14 A historiadora Ana Luiza Martins (2015) analisa, em importante trabalho, a criação e o funcionamento dos gabinetes de leitura na dinâmica das cidades na Província de São Paulo.

verno central, por um lado, e por outro, de conhecer melhor seus próprios lugares, que poderiam ser examinados e interpretados a partir das visões de mundo dessas elites. Consequentemente, na segunda metade do século XIX, quando o IHGB passou efetivamente a operar a partir dos interesses e patrocínio imperial (GUIMARÃES, 1988), foram criados os seguintes congêneres provinciais: o Instituto Arqueológico e Historiográfico de Pernambuco, em 1862; o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em 1869; o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, em 1887; o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1894 (SCHWARCZ, 1993, p. 129-184). A maior parte dos institutos históricos, contudo, só foram criados a partir dos anos 1900, como é caso do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, de 1937.[15]

CONCLUSÃO

Neste capítulo apresentei um argumento duplo que faz com que o livro *Pioneiros* – romance histórico publicado em 1954 pelo escritor jataiense Basileu Toledo França –, seja, primeiramente, compreendido como um objeto cultural expressivo, pelos aspectos históricos e literários que mobiliza em defesa de uma narrativa exemplar e identitária para Jataí, em específico, e para Goiás, por extensão; e em segundo lugar, por se tratar de um caso que permite

15 Em 1855 houve uma tentativa de criação de uma associação congênere ao IHGB, no Rio Grande do Sul, sob o nome Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Padro, por iniciativa do alagoano João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1810-1906), então presidente daquela província. Não tendo vingado, existiram outras tentativas ao longo do século, antes de efetivamente ser fundado o Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul, em 1920 (VASCONCELOS, 2023, p. 205-206).

explorar a polissemia teórica e historiográfica que o funcionamento híbrido dos gêneros textuais historiografia e literatura tem revelado na produção intelectual goiana, desde o século XIX, especialmente pelo romance histórico.

Conforme anuncia o filósofo húngaro Gyorgy Lukács, em seu texto fundamental (LUKÁCS, 2011), o romance histórico, enquanto forma discursiva e artística que é, funciona como uma unidade fechada em si, ao simular ficcionalmente a criação de mundos e visões de mundo em perspectivas; ao mesmo tempo em que atua como unidade aglutinadora de problemas e novidades pertencentes à concretude da vida; sendo por isso mesmo capaz de desempenhar papel de mediador entre um tema (conteúdo) atravessado pela forma (conjunto de estratégias literárias que conformam identidade ao gênero) e seu tempo (por meio da leitura e recepção). Com efeito, ao levar em consideração as orientações de Lukács, sustento que o romance histórico *Pioneiros*, carrega em si, material ou simbolicamente, conteúdos e sentidos variados que não sessam de produzir efeitos ainda hoje, por meio de sua múltipla recepção.

O que compartilhei neste texto anuncia um caminho investigativo que pretendo seguir, de modo a me beneficiar, enquanto pesquisadora e historiadora, dos abundantes materiais disponibilizados pelo hibridismo genérico apontado aqui. Vertente ainda pouco explorada na nossa historiografia, nacional ou regional, espero que, a correspondência genérica e os funcionamentos híbridos entre historiografia e literatura em Jataí e em Goiás – para além das minhas próprias investigações – possam instigar outras pesquisas. A ênfase o romance histórico, no caso aqui explorado, foi uma opção, nada im-

pede, contudo, que a relação historiografia/literatura seja examinada historiograficamente por meio de outros gêneros textuais, também observados durante esta pesquisa, por exemplo, memórias, contos e epopeias.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: EdUSP/Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

CHARTIER. Roger. Escribir las práticas: discurso, prática, representación. **Cuadernos de Trabajo**. Fundación Canãda Blanch, Valência, n. 2, p. 179-197, 1998.

COSTA LIMA, Luiz. **Aguarrás do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. Estabelecimento de texto, notas e cronologia André Bittencourt; introdução André Botelho, Lilia Moritz Schwarcz. – 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras: 2019.

DUPONT, Florence. **L'invention de la littérature**. De livresse greque au texte latin. Paris: La Découverte, 1998.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. Romance histórico da fundação de Jataí e contribuição ao estudo do povoamento de Goiaz. São José do Rio Preto-SP: Tipografia Irmãos Giovinazzo, 1954.

_____. **Pioneiros**. Romance histórico da fundação de Jataí e contribuição ao estudo do povoamento de Goiaz. 4. reimp. fac-similar da 1. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1995. (Coleção Documentos Goianos, 30)

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 51ª ed. Ver. – São Paulo: Global. 2006. (Coleção Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; vol. 1)

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Tradução Álvaro Faleiros. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2009. (Col. Artes do Livro, Vol. 7)

LUKÁCS, Gyorgy. **O romance histórico**. Tradução Rubens Enderle; apresentação Arlenice Almeida da Silva. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura**. Cidades, livros e leituras na província paulista. São Paulo: EdUSP, 2015.

MELLO, William Agel de. **Epopeia dos sertões**. In: Obras Completas. Brasília: Ars, 2014.

NABOKOV, Vladimir Vladimirovich. **Lições de literatura**. Tradução Jorio Dauster; edição, prefácio e notas Fredson Bowers; introdução John Updick. São Paulo: Fósforo, 2021.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. 1804 – A População de Goiás na Transição da Mineração para a Pecuária. **História Revista**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154–187, 2016. DOI: 10.5216/hr.v21i1.33600. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/33600>. Acesso em: 6 mar. 2023.

OLIVEIRA, Kerster; LUCAS, Núbia Alves. **A ocupação de Jataí na obra Pioneiros de Basileu**

Toledo França. S/D. Disponível em: <https://docplayer.com.br/75705120-A-ocupacao-de-jatai-na--obra-pioneiros-de-basileu-toledo-franca.html>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PINTO JÚNIOR, Rafael Alves; MENEZES, Marcos. **Uma cidade no sertão**: Jatahy (1880-1930). São Paulo: Edições Verona, 2021. (Formato: e-pub)

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. Ed. Ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. In: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 29, n. 51, p.847-861, set/dez 2013.

SCWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Ana Lorym. **O livro como missão**: a publicação de textos psicografados no Brasil dos anos 1940 a 1960. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2018.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. "**Antes do sol matar a flor**": Joaquim Antonio Alves Ribeiro, o Gabinete de História Natural e a Ciência no Ceará (segunda metade do Século XIX). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Porto Alegre - RS, 2023.

"SEM ESQUECER OS HUMILDES E OBSCUROS NEGROS": CONSIDERAÇÕES SOBRE O SER NEGRO EM PIONEIROS (1954), DE BASILEU TOLEDO FRANÇA.

Lucas Rodrigues do Carmo[16]

No sertão goiano oitocentista, caracterizado por Basileu Toledo França como "mar verde, sempre verde, que se espraia por todos os lados", repleto de frutos e flores "Ora roxas. Ora vermelhas. Ora amarelas. Um colorido vivo", um grupo de crianças negras e brancas conversavam sobre o processo de criação do mundo. A "parolagem viva e exuberante que o luar provocava" é uma das várias cenas novelescas que compõem *Pioneiros – Romance histórico da fundação de Jataí e contribuição ao estudo do povoamento de Goiaz* (1954).

Na cena em questão, uma criança - provavelmente branca - descreve que no princípio Deus criou todos os homens com a cor

16 Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (2021). Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás (2018). Professor de História efetivo na SME/Uberlândia/MG. E-mail: lucasrodrigues211@hotmail.com

preta. O próximo passo da existência desses sujeitos, os pretos, foi obedecer a uma "ordem divina":

> N. Sinhô mandou que entrasse numa bacia de água pelando prá clareá. Veio um, entrou e saiu branco. Outro, a mesma coisa. Mas no meio tinha uns tais que num acreditava não. Encostaro as mão e os pé e tivero medo de se queimar. Como castigo ficaram negro prá sempre. Deus castigou (FRANÇA, 1995, p. 94).

Após a explicação da origem divina de homens e também mulheres negros/as e brancos/as, uma outra criança branca – que dessa vez tem a sua identidade racial destacada na narrativa – lança uma sentença que ainda encontra forte ressonância no imaginário social brasileiro. "Ah de certo modo isso viraro escravo..." (FRANÇA, 1995, p. 94).

Esta sentença, que comunica e reduz a população negra ao eterno lugar de escravo – e não povo que foi forçado a escravização no processo de diáspora africana – não é uma elaboração inédita do "historiador meticuloso, ficcionista marcado pelo engenho e pela arte", que foi Basileu Toledo França.

Pelo contrário, ressoa em outros discursos forjados no âmbito religioso, sobretudo na Igreja Católica, que buscam explicações para os processos de racialização e que forjam uma matriz de pensamento, que tem como denominador comum a projeção racista da subalternidade das pessoas negras em relação às pessoas brancas[1].

1 As discussões acerca dos enlaces entre religiosidade católica e processos de racialização no Brasil podem ser verificados em leituras como OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção

Em outra passagem, França (1954) valendo-se do personagem Mané Bobo, "o cativo papudo que cuida dos porcos", descreve o cotidiano da escola que funcionava "desde 1860, ora para meninos brancos ora para as sinhasinhas", pois "aulas mistas não havia e a escola naquele tempo era bem menor". De acordo com o personagem, "a cantinela da tabuada" enchia de números a manhã de sol, "2x1:2, 2x2:4".

Ainda valendo-se das lembranças do peão, França (1954) afirma que "hoje, se quiserem, cabe mais de cinquenta crianças no galpão novo". Mesmo com a aparente ampliação do espaço escolar, alguns sujeitos permaneceram interditados do acesso à educação. De acordo com a narrativa, "ainda hoje negro não precisa saber ler e escrever, vai prá roça que dá mais certo" (FRANÇA, 1995, p. 170).

Se desde os mitos criadores não há, na narrativa de *Pioneiros* (1954), uma alternativa para a existência e ocupações desenvolvidas pela população negra a não ser os espaços de escravização, não é de se estranhar – tendo em vista a estrutura do romance histórico em questão - que mesmo no século XIX, após a atuação dos "sujeitos responsáveis por trazer o progresso para a região de Jataí", a população negra tivesse conseguido alargar os seus espaços de atuação na sociedade oitocentista.

Cabe alertar o leitor que a obra *Pioneiros* (1954) é permea-

e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. Topoi (Rio de Janeiro), v. 7, p. 60-115, 2006; e VIANA, Larissa. O idioma da mestiçagem. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

da de trechos que, quando analisados atentamente, fazem emergir um viés racista de elaboração do mito fundador de Jataí. Há nos trechos acima, e em outras passagens que serão apresentadas, o acionamento do dispositivo de racialidade[2], que "ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura" irá por consequência redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão (CARNEIRO, 2005, p. 43).

Pioneiros (1954) é um romance histórico que, para a construção do presente texto, passa a ser interpelado sendo considerado como *uma prática e uma representação* de operacionalização do dispositivo de racialidade no Brasil (CARNEIRO, 2005). Fazemos tal escolha tendo em vista que a narrativa em questão é objeto de significação e comunicação (BARROS, 2008).

O AUTOR, A OBRA E AS REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO NEGRA.

Passemos para uma apresentação do autor e da obra, que orienta uma forma de narrar "o processo de ocupação" do atual Sudoeste Goiano por não-indígenas, tendo em vista que "as representações do mundo social embora aspirem à universalidade, são determinadas pelos interesses do grupo que as forjam" (CARTHIER, 1990).

Basileu Toledo França viveu entre os anos de 1919 e 2003, estabeleceu trânsitos e conexões nos estados de Goiás, São Paulo e

2 Conceito cunhado por Sueli Carneiro em sua tese A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser (2005), que articula os conceitos de Dispositivo e de Biopoder de Michel Foucault, bem como o de Epistemicídio de Boaventura de Sousa Santos, atentando-se para o elemento da racialidade.

Rio de Janeiro. Construiu sua carreira como professor, escritor, político, entre outras funções. Em São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, casou-se com Ada França e, por volta da década de 1950, passaram a residir em Goiânia, fundando o Instituto França. A capital de Goiás foi o lugar em que Basileu Toledo França solidificou sua trajetória, ocupando cargos – inclusive de direção - em instituições de ensino superior, no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e na Academia Goiana de Letras.

No que se refere a sua atuação na literatura, defendo a hipótese que Basileu França construiu um projeto literário, uma forma de narrar a história do atual Sudoeste Goiano. Ao todo foram dezesseis publicações, fortemente marcadas pelo regionalismo, e "tal característica não está expressa somente em descrições de tipos regionais mas, antes, no desvelamento da trama histórica, política e social que engendra a constituição de uma determinada época e lugar" (Viana, Carvalho, 2017, p. 118).

Cabe destacar que *Pioneiros – Romance histórico da fundação de Jataí e contribuição ao estudo do povoamento de Goiaz* (1954), sua obra de maior projeção, teve o seu processo de escrita entre as décadas de 1940 e 1950. A primeira edição foi lançada em 1954, com apoio da Prefeitura Municipal de Jataí, sob a Lei Municipal nº 178, de 7 de novembro de 1953[3], prova da boa relação de França com o prefeito e com a "ilustrada câmara de vereadores" de Jataí.

3 MHJ – Livro de Leis e Decretos Municipais - "Artº 1º: – Fica aberto um crédito especial da importância de vinte mil cruzeiros (Cr$ 20.000,00) para pagamento de quinhentos exemplares do livro sôbre a história de Jataí, intitulado "Os Pioneiros", de autoria do Sr. Basileu Tolêdo França. Parag. Único: – Os exemplares constantes dêste artigo, serão destribuídos gratuitamente aos Municipes de Jataí."

Pioneiros é composto por catorze capítulos, respectivamente: "Os Vilelas", "José Manuel", "Penetração do sudoeste", "Início do povoamento", "Civilização do couro", "Patrimônio", "O boiadeiro", "Fazenda São Pedro", "Guerra do Paraguai", "Índios", "Padre Brito e as festas populares", "A vila", "Jataí em 1890" e "Ocaso dos pioneiros". Conta ainda com um apêndice que informa a "tábua cronológica" das famílias Vilela, Carvalho e Barros, designadas por França como as "famílias pioneiras".

O lugar social de Basileu Toledo França, homem branco, é precedentemente modelado por uma rede de apoio que proporcionou acesso à educação desde as primeiras letras até o ensino superior. As suas intencionalidades com a produção de Pioneiros (1954) demonstram o afeto para com a região do atual Sudoeste Goiano e é ponto fundamental para a análise do livro, considerando que "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado", mas que se constituiu enquanto "um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder" (LE GOFF, 1990, p. 545).

De acordo com Ferdinando Giovanazzo, amigo de França e responsável pela orelha da 4ª reimpressão, *Pioneiros* (1954) é um "livro que era o sonho obstinado, quase heroico, de um jovem, não muito mais que adolescente, empenhado em luta desigual para direcionar os focos de luz de seu talento sobre o remoto e singelo pedaço de terra que lhe foi berço".

No total, a obra conta com 5 edições, sendo a última lançada em 2019, ocasião do centenário de Basileu Toledo França. Para a construção do presente ensaio, faço uso da 4ª reim-

pressão, fac-similar da 1ª edição, publicada em 1995. *Pioneiros* (1954) conta ainda com um rascunho que está sob a guarda do Museu Histórico de Jataí.

França, ao produzir o romance histórico deixa perceber a intencionalidade de cunhar uma interpretação sociológica e também histórica para o Sudoeste Goiano, inquietação que orienta a escrita da Dissertação de Mestrado[4] que viabiliza a construção do presente ensaio. De acordo com o Basileu Toledo França, *Pioneiros* (1954) é uma trama novelesca cujo o tema seria "digno de Euclides da Cunha ou Gilberto Freire[5]. Erico Veríssimo ou Paulo Setúbal".

O romance histórico *Pioneiros* (1954) busca construir uma genealogia das famílias Vilela e Carvalho, desde suas origens nas províncias de Minas Gerais e São Paulo até a chegada e transformação socioespacial da região de Jataí. Remonta, inicialmente, as origens da família Vilela na "primitiva sociedade rural de Minas", lugar que desde o século XVIII empreendia na construção de fazendas de criação de gado e cereais, tendo como força de trabalho negros/as escravizados/as.

O enredo primeiro da história, consiste no enlace conflituoso e proibido de Francisco Vilela e Floriana Borges – que tem

4 Notas Sobre História Única, Racismo e o Silenciamento das Experiências Negras em Pioneiros (1954) de Basileu Toledo França. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12315. Acesso em: 3 fev. 2023.

5 Para uma maior compreensão acerca das possíveis aproximações entre Gilberto Freyre e Basileu Toledo França, ler: TEIXEIRA, Átila Silva Arruda. "Pioneiros" de Basileu Toledo França e "Casa Grande & Senzala", de Gilberto Freyre: Literatura e Sociologia na formação do sudoeste goiano. RevLet, Jataí, v. 4, n. 2, p. 148-164. 2012. Disponível em: http://revlet.com.br/artigos/161.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

como fruto José Manuel, o "pioneiro" mineiro de Jataí. "Chico Vilela" como foi apelidado, era branco e homem de família rica. Floriana Borges, personagem envolta em toda a desavença, mas sem participação ativa na narrativa, é descrita por Basileu Toledo França como "mulata e jovem", "crioula pobre", "lambisgoia", "desonrada", "seduzida", "mulherzinha sirigaita", "boa bisca", "uma roxa bonita", "de bons dentes", "forte como ninguém", "pertencente a uma raça de mulatos", "gente ruim", "mestiços agressivamente encarados", "pardos de feições duras", "cabritos revoltados".

Nota-se que o autor despendeu bastante esforço para descrever Floriana e toda a família Borges de forma racista e machista, em tom fortemente depreciativo, mesmo os Borges representando uma família negra livre, proprietária de terras vizinhas a dos Vilelas.

Na fazenda Leitão, propriedade dos Vilela, havia uma "casa-grande de taipa muito alva, espaçosa, com varanda à porta, coberta de telha. Engenho de cana. Serra. "Moim". Curral de aroeira. Senzala. Os pastos verdes com gado e tropa escolhida" (FRANÇA, 1995, p. 22). Já a fazenda dos Borges é descrita por França (1995, p. 21-22) como seca, com "toda a construção primaríssima", com "um rego tortuoso que movia ao lado do paiol o monjolo barulhento", que "pelo ar esvoaçava esta voz monótona, finalizada sempre de um baque seco, de quando em quando confundido aos berros das poucas vacas e bezerros no curral de ordenha". Nas palavras de França, seria a mesma qualidade de chão "mais tai a diferença, todo mundo vê" (FRANÇA, 1995, p. 22).

A diferença que todos podiam observar não se restringia exclusivamente ao padrão das benfeitorias das duas fazendas. Pelo

contrário, as benfeitorias seriam o reflexo do distinto pertencimento racial das duas famílias. Os "gente ruim", "mestiços agressivamente encarados", "pardos de feições duras", "cabritos revoltados", não desviavam do lugar comum ocupado pela população negra na narrativa de Basileu Toledo França.

> Qual gente, mestiço não gosta de trabalho não. Do mesminho jeito de nêgo, sem tirar nem pôr. Nisso estão certos, a modo que quem escapa de branco "nêgo" é. Olha quer saber duma coisa? Os Borges carecem de sinhô macho prá cortar êles no bacalhau e fazer trabalhar que nem os avôs (FRANÇA, 1995, p. 22).

O bacalhau, instrumento de tortura utilizado para açoitar pessoas negras no período escravista, é prova de que os avós de Floriana Borges experienciaram a escravização. Não há menção aos caminhos trilhados pelos seus avós na luta pela liberdade, ou se isso não foi conquistado. O que pode ser lido como um detalhe não narrado, em verdade cria um limbo na narrativa sobre a família de Floriana, que vivia em liberdade e que, ao fim e ao cabo, representa a família materna de José Manuel, um dos elegidos por França como "pioneiro" de Jataí.

Essa omissão reforça a pretensão de maquinar uma superioridade cultural e racial dos Vilelas, sujeitos brancos de elite. No desenrolar da narrativa forja-se uma genealogia que nos leva aos Vilelas "mais velhos", "exemplos a ser seguidos", "todos de Portugal" (FRANÇA, 1995, p. 38). Essas operações de preservação e apagamento de memórias "retira-nos o conhecimento de uma socieda-

de uja diversidade racial era imensa, reduzindo-a à branquidade e à mestiçagem (Sovik, 2004: 376), estando a primeira nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição." (NASCIMENTO, 2016, p. 610).

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, analisando trajetórias de literatos negros no Brasil oitocentista afirma que "vivendo numa sociedade escravista, por óbvio, não importava o caminho tomado, uma pessoa negra livre sempre seria interpelada pelos assuntos e espaços do escravismo" (2018, p. 184). O mesmo caso pode ser evidenciado na narrativa de *Pioneiros* (1954). Ainda que a família de Floriana Borges vivesse em liberdade, Basileu Toledo França insiste em demarcar que a escravização seria o lugar deles, visto que eram "nêgo".

Atrelar os espaços de experiência e os horizontes de expectativa da população negra ao contexto de escravização, além de ser em si um ato racista, "impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais" (NASCIMENTO, 2016, p. 610).

Pioneiros (1954) é uma narrativa racista, que tece em diferentes escalas elogios ao processo de mestiçagem, bem como tenta propagar o mito da democracia racial brasileira, ao tramar uma narrativa harmônica, sem conflitos, tensões e negociações entre indígenas, negros e brancos na sociedade oitocentista. O passado imaginado por Basileu Toledo França é permeado por uma condescendência

racista[6], que organiza os lugares sociorraciais ocupados pelos distintos grupos populacionais e não considera os possíveis atravessamentos daí consequentes.

Decorre da recepção de Pioneiros (1954) a instituição de uma matriz narrativa para a história de Jataí. Em alguns casos, na ausência de estudos históricos, Pioneiros (1954) passou ao status de cânone histórico regional. Intelectuais, instituições de ensino em diferentes níveis educacionais, lugares de memória e divulgação cultural têm recepcionado e divulgado a narrativa do romance histórico de maneira quase que inconteste, sem a devida densidade crítica. Vejamos um exemplo:

> Em 1888, chega a Jataí a notícia de que a Princesa Isabel havia libertado os escravos, provavelmente com grande atraso em relação ao mês de maio devido ao isolamento da região. A novidade foi recebida com tranquilidade por José Carvalho Bastos, mas não pelos outros pioneiros, que temiam o crescimento da criminalidade na vila, apressando a construção da cadeia pública [...]. Enquanto todos os escravos de José Manuel Vilela e Serafim de Barros quiseram mudar de vida, os de José Carvalho Bastos pediram-lhe para continuar servindo a ele (MARTINS, 2014, p. 98).

A análise da passagem acima abre alas para uma série de

6 De acordo com Djamila Ribeiro, "é importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade. Portanto, frases como "eu não vejo cor" não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir" (RIBEIRO, 2019, p. 69).

questionamentos acerca dos processos de emancipação e dos caminhos percorridos no pós-abolição em Jataí. A centralidade da atuação da Princesa Isabel no processo de libertação dos escravizados é tema refutado pela historiografia. Reafirmar que pairou sobre a Jataí oitocentista a ideia de que a liberdade integral da população negra implicaria no crescimento da criminalidade na região, sem a apresentação de argumentos verificáveis – fontes históricas, é no mínimo tendencioso.

Por fim, a afirmação de que com a chegada da notícia da abolição houve em Jataí o processo de aceleração da construção da cadeia municipal, representando uma tentativa de transferência direta da senzala para a cadeia, nos parece um tanto quanto arriscado. Com base em quais dados, para além da narrativa de França (1954), podemos reverberar tais afirmações?

Fiquemos com o trecho da dissertação *Pelos Caminhos da Abolição: os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí,* de Murilo Borges Silva, que desmonta a narrativa de Basileu Toledo França.

> Em sua escrita, França (1995) enfatiza a preocupação dos pioneiros em terminar a cadeia pública em 1888, ao evidenciar as tensões causadas pela abolição, especialmente do ponto de vista dos proprietários de escravos. Entretanto, segundo documento presente no Cartório de Notas do 1º Ofício de Jataí, é possível verificar que o prédio de Câmara e Cadeia já havia sido concluído, pois em abril de 1885, o mesmo foi

> doado por José Manoel Vilela e José de Carvalho Bastos à Fazenda Pública da Província de Goiás. A exposição minuciosa que o documento faz do prédio, descrevendo inclusive a mobília, possibilita-nos, portanto, afirmar que o prédio já estava concluído, e que o fato de França (1995) utilizar-se em seu diálogo da necessidade de terminá-lo pode ser uma evidência da sua tentativa de enfatizar o medo da elite branca com a abolição (SILVA, 2011, p. 128).

Vale ressaltar que as afirmações de Martins (2014) são apropriações literais da narrativa produzida por Basileu Toledo França em *Pioneiros* (1954). Trata-se de reificar lugares sociorraciais estruturados a partir de uma interpretação racista da história nacional, o que "não contribui para o combate ao racismo e reproduz as mesmas lacunas deixadas por autores no passado, recente ou não" (NASCIMENTO, 2016, p. 610).

O Museu Histórico de Jataí, fundado em 1994, tem em sua reserva técnica o rascunho de *Pioneiros* (1954). A instituição é um lugar de memória que produz saberes e que tem se preocupado com a preservação e elaboração do passado histórico regional, dialogando com as diversas áreas do conhecimento, notadamente a história e a arqueologia. São comuns as ações pedagógicas e educacionais voltadas para estudantes dos níveis infantil, fundamental, médio e para o ensino superior.

Michael Santos ao analisar a exposição de longa duração "Jatahy: Histórias Pra Contar", em especial as representações sobre a população negra integrantes nas suas reedições, afirma que a popu-

lação negra ocupa um papel coadjuvante na exposição. Se tratando das exposições desenvolvidas no MHJ como um todo, entre os anos de 1994 até 2015, não há um número relevante de exposições que atribuem protagonismos à população negra jataiense.

> Pelo contrário, uma de suas principais exposições, intitulada "Jatahy: Histórias pra contar", montada e remontada algumas vezes, consiste em retratar a trajetória da elite jataiense, pensando os casarões coloniais, as casas de comércio e representações de espaços de sociabilidades que pertenceram a um grupo localizado (SANTOS, 2021, p. 35).

Essa forma de narrar o passado jataiense é devedora de uma concepção de história local que deposita nas mãos de determinados grupos todas as ações desenvolvidas na região, essa é a matriz narrativa de Basileu Toledo França suscitada a partir de Pioneiros (1954). Mesmo que se mudem os nomes, os objetos e as temporalidades, o objetivo é o mesmo: retratar as trajetórias da elite local.

SEM ESQUECER OS HUMILDES E OBSCUROS NEGROS...

Pioneiros (1954) toma para si a responsabilidade de narrar "a luta, as alegrias e as tristezas dos nossos primeiros, sem esquecer a contribuição dos humildes e obscuros negros" (FRANÇA, 1995, p. 12) na Jataí do século XIX. *Pioneiros* (1954) é um documento-monumento, e vem sendo tratado como tal por parte da historiografia jataiense: *Pelos caminhos da abolição*: *os últimos anos da escravidão e*

as experiências de liberdade em Jataí (SILVA, 2011); *Jatahy: espaços de morar 1880-1935* (PINTO JÚNIOR, MENEZES, SILVA, 2012); *Viver no sertão: fazendas no sudoeste de Goiás (1830-1930)* (PINTO JÚNIOR, 2015); *Território hipotético: sudoeste de Goiás (PINTO JÚNIOR, 1890-1940)* (2018); *Pioneiros: romance histórico que descreve o desbravamento do sudoeste* (SILVA, 2017); *Escravidão e liberdade nos livros de notas de Jatahy (1872-1888)* (CARMO, 2018); *"Sabe que nêgo não é gente?" Representações da infância negra na literatura memorialista sobre Jataí* (OLIVEIRA, 2019), são alguns dos trabalhos que deixam de abordar, ou pouco tangenciam o racismo presente na narrativa de França (1954).

Sustento a hipótese de que o pensamento racial expresso pela e na narrativa de França (1954) é devedor das articulações envoltas nas questões, visões e perspectivas que compõem o idioma da mestiçagem no Brasil (VIANA, 2007), dos postulados do darwinismo social, da recepção das teorias raciais no Brasil do século XIX, das bases do mito da democracia racial gestadas na geração de 1930 e na atuação do governo varguista (ROSA, 2014; MUNANGA, 2008).

O presente artigo cumpre com o objetivo de localizar e analisar o lugar da população negra, como instiga Lélia González e Carlos Hasenbalg (1982). Se para Basileu Toledo França os negros representam os "humildes e obscuros contribuintes da história", a população negra em *Pioneiros* (1954) não existe para além da escravidão.

As passagens citadas no decorrer deste texto evidenciam que não há uma representação positiva (GOMES, 2005) da população negra enquanto parcela constituinte do cotidiano jataiense

no período representado em Pioneiros (1954), o século XIX. Somos representados apenas como os "humildes e obscuros negros", "mulatos", "pardos", "negros", "nêgos", "neguinhos", "roxos", "gente ruim", "mestiços agressivamente encarados", "pardos de feições duras", "cabritos revoltados", dentre outras atribuições racistas.

Este trabalho apoia-se sobretudo no argumento de que *Pioneiros* (1954) não é uma obra isolada, sendo, portanto, resultante do pensamento racial em voga na primeira metade do século XX, assim como dos entendimentos acerca da estruturação colonial da nação. Trata-se de uma história única (ADICHIE, 2018) que aciona práticas e representações da racialidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*: especificidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CARMO, Lucas Rodrigues do. **Escravidão e liberdade nos livros de notas de Jatahy (1872 – 1888)**. 2018. Monografia (Licenciatura em História) – Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2018.

CARMO, Lucas Rodrigues do.; SILVA, Murilo Borges. Alforrias nos livros de notas de Jatahy: estratégias na negociação da liberdade (1872-1888). **Albuquerque: revista de história**, Aquidauana, 2020. DOI: https://doi.org/10.46401/ajh.2020.v12.10000.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.

CARVALHO, Marcos Antônio Gomes; VIANNA Maria Valeska Lopes. Basileu Toledo França. *In*: VALDEZ, Diane (org.). **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás:** séculos XVIII–XXI. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017. p. 116-122. Disponível em:<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook_dicionario_educadores.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. Goiânia: Editora UFG, 1995.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. 1942-1954. [n. p.]. Localizado em: Museu Histórico de Jataí.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: SECAD. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-64. Disponível em:< http://etnicoracial.mec.gov.br/publicacoes/item/9-educacao-anti-racista-caminhos-abertos-pela-lei-federal-n-10-63903>. Acesso em: 8 jan. 2019

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MARTINS, Alécio Perini. Dos posseiros aos migrantes: formação territorial e econômica do município de Jataí/GO. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 49, p. 90-103. 2014. Disponível em:<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/23426>. Acesso em: 7 abr. 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. *In*: RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006d. p. 93-98.

OLIVEIRA, Amanda Rodrigues. **"Sabe que nêgo não é gente?"** Representações da infância negra na literatura memorialista sobre Jataí. 2019. Monografia (Licenciatura em História) – Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade**: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

SANTOS, Michael Douglas dos. **Representação dos Negros na Exposição de Longa Duração "Jatahy: Histórias Pra Contar" do Museu Histórico de Jataí (1995-2015)**. 2021. Monografia (Licenciatura em História) – Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Murilo Borges. **Pelos caminhos da abolição**: os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em:< http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2268>. Acesso em: 13 maio 2020.

SILVA, Murilo Borges. Revisitando a literatura do sudoeste goiano: interfaces entre o ensino de História e a escravidão. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 7, n. 2, 2009. Disponível em:<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20391/19197>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SILVA, Mariana de Melo. **Pioneiros***:* romance histórico que descreve o desbravamento do sudoeste. 2017. Monografia (Licenciatura em História) – Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2017

PARA ALÉM DAS HISTÓRIAS E MEMÓRIAS TRADICIONAIS: OUTRAS LEITURAS POSSÍVEIS DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE EM JATAÍ (1872-1888)

Murilo Borges Silva[7]

Há algum tempo tenho investigado temas relacionados a escravidão e a liberdade em Jataí. Desde então, passei a questionar a carência de publicações que privilegiam as histórias da população negra que viveu no local. A maioria das histórias que encontrei foram produzidas por memorialistas, romancistas e escritores locais que se dispuseram a compilar alguns documentos e descrever os episódios que puderam ler neles, sem contudo, realizar análises pertinentes ao campo teórico e metodológico da história. O mesmo se

7 Professor no Curso de História da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Organizador do livro: História das Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidade em Goiás. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Emancipações e Pós-abolição em Goiás e Distrito Federal (GEPEP). E-mail: murilo_borges_silva@ufj.edu.br.

repete em muitas das narrativas apresentadas em exposições museais, discursos oficiais, na tradição oral e até mesmo em trabalhos acadêmicos. Essas produções relatam um passado em que determinados sujeitos são enaltecidos, comumente homens, com alguma posse e influência política, apontando-os como pioneiros, desbravadores ou fundadores. O conteúdo dessas narrativas está comprometido com os objetivos políticos de determinados grupos sociais, sobretudo os proprietários de terras mais abonados e seus herdeiros, interessados na perpetuação dessa compreensão sobre o passado.

Ao privilegiar esses sujeitos e contarem uma história gloriosa sobre os pioneiros e a saga deles para se fixarem na terra, essas narrativas ocultam ou deturpam outras histórias e sujeitos, silenciando as trajetórias e experiências da população negra, de indígenas e mulheres. Nestes casos, há a construção de um ideário de oposição entre os pioneiros e o restante da população, onde os primeiros reivindicam para si a denominação de civilizados, e nomeiam os segundos como incivilizados, reivindicando para si a tarefa de civilizá-los. Nessa perspectiva, os pioneiros são concebidos como personagens imprescindíveis e portadores de autoridade/poder para executar seu papel civilizador, que incluía a ocupação das terras, a edificação de cidades e o desenvolvimento econômico e social da região. Nataniél Dal Moro (2012), ao pensar sobre a produção memorialista em Campo Grande assegura:

> A construção no presente do ato de edificar um determinado discurso sobre o passado é uma das tarefas a que se presta a maior parte dos textos memorialistas. [...] Como textos altamente

> políticos e comprometidos com valores de certos grupos, os escritos memorialistas servem a determinados propósitos [...].
>
> Ao definir seus genitores e demais familiares como pioneiros que civilizaram a região, a produção memorialista construiu uma narrativa que opôs estes pioneiros civilizados – eles se dizem assim – aos outros – que era o povo comum –, neste caso os incivilizados [...][1]

Um exemplo dessa abordagem pode ser verificado na obra Pioneiros, de Basileu Toledo França (1995). Logo no início de seu romance histórico, o autor conta-nos sobre as motivações para narrar a história de Jataí. Segundo ele, no ano de 1942 deparou-se com um soldado a varrer e queimar documentos relacionados a cidade, neste momento, teria despertado para a necessidade de "reconstruir as origens do lugar", destacando os feitos de "homens e mulheres admiráveis, contar enfim a luta, as alegrias e as tristezas dos nossos primeiros, sem esquecer a contribuição dos humildes e obscuros negros, a fecundidade das mulheres rudes e a poesia dos brinquedos de criança"[2]. Após 11 anos de pesquisas e trabalho de escrita, o autor diz ter concluído sua obra.

Com apoio financeiro do então prefeito de Jataí, em 1953 a obra teve sua primeira edição publicada. Apesar de França apresentá-la como fruto de pesquisas em documentos, correspondências com amigos e intelectuais de diferentes localidades do país e, também, das memórias de pessoas da região, essas fontes e/ou referências

1 MORO, Dal Nataniél. O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). 2012. 310f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 30.

2 FRANÇA, Basileu Toledo. Pioneiros. Goiânia, Editora da UFG, 1995. p. 10.

não são evidenciadas com clareza. As palavras empregadas pelo autor no prefácio do livro também são indicativas do caminho escolhido por ele para narrar a história do lugar. Destaco, inicialmente, o desejo do autor em promover uma "reconstrução das origens". Por muito tempo, esse tipo de empreendimento esteve associado à exaltação de algumas personalidades, compreendendo-as como pioneiras ou desbravadoras. Ao mesmo tempo, essa ideia de resgate, de busca pelas raízes ou preservação das tradições servem para construir ou manter determinadas estruturas de poder.

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior, ao refletir sobre o conceito de região e como as histórias regionais são construídas, aponta que suas definições estão investidas de poder, de saber, desejos e correm o risco permanente "de se tornar[em] um saber a serviço das forças, dos interesses e projetos políticos que deram forma ou que sustentaram um dado espaço [...]"[3]. A produção de França (1995) parece justamente caminhar por essa direção, ao exaltar as figuras de José Manoel Vilela e José Carvalho Bastos, um mineiro e o outro paulista, já com alguma posse. Os homens buscavam por novas pastagens para expandirem a criação de gado e encontraram-se na região que mais tarde seria denominada de Jataí. Para o autor de Pioneiros, o encontro entre esses dois homens é que teria dado origem à região.

Na narrativa de França (1995), os indígenas que viviam nas redondezas não foram considerados como moradores do lugar, pelo contrário, foram tomados como inimigos dos fazendeiros e suas fa-

3 ALBUQUERQUER JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008. p. 59.

mílias e por isso precisavam ser combatidos. A possibilidade de haver comunidades negras próximas àquelas terras também não foi aventada pelo autor. A população negra foi reduzida ao lugar da escravidão, sofredora de abusos e castigos físicos, como se suas experiências se resumissem somente a esses episódios de violência e trabalho excessivo. Apenas tia Justina, mulher negra e, segundo consta, escravizada pela família de José Carvalho Bastos foi, de algum modo, "autorizada" a figurar entre os pioneiros. Até mesmo as mulheres de Vilela e Bastos tiveram pouco espaço na obra do escritor, confirmando sua intenção em destacar os dois homens como heróis e desbravadores. A esse respeito, Carmo (2021) observou que a obra de França

> [...] ao construir lugares sociais hierarquizados a partir do entendimento do negro enquanto "acessório" da história, reduz, enquadra, invisibiliza as experiências negras em Jataí. Ele constrói uma história única, um passado unívoco para a Jataí dos oitocentos, marcadamente branco, ou melhor, embranquecido. Ao eleger as grandes autoridades políticas, sobretudo as famílias Vilela, Carvalho e Bastos, sujeitos "ilustres" e da "elite", para ocupar a centralidade da narrativa, o autor constrói e reforça o silêncio e a subalternidade como os lugares da população pobre e negra.[4]

A obra de Basileu Toledo França foi editada pela quinta vez em 2019, em razão das comemorações do centenário do autor. Ao longo desse tempo, tornou-se uma espécie de história oficial de

4 CARMO, Lucas Rodrigues do. Notas sobre história única, racismo e o silenciamento das experiências negras em Pioneiros (1954) de Basileu Toledo França. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. p. 53.

Jataí, referenciada em trabalhos acadêmicos, exposições museais, utilizada como referência em escolas de educação básica e difundida entre leitores interessados em conhecer a história da região. Todavia, outras obras que propuseram contar a história da cidade, dos acontecimentos que tiveram a região como palco e destacar determinadas personalidades, surgiram posteriormente ao livro "Pioneiros". É o caso das publicações do escritor Dorival Carvalho Mello.

Em obra intitulada "Nos porões do passado: a descoberta de Jataí", publicada em 2002, o autor destaca na primeira parte do livro histórias diversas sobre a cidade, tendo como referência documentos encontrados em várias instituições locais. Na segunda parte, o foco está em descrever "figuras destacadas" que trabalharam pela cidade e contribuíram para a sua construção. Mello elabora pequenas histórias, divididas por subtítulos, apresentadas de modo não linear e sem a preocupação de se conectar umas às outras. Com o intento de dar robustez ou mesmo de confirmar as ideias apresentadas em seus escritos, o autor utiliza-se de trechos de documentos e imagens fotográficas, sem contudo, refletir sobre a produção, autoria e intencionalidades desses registros.

Em um dos capítulos, intitulado "Os escravos em Jataí", Mello afirma ter encontrado nos documentos que consultou várias referências ao comércio de pessoas escravizadas. Em razão disso, sugere que Jataí teria sido um grande polo desse mercado de compra e venda de gente. Embora não apresente esses números, tampouco indique a conexão deles com outras regiões, parece ter feito tais conclusões a partir da consulta aos livros de notas do 1º Tabelionato de Notas de Jataí e inventários localizados na Vara de Família, Sucessões e Cível de Jataí.

O texto do autor sobre pessoas escravizadas traz-nos algumas concepções problemáticas e, em muitos casos, já superadas pela historiografia social da escravidão. Refiro-me a ideia de submissão atribuída aos escravizados e a incapacidade do autor de perceber a agência desses sujeitos, como se nota na passagem a seguir:

> A grande cúpula dos senhorios espalhada pelo ainda vasto Município mantinha, cada um de seus membros, sua leva dessas criaturas submissas, entregues a faina diurna e pesada. Em troca, a comida a base de carne e acomodação nas senzalas ou porões, construídos sobre as suntuosas sedes das fazendas daquela época [...]
>
> Naqueles tempos, na segunda metade do anos de 1800, a escravatura ainda tinha um papel fundamental na economia brasileira. Escravo não passava de componente das forças produtivas, sem participação como ser humano [...][5].

O lugar designado pelo autor para os escravizados foi o da submissão, associado à ideia de não participação deles na sociedade como seres humanos, considerando-os apenas como força produtiva, remontando assim a ideia de que homens e mulheres escravizados foram passivos e até mesmo permissivos diante das atrocidades cometidas contra eles. Essa perspectiva, obviamente, não foi inventada por Mello, pois já estava presente na historiografia do final do século XIX e manteve-se vigente até bem recentemente, apesar das vozes discordantes. Nela, a passividade dos escravizados é rompida apenas pelo ódio, a violência, a revolta, reduzindo as experiências desses

5 MELLO, Dorival Carvalho. Nos porões do passado: descoberta de Jataí. Jataí: Ed. Sudográfica, 2002. p. 40.

sujeitos a atos irracionais ou impensados, esvaziados de qualquer sentido político. Portanto, desconsidera-se a agência[6] dos homens e mulheres submetidos a escravidão e suas aprendizagens políticas.

Discordando dessa interpretação, Sidney Chalhoub assegurou que:

> A violência da escravidão não transformava os negros em seres "incapazes de ação autônoma", nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis. Acreditar nisso, pode ser apenas a opção mais cômoda: simplesmente desancar a barbárie social de um outro tempo traz implícita a sugestão de que somos menos bárbaros hoje em dia, de que fizemos algum "progresso" dos tempos da escravidão até hoje[7].

Assim, ao contrário do que propagou certos intérpretes do Brasil[8], os escravizados não podem ser reduzidos à imagem de submissão e passividade diante da vida em cativeiro. Seguramente, elaboraram estratégias diversas para sobreviverem a essa condição ou mesmo lutarem pela liberdade, a partir de "lógicas e racionalidades próprias". Portanto, estamos a falar de histórias de lutas e não de resignação, de sujeitos que se movimentaram levando em conta suas "experiências e tradições particulares"[9]. Observando os estudos sobre essas estratégias, as lutas por liberdade, as trajetórias de pessoas

6 Sobre a ideia de agências, ver: ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A emergência do escravo-agente na historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2014.

7 CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 42.

8 Ibid., p. 36.

9 Ibid., p. 42

negras escravizadas ou libertas, temos condições de entender melhor a instituição da escravidão no Brasil, bem como problematizar as compreensões a respeito de um cativeiro justo, as relações afetivas e familiares da população negra, as formas como os cativos conseguiam opinar ou reagir em determinados momentos, entre outras questões fundamentais que dimensionam as lutas dos negros no país.

Os trabalhos de França (1995) e Mello (2002), ao contrário da perspectiva anunciada anteriormente, parecem se localizar em um lugar de encobrimento das ações e estratégias de escravizados, libertos ou mesmo negros livres, preferindo referenciá-los como sujeitos sem humanidade e submissos, invisibilizando suas agências e enfrentamentos. No caso de França (1995), é possível pensar ainda em uma narrativa conciliadora, cujo propósito está em atenuar as violências do "encontro" entre brancos (pioneiros), indígenas e negros[10]. Já o texto de Mello (2002), após descrever os preços de escravizados, comparando os valores com outros bens, no intuito de dimensionar seu alto custo, encerra seu capítulo sobre a temática afirmando que o problema enfrentado pelos donos de escravizados da região era a fuga e os esforços para capturar os fugitivos. Ou seja, o problema encontrado pelo autor não era a escravidão e as violências cometidas pelo regime, mas os altos preços dos escravizados na região e o incômodo que causavam aos senhores quando fugiam.

Essas leituras da realidade são confortáveis para a elite local, pois, a exime das atrocidades cometidas durante a escravidão, ao mesmo tempo que dificultam as discussões sobre reparações históricas e sociais. Assim, não é de se estranhar a edição recente da

10 CARMO, op. cit., p. 88.

obra Pioneiros, lançada em 2019, bem como a sua aceitação como a "história de Jataí". Aliás, é preciso ressaltar a insistência e a força de narrativas como as mencionadas nas obras de França e Mello e a forma como elas transformaram-se numa espécie de memória oficial da cidade, estando presente no discurso das exposições museológicas sobre a cidade[11], nos materiais didáticos propostos para o ensino da história local e mesmo nos discursos orais da população. A despeito da insistência dessas narrativas, outras histórias podem ser construídas sobre a população negra em Jataí.

POPULAÇÃO NEGRA, RELAÇÕES FAMILIARES E O SILÊNCIO DAS HISTÓRIAS E MEMÓRIAS SOBRE JATAÍ

Apesar desse silenciamento, do investimento em uma história heroica, desprovida de conflitos sociais ou raciais, outros documentos e estudos podem ser instrumentos importantes para a elaboração de novas histórias sobre Jataí, permitindo o dimensionamento de narrativas mais plurais sobre os diferentes grupos que compõem essa sociedade. Um desses documentos é o próprio Recenseamento do Brazil, realizado no ano de 1872 e que tornou-se importante registro para se pensar os dados populacionais das regiões do Brasil. Embora seja do conhecimento de historiadores/as os limites dos dados apontados em tal documento[12], ele direciona nossos olhares para questões como "raça", sexo, estado civil, religião, nacionalidade, instrução, idade e profissões dos/as habitantes de diversas regiões do país.

11 SANTOS, Michael Douglas dos. Representações dos negros na exposição de longa duração "Jataí: histórias para contar" do Museu Histórico de Jataí (1995-2015). 2021. 73 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Jataí, 2021.

12 A esse respeito, ver capítulo 2 da obra: LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

De acordo com os registros publicados no recenseamento, no ano de 1872 a então Parochia do Divino Espírito Santo de Jatahy, possuía o total de um mil oitocentos e quinze (1815) habitantes. Deste número, um mil e quinhentos (1500), 82,6%, eram homens e mulheres que compunham a população livre, ao passo que trezentos e quinze (315) pessoas eram escravizadas. Ou seja, cerca de 17,4% da população era escravizada (ver quadro 1), um percentual aparentemente relevante para uma região predominantemente agropastoril. Entre os/as escravizados/as, cento e sessenta e oito (168) eram homens e cento e quarenta e sete (147) mulheres, notando-se uma ligeira superioridade numérica de escravizados homens.

Quadro 01 – População livre e escravizada da Paróquia de Jataí em 1872

Paróquia	Livres	Escravizados	Total	% população livre sobre a total	% população escravizada sobre a total
Jataí	1500	315	1815	82,6	17,4

FONTE: Recenseamento Geral do Império em 1872. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>, acesso em 15 de maio de 2023.

Próximas a Jataí estavam as Parochias de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde e do Divino Espírito Santo de Torres do Rio Bonito[13]. Juntas, constituíam-se nos principais aglomerados populacio-

13 Atualmente, Rio Verde e Caiapônia, respectivamente.

nais da região na segunda metade do XIX, atualmente compreendida como sudoeste de Goiás. Os documentos encontrados nos livros de notas de Jataí sugerem que os/as habitantes dessas paróquias mantiveram entre si importantes relações comerciais e sociais. No tocante ao comércio com outras regiões do país, destacaram-se pela criação e venda de gado. Conforme aponta a literatura memorialista e de viagem[14], a abundância das pastagens e o fato destes animais se autotransportarem tornavam tal atividade mais conveniente para a localidade.

Essa estrutura comercial desenvolvida na região havia sido potencializada pela Guerra do Paraguai, pois, os/as proprietários/as de terra e gado teriam se aproveitado do conflito para comercializar com as tropas em campo, no Sul do Mato Grosso, além de fornecer outros mantimentos ao governo provincial que, naquele momento, tornava-se devedor de fazendeiros como Serafim José de Barros. Esse homem parece ter sabido lidar com as demandas surgidas com a guerra, tendo transformado a sede de sua fazenda em um grande depósito de mantimentos. De acordo com Rafael Pinto Junior (2015), o fazendeiro teria respondido

> [...] prontamente os contatos com o governo provincial de maneira que sua figura logo apareceu como uma liderança inconteste. Além disso, ao aparecer credor do governo goiano naquela região despovoada, ganhou legitimidade para a posse e para estrutura produtiva já consolidada[15].

14 LIMA, Binômio da Costa. FRANÇA, Almério Barros. Primeiros fazendeiros do sudoeste goiano e do leste mato-grossense: Genealogia e história. Jataí: Sudográfica, 2004; LEAL, Oscar. Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central). Goiânia: Editora UFG, 1980.

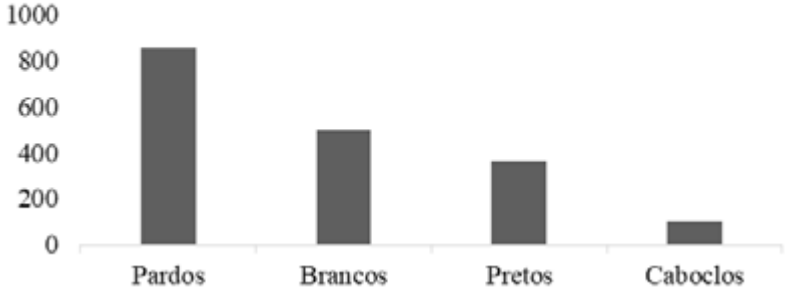
15 PINTO JR, Rafael Alves. Viver no sertão: fazendas do sudoeste de Goiás. Curitiba, PR: CRV, 2015. p. 38.

Apesar da importância e destaque da criação e venda de gado, as atividades assumidas pelos moradores das fazendas, sítios, casebres e pousadas da região, não se resumiam a pecuária. Muitos proprietários de terras, por exemplo, se envolviam em outros negócios, como "empréstimos de capitais, intermediações de comércio ou cargos públicos"[16]. Assim, produziam artigos diversos, de modo a subsistir, minimamente, as necessidades da população. Esses proprietários não eram, portanto, donos de terra e gado apenas, mas também de pessoas escravizadas, lavouras e outros negócios.

Embora as narrativas históricas e até mesmo as fontes documentais, espalhadas em cartórios ou outros arquivos, nos permitam enxergar com maior visibilidade os homens brancos com alguma posse, a população negra – escravizada, liberta ou livre – é também figura importante neste cenário de ocupação e estabelecimento no sudoeste de Goiás. Como aponta o recenseamento de 1872, mencionado anteriormente, a população classificada como parda e preta era a maioria da sociedade (ver gráfico 1). Apesar de muitos deles não serem proprietários/as, certamente, contribuíram para a dinâmica social e cultural do local. A presença de escravizados/as registrados no censo, nas escrituras de compra e venda, matrículas, processos criminais, inventários *post-mortem* e em outros documentos, da mesma forma, atesta a existência da escravidão em Jataí, as crueldades desse sistema e, consequentemente, permite-nos pensar as estratégias de resistência a escravidão.

16 Ibid., p. 75.

Gráfico 1 - Divisão "racial" da Parochia de Jatahy (1872)



FONTE: Recenseamento Geral do Império em 1872. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>, acesso em 15 de maio de 2023.

Como se percebe no gráfico, o número de pessoas em Jataí classificadas como pardas no Recenseamento do Brasil de 1872 é consideravelmente maior que o número daquelas classificadas como brancas. Esse quantitativo torna-se ainda mais expressivo quando somamos o número de pessoas pardas e pretas, totalizando 1.217 indivíduos. Portanto, a maioria da população que se encontrava em Jataí no início da década de 1870 era formada por pessoas não brancas. Acontece que esse grupo populacional pouco ou quase nada aparece nas narrativas históricas sobre a região, quando aparecem, são construídas como pessoas inferiores ou relacionadas ao mundo da escravidão. Em alguns casos, há um ocultamento da cor dos sujeitos ou uma tentativa de embranquecê-los[17]. Todavia, apesar desse esforço de silenciar e ocultar as histórias da população negra, há possibilidades de pensá-las e problematizá-las a partir do cotejamento de diversas fontes de pesquisa, reconhecendo as histórias de dores e

17 Esse é o caso de Serafim José de Barros, homem descrito por Basileu Toledo França como mestiço, mas por ter se casado com uma das filhas de um dos pioneiros e por ter posses foi tendo seu pertencimento racial embaralhado, passando a ser representado mais próximo do universo dos homens brancos. Para melhor compreensão dessa discussão ver: CARMO, op. cit., p. 84-85.

sofrimentos enfrentados pelas pessoas escravizadas e os obstáculos de uma liberdade precária, sem contudo, deixar de destacar as agências, estratégias de resistências desses sujeitos e suas lutas pela liberdade.

Os registros de compra e venda de escravizados/as presentes nos livros de notas da cidade, por exemplo, são documentos significativos para atestar essa presença (quadro 2). No 1º Tabelionato de Notas de Jataí, que iniciou suas atividades no ano de 1872, encontramos vários desses registros, indicando-nos uma considerável movimentação de compra e vendas de escravizados/as na região. Nas escrituras de compra e venda de pessoas escravizadas é possível averiguar informações como: nome da pessoa escravizada, idade aproximada e valor da transação. Em alguns casos, nos deparamos com informações adicionais, relacionadas ao tipo de trabalho desenvolvido pelos escravizados, a cor, o estado civil ou outras formas de identificação. A transação registrada em 1875, no Livro de Notas de número 1 é indicativa dessas possibilidades.

> Saibam quantos esta Escriptura ou Instrumento de publica forma virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oito centos e setenta e cinco aos nove dias do mez de Agosto do dicto anno, neste arraial e Districto do Jatahy, Termo e Comarca da Villa do Rio Verde, Provincia de Goias, em meu cartorio [...] compareceram partes justas entre si, havidas e contractadas como vendedor Jose Maria de Morais, morador neste Districto e Provincia e Joaquim Fabiano Vilela também morador no mesmo Districto, todos reconhe-

> cidos de mim Escrivam [...] sendo ahy pelo outorgante me foi dicto em presença das testemunhas abaixo assignadas, que alem do mais bens que possui com livre e geral administraçam, he bem assim que possui hum casal de escravos de nomes Mizael e Joana, ambos criolos o primeiro de trinta e sete annos de idade, e a segunda de desesette annos de idade mais ou menos, ambos de cor preta como consta das matrículas, cazados, estes escravos são dele vendedor, cujos escravos acima referidos ele vendedor vende ao comprador Joaquim Fabiano Vilela pelo preço e quantia de dous contos de reis [...]

Embora as escrituras de compra e venda fossem instrumentos formais de registro de transações comerciais e, portanto, constituídas por uma linguagem específica e padronizada, elas podem deixar escapar questões que extrapolam a mera transação. No caso acima temos a informação de que os escravizados Mizael e Joana eram casados e, provavelmente, por este motivo eram vendidos juntos, evitando a separação entre eles. Na verdade, a separação de casais neste momento já era uma prática coibida pelo Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869, que em seu artigo 2º proibia a separação do marido e da mulher, bem como do filho do pai e da mãe, a não ser os filhos maiores de 15 anos[18]. Ainda assim, a informação sobre o estado civil dos escravizados, mencionados na escritura de compra e venda, indica-nos algumas possibilidades para pensarmos as relações sociais e afetivas na localidade.

18 BRASIL. Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869. Prohibe as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1869. Disponível em: https://bit.ly/2keOeGa. Acesso em 01, jul. 2023.

As famílias formadas por pessoas escravizadas ou as famílias negras, surgidas durante a escravidão ou após a abolição, são temas ainda pouco pesquisados em Goiás, carecendo de aprofundamento. Na realidade, até bem recentemente, prevaleceu na historiografia goiana uma narrativa que indicava a inexistência das famílias em Goiás, particularmente, nos séculos XVIII e início do XIX. A construção dessa concepção baseou-se nos números diminutos de casamentos sacramentados pela Igreja nestes períodos, registrados nas interpretações de viajantes europeus ou políticos vindo de outras regiões do país e de passagem por Goiás[19]. A própria historiografia sobre Goiás, reiterou essa concepção, incorporando-a em algumas de suas produções[20].

A historiadora Maria Lemke (2012) repara que a quase totalidade de estudos sobre as famílias em Goiás recortaram a segunda metade do século XIX para suas análises. Segundo ela, isso se dá em razão da dispersão das fontes, dificultando a construção de novos olhares e interpretações; pela força e influência dos relatos de viagens e suas ideias sobre família e por conta das diferenças em relação ao conceito, tomado de um lado como união sacramentada pela Igreja e, do outro, sintetizado em debates preocupadas em refutar as inter-

19 Para aprofundar um pouco mais nessa concepção ver os estudos de: SILVA, Murilo Borges. Mulheres negras e plurais: Gênero, raça e sexualidade em Goyaz, século XIX. 2019. 251f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2019. LEMKE, Maria. Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847. 2012. 2012. 306f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2012.

20 Em sua conhecida obra O século do Ouro em Goiás: 1722-1882, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas, Luís Palacín (1994) discorre sobre a população em Goiás no século XVIII e afirma ter se difundido na região o costume de juntar-se, sem mais formalidades, com uma companheira, havendo uma generalização do concubinato (PALACÍN, 1994, p. 84). Compartilham dessa ideia as autoras: NUNES, Heliane P. História da família no Brasil e em Goiás: tendências e debates. In: CHAUL, Nasr F; RIBEIRO, Paulo R. (Orgs.). Goiás: identidade, paisagem, tradição. Goiânia: UCG, 2001l e TRISTÃO, Roseli M. Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX. 1988. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 1998, para quem as relações familiares só viriam a ganhar consistência após 1850.

pretações feitas por Gilberto Freyre. No entanto, o que aproximava essas interpretações era a ideia de que as organizações familiares, reconhecidas pela Igreja, só teriam ganhado força a partir de 1850, como resultado das preocupações em torno da posse, herança e valor das terras[21]. Exatamente por isso, as famílias retratadas nestas histórias são majoritariamente aquelas pertencentes a elite econômica ou política da região. Daí um dos motivos para as histórias de famílias escravizadas ou negras serem ainda tão pouco estudadas.

Todavia, documentos como a escritura de compra e venda envolvendo Mizael e Joana são indícios da existência dessas famílias. Aliás, no exercício de cruzamento de documentos, pudemos encontrar os dois escravizados em um outro registro, de 21 de maio de 1877[22]. Nele, Joaquim Fabiano Vilela informa sobre o nascimento de Philomena, criança ingênua e filha legítima dos mesmos escravizados que, segundo consta, moravam na fazenda Bom Sucesso. Percebe-se, portanto, que o casal vendido dois anos antes, permanecia junto e aumentava a família com a chegada dos filhos. Em ambos os documentos há menção a Pedro e Izabel, pais de Joana, descrita na escritura como filha legítima de ambos. O registro de Joana como filha legítima, sugere que seus pais também vivessem uma união sacramentada pela Igreja.

Outros registros de nascimentos sugerem relações familiares entre os escravizados, possivelmente, anuídas pela Igreja. Este é o caso do assento feito por Francisca Maria de Meneses informando

21 LEMKE, Maria. Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847. 2012. 2012. 306f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2012. p. 102.

22 Livro de registros de nascimento (A 1). Cartório de Registro Cível das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas. 1877. p. 25v.

o nascimento de Maria, acontecido em 01 de abril de 1877[23]. Nele, consta a informação de que a criança é filha legítima de Sebastião, escravizado por Francisco Ferreira de Morais e Cecília, escravizada por Francisca Maria de Meneses, adicionalmente, o documento informa o fato dos escravizados serem casados neste arraial. Foram padrinhos de Maria o escravizado Jacinto, pertencente à mesma Francisca e Fortunata, escravizada de Leandro.

Analisando os matrimônios sancionados pela Igreja em Campinas, Robert W. Slenes (2011) assinala que esse tipo de união não estava disponível ou acessível a todos os escravizados. Poderia haver proibições por parte dos senhores, especialmente se os escravizados desejosos de se unirem em matrimônio fossem de proprietários ou de propriedades diferentes. Em outras palavras, afirma o autor: "[...] o escravo que desejasse se casar pela Igreja quase sempre tinha que encontrar seu cônjuge dentro da mesma posse"[24]. Esse parece ter sido o caso dos exemplos mencionados anteriormente, Mizael e Joana pertenciam ao mesmo proprietário e Sebastião e Cecilia, embora pertencessem a senhores distintos, aparentemente viviam no mesmo lugar, a fazenda Santa Bárbara. O proprietário de Sebastião era filho de Dona Francisca Maria de Meneses[25].

Como se vê, mesmo diante das atribulações, é preciso reconhecer a possibilidade de existência de relações familiares entre

23 Livro de registros de nascimento (A 1). Cartório de Registro Cível das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas. 1877. p. 31v.

24 SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudoeste, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 84.

25 Faço tais aproximações entre Jataí e Campinas considerando os estudos de Slenes (2011). Mesmo se tratando de regiões diferentes essas dificuldades certamente não eram estranhas para um local como Jataí. Entretanto, assevero a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a temática na região.

escravizados, talvez muitas delas não estivessem legalizadas frente à Igreja, o que não significava a sua inexistência ou o desinteresse dos escravizados pelo casamento, no entanto, a sua concretização dependia de outras variáveis como: interesse dos senhores, tamanho das propriedades e quantidade de escravizados vivendo nelas e os diferentes significados do casamento para os escravizados[26]. O mesmo parece ter acontecido para algumas regiões de Goiás, como se nota no estudo de Pedro Luiz do Nascimento Neto (2017), cuja pesquisa recorta Villa Bella de Morrinhos entre os anos de 1850 e 1888. O autor confirma o pequeno número de casamento entre escravizados, quando comparados a população livre, porém, ressalta a existência de uniões consensuais não reconhecidas pela Igreja, mas que se configuraram como vínculos familiares[27].

Todavia, conforme anunciado anteriormente, os dados sobre famílias de pessoas escravizadas devem ser melhor estudados no futuro, acrescentando, inclusive, a necessidade de pensar as famílias negras, constituídas não apenas por pessoas escravizadas, mas também por libertos e negros livres, ampliando as análises sobre o tema. De todo modo, o que trazemos até aqui aponta para uma organização mais complexa de nossa sociedade, não visualizada ou propositalmente silenciada por autores como França (1995) e Mello (2002).

26 FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 313-346.

27 NASCIMENTO NETO, Pedro Luiz do. Famílias em cativeiro: a demografia da família escrava em Villa Bella de Morrinhos (Goiás, 1850-1888). Jundiaí, Paco Editorial: 2017, p. 89.

LUTAS, ESTRATÉGIAS E REVESES: HISTÓRIAS DE (E POR) LIBERDADE

Ao escrever sobre a escravidão em Jataí, um dos aspectos que parece ter causado certo interesse em Mello (2002) foi o valor registrado nas escrituras de compra e venda de escravizados. Porém, não apenas os valores configuram-se como possibilidade de análise, como também o número dessas transações. É importante lembrar que o período analisado compreende um momento de maior discussão sobre o fim da escravidão no Brasil, acentuada pela Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, promulgada em setembro de 1871. Em seu artigo primeiro a lei estabelecia que, a partir de sua promulgação, as crianças nascidas do ventre de mulheres escravizadas seriam consideradas livres. Outros dispositivos relevantes registrados na legislação, como o reconhecimento do pecúlio e a obrigatoriedade do registro de matrícula[28], somavam-se ao propósito de se organizar uma abolição que fosse lenta, gradual e sem prejuízos aos proprietários[29]. Além da lei mencionada não podemos perder de vista que nos anos de 1870 e, principalmente, na década de 1880 há um alargamento do movimento abolicionista e das ações de escravizados contra a escravidão[30].

28 BRASIL. Lei 2.040. Dispõe sobre a liberdade do ventre da mulher escrava. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 04 de junho de 2023.

29 Sobre os propósitos de uma extinção gradual da escravidão ver: SALLES, Ricardo. As águas do Niágara, 1871: crise da escravidão e o oceano saquarema. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). O Brasil imperial. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

30 A esse respeito, destaco as reflexões feitas nas obras: MACHADO, Maria Helena. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994 e AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

Esse cenário, todavia, não cessou as transações comerciais envolvendo pessoas escravizadas, mesmo em uma localidade como a de Jataí, cuja prevalência das atividades se davam em torno das propriedades rurais e do trabalho com a terra e o gado, configurando-se como uma economia mais voltada para a subsistência. Em regiões com tais características o emprego da mão-de-obra escravizada poderia tornar-se mais ocasional, como sugeriu uma parte da historiografia goiana, ao refletir sobre a pertinência do trabalho de pessoas escravizadas em Goiás[31]. Embora, de fato, seja possível observar que ao longo do século XIX tenha havido diminuição do número de escravizados em Goiás, não me parece plausível desconsiderar a "força da escravidão[32]".

31 Em relação a essa ideia, consultar: PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. História de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 1994. SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira. O trabalhador escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX. Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH • Goiânia, setembro 1971. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1545755657_656fa064a98df27a23200b4f7e96e49a.pdf. Acesso em: 04 de junho de 2023.

32 Tomo emprestado de Sidney Chalhoub tal expressão, explicada pelo autor na obra de mesmo nome, a saber: CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Quadro 02 – Escrituras de compra e vendas de escravizados por ano – Jataí, 1873-1888

Ano	Escritura de compra e venda
1873	07
1874	02
1875	04
1876	03
1877	08
1878	02
1879	02
1880	02
1881	02
1882	04
1883	05
1884	05
1885	01
1886	03
1887	03
1888	-
Total	53

FONTE: Livros de notas, 1º Tabelionato de Notas de Jataí.

Conforme indica o quadro, em um período de dezesseis anos foram formalizadas no 1º Tabelionato de Notas de Jataí um total de 53 transações de compra e venda de escravizados. Sobre este número, contudo, chamo a atenção para aqueles que figuram em mais de um desses registros de compra e venda. Em escritura de 24 de novembro de 1877, por exemplo, Francisco, brasileiro, de cor preta, de trinta e cinco anos de idade, é vendido ao tenente José Manoel Vilela, pelo preço de um conto e duzentos mil réis. Entretanto, dias depois, mais precisamente em 29 de novembro

de 1877, José Manoel Vilela vende-o de volta a Antônio Maria de Moraes. A justificativa do tenente Vilela para a transação é o fato de não ter agradado do dito Francisco e, por essa razão, vendia-o novamente ao seu antigo dono, pelo preço de um conto de réis. Antônio Maria, no entanto, parecia decidido a vender Francisco tendo, mais tarde, em 24 de dezembro de 1877, nomeado Joaquim da Rosa Pinheiro, na Província de Minas Gerais, para vendê-lo em qualquer parte do Império.

Mas, não apenas as escrituras de compra e venda foram registradas nos livros do 1º Tabelionato de Notas de Jataí, embora em menor quantidade, guardam também os registros de cartas de alforrias. Dentre os livros encontrados e pesquisados, 06 deles registram cartas de alforrias, escrituras de compra e venda de bens móveis e imóveis, procurações, algumas poucas matrículas de escravizados, entre outros documentos. Os livros consultados datam de 1872 a 1889. Supomos que os registros feitos antes desta data estejam em cartórios da cidade de Rio Verde, localidade a qual Jataí esteve vinculada administrativamente no passado. Na totalidade, encontramos o registro de 16 dessas cartas, com a finalidade de tornar livre da escravidão um total de 21 escravizados, com idades entre 07 e 52 anos.

Quadro 3 – Número de cartas de alforrias por ano – Jataí, 1873-1888

Ano	Cartas de alforrias
1873	2
1874	1
1875	2
1876	3
1877	2
1878	1
1879	2
1880	-
1881	-
1882	-
1883	-
1884	1
1885	2
1886	-
1887	-
1888	-
Total	16

FONTE: Livro de notas, 1º Tabelionato de Notas de Jataí.

Se de um lado temos a "força da escravidão", do outro temos as lutas por liberdade, muitas vezes expressas na conquista das alforrias. Esses registros são representações significativas do processo de negociação e estratégia dos escravizados. Especialmente no século XIX, configuraram-se como importante caminho para a obtenção da liberdade. Mas, foi também instrumento de controle e domínio por parte dos senhores que intentaram, a partir deste dispositivo, criar uma política de dependência onde as alforrias se constituíam em um ato de benevolência senhorial. O discurso impresso neste tipo

de documento procurava caracterizar o ato dos proprietários como uma concessão. Para Hebe Mattos (1998), era interesse dos senhores tornar o ato de alforriar "uma concessão senhorial, que gerava uma dívida de gratidão a que o liberto sempre se manteria ligado [...]"[33].

Apesar dessa intencionalidade dos senhores, os escravizados souberam utilizar de estratégias diversas para conquistar a liberdade ou mesmo obter melhores condições de sobrevivência em cativeiro. Assim, a justificativa recorrente de "concessão" da alforria em razão dos "bons serviços prestados", se por uma lado pode ser compreendida como um artifício dos senhores, por outro pode ser interpretada como uma das estratégias dos escravizados, pois, "[...] cada cativo sabia perfeitamente que, excluída as fugas e outras formas radicais de resistência, sua esperança de liberdade estava contida no tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor"[34]. Ou seja, o caminho da obediência, fidelidade e da prestação de bons serviços pode ser lido como uma estratégia politicamente consciente de forjar um bom relacionamento com seu senhor.

A estratégia de domínio senhorial, entretanto, parece ter funcionado melhor antes da Lei do Ventre Livre de 1871, pois, a partir desse dispositivo legal as relações entre senhores e escravizados, antes restritas ao campo do privado e do costumeiro, ganharam uma dimensão pública e contornos jurídicos mais expressivos. O largo aprendizado de uma política de negociação por parte dos escravizados, cada vez mais evidente em suas ações individuais e coletivas, bem como o questionamento da legitimidade da escravidão enquan-

33 MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudoeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 192.

34 CHALHOUB, op. cit., p. 100.

to instituição, indicava para um progressivo esfacelamento do poder moral dos senhores e falência de sua política de domínio. Nesse contexto, tornava-se extremamente perigoso frustrar as expectativas de liberdade dos escravizados[35].

Ainda assim, os senhores insistiam em expressar nas cartas de alforrias a sua benevolência. Em dos registros encontrados em Jataí, podemos ler:

> Dizemos nós Jose de Carvalho Bastos e Ana Cândida de Gouveia, abaixo assinados, que entre os bens que possuímos livres e dezembarassados, he bem assim hum escravo de nome Pedro, crioulo, a quem por amor que temos, e em recompensa dos bons servissos que nos tem prestado e rigorosa obediencia que nos tem apprezentado a tempos lhes passamos escriptura de liberdade sugeito a comprimento de alguns annos; agora porem rezolvemos a dar por concluido o dever a que o mesmo era obrigado e dar-lhe desta dacta em diante plena liberdade como se nascesse de ventre livre. E por ser essa a nossa vontade sem constrangimento de parte alguma, mandamos passar a presente que assignamos. Freguesia do Jatahy oito de setembro de mil oito centos e settenta sette [...].36

Antes mesmo desta carta de 1877, José de Carvalho Bastos e Ana Cândida de Gouveia haviam registrado, em 1874, um outro documento de liberdade em favor do escravizado Pedro. Na oca-

35 MATTOS, op. cit., p. 193.

36 Livro de Notas. 1º Tabelionato de Notas de Jataí. Lançamento de uma carta de liberdade. 1887.

são, tinham definido o prazo de seis anos de prestação de serviços, somente a partir desse tempo o escravizado gozaria plenamente de sua liberdade. Contudo, antes de findar o prazo estabelecido, os senhores de Pedro alforriaram-no sob o argumento de ter por ele amor, pelos bons serviços prestados e rigorosa obediência. O recurso de explicitar o amor pelo escravizado e antecipar sua alforria poderia ser uma estratégia dos proprietários para gerar um liberto dependente e grato, assim como poderia expressar as artimanhas de Pedro para criar laços de afetividades entre ele e seus senhores, aproximando-o da liberdade. Consciente de que uma boa relação com seus senhores aproximava-o de suas "visões de liberdade", Pedro poderia ter se comportado de modo obediente bem como realizado suas tarefas com maestria, como uma forma de investir em sua liberdade futura.

Essa suposição está baseada na ideia de que as ações dos escravizados não eram impensadas ou desprovidas de qualquer potencial político, ao contrário, refletiam as aprendizagens e compreensões elaboradas e ressignificadas tanto do outro lado do Atlântico como no Brasil. Além disso, indica a movimentação dos próprios escravizados no processo de obtenção de suas liberdades, ou seja, trata-se de uma perspectiva interpretativa que retira a exclusividade do ato de alforriar das mãos dos senhores e visualiza nas atitudes dos escravizados – articulações com diferentes sujeitos e de distintas condições, desempenho no trabalho, relações afetivas e outras – a forja de comportamentos que poderia aproximá-los da liberdade.

Como nos registros de compra e venda, as cartas de alforrias também seguiam um padrão em sua escrita. Em qualquer situação, os senhores faziam questão de assiná-las como um ato

de benevolência. Isso tinha um propósito – abalado após a Lei do Ventre Livre, é verdade – de reforçar seu poder moral sobre os escravizados. Acontece que a Lei de 1871 havia estabelecido várias situações que permitiam a interferência do Estado no âmbito costumeiro das decisões entre senhores e escravizados, colocando em xeque o poder moral dos primeiros[37]. Ainda assim, o discurso de concessão permaneceu.

A maioria das cartas de alforrias registradas nos livros de notas de Jataí foram do tipo condicional, quando se estabelecia alguma condição a ser cumprida pelo escravizado antes da efetiva liberdade; ou por meio de pagamento, neste caso, os escravizados pagavam pelo valor sua alforria. Nos casos de cartas condicionais, estabelecia-se cláusulas como: após a morte dos senhores, após alguns anos, após o casamento ou emancipação das filhas do senhor, entre outras. Em qualquer um dos casos, é provável ter havido a movimentação dos escravizados e suas redes de sociabilidade para a conquista da liberdade.

Apesar das cartas de alforrias terem sido instrumentos importantes e porta de acesso para a liberdade de muitos, ainda sabemos pouco sobre as experiências de liberdade dos egressos da escravidão e seus descendentes, sobretudo em regiões como Jataí. Temos conhecimento, contudo, que muitos desses sujeitos enfrentaram problemas semelhantes aos escravizados de outras localidades como: restrição constitucional aos direitos políticos, pouco acesso à educação formal, a possibilidade de ter sua alforria revogada, a perseguição e suspeição policial constantes e até o perigo de ser escravizado

37 MATTOS, op. cit., p. 186.

ilegalmente. Chalhoub (2010) chamou essas dificuldades pelas quais os libertos – e até mesmo negros livres – poderiam passar em uma sociedade escravista de "precariedade estrutural da liberdade"[38].

Felícia foi uma das vítimas dessa precariedade. A menina, de cor preta e de mais ou menos 13 anos de idade, foi vendida a Antonio Maria de Moraes em 1875. Possivelmente, após essa data, reclamou na justiça sua liberdade, alegando não ter sido matriculada no tempo devido. A argumentação do pedido, embasava-se no artigo 19 do Decreto 4.835, de dezembro de 1871. Sobre essa ação, não temos informações, apenas algumas pistas depreendidas de processos criminais com datas posteriores ao pedido de liberdade.

Nestes processos ficamos sabendo que o problema não se tratava apenas da filiação desconhecida, a própria matrícula de Felícia era falsa[39]. O documento adulterado tinha sido obra de Francisco Camilo de Miranda, na ocasião responsável pela venda da menina e de Bento Luis da Cunha, funcionário público, adjunto do promotor de Jataí. Segundo consta nos autos, Francisco Camilo de Miranda teria vendido Felícia a Antônio Maria de Moraes; entretanto, o vendedor não possuía a certidão de matrícula da escravizada, tornando a transação de venda impraticável. Como solução para resolver a situação, Miranda acordou com Cunha, a produção de uma matrícula falsa para a escravizada, em troca pagaria ao falsificador 60 mil réis.

A falcatrua foi descoberta pela justiça e Antônio Maria de Moraes alegou que não tinha conhecimento da falsificação cometi-

38 CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). História Social. São Paulo, n. 19, p. 33-62, jun-dez. 2010.

39 Processo criminal contra Bento Luis da Cunha, n. 26 e 28. 1881. 1º Vara Criminal de Jataí, Fórum Municipal de Jataí.

da pelos outros dois indivíduos. Por isso, o processo contra ele não obteve progresso. Apesar de a autoridade policial aparentemente ter dúvidas sobre a inocência de Moraes, a falta de provas que o incriminasse foi sua salvação. Depuseram em favor de Moraes homens considerados respeitáveis em Jataí, como o pioneiro José Manuel Vilela. Foi organizada uma importante rede de colaboração em seu auxílio, na tentativa de provar sua inocência nesse esquema fraudulento.

Miranda e Cunha não tiveram a mesma sorte, uma vez que, após a verificação da procedência da denúncia, recomendou-se a abertura de um processo contra o vendedor e o falsificador. No entanto, ao analisar os processos aos quais tivemos acesso, não encontramos nenhum registro de processo contra Francisco Camilo de Miranda. Em contrapartida, Bento Luiz da Cunha foi preso e, mais tarde, submetido a julgamento, o qual surpreendentemente resultou em sua absolvição pelo júri. Apesar do testemunho contundente de muitas pessoas afirmando que ele era o responsável pela fabricação do documento falso, a defesa conseguiu convencer o júri da inocência do réu.

Apesar das injustiças que ocorreram no caso envolvendo Felícia, parece que ela obteve sua liberdade por ordem judicial logo após o primeiro processo, entre 1877-1881. No entanto, o ato violento cometido pelos infratores certamente causou grandes prejuízos a ela. É possível que fosse livre ou liberta antes de ser vendida para Antônio Maria de Moraes. Embora escravizar uma pessoa livre ou liberta não fosse fácil e comum, como observado por Soares (2009), era algo que estava no horizonte de expectativas dos proprietários –

muito mais pela sua possibilidade do que pela sua concretude[40]. Para se livrar da escravidão injusta, Felícia provavelmente não agiu sozinha. Possivelmente, teve buscou apoio em redes sociais ou solidárias que fossem úteis e sensíveis à sua causa.

Como se percebe até aqui, a história da escravidão e dos escravizados em Jataí é muito mais dinâmica e complexa do que as narrativas trazidas por França (1995) e Mello (2002). Elas servem para dimensionarmos outras experiências vividas por essa população, contrariando o lugar-comum ao qual são associadas, e possibilita-nos pensar nas lutas por liberdade, as organizações familiares, as redes de sociabilidades tramadas entre escravizados, libertos e livres. São possibilidades que nos inspira a questionar, retomar, revisar e, porque não, contestar as versões históricas propagadas sobre o lugar e sua gente, descortinando sujeitos invisíveis ou estereotipados. São histórias com potencial para confrontar as memórias oficiais e insistentes sobre Jataí e sua população, indicando a viabilidade de construirmos outras histórias e estabelecermos outros fluxos históricos, mais plurais, inclusivos, diversos e menos embranquecidos.

40 SOARES, Márcio de Souza. O Fantasma da reescravização: alforria e revogação da liberdade nos Campos dos Goitacases, 1750-1830. In: Simpósio Nacional de História – História e Ética, XXV, Fortaleza, 2009. Anais... Fortaleza, 2009. p. 1-17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. **A emergência do escravo-agente na historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2014.

ALBUQUERQUER JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

CARMO, Lucas Rodrigues do. **Notas sobre história única, racismo e o silenciamento das experiências negras em Pioneiros (1954) de Basileu Toledo França**. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**. São Paulo, n. 19, p. 33-62, jun-dez. 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. Goiânia, Editora da UFG, 1995.

LEAL, Oscar. **Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central)**. Goiânia: Editora UFG, 1980.

LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847**. 2012. 2012. 306f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2012.

LIMA, Binômio da Costa. FRANÇA, Almério Barros. **Primeiros fazendeiros do sudoeste goiano e do leste mato-grossense**: Genealogia e história. Jataí: Sudográfica, 2004.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudoeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MELLO, Dorival Carvalho. **Nos porões do passado**: descoberta de Jataí. Jataí: Ed. Sudográfica, 2002.

MORO, Dal Nataniél. **O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)**. 2012. 310f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO NETO, Pedro Luiz do. **Famílias em cativeiro**: a demografia da família escrava em Villa Bella de Morrinhos (Goiás, 1850-1888). Jundiaí, Paco Editorial: 2017.

NUNES, Heliane P. História da família no Brasil e em Goiás: tendências e debates. In: CHAUL, Nasr F; RIBEIRO, Paulo R. (Orgs.). **Goiás**: identidade, paisagem, tradição. Goiânia: UCG, 20011.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PINTO JR, Rafael Alves. **Viver no sertão**: fazendas do sudoeste de Goiás. Curitiba, PR: CRV, 2015.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira. O trabalhador escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX. **Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História** – ANPUH • Goiânia, setembro 1971. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1545755657_656fa064a98df27a23200b4f7e96e49a.pdf.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara, 1871: crise da escravidão e o oceano saquarema. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial**. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Michael Douglas dos. **Representações dos negros na exposição de longa duração "Jataí: histórias para contar" do Museu Histórico de Jataí (1995-2015)**. 2021. 73 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Jataí, 2021.

SILVA, Murilo Borges. **Mulheres negras e plurais**: Gênero, raça e sexualidade em Goyaz, século XIX. 2019. 251f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava**: Brasil Sudoeste, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOARES, Márcio de Souza. O Fantasma da reescravização: alforria e revogação da liberdade nos Campos dos Goitacases, 1750-1830. In: **Simpósio Nacional de História** – História e Ética, XXV, Fortaleza, 2009. Anais... Fortaleza, 2009. p. 1-17.

TRISTÃO, Roseli M. **Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX**. 1988. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 1998, para quem as relações familiares só viriam a ganhar consistência após 1850.

PRÁTICAS MUSEAIS E AS DISPUTAS PELAS MEMÓRIAS DE JATAÍ

EXPOSIÇÃO "JATAHY: HISTÓRIAS PRA CONTAR" E AS REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO NEGRA NO MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ (1994-2019)

Michael Douglas dos Santos[41]

Quais as narrativas estão sendo apresentadas pelo Museu Histórico de Jataí? É possível perceber algum protagonismo dos negros e negras jataienses? Este texto tem como objetivo sintetizar uma pesquisa realizada durante a graduação, entre os anos de 2018 a 2021. Fundado em 1994, o Museu Histórico de Jataí (MHJ) - Francisco Honório de Campos tem contribuído para a construção de identidades, memórias e histórias que remontam o passado jataiense. Entre as exposições elaboradas pelo MHJ, destaca-se a de título: "Jatahy, Histórias Pra Contar".

41 Universidade Federal de Goiás; Mestrando no Programa de Pós-graduação em História - PPGH UFG; Email: michaeldougllas017@gmail.com.

Compreendemos que esse exercício de representação do passado não é neutro ou despropositado, pelo contrário: recorta, seleciona, inclui e exclui. Portanto, foi necessário revisitar essa exposição de modo a verificar as memórias e representações incluídas, ou as ausências e silenciamentos. Em relação às fontes e a metodologia, foram analisados os textos e registros da exposição, as fotografias, a documentação institucional (Plano Museológico), além dos boletins e, que constam os registros das atividades realizadas anualmente no museu. Ademais, os resultados obtidos referentes às perguntas que embasam o estudo realizado serão apresentados no decorrer do texto.

O propósito do referido estudo foi inicialmente refletir sobre as representações e memórias da população negra jataiense no Museu Histórico de Jataí, especificamente nas exposições realizadas na instituição. Ao todo já foram realizadas aproximadamente em torno de 62 exposições até o ano de 2019, no entanto, nos restringimos a analisar apenas uma, citada anteriormente, pois a mesma reflete sobre o processo de construção da cidade de Jataí, além de abarcar as narrativas e memórias (re)construídas sobre a sua população local.

O Museu Histórico de Jataí (MHJ) - Francisco Honório de Campos teve sua inauguração no dia 14 de março de 1994, com objetivo de preservar e divulgar a história e cultura material e imaterial da região através de suas exposições e atividades, contribuindo para a construção de uma história e memória local/regional. O MHJ é localizado no centro da cidade, e sua estrutura predial consiste em um casarão com arquitetura colonial preservada.

O funcionamento do MHJ se dá a partir de verbas governamentais, bem como da articulação da Associação de Amigos do Museu, formada por professores da Universidade Federal de Jataí e do Instituto Federal de Goiás – Campus Jataí, servidores do museu e membros da comunidade jataiense. A criação do Museu Histórico se estabeleceu por meio da Lei Municipal de nº 1542/93, de 10 março de 1993. Em 1998 foi regulamentado o tombamento de seu prédio pelo poder municipal, por meio da Lei nº1706/941 (PINTO JÚNIOR, MENEZES e SILVA, 2012, p. 50).

Reconhecemos o MHJ como um lugar de memória capaz de preservar e divulgar a memória e história local da cidade de Jataí, tornando-se um espaço em que é possível conectar sua comunidade às suas narrativas locais e regionais. Entretanto, entendemos que no ato de divulgação e preservação de memórias há também esquecimentos, esvaziamentos, ou até mesmo reducionismo, salienta Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (2017):

> [...] é necessária a reflexão sobre o que se esconde e se revela no patrimônio preservado, considerando que os referenciais implícitos e explícitos nas materialidades e imaterialidades são múltiplos e complexos, e que preservar é sempre uma ação política, com consequências que ultrapassam o ato de preservar em si. Neste sentido, paradoxalmente, a preservação é ao mesmo tempo necessidade e risco. Necessidade, pois precisamos evidenciar nossa trajetória histórica, e por isso mesmo é também um risco, já que nas escolhas sobre o que preservar, existe muito mais exclusão do que inclusão. Isto se agrava pela ação de quem detém o poder polí-

> tico de escolher o que vai ser preservado, pois esse processo pode levar a visões e ações hegemônicas sobre a memória e sua preservação patrimonializada (CUNHA, 2017, p. 80)

Ademais, podemos dizer que uma exposição é também um discurso ou, mais precisamente, um "texto". Seja como for, a exposição na linha aqui desenvolvida pressupõe a articulação de enunciados sobre certos problemas humanos, desenvolvidos com o suporte das coisas materiais. Embora a museologia e a expografia tenham especificidades próprias e constituem-se em áreas específicas do conhecimento, a história tem seu lugar assegurado nos museus históricos. Nesta direção, é importante evidenciar que há domínios históricos ligados a cultura material, que a história não poderia desenvolver, ou faria de forma precária, sem a contribuição do museu:

> O museu histórico coleta, preserva, estuda e comunica documentos históricos. A exposição verdadeiramente histórica é aquela em que a comunicação dos documentos, por sua seleção e agenciamento, permite encaminhar inferências sobre o passado - ou melhor, sobre a dinâmica - da sociedade, sob aspectos delimitados, que conviria bem definir, a partir de problemas históricos. Inferências são abstrações, que não emanam da materialidade dos objetos, mas dos argumentos dos historiadores, referindo-se a propriedades materiais "indiciárias" desses objetos e a informações sobre suas trajetórias (MENESES, 1994, p. 39)

É pensando na relação entre história, museu e exposições que esta proposta de texto se desenhou. Como homem negro, frequentador e ex-estagiário no Museu Histórico de Jataí, me incomodava o silenciamento sobre a população negra em algumas das exposições da instituição, sobretudo aquelas relacionadas a história de Jataí e/ou da região. Considerando que no Brasil fomos e ainda somos maioria de negros e negras, quais seriam as razões para esse silenciamento? Por que as exposições relacionadas à história local e regional não traziam os negros em suas narrativas, e quando faziam eram de modo estereotipado ou relegando-os as margens dos acontecimentos? Essas são algumas das perguntas que motivaram a realização da pesquisa e sobre as quais procuro refletir ao longo do texto.

MUSEU: UM LUGAR DE MEMÓRIAS! QUAIS MEMÓRIAS?

Refletindo a partir da concepção dos museus, o pesquisador Marcelo Nascimento Bernardo Cunha (2020) lembra-nos dos "Zoológicos Humanos", como "um fenômeno de meados do século XIX, ocorrido na Europa e Estados Unidos, ligado aos *freak shows,* mas também aos zoológicos e museus, bem como a toda uma necessidade dessa Europa civilizatória e conquistadora" (CUNHA, 2020, p. 920 - 921). Esses locais, para além da popularização de teorias científicas, se tornaram também um grande negócio, com a presença de empresários que passam a importar indivíduos para serem apresentados em suas exposições vivas.

Esse é um processo muito complexo que vai da origem, inclusive no território africano, a grupos que vão formar trupes tea-

trais se colocando à disposição de participação nessas exibições. Ou seja, o autor reconhece estes espaços como mais uma instituição colonizadora, cujos objetivos perpassam pela conquista e invasão de outros territórios, para tanto, adotaram o discurso científico como ferramenta de dominação.

Nesse contexto, temos a exibição dos corpos negros e utilização desse "espaço do zoológico, para se estabelecer laboratórios de antropologia física, aonde irão se fazer medidas de craniometria e de todos os exames relacionados às comprovações das hipóteses hierarquizadas e hierarquizantes da antropologia física e das teorias raciais da época" (CUNHA, 2020, p. 921). É importante dizer que a exposição desses corpos tinha por finalidade construir um imaginário não apenas sobre a questão racial, mas também sobre o que deveria ser considerado normal e anormal, nomeando os corpos considerados diferentes, tais como: albinos, baixos, anões, pessoas gordas.

Ademais, compreende-se que na Europa, a partir do século XVIII, diversas coleções da nobreza e realeza foram apropriadas pelo Estado e tornadas públicas. No século XIX, pode-se observar o crescimento imenso do número de museus, que surgem com projetos educativos e de forma a comemorar aspectos nacionais. Esses museus expressavam o caráter de cada nação através da exposição de objetos utilizados em sua expansão territorial, como armas, medalhas e objetos de artilharia e pertences de heróis nacionais.

Myriam Sepúlveda dos Santos (2002) descreve três traços referentes à criação dos museus na Europa, são eles: "o modelo de conhecimento universalista como explicação da ordem, o vínculo com a história nacional e a abertura de suas portas a um grande

público" (SANTOS, 2002, p. 106). No Brasil, podemos apontar que esses elementos estão entranhados na construção dos nossos museus, porém não repetindo a fórmula do século XIX da Europa. Entretanto, também no Brasil tivemos os zoológicos humanos e com propostas semelhantes às que ecoavam na Europa do século XIX, contribuindo para a construção de discursos negativos sobre corpos e grupos étnicos.

No Brasil, os primeiros museus procuram reproduzir a mesma fórmula dos museus europeus e aparecem associados a discursos científicos e ao surgimento da nação[1]. Santos aponta que "os museus, apesar de terem o privilégio de lidar com significados simbólicos, são parte de nossa sociedade e devem ser compreendidos, em parte, pelas transformações por que ela passa" (SANTOS, 2002, p. 115).

Contudo, por mais que os museus tenham perpassado por várias transformações ao longos dos anos, nota-se que muitos espaços museológicos, sobretudo os museus históricos, tendem a reproduzir uma narrativa que privilegia uma determinada cultura – comumente dominante e colonial – destacando os feitos de uma elite local e branca. Nesse sentido, as instituições museais voltadas à preservação de memórias, tornam-se também um espaço privilegiado para executar o papel do Estado, como agente na garantia de preservação de determinadas memórias.

Em razão disso, quando observamos a representação da população negra nesses espaços, percebemos uma tendência de ho-

1 Conota-se à atenção ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB, especificamente no século XIX, nesse período o mesmo se direcionava a pensar a construção de uma identidade brasileira.

mogeneidade ou, até mesmo, uma deturpação de suas histórias. De acordo com Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (2017), em seu artigo "Museus, Memórias e Culturas Afro-Brasileiras", as:

> [...] memórias afro-brasileiras, [...] foram manipuladas, deturpadas e minimamente preservadas em museus, por conta de um ideal de branqueamento nacional, que, aliado a um imaginário civilizatório marcado por perspectiva eurocêntrica, produziu imagens sobre a presença do negro na sociedade brasileira marcadas por preconceitos e abordagens reducionistas sobre culturas africanas, suas diásporas para o Brasil e sua participação no desenvolvimento local, ao longo dos séculos até a atualidade (CUNHA, 2017, p. 78)

Ao refletirmos as representações da população negra dentro desses espaços e a preservação/divulgação da cultura negra, podemos apontar certo silenciamento. As narrativas construídas nestes espaços parecem privilegiar a população branca "pioneira" e elitizada. Desse modo, entende-se que a preservação de determinadas memórias é resultado de ações políticas, cuja finalidade está em definir o que lembrar e o que esquecer, ou seja:

> A preservação é ao mesmo tempo necessidade e risco. Necessidade, pois precisamos evidenciar nossa trajetória histórica, e por isso mesmo é também um risco, já que nas escolhas sobre o que preservar, existe muito mais exclusão do que inclusão. Isto se agrava pela ação de quem detém o poder político de escolher o que vai

> ser preservado, pois esse processo pode levar a visões e ações hegemônicas sobre a memória e sua preservação patrimonializada (CUNHA, 2017, p. 80)

A busca de determinados grupos sociais por reconhecimento nos espaços museais tem aumentado gradativamente, forçando o reconhecimento e divulgação de outras memórias e histórias alternativas as narrativas tradicionais e "oficiais", indicando a necessidade destas instituições se adaptarem aos novos tempos e às novas demandas da sociedade, abrindo espaço para a visibilidade do "outro": os negros, os indígenas e outros agentes sociais silenciados e marginalizados.

Os espaços museológicos, especialmente os históricos, manifestam em suas exposições elementos que forjam ou afirmam determinadas identidades, pois uma das formas pela qual as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo à antecedentes históricos. De acordo com Kathryn Woodward (2009), "as identidades adquirem sentido por meio de uma linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas" (WOODWARD 2009, p. 8). As instituições museais podem ser classificadas como um sistema simbólico, visto que elas apresentam à sociedade elementos de sua cultura e dos costumes, por meio de suas exposições.

Sendo os museus espaços nos quais se constroem identidades e memórias, ele é, portanto, também um lugar de memória, capaz de imaginar as sociedades que a representam. Sendo assim, podemos através dele interpelar o passado e "desde que haja rastro,

distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história" (NORA, 1993, p. 9).

Nora (1993) parte da concepção de que não há uma memória espontânea, verdadeira e específica, mas que se pode acessar uma memória reconstituída, que nos dê o sentido necessário de identidade. Assim, na perspectiva do autor, os lugares de memória são meios de acesso a uma memória, que não é memória, é história, pois é reconstituída através de vestígios. Ainda segundo o autor, a memória emerge de um grupo que a une: há tantas memórias como tantos grupos existentes, já a história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que proporciona uma vocação para o universal.

A memória é observada por Nora como um campo de conflitos; entende-se que a memória perpassa por uma arena de disputa, entre esquecimentos e lembranças, no qual os objetos portadores de uma memória expressam uma simbólica dimensão para os estudos históricos. Portanto, a memória dá sentido e forma, porém é carregada de manipulações ao qual a história precisa reconstruir, ou seja, os lugares de memória nascem a partir de que a necessidade de uma memória é uma necessidade da história.

Também podemos pensar a construção dos Lugares de Memória, ou nesse caso os museus, como um aparato institucional, formado nas bases do Estado, e de caráter social, pois apresentam à sociedade sua história e memória. Segundo Silvio Almeida (2021) a estabilidade dos sistemas sociais dependem da capacidade das instituições em absorver os conflitos e antagonismos inerentes à vida social, a exemplo:

> Os conflitos raciais também são parte das instituições [...] as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos [...] Assim, detém o poder os grupos que exercem domínio sobre a organização política e econômica da sociedade [...] Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos, e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas (ALMEIDA, 2021, p. 38 à 40)

Ademais, analisar uma exposição pode ser um exercício interessante para se pensar os processos de diferenciação construídos sobre o "outro" e, também, da construção de determinadas identidades. Por falarmos em construção de identidades no Brasil, podemos nos lembrar do esforço do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)[2], ainda no século XIX, de pensar a construção de uma identidade brasileira. Percebe-se que as narrativas criadas para representar os brasileiros, naquele momento, buscaram silenciar ou tornar opaca a história dos negros, indígenas, mulheres e outros sujeitos marginalizados.

Desde então, percebemos que as representações culturais sobre o Brasil, comumente, são excludentes ou estereotipadas, silenciando ou desvalorizando as identidades negras, das mulheres, dos

2 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil, fundado em 2 de outubro de 1838.

povos indígenas, ou melhor, priorizando representações culturais de uma elite branca brasileira. Os museus acabam reproduzindo essa lógica e, por isso, é importante que essas instituições se atentem às narrativas que por muito tempo foram silenciadas e ausentes, se desvencilhando dessas histórias que reduzem as identidades de determinados grupos sociais a estereótipos.

EXPOSIÇÃO "JATAHY: HISTÓRIAS PRA CONTAR" E O MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ

O Museu Histórico de Jataí - Francisco Honório de Campos é uma instituição museal que, durante os últimos anos, tem sido um espaço importante em contribuir para a construção de narrativas referentes à História Local e Regional. Ademais, diante das inúmeras fontes disponíveis no acervo do MHJ, optamos por nos concentrarmos em uma exposição, com o título de "Jatahy: histórias pra contar" e apresentada durante os anos de 1995 a 2015, com alguns intervalos entre os anos de exibição ao público, porém trata-se de uma exposição de longa duração.

A exposição "Jatahy: histórias pra contar", desde sua primeira versão, foi pensada a partir de fotografias do desenvolvimento urbano de Jataí, delimitando-se ao final século XIX até primeira metade do século XX. Diante das informações coletadas sobre a exposição, que tanto constava nos boletins, como no acervo fotográfico e digital, foi indispensável uma análise de todo material da exposição disponível no acervo do MHJ, além dos diálogos com a coordenação de museologia da referida instituição.

Jataí está localizada no sudoeste goiano e de acordo com uma narrativa dita como tradicional, as terras localizadas na região foram ocupadas por fazendeiros mineiros e paulistas, por volta de 1836. Porém, entendemos que na região já havia a presença dos povos indígenas, que aparecem nas obras memorialistas locais como personagens selvagens, cujas ações ameaçavam o processo de ocupação. Esses termos utilizados para se referir a população indígena aparecem de forma concomitante aos termos utilizados por Basileu Toledo França para "representar" a população negra "[...] enfim a luta, as alegrias e as tristezas dos nossos primeiros, sem esquecer a contribuição dos humildes e obscuros negros" (FRANÇA, 1954. p 9), trecho presente no prefácio da obra Pioneiros.

Entendemos que esta obra memorialista cria retratos e narrativas no intuito de representar uma história local para Jataí. Entende-se que história local é a possibilidade de discutir sobre cultura regional, memórias e tradições regionais/locais, mas deve se atentar para a não reprodução ou construção de narrativas que não deem conta de fazer uma abordagem totalizante ou apenas reproduzir os marcos (temporais, espaciais, políticos, territoriais) que já estão dados.

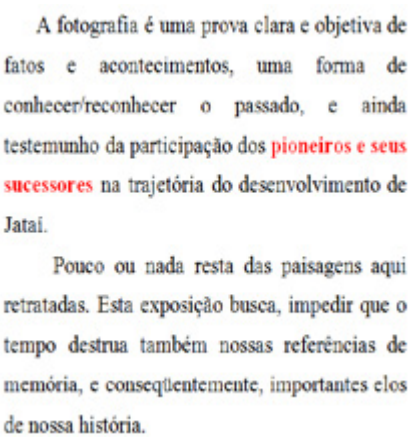
Retomando à obra de França, a mesma faz a associação da urbanização de Jataí aos feitos de uma elite local, em que se destacam famílias abonadas e dando enfoque aos chefes de famílias e senhores de escravos, como os Vilelas e Carvalhos, relegando à subalternidade a população negra e indígena. França ao escrever sua obra aponta no prefácio que a memória vinha se perdendo, que era preciso reconstruir as origens do lugar (FRANÇA, 1954). Essa mesma linha

de pensamento também fundamenta as obras documentais organizadas por Dorival de Carvalho Mello, especificamente, "Nos porões do passado: a descoberta de Jataí" (2002) que inicia logo no prefácio uma alusão à forma estilística de França "aqui tudo era silêncio" (MELLO, 2002, p.12).

Ao realizarmos uma aproximação com um dos textos de apresentação da exposição (Figura 1), é interessante pensar também em como as razões que fundamentam a narrativa se aproximam das justificativas elaboradas por memorialistas ou outros sujeitos (não historiadores). Ao sugerir no texto de abertura "que pouco ou nada resta das paisagens aqui retratadas, esta exposição busca impedir que o tempo destrua nossas referências de memória", percebe-se que a narrativa de não restar mais nada e que é preciso salvar o que restou, é presente na exposição e que se assemelha à proposta da obra memorialista de França.

Outro ponto a destacar é quando a exposição diz que as fotografias são uma prova clara e objetiva. Precisamos questionar o que essas imagens refletem, e quais sentimentos a narrativa exposta provoca no público visitante. Ademais, a forma como são retratadas as fotografias, quais sujeitos estão presentes, que memórias essas imagens buscam retratar— essas são questões que perpassam o historiador ao analisar uma exposição, que se difere da visão do museólogo ao fazer a montagem da exposição, que se utiliza da fotografia a partir de outro olhar (Figura 1).

Figura 1 – Recorte do texto de abertura da exposição "Jatahy: histórias pra contar" de 2008



A fotografia é uma prova clara e objetiva de fatos e acontecimentos, uma forma de conhecer/reconhecer o passado, e ainda testemunho da participação dos pioneiros e seus sucessores na trajetória do desenvolvimento de Jataí.

Pouco ou nada resta das paisagens aqui retratadas. Esta exposição busca, impedir que o tempo destrua também nossas referências de memória, e conseqüentemente, importantes elos de nossa história.

(Fonte: Acervo do Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos)

Sandra Jatahy Pesavento reflete que as imagens têm um poder mobilizador e possui também uma função epistêmica, empenham significados, produz sensações, ou seja, a imagem é algo que remete ao tempo em que foi registrada bem como de quem a registrou. Por mais que a imagem seja no momento de sua feitura um "registro do tempo" não cabe a ela temporalizar seu conteúdo, ou simplesmente, fazer uma leitura dos temas e significados que trazem no seu conteúdo expostas na imagem (PESAVENTO, 2008).

Para além das problemáticas apontadas no referido texto de abertura da exposição, em que se emprega os pioneiros como precursores do desenvolvimento local e social, questiona-se, onde estão os outros sujeitos que, certamente, estiveram presentes neste processo de estabelecimento da região, ou seja, que espaços são reservados para as pessoas negras que acompanharam os Vilelas e os Carvalhos,

além dos povos indígenas que já estavam estabelecidos na região?. Atentamos as próximas figuras (2 e 3).

Figura 2 (esquerda) - José Manoel Vilela e José Manoel Vilela Júnior "Jatahy: Histórias pra contar".
Figura 3 (direita) - Reunião política no Paço Municipal - Aproximadamente 1885.



(Fonte: Acervo do Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos)

A exposição é tomada por uma narrativa em que destaca-se as histórias de sujeitos pertencentes a uma elite, proprietária de terras, vindas de outras localidades, de modo que duas famílias ocupam a maior parte da narrativa que se pretende contar através dos textos e imagens, e parece ser elas o futuro ou continuidade da história do lugar, pois como se observa nas imagens anteriores, a exposição ressalta a presença dos pioneiros e de seus herdeiros (figura 2) e da classe política jataiense (figura 3).

Outro ponto a ser destacado também é a relação de Basileu Toledo França com o Museu Histórico de Jataí. França colaborou de forma ativa com o MHJ, tendo doado alguns itens para compor

o acervo da instituição, a exemplo, algumas fotografias que foram utilizadas para integrar a sua obra memorialista, Pioneiros (1954). Mais tarde na concepção da exposição, as fotografias passam a ser incorporadas na montagem. Em relação à obra memorialista, compreendemos, de acordo com Pesavento (2004) que as narrativas literárias constroem representações acerca da realidade em que o texto foi produzido. Nesse sentido, a sua produção (escrita, linguagem e leitura) e recepção têm potencial formativo.

É possível inferir uma aproximação dos textos da exposição "Jatahy: histórias pra contar" com a narrativa proposta na obra de França, o mesmo ressalta que a sua produção memorialística tem "o propósito único de preservar documentos, pôr em relevo homens e mulheres admiráveis, contar enfim a luta, as alegrias e as tristezas dos nossos primeiros, sem esquecer a contribuição dos humildes e obscuros negros" (FRANÇA, 1954). Sem a devida crítica, a obra consiste em reverberar uma história excludente, elitista e calcada na liberdade da produção memorialista/ficcional e também sem o rigor teórico-metodológico necessário para o campo da História enquanto produtora de conhecimento.

Quando a exposição se aproxima dessa narrativa, seja no texto ou nas fotografias, restringe a(s) história(s) de Jataí ao contexto de produção/recepção da referida obra, reproduzindo uma história única, centrada na atuação de sujeitos e experiências da elite local. Nesta história única, as imagens retratam apenas uma perspectiva, centrada em famílias tradicionais da região e dos grandes casarões a elas pertencentes, como o próprio sobrado que abriga o MHJ, pois

um dos primeiros proprietários foi ninguém menos que o Capitão Serafim José de Barros, proprietário de terras e dono de escravizados.

Concluindo, é preciso situar que na exposição constam outras fotografias e textos, porém não podemos elencar, pois trata-se de um texto curto, e as abordagens realizadas até então podem nos levar para o intuito real da exposição, contar a "história" de Jataí. Apontamos que uma exposição tem caráter formativo e educacional, então partir de uma narrativa dita como tradicional, acaba por relegar e afirmar espaços sociais, até mesmo no próprio MHJ, ou seja, uma exposição que elenca a memória dos pioneiros na sua narrativa, acaba por reproduzir o que França e Dorival fizeram em suas obras, seja memorialista ou documental.

Sendo reproduzida durante muitos anos, a exposição "Jatahy: histórias pra contar" foi apresentada aos visitantes do MHJ até 2015, mesmo contendo vários problemas de exclusão em sua narrativa, e também com as reformulações realizadas, "outros" sujeitos não foram evidenciados. É importante atentarmos ao que Silvio Almeida reformula em sua obra Racismo Estrutural, "as instituições que não tratam como um problema a desigualdade racial irá facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como "normais" em toda sociedade" (ALMEIDA, 2021, p. 48).

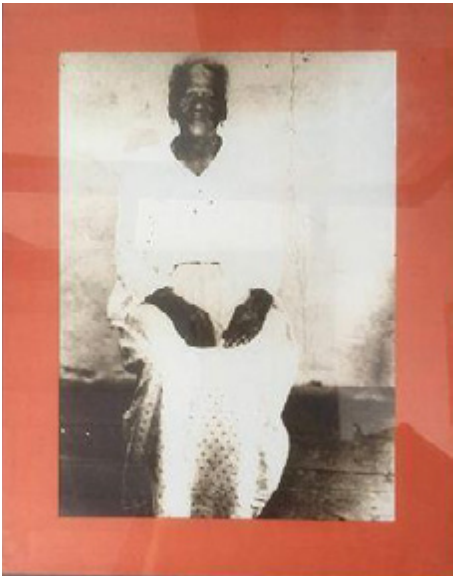
POR OUTRAS NARRATIVAS NO MHJ- SUJEITOS, EXPERIÊNCIAS E LUGARES

Desde 2016 denota-se que o Museu Histórico de Jataí, através de suas exposições e atividades propostas aos seu público em geral, passou a romper também com a narrativa de Basileu Toledo França[3]. Nesse mesmo ano ocorre a exposição "Os últimos anos de escravidão em Goiás: Conflitos, acordos e expectativas nos caminhos da abolição" (2016), organizada pelo Professor Murilo Borges Silva. Já em 2017 foi apresentada a exposição "Terreiros de Fé", organizada com a Professora Clarissa Adjuto Ulhoa. E em 2019 a exposição em colaboração com o Professor Adailton Silva, por título "O Clube 13 de Maio e os Negros e Negras na História de Jataí" (2019). É importante evidenciar que todas respectivas exposições foram realizadas em colaboração com a equipe do MHJ.

Ademais, se entendermos que o poder é a habilidade de contar a história de uma pessoa ou de um grupo social e defini--los, podemos utilizá-lo também para olharmos as instituições museais, como espaços que podem construir e desconstruir narrativas e memórias de sujeitos que foram/são omitidos da história oficial. Segundo Chimamanda Ngozi Adichie (2009) uma história única é capaz de criar estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. Atentemo-nos a próxima figura:

3 Esse rompimento com a narrativa de Pioneiros (1954), inferimos ser devido a criação do curso de história na cidade em 2006, e das relações dos professores e pesquisadores do curso com o MHJ, movimentos sociais municipais, o que reverberou em pesquisas e exposições que intentam romper com a narrativa proposta por França, entendemos sua obra como uma fonte, mas que também é necessário uma crítica.

Figura 4 - Tia Justina, Exposição "O Clube 13 de Maio e os Negros e Negras na História de Jataí" (2019)



Justina Bernarda de Paulo. Essa fotografia (figura 4) também está presente na obra memorialista de Basileu Toledo França, Pioneiros (1954) e, mais tarde, doada ao acervo do MHJ. Na obra organizada por França, na legenda da fotografia constam algumas informações sobre Justina, uma habilidosa doceira, diligente parteira, a data de seu falecimento e sua condição de ex-escravizada. Retomando os apontamentos da exposição "Jatahy: histórias pra contar" que contém as fotografias doadas por França, na concepção e reformulação da exposição, a fotografia de Tia Justina é a única que consta na obra memorialista, mas não na exposição organizada pelo MHJ. A propósito tanto a obra de França e a exposição citada, intencionam a mesma tentativa de criar-se uma memória local, porém nota-se que a exposição evidencia apenas a história de famílias tradicionais e exclui da narrativa Tia Justina.

No entanto, situamos que a fotografia de tia Justina[4] foi utilizada para a concepção de uma exposição sobre sua memória, particularmente pequena e com alguns objetos pessoais, contando com uma fotografia já bem conhecida dela, pois, difundida em livros de memórias e outros textos, além de alguns objetos pessoais, como máquina de costura, panelas e facas, indicando que sua vida estava intrincada, se não reduzida, ao mundo do trabalho. Este é mais um estereótipo, comumente, acionado pela história e memória para se referir aos negros e negras no Brasil, como se suas vidas, mesmo em liberdade e fora do tempo da escravidão, fosse reduzida ao trabalho.

Murilo Borges Silva em sua dissertação de mestrado (2011) confronta a historiografia que sugere que a escravidão em Goiás teria configurações mais amenas do que em outras localidades e, debruça-se sobre as experiências de senhores e ex-escravos nos primeiros anos da pós-abolição em Jataí. Estes estudos apontam as dinâmicas da escravidão no Sudoeste goiano, abordando as experiências e resistências dos cativos em relação ao sistema escravocrata.. Silva traz à tona uma questão que mais tarde foi incorporada nas narrativas do MHJ, especificamente, na elaboração de uma exposição sobre os últimos anos da escravidão em Goiás, segue uma fotografia presente na composição:

4 A exposição "Tia Justina" foi apresentada em 2004, tendo a fotografia retornado ao publico apenas em 2019 na concepção da exposição "O Clube 13 de Maio e os Negros e Negras na História de Jataí" (2019), em que utilizaram-se da mesma fotografia.

Figura 5 - Exposição - Os últimos anos de escravidão em Goiás: Conflitos, acordos e expectativas nos caminhos da abolição (2016)



(Fonte: Acervo do Museu Histórico de Jataí de Francisco Honório de Campos)

Outro exemplo desse movimento foi a realização da exposição -— Terreiros de Fé (2017). A proposta da exposição foi apresentar as religiões de matriz africana, destacando a sua presença em Jataí. As atividades contaram com uma roda de conversa com os pais e mães dos terreiros da cidade, logo na abertura da exposição. É importante que o museu faça esse trabalho de apresentar elementos culturais da população negra, de forma que elas possam fazer parte da memória local e romper com narrativas que contemplem apenas

uma história. Além disso, é significativa a presença de pais, mãe e participantes dos terreiros da cidade ocupando o espaço do museu e reafirmando que a história das religiões afro-brasileiras e de matriz africana também constituem a história de Jataí.

Figura 6 - Exposição Terreiros de Fé (2017)



(Fonte: Acervo do Museu Histórico de Jataí de Francisco Honório de Campos)

Evidenciamos então que esse rompimento também resulta em abordar narrativas sileciadas por muitos anos na instituição, já citada anteriormente, a exposição "O Clube 13 de Maio e os Negros e Negras na História de Jataí" (2019) traz em sua concepção um protaganismo negro, a começar pela fotografia e história de Tia Justina, não relagada ao espaço do trabalho como na sua exposição auto intitulada, mas sim ao lado de outras narrativas e memórias que acionam uma população negra em Jataí, que foi e é partipativa, por resistir, por reivindicar seu espaço social, sua memória.

A exposição sobre o Clube 13 de Maio foi elaborada através da consulta a documentos (Atas de reuniões), fotografias, depoimen-

tos, entrevistas orais com os antigos frequentadores do clube e também dos jornais[5] que circulavam na região, e destaca os personagens que compuseram a história do clube ou "O Clube dos Pretos", nome também identificado nas fontes.

Podemos apontar por exemplo, a atuação de Juventino Aristeu dos Santos, um dos fundadores do clube, além de integrar a comissão organizadora de celebração do 13 de Maio, era atleta no Jatahy Foot-Ball-Clube, time de futebol da cidade (figura 5). Na exposição é destacado também o bairro Vila Progresso, em que há uma presença numerosa da população negra local, surgindo lideranças negras, como Francisco Resende de Morais, Nativo de Souza, Silvestre Pereira da Silva, Manuel Severino de Souza, Juventino Aristeu dos Santos e Jerônimo Estevão (figura 6) que também dirigia um centro espírita na cidade.

Figura 5 (esquerda) - Exposição "O Clube 13 de Maio e os Negros e Negras na História de Jataí" (2019) / Figura 6 (direita) - Exposição "O Clube 13 de Maio e os Negros e Negras na História de Jataí" (2019)





(Fonte: Acervo do Museu Histórico de Jataí de Francisco Honório de Campos)

5 O acervo que contém as memórias sobre o clube 13 de Maio foi doado por Mário Pretinho, sobrinho neto de Francisco Rezende de Morais.

De acordo com as pesquisas, o clube passou por três períodos, o primeiro momento (1888-1955) que prepara a chegada do clube, o segundo de (1956-1971), foi o seu auge quando o clube se tornou um espaço de sociabilidade da população negra jataiense, e o terceiro momento de 1972-2012, onde teve seu declínio[6]. Embora focada no clube, a exposição procurou conectar histórias de muitos outros negros e negras que viveram em Jataí, destacando outros sujeitos que estiveram à frente da direção do clube. Ao realizar a exposição sobre o Clube 13 de Maio, o MHJ expôs o descaso com que a prefeitura administrou o clube, além da tentativa de apagamento da memória do clube. Mas para além disso, evidencia o protagonismo de sua população negra que atuou e vem atuando em distintos espaços na cidade de Jataí, desde muito antes da fundação do Clube 13 de Maio.

Cunha reflete que "é necessária a reflexão sobre o que se esconde e se revela no patrimônio preservado [...] e que preservar é sempre uma ação política, com consequências que ultrapassam o ato de preservar em si" (CUNHA, 2017, p. 78). Nesse sentido, no ato de criar lembranças, memórias, há também a criação de esquecimentos, de memórias excluídas e, podemos certamente incluir o Clube 13 de Maio em uma tentativa de apagamento de uma memória que não se encaixa no molde tradicional e das narrativas ditas como "oficiais".

6 Em relação ao Clube 13 de Maio, a prefeitura assumiu a direção do clube durante alguns anos, com alguns intervalos. Em 2012 clube deu lugar a construção do SESC, tendo sido o terreno desapropriado mais uma vez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído, através das reflexões realizadas ao longo do texto foi possível verificar como a elaboração de memórias perpassa na afirmação e construção de determinadas identidades. Nesse sentido, a memória pode trazer à tona não apenas rememorações, mas também esquecimentos, em que alguns aspectos tornam-se lembranças e outros são esquecidos. É evidente que a memória é um campo de conflitos, entre lembrança e esquecimento. Como afirma Nora (1994) a memória dá sentido e forma, porém é carregada de manipulações ao qual a história precisa reconstruir.

Ademais, os museus empenham um papel importante em evidenciar as narrativas que serão expostas ao seu público visitante, mas podemos inferir que o mesmo também não foge à característica da memória, criar lembranças e esquecimentos em torno dos objetos, sujeitos e narrativas que sustentam a memória coletiva e individual (de um determinado local, ou região) preservada nessas instituições de memória. Por isso é preciso estar atento ao que se preserva ou exclui das narrativas que serão expostas nessas instituições.

A exposição de longa duração "Jatahy: Histórias pra contar", exposta pela primeira vez ainda em meados da década de 1990 e pela última vez em 2015, evidencia essa tendência, destacando a trajetória da elite jataiense, os casarões coloniais, as casas de comércio e representações de espaços de sociabilidades que pertenceram a um grupo localizado, parte da elite. Esse modo de contar a história do lugar tem como consequência o apagamento da população negra de Jataí, como se esse grupo não tivesse participado da história ou não fosse importante nessa trajetória.

Outra razão que não podemos deixar de mencionar diz respeito ao próprio racismo institucional que perpassa nossa sociedade e também está presente nos museus. Conforme apontamos ao longo do texto, no Brasil os museus foram instituições criadas para ajudar na construção de uma ideia de nação, por isso, procuraram construir histórias positivas para o Brasil, silenciando ou deturpando a escravidão e marginalizando negros e negras nesta história nacional. Esse processo aponta a necessidade de produzir narrativas que apresentem a história local, preenchendo as lacunas existentes de modo que os excluídos das narrativas até então produzidas possam ter suas memórias preservadas nas exposições propostas por esse espaço de memória que é o Museu Histórico de Jataí.

Desde 2016 o MHJ tem se proposto a contribuir na produção de exposições e atividades que represente a história da população negra local, como por exemplo, a exposição "Os últimos anos da escravidão em Goiás" de 2016, em comemoração aos 22 anos do MHJ, a exposição "Terreiros de Fé" em 2017 e a última realizada em novembro de 2019, "Clube 13 de Maio e os negros e negras na história de Jataí", para além de outras atividades enfocando a população negra de Jataí e sudoeste goiano.

Portanto, este trabalho é o olhar de um historiador para uma instituição museal que produz conhecimentos, narrativas e memórias, e é preciso reconhecer a sua importância, bem como historicizá-lo também, pois enquanto uma instituição que constrói identidades nos lugares de memória, é preciso estar atento às narrativas e sujeitos presentes e ausentes nesses espaços museais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2021.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. Goiânia: Editora UFG, 1995.

MELLO, Dorival de Carvalho. **Nos porões do passado: a descoberta de Jataí.** Jataí-GO. Sudográfica, 2002.

MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ: FRANCISCO HONÓRIO DE CAMPOS. O Museu Histórico de Jataí e seu Acervo Jataí-GO, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO JÚNIOR, Rafael, MENEZES, Marcos Antonio de, SILVA, Adriano Freitas. **Jatahy: espaço de morar (1880- 1935).** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012, p. 50.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. In: Dossiê: Memória, Cidade e Museu: Entre Silêncios e Mobilizações. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação.** SESC nº 5, São Paulo, 2017.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. O museu como lugar de resistência: memória e representação de comunidades africanas e afro-diaspóricas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 14, p. 917-926, maio/ago. 2020.

MENESES, U. T. B. Do Teatro da Memória ao Laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1993.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Políticas de memória na criação dos Museus Brasileiros In: CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (orgs.). **Cadernos de Sociomuseologia: Museus e Políticas de Memória. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.** 2002.

SILVA, Murilo Borges. **Pelos Caminhos da Abolição: Os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí.** Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. TED; São Paulo. SP: Companhia das Letras – YouTube. Disponível em 10/07/2021. Acesso em:

<https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt>

FONTES

PLANO MUSEOLÓGICO - MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ - 2019.

EXPOSIÇÃO "JATAHY: HISTÓRIAS PRA CONTAR" - 1995 a 2015. MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ.

EXPOSIÇÃO "TIA JUSTINA" - 2004. MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ.

EXPOSIÇÃO OS ULTIMOS ANOS DE ESCRAVIDÃO EM GOIÁS: CONFLITOS, ACORDOS E EXPECTATIVAS NOS CAMINHOS DA ABOLIÇÃO – 2016. MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ.

EXPOSIÇÃO “TERREIROS DE FÉ” – 2017. MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ.

EXPOSIÇÃO “CLUBE 13 DE MAIO E OS NEGROS E NEGRAS NA HISTÓRIA DE JATAÍ” – 2019. MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ.

EXPOSIÇÃO "TERREIROS DE FÉ" DO MUSEU HISTÓRICO FRANCISCO HONÓRIO DE CAMPOS (2017-2018): POSSIBILIDADES PARA UMA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM JATAÍ-GO

Clarissa Adjuto Ulhoa[7]
Aline Teles Barbosa[8]

INTRODUÇÃO

O presente texto tem o objetivo de retomar uma das exposições realizadas no Museu Histórico Francisco Honório de Campos, situado em Jataí-GO. Trata-se da exposição "Terreiros de Fé", realizada entre os anos de 2017 e 2018. O intuito é construir uma reflexão sobre o seu conteúdo e seus efeitos, assim como pensar os frutos que deixou para pesquisadores e demais interessados.

7 Doutora em História. Docente do Curso de História da Universidade Federal de Jataí. Coordena o projeto "Religiões afro-brasileiras no sudoeste goiano". E-mail: clarissaulhoa@ufj.edu.br

8 Graduada em História. Coordenadora de Museologia do Museu Histórico de Jataí. Colaboradora do projeto "Religiões afro-brasileiras no sudoeste goiano". E-mail: alineteleslesb@gmail.com

Esta produção nasce do desejo de sistematizar uma série de informações que podem contribuir para a escrita de uma história das religiões afro-brasileiras. E, além disso, pode somar para a compreensão do alcance do Museu Histórico. Cabe ressaltar, ainda, que o presente texto é uma iniciativa do projeto "Religiões afro-brasileiras no sudoeste goiano"[9].

O Museu Histórico fica na região central da cidade de Jataí, município que conta com pouco mais de 103 mil habitantes e que dista cerca de 320 quilômetros da capital do estado de Goiás. Foi criado a partir da publicação da lei n. 1542/1993 e desde então funciona em um amplo casarão de esquina, cuja construção fora finalizada no ano de 1885.

O edifício por muito tempo serviu como moradia de famílias abastadas da cidade. Em 1918, no entanto, passa a sediar uma instituição privada de ensino, que se chamava Colégio Novaes. Mais tarde, precisamente no ano de 1966, começa a abrigar a Fundação Cultural Francisco Honório de Campos, que, a partir da 1989, dá lugar à Casa da Cultura de Jataí.

O casarão se destaca bastante na paisagem urbana. Hoje, tem paredes brancas, telhas aparentes, sacada e janelas azuis... Para Pinto Júnior, Menezes e Silva (2012), o edifício pode ser considerado um dos mais importantes entre aqueles construídos durante os Oitocentos. Os autores avaliam que possui características suntuosas e incomuns para a época.

9 O projeto é coordenado pela professora Clarissa Adjuto Ulhoa e foi iniciado no ano de 2019.

No ano que vem, o Museu Histórico completa trinta anos desde que abriu suas portas ao público pela primeira vez. De acordo com Santos (2021), a instituição se dedicou permanentemente a realizar atividades de cunho histórico, cultural e educacional desde o início, o que permitiu acumular número relevante de exposições no decorrer de sua trajetória.

A grande maioria das exposições apresentadas no Museu Histórico se dedicaram a diferentes temas da história e da cultura local. Segundo Santos (op. cit.), que faz um apanhado das exposições que tiveram lugar na instituição, a maioria se comprometia com narrativas históricas oficiais, além do enfoque em homens, brancos, proprietários de terras.

Esforços no sentido de priorizar outros sujeitos da história local podem ser notados especialmente a partir de 2005, ano em que foi inaugurada a exposição intitulada "Tia Justina". Por meio dela o público jataiense teve a oportunidade de conhecer essa mulher preta, ex-escravizada, parteira e doceira, que teria vivido entre os anos de 1841 e 1945 (França, 1995).

Em 2016 aconteceu a exposição "Os últimos anos da escravidão em Goiás: conflitos, acordos e expectativas", cujo intuito foi apresentar a perspectiva de diferentes sujeitos quanto à possibilidade da abolição, sobretudo entre os anos de 1871 e 1888. A exposição mostrou que, apesar de silenciados, os escravizados foram sujeitos ativos de suas histórias[1].

1 Exposição desenvolvida por equipe coordenada pelo professor doutor Murilo Borges Silva (UFJ), sob gestão do então diretor da instituição, Tauã Carvalho de Assis.

Já no ano de 2019 ocorreu a exposição "Clube 13 de Maio de Jataí", que se dedicou a apresentar ao público a trajetória desta importante agremiação formada por membros da população negra jataiense. Com algumas interrupções, funcionou entre as décadas de 1940 e 1990, tendo servido como espaço de articulação, de lazer, de sociabilidade[2].

Entretanto, é a exposição que teve lugar no intervalo entre as duas últimas citadas que mais interessa aos propósitos desta reflexão, a qual foi denominada "Terreiros de fé". Inaugurada em 2017, procurou abordar aspectos da história do candomblé em âmbito nacional, regional e local, com ênfase em quatro comunidades de terreiro de Jataí.

A referida exposição foi a primeira inteiramente dedicada às religiões afro-brasileiras que ganhou espaço no Museu Histórico[3]. Aquela importante iniciativa permitiu a mais jataienses o (re) conhecimento de que também ali, no centro do sudoeste goiano, existem comunidades de terreiro, realidade que a hegemonia cristã quase sempre não deixa ver.

Para tanto, uma importante frente de pesquisa de campo foi realizada nos meses que antecederam a inauguração da exposição, fundamental para o reconhecimento das comunidades de terreiro da

2 Exposição desenvolvida por equipe coordenada pelo professor doutor Adailton da Silva (UFAM), sob gestão da então diretora da instituição, Simone Rosa da Silva.

3 Equipe responsável pelo desenvolvimento da exposição: Ângela Cristina Assis Rolim (pesquisa e fotografia); Átila Brito de Oliveira (pesquisa e fotografia); Clarissa Adjuto Ulhoa (pesquisa, texto e curadoria); Cleidiane Gonçalves França (pesquisa); João Maurício Melo de Carvalho (áudio); Tauá Carvalho de Assis (direção, curadoria, pesquisa e fotografia); Lilian Fabiana Barbosa Souza (pesquisa, curadoria e fotografia); Lucas Rodrigues do Carmo (pesquisa); Simone Rosa da Silva (pesquisa). Casas de Axé: Ilê Axé Ayrá; Ilê Axé Omó Oluaiê; Ilê Axé Oyá Mabô e Ilê Axé Oyá Okê.

cidade. A equipe teve a chance de entrevistar à época lideranças das seguintes casas: Ilê Axé Ayrá; Ilê Axé Omó Obaluaiê; Ilê Axé Oyá Mabô e Ilê Axé Oyá Okê[4].

As entrevistas foram conduzidas, gravadas e transcritas pela equipe do Museu Histórico. Atualmente, o material se encontra a disposição do público interessado e é talvez o primeiro conjunto documental do acervo que foi deliberadamente reunido para ser ponto de partida de futuras pesquisas a respeito da história das religiões afro-brasileiras em Jataí.

Em tempo, é preciso lembrar que o acervo da instituição conta com muitos outros itens. As primeiras coletas ocorreram em 1993, a partir da parceria com a antiga regional da Universidade Federal de Goiás, hoje UFJ[5]. Nos anos seguintes, contou com doações da comunidade, assim como pôde reunir os materiais produzidos a cada uma das exposições.

O acervo do Museu Histórico atualmente está organizado com base nas seguintes tipologias: documentos; fotografias; bibliográfico; iconografias; instrumentos musicais; numismático; objetos de interior; objetos de uso pessoal; objetos de uso profissional; marcenaria; tecelagem; e transporte. Por fim, a instituição também faz a guarda de materiais arqueológicos[6].

4 As palavras "ilê" e "axé" vêm do iorubá. Significam "casa" e "energia vital", respectivamente. As palavras subsequentes, também em iorubá, dizem respeito aos orixás do sacerdote que lidera a casa.

5 Essa parceria se efetivou a partir do projeto "Levantamento de Acervo do Museu Histórico de Jataí", coordenado pela professora Suely Lima de Assis Pinto (UFJ).

6 Com a demanda que emergiu através do número crescente de doações espontâneas, surgiu a necessidade de se formar uma comissão de acervo para avaliar o valor histórico e cultural das doações. A comissão, de acordo com o Estatuto do Museu Histórico, é composta por cinco membros: o(a) diretor(a) da instituição, o(a) coordenador(a) de museologia, historiador(a), pesquisador(a) interdisciplinar e um membro da comunidade com conhecimento de causa.

Portanto, é inegável que há ainda muito o que ser explorado no acervo do Museu Histórico em busca de subsídios para se pensar uma história das comunidades de terreiro da cidade. E é justamente nisso que os envolvidos no supracitado projeto de pesquisa têm empregado seus esforços, de modo que pouco a pouco vão surgindo achados importantes.

Nas linhas que se seguem são apresentados, primeiramente, os processos de construção e realização da exposição, com ênfase em seu conteúdo. Em seguida, são demonstrados os dados que permitem que se faça um balanço dos efeitos da exposição. Por fim, é apresentado um panorama daquilo que revelam as entrevistas concedidas pelos sacerdotes de Jataí.

A EXPOSIÇÃO

Para quem adentrava o salão principal do Museu Histórico, cômodo em que um dia foi instalada a exposição "Terreiros de fé", a primeira coisa que se via era um painel de apresentação. O texto dizia que um dos objetivos era falar sobre a história e a diversidade dos candomblés. E, mais do que isso, se contrapor à ignorância que alimenta o preconceito:

> É sempre muito desafiadora a tarefa de falar sobre o candomblé. E isso se dá principalmente devido à imensa diversidade inerente a essa prática religiosas afro-brasileira. Por esse motivo, é mais apropriado nos referir ao candomblé no plural. Sim, são candomblés! E muito dessa pluralidade advém do fato de terem se constituído no Brasil diferentes tradições de can-

> domblé. Elas se formaram a partir de distintas influências culturais, tais com aquelas advindas das mais diversas sociedades africanas, no catolicismo, do espiritismo e das religiões indígenas. Na atualidade, os candomblecistas se deparam com ataques frequentes em todo o país, devido ao preconceito que muitas pessoas ainda têm. Um dos fatores que impulsiona o preconceito é, sem dúvidas, a falta de conhecimento. E é justamente esse um dos motivos que torna essa exposição tão importante! Por meio dela, será possível conhecer um pouco a respeito do universo dos candomblés. Pouco, pois sua riqueza não caberia em uma exposição apenas! Por isso, para quem quiser conhecer mais sobre o assunto, basta anotar a seleção de referências dispostas ao final. No mais, sejam bem-vindos à exposição Terreiros de Fé.

No total, 597 pessoas prestigiaram a "Terreiros de fé" entre os dias 16 de maio de 2017 e 15 de fevereiro de 2018, segundo o que foi possível apurar no livro de visitas. A exposição foi composta por painéis contendo textos e imagens, suportes de vidro expondo exemplares da cultura material, além de aparelho de som para ouvir mitos iorubás (Figura 1).

Figura 1 - Conjunto de fotos da exposição e do evento de inauguração



Fotos do acervo do museu e do acervo pessoal de uma das autoras

Por meio do conjunto de imagens acima é possível ter um panorama dos momentos que marcaram a inauguração da exposição, bem como um vislumbre de como a mesma foi estruturada. No evento de inauguração tivemos uma mesa de abertura, na qual Natália do Carmo Louzada[7] discorreu sobre patrimonialização de terreiros em Salvador-BA (Foto 7).

Em seguida, sacerdotes de comunidades de terreiro da cidade falaram sobre suas trajetórias no âmbito da religião, das dificuldades sofridas em virtude do preconceito e da discriminação, assim como expuseram importantes elementos de sua cosmogonia (Foto

7 É professora do Instituto Federal Goiano da cidade de Ceres e atualmente doutoranda em História pela Universidade de Campinas (UNICAMP).

6). Participaram da mesa redonda os sacerdotes: Mãe Cida, Pai Timóteo, Pai Giovani e Pai Hegner.

A divulgação do evento contou com identidade visual própria, feita por Henrique Alves de Paula[8], e o material foi amplamente divulgado em diferentes portais da internet. Para sua composição, foi tomada como imagem principal uma foto tirada no terreiro de Mãe Cida, na qual estão retratados duas quartinhas e um alguidar sobre o muro[9] (Foto 1).

Em relação à divulgação da exposição, é também relevante pontuar o papel que teve a imprensa local, que se ocupou de cobrir não só o evento de inauguração em si, como também o processo de organização de seus itens antes da abertura. Fizeram diferentes entrevistas, tal como a que foi concedida pelo então diretor, Tauã de Carvalho de Assis[10] (Foto 2).

O número de pessoas que se dirigiu ao Museu Histórico para prestigiar aquele momento inaugural foi surpreendente. Dentre a diversidade de participantes, estiveram ali umbandistas e candomblecistas da cidade (Foto 5), bem como membros das comunidades escolares e universitárias de Jataí, a exemplo dos estudantes do Curso de História da UFJ (Foto 8).

Os itens da cultura material de terreiro dispostos na exposição foram gentilmente emprestados pelos sacerdotes dos terreiros

8 É design gráfico, graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

9 Quartinha e alguidar são recipientes utilizados na ritualística das religiões afro-brasileiras. O primeiro serve para acondicionar líquidos que são usados em diferentes ritos, enquanto o segundo é usado para colocar alimentos a serem ofertados aos orixás. Ambos são usados nos assentamentos dos orixás, que são representações físicas dessas entidades, assim como sevem como marcadores de um terreiro, posto que podem ser inseridos no alto do muro, dentre outros pontos.

10 Atualmente é professor do Instituto Federal de Goiás e doutor em Educação pela UNICAMP.

supracitados, que também muito generosamente auxiliaram no processo de curadoria. Dentre os exemplares é possível destacar: uma dupla de quartinhas (Foto 3), um conjunto de fios de conta (Foto 4) e um par de gamelas (Foto 9).

No total, a exposição apresentou ao público dezesseis itens da cultura material de terreiro, absolutamente todos acompanhados de pequenas etiquetas, nas quais constavam explicações sobre os usos rituais e sobre os significados litúrgicos de cada peça. Foi possível abarcar um conjunto de esculturas, vasilhames, vestimentas e acessórios sagrados (Tabela 1).

Tabela 1 - Exemplares da cultura material presentes na exposição

Item	Informações sobre usos e significados que acompanharam os itens
Obi	Fruto também conhecido como noz de cola. É usado como oráculo no âmbito do candomblé e deve possuir quatro gomos, que deverão ser separados. Pouco antes de se iniciarem determinados rituais, o sacerdote lança os gomos, como se fossem dados. É a posição em que eles caem que irá determinar se os orixás estão de acordo com o ritual em questão ou não.
Oxê	É também conhecido como machado de dois gumes ou machado duplo. No candomblé, é o símbolo do orixá Xangô, divindade dos raios e da justiça.

Abano de Iansã	É inspirado no abebê, palavra que significa leque em iorubá. Trata-se do símbolo por excelência das orixás femininas. É uma ferramenta ritual e complementa as roupas usadas pelos filhos feitos em Iansã enquanto estão em transe
Eruexim de Iansã	É uma espécie de espanador, geralmente confeccionado com cerdas naturais de animais. Sua função é a de espantar os chamados eguns, espíritos de mortos, e promover os ventos, um dos domínios da orixá Iansã.
Vestes de Iemanjá	Enquanto se encontram em transe, os adeptos do candomblé utilizam as vestimentas próprias do seu orixá, as quais contêm símbolos que remetem aos domínios do mesmo. Nesse caso, tratam-se das vestes de Iemanjá, a orixá das águas salgadas, com predominância da cor azul.
Quartinhas	É um dos utensílios mais comum e indispensável no cotidiano religioso dos terreiros. Elas são geralmente usadas para acondicionar a água que será oferecida aos orixás. As quartinhas com asa são entregues aos orixás femininos e as sem asa para os orixás masculinos. É também utilizada em rituais de limpeza individual ou coletiva. Podem ser encontradas em diferentes cores e materiais.
Adjá	É uma sineta de metal, geralmente formada por duas ou três campânulas. Trata-se de um instrumento distintivo do poder de mando nos rituais religiosos, também empregado para dirigir obrigações diversas, tais como o oferecimento de comida aos orixás, o chamamento das divindades e a coordenação das danças dos adeptos em transe durante as cerimônias.

Xerê de Xangô	É também conhecido como chocalho de Xangô. O seu som anuncia a chegada desse orixá em cerimônias públicas do candomblé.
Ferros de Exu	Exu é o orixá da comunicação e da fertilidade, e é representado por esculturas de ferro. É um símbolo que se apresenta em diferentes formas, geralmente com três a sete tridentes.
Pote de Abô	Recipiente destinado a acondicionar o abô, uma preparação artesanal composta por água e diferentes folhas maceradas. É usado para banhos iniciáticos, para a ingestão, para rituais purificadores e para lavar os implementos dos orixás.
Orixá Exu	Escultura que representa o orixá Exu, divindade da comunicação e da fertilidade. Ele é o guardião dos templos, dos caminhos e das passagens. É o mensageiro dos oráculos, do diálogo entre os seres humanos e os orixás.
Orixá Logunedé	Escultura que representa o orixá Logunedé, divindade da riqueza e da fartura. É também o orixá da contradição, pois nele os opostos de alternam, o que o torna a divindade da surpresa, do inesperado. É considerado, ainda, a divindade da caça e da pesca, atributo que divide com o seu pai, o orixá Oxóssi.
Orixá Iansã	Escultura que representa a orixá Iansã, também chamada de Oiá, divindade dos ventos e das tempestades, que atua ao lado do seu marido, Xangô. Determinadas Iansãs, chamadas de Iansãs de Igbalé, estão relacionadas ao culto dos espíritos dos mortos, chamados de eguns.

Orixá Oxóssi	Escultura que representa o orixá Oxóssi, divindade da caça e da pesca, irmão de Ogum, orixá da metalurgia e da guerra. Oxóssi é considerado o rei de Keto, uma importante cidade atualmente situada na República do Benin.
Gamela com pós curativos e sementes de mucuna	Pós com efeitos medicinais utilizados em rituais de cura e sementes da planta africana e brasileira, mucuna pruriens ou mucuna, cujas folhas são cobertas de um pelo. No candomblé geralmente é consagrada aos orixás Ossaim e Xangô.
Fios de contas	Também chamado de guia, colar de santo ou cordão de santo são colares produzidos pelos adeptos do candomblé sendo que a cor do colar indica o orixá do seu usuário

Sistematização das autoras a partir de registros da instituição

Relacionado à parte material está o conteúdo textual e iconográfico da exposição, que foi distribuído em dezesseis painéis. Em síntese, os dois primeiros abordam como a diáspora africana propiciou a existência de diferentes tradições de candomblé. Já os cinco últimos painéis se dedicam a tratar especificamente das comunidades de terreiro de Jataí.

Entre os primeiros e os últimos painéis, no entanto, a exposição percorre ainda outros temas essenciais, que vão desde a formação dos calundus coloniais baianos, até o estabelecimento dos primeiros terreiros na capital goiana. Foram também apresentados aspectos que concernem às hierarquias, à mitologia e às cosmogonias que compõem os candomblés.

No que se refere às imagens que foram usadas para compor os painéis da exposição, parte delas consiste em pinturas e a outra parte consiste em fotografias. Os seguintes artistas tiveram seus trabalhos contemplados: a brasileira Djanira Motta e Silva[11], o argentino Carybé[12], o francês Pierre Fatumbi Verger[13] e o alemão Zacharias Wagener[14] (Tabela 2).

Tabela 2 - Síntese do conteúdo textual/imagético dos painéis da exposição

Painel	Título	Síntese do conteúdo
01	Terreiros de fé	No Brasil se constituíram diferentes tradições de candomblé. As diferentes tradições de candomblé surgiram a partir da influência de religiões tradicionais africanas, do catolicismo, do kardecismo e das religiões indígenas.
02	Diáspora africana	Diáspora é um termo de origem grega que denota processo de dispersão de um povo. A diáspora africana foi o movimento forçado de pessoas para trabalho escravo. As culturas afro-diaspóricas são reinvenções agenciadas por estes sujeitos e têm características únicas.

11 Djanira Motta e Silva (1914-1979) foi uma artista modernista brasileiras, conhecida por retratar cenas e costumes brasileiros.

12 Hector Júlio Páride Bernabô (1911-1997), mais conhecido como Carybé, foi um artista argentino que se dedicou a retratar principalmente os orixás do candomblé.

13 Pierre Fatumbi Verger (1902-1996) foi um fotógrafo francês que capturou o cotidiano da população negra brasileira, especialmente em Salvador.

14 Zacharias Wagener (1614-1668) foi um pintor alemão que atuou no Brasil a partir de 1634.

03	As culturas diaspóricas de Verger	O fotógrafo francês Pierre Verger retratou os candomblés e eternizou aspectos do cotidiano da população negra do país, como a capoeira. Associada ao texto, tem uma foto do Verger retratando capoeiristas adultos e crianças.
04	Candomblés plurais	Os candomblés podem estar associados a práticas sudanesas (jejes, nagôs, etc.) ou a práticas banto (caçanges, bengalas, etc.). Os candomblés de angola são considerados de origem banto e os candomblés de queto são considerados de origem sudanesa.
05	Diversidade étnica no continente africano	O continente africano contava e ainda conta com enorme diversidade étnico-linguística, o que influenciou a cultura diaspórica que se estabelece no Brasil. Associada ao texto, tem uma representação cartográfica que mostra como seria o mapa do continente africano caso tivesse sido respeitada essa mesma diversidade.
06	Formação dos candomblés	Antes da formação dos primeiros terreiros de candomblé existiam reuniões religiosas desde pelo menos o século XIX, chamadas de calundus. Provavelmente, o primeiro terreiro surgiu entre 1788 e 1830, em Salvador, o Candomblé da Barroquinha.

07	O calundu de Wagener	O artista alemão Zacharias Wagener pintou, na primeira metade do século XVII, uma das poucas representações conhecidas de um calundu afro-brasileiro. Associada ao texto, tem uma pintura do artista alemão Zacharias Wagener, umas das primeiras representações conhecidas de um calundu.
08	Divindades e mitos	Em cada tradição de candomblé há divindades diferentes. Nos candomblés de queto são chamados orixás e nos candomblés de angola são chamados de inquices. Os mitos são narrativas sobre as divindades, tradicionalmente passadas oralmente, de geração em geração.
09	Os orixás de Carybé	O artista argentino Carybé se dedicou a retratar os orixás do candomblé durante sua carreira. Ele utiliza uma paleta de cores diversificada e se atem aos detalhes das vestimentas de cada divindade. Associada ao texto, tem uma pintura do artista em que retrata alguns orixás.
10	Família de santo	A família de santo é o núcleo fundamental da organização de um terreiro. Há diferentes postos e papeis em seu seio, para além do pai e/ou mão de santo, a exemplo das ekedes, mulheres que não entram em transe e cuidam das divindades quando incorporadas.

11	Os candomblés de Djanira	A artista brasileira Djanira da Motta e Silva, participante do movimento modernista, também retratou os orixás do candomblé. Associado ao texto, tem uma pintura da artista em que alguns orixás estão representados.
12	Candomblés em Jataí	O candomblé nasce em Salvador e depois chega a outros estados brasileiros. Em Goiânia, a historiografia mostra que o candomblé se instaura nos anos 1970. Em Jataí, de acordo com o que foi possível apurar, existem terreiros em funcionamento desde pelo menos o ano 2000.
13	Mãe Cida	Mãe Cida se iniciou no candomblé em 2004, na cidade de Rio Verde, e sua orixá é Iansã. Se interessou por esse universo ao conhecer o candomblé baiano pela televisão. Procurou efetivamente quando estava passando por problemas familiares. Lidera um terreiro chamado Ilê Axé Oyá Okê e se identifica com a tradição angola. Associadas ao texto, tem duas fotografias do terreiro, uma que retrata a bandeira branca que demarca o território e outra que retrata o assentamento de um orixá.

14	Pai Timóteo	Pai Timóteo se iniciou no candomblé em um terreiro situado do interior de São Paulo. Seu primeiro contato com a religião foi motivado pela busca de respostas para um problema de saúde e seu orixá é Omolu. Faz 30 anos que é iniciado no candomblé, mas somente há poucos meses decidiu abrir e liderar um terreiro em Jataí. Afirma que sua casa pertence à tradição queto. Associadas ao texto, tem duas fotografias, uma que retrata a fachada do barracão e outra que demonstra um momento ritual.

15	Pai Giovani	Pai Giovani iniciou sua trajetória religiosa na umbanda. Em um dado momento da sua vida sentiu que deveria cuidar de sua espiritualidade no candomblé. Se iniciou em um terreiro de Rio Verde quando tinha 20 anos de idade, tendo Iansã como orixá. Há dez anos começou sua própria casa de candomblé em Jataí e seu terreiro se chama Ilê Axé Oiá Mabô. Ele conta que pertence à tradição de candomblé queto-mussurumi. Associadas ao texto tem duas fotografias, uma que retrata um jogo de búzios e outra que mostra uma quartinha de candomblé.

16	Pai Hegner	Pai Hegner se iniciou no candomblé depois de uma experiência espiritual que o marcou muito. Embora tenha morado por algum tempo em uma cidade do interior da Bahia, nunca tinha entrado em um terreiro antes. Sua iniciação aconteceu na cidade de Brasília, quando tinha 13 anos de idade, e seu orixá é Airá. Decidiu começar seu próprio terreiro em Jataí no ano de 2000. Associadas ao texto tem duas fotografias, uma que retrata um momento ritual e outra que mostra um conjunto de adjas (sinetas metálicas).

O texto original dos painéis e a sistematização é de uma das autoras

Finalmente, o público da exposição pôde entrar em contato com algumas narrativas mitológicas do candomblé, as quais foram retiradas no livro "Mitologia dos orixás", de Reginaldo Prandi (Quadro 1). Bastava que o interessado colocasse os fones de ouvido disponíveis para que pudesse apreciar a gravação, feita na voz de João Maurício Melo de Carvalho[15].

O primeiro mito narrado, por exemplo, conta que foi dada à Orinxalá[16] a tarefa de criar o planeta. Para isso, depositou terra dentro de uma concha, sobre a qual colocou uma pomba e uma galinha, as quais tinham a incumbência de ciscar a terra. E foi assim, a cada depósito de terra ciscada, que os continentes foram criados (Prandi, 2001, p. 502).

15 Egresso do Curso de História da UFJ.

16 Orinxalá foi o primeiro criado por Obatalá, a divindade suprema, segundo a cosmogonia iorubá.

Quadro 1 - Mitos do candomblé que podiam ser ouvidos pelo público na exposição[17]

Mitos do candomblé narrados em áudio
Orinxalá cria a terra
Iemanjá dá luz às estrelas, às nuvens e aos orixás
Oiá sopra a forja de ogum e cria o vento e a tempestade

Sistematização das autoras a partir de registros da instituição

UM BALANÇO

Cinco anos se passaram desde que a exposição "Terreiros de fé" chegou ao fim, mas durante todo esse tempo ainda não havia sido feito um balanço dos alcances dessa iniciativa. Conforme dito antes, a exposição chegou a somar quase 600 visitantes, número que pode ser considerado relevante se comparado com outras exposições também promovidas ali[18].

E é relevante sobretudo em virtude de sua temática. Afinal, a exposição foi realizada em uma cidade na qual as instituições religiosas cristãs têm há muitos anos exercido sua hegemonia. Uma dasconsequências é justamente a tendência de considerar inferiores e/ou perigosas religiões que escapam desse molde, conforme é o caso das comunidades de terreiro.

17 As narrativas mitológicas incluídas na exposição foram retiradas da obra "Mitologia dos orixás", de Reginaldo Prandi, publicada em 2001.

18 Não se pode afirmar tacitamente que todas as pessoas que assinaram o livro de visitas do Museu Histórico no período de vigência da exposição tenham de fato parado para ver a mesma. Mesmo assim, para cumprir com os objetivos do presente texto, optou-se por trabalhar com a hipótese de que todos ao menos avistaram a exposição.

Sendo assim, mediante a possibilidade de muitos não quererem ir ao Museu Histórico em virtude do medo e/ou do preconceito, a equipe da exposição sabia que havia a chance de ter um número diminuído de visitantes. No entanto, o receio foi substituído por uma positiva surpresa, o que mostrou que havia algum espaço pra esse tipo de debate em Jataí.

Segundo levantamento feito a partir dos registros da instituição, foi possível constatar que o pico de visitas ocorreu em julho e agosto de 2017, com 124 e 86 visitantes respectivamente. Já os menores números se referem a novembro de 2017 e fevereiro de 2018, sendo que no primeiro mês ocorreram 34 visitas e no segundo apenas 13 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Fluxo de visitas por mês no período da exposição



Sistematização feita pelas autoras a partir do livro de visitas da instituição

O que o gráfico revela é que o número de visitas aumentou de forma considerável no meio do primeiro ano, geralmente período de férias, superando com larga diferença o mês de inauguração da exposição. Se vê uma tímida reaquecida das visitas no período entre o natal e o ano novo, mas nada expressivo ou duradouro a ponto de significar algo mais.

Os dados sugerem que nas férias escolares de julho de 2017 o Museu Histórico e suas exposições podem ter sido destino de lazer para crianças, jovens e suas famílias. Em paralelo, os registros da profissão/ocupação dos visitantes de fato mostram que a maioria se coloca como estudante, sendo seguida por professores[19], aposentados e donas de casa (Gráfico 2).

19 Não foi possível apurar o quanto desse número se deveu a excursões promovidas pelas escolas da cidade, o que é comum acontecer.

Gráfico 2 - Profissão/ocupação exercida por dois ou mais visitantes do período



É interessante observar a diversidade de profissões/ocupações de quem visitou o Museu Histórico no período da exposição, sendo que no gráfico acima constam apenas aquelas exercidas por duas ou mais pessoas. No entanto, são também bastante diversifica-

das as profissões/ocupações citadas só uma única vez naquele mesmo espaço de tempo (Quadro 2).

Quadro 2 - Profissões identificadas apenas uma vez entre os visitantes do período

Outras profissões exercidas pelos(as) visitantes
Assessor(a), Analista, Analista de Sistemas, Apicultor(a),Arqueólogo(a), Arte Educador(a), Artesã(ão), Assistente Social, Auxiliar Contábil, Biólogo(a), Cabelereiro(a), Cantor(a), Churrasqueiro(a), Construtor(a), Consultor(a), Cozinheiro(a), Dentista, Designer de Moda, Diarista, Eletricista, Eletrotécnico, Empacotador, Empreendedor(a), Engenheiro(a) Ambiental, Engenheiro(a) Eletricista, Escritor(a), Esteticista, Fisioterapeuta, Fotógrafo(a), Gerente de Compras, Jornalista, Lavrador(a), Mãe, Massagista, Massoterapeuta, Mecânico(a), Militar, Nutricionista, Operador(a) de Produção, Operador(a) de Produção de Etanol, Pastor20, Prefeito, Produtor(a), Prefeito, Produtor(a), Produtor(a) Artístico, Projetista, Psicólogo(a), Publicitário(a), Químico(a), Radialista, Recepcionista, Restaurador(a), Soldador(a), Técnico de Informática, Técnico de Probabilidade, Terapeuta, Torneiro Mecânico, Tesoureiro(a), Vaqueiro(a).

Sistematização feita pelas autoras a partir do livro de visitas da instituição

É possível que a diversidade de profissões/ocupações ajude a mensurar o alcance do Museu Histórico e de suas exposições no município. Os dados nos permitem conjecturar que pessoas de diferentes classes sociais marcaram presença naquele período, tomando por base o quanto é igualmente diversificada a média salarial dessas profissões/ocupações.

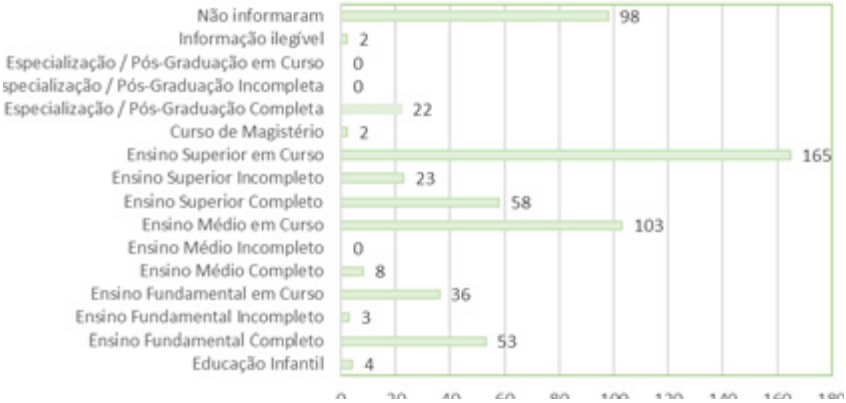
O fato de a maioria dos visitantes ser de estudantes e de professores pode ser encarado como um dado que não surpreende,

20 Diante do quadro acima, é também interessante destacar que no período em que a exposição estava acontecendo o Museu Histórico ocorreu a visita de um pastor. É um dado digno de destaque posto que, embora não se possa generalizar, grupos pertencentes às instituições religiosas evangélicas têm sido um dos responsáveis por ações discriminatórias contra religiões afro-brasileiras.

pois o Museu Histórico promove atividades de educação patrimonial há algum tempo. Mas, em virtude do tema da exposição "Terreiros de fé", é impossível não se perguntar se foram impulsionados pelas demandas da Lei 10639/0321.

Em relação ao grau de formação/escolaridade, à época a maioria disse que estava fazendo graduação, sucedida por quem ainda cursava o Ensino Médio e por quem já havia concluído o Ensino Superior. Os menores números dizem respeito àqueles que terminaram o Magistério, seguidos pelos que possuem Ensino Fundamental incompleto (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Grau de formação dos(as) dos visitantes no período da exposição



Sistematização feita pelas autoras a partir do livro de visitas da instituição

Os dados do gráfico anterior podem também ser encarados como um sinal de que o Museu Histórico atendeu no período da exposição indivíduos de diferentes classes sociais. Isso caso se leve em conta o fato de que a democratização do acesso ao Ensino Superior

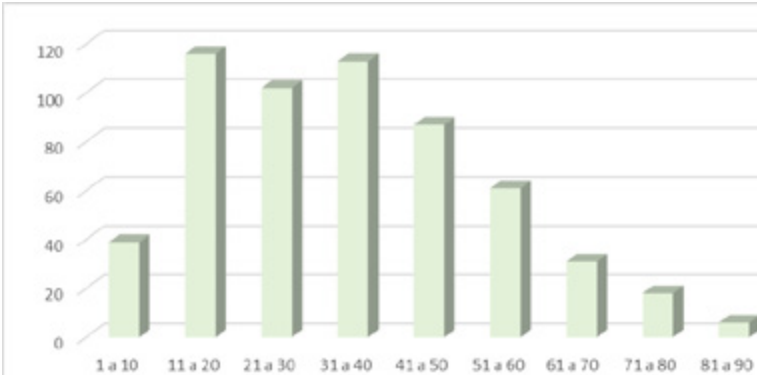
21 A lei 10639/2003 foi implementada no governo de Luís Inácio Lula da Silva e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras.

é algo recente na história do país, possibilitado em especial pela Lei de Cotas, datada de 2012[22].

Esses dados também parecem apontar para o fato de que o Museu Histórico possivelmente esteja se comunicando melhor com os estudantes do Ensino Superior. Pode ser que as atividades ofertadas pela instituição tenham sido mais atrativas para jovens e adultos universitários, o que em alguma medida pode ser efeito do incentivo sobretudo dos docentes.

Há também diversidade no que tange à faixa etária dos visitantes, pois constam desde crianças de 01 a 10 anos até adultos de 81 a 90 anos. A faixa que se apresenta com maior número abarca visitantes de 11 a 20 anos, acompanhada de perto pela que vai de 31 a 40 anos que, por sua vez, é seguida da faixa que abrange pessoas de 21 a 30 anos (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Faixa etária dos visitantes no período da exposição



Sistematização feita pelas autoras a partir do livro de visitas da instituição

22 O numeral da Lei de Cotas é 12.711/2012 e foi implementada no governo de Dilma Rousseff.

No gráfico acima está demonstrado, ainda, que a menor quantidade de visitas é de pessoas idosas. Pode ser que a divulgação do evento não tenha sido abrangente o suficiente, assim como pode ter havido desinteresse ou mesmo alguma resistência por parte desse grupo. Nesse último caso, há a chance de a prevalência cristã entre os mais velhos explicar um pouco.

Outro aspecto que contribui para se pensar a questão da abrangência se revela ao considerar os estados brasileiros em que os visitantes viviam à época. Como era de se esperar, a maioria informa provir de Goiás, sendo que mais da metade são de Jataí. Entretanto, foi verificado número relevante de pessoas de outros estados, em especial São Paulo (Mapa 1).

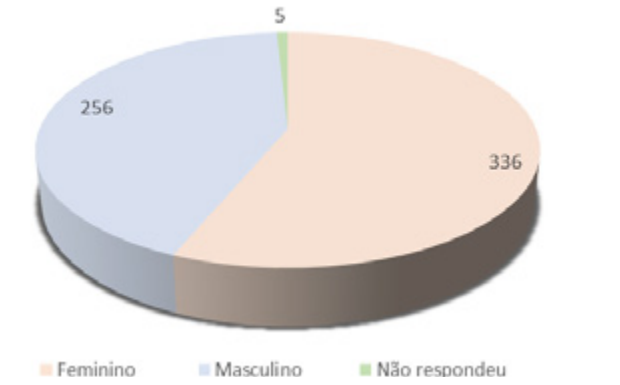
Mapa 1 - Quantidade de visitantes provenientes de cada estado no período da exposição



Não há indícios de que visitantes advindos de outros estados tenham se dirigido à Jataí especificamente para ir ao Museu Histórico. É mais provável que tenham sido levados até a cidade por motivos afetivos – encontrar parentes e amigos – ou mesmo devido ao trabalho ou aos estudos. E dessa maneira, fortuitamente, optaram por conhecer o espaço.

Finalmente, o levantamento feito a partir dos registros da instituição permite mensurar a quantidade de homens e de mulheres entre os visitantes23. Os dados demonstraram que a maior parte do público do Museu Histórico no período da exposição foi composta por mulheres. No entanto, a diferença em relação aos homens não é gritante (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Proporção de homens e mulheres que visitaram no período da exposição



Sistematização feita pelas autoras a partir do livro de visitas da instituição

23 O dado relativo ao número de homens e mulheres não está evidenciado no livro de visitas do Museu Histórico, o que só foi possível presumir levando-se em conta o nome das pessoas. No entanto, há aqui a consciência de que "homem" e "mulher" são categorias simplistas e que, portanto, não dão conta da diversidade de identidades de gênero que poderiam ter aparecido caso houvesse um campo específico para que cada pessoa se identificasse de acordo com o modo como se vê no mundo.

Havia a princípio a crença de que o número de mulheres seria infinitamente maior do que o número de homens, hipótese nascida das impressões de quem vivencia o cotidiano do Museu Histórico. No entanto, contrariamente do que se supôs, os dados mostraram que no período da exposição a diferença entre os grupos foi de apenas 80 pessoas no total.

AS ENTREVISTAS

Durante a pesquisa de campo que antecedeu a exposição "Terreiros de fé" algumas entrevistas foram realizadas junto a pais e mães de santo da cidade. O conjunto de transcrições dessas entrevistas é um dos mais importantes frutos da exposição, pois podem ser assumidas como fontes para pesquisas sobre a história das religiões afro-brasileiras em Jataí.

Pai Hegner, sacerdote do Ilê Axé Ayrá, foi entrevistado no dia 08 de março de 2017. Ele contou que morou na cidade de Angical-BA na década de 1960, o que permitiu que tivesse uma noção do que é o candomblé. No entanto, foi em sua estada em Formosa-Go que teve uma visão que o impressionou bastante: um homem alto refletido na parede.

Em um dado momento, ao visitar um pequeno terreiro a convite de um amigo, descobriu que o homem que avistara era um caboclo, informação que soube por meio de um médium incorporado. O caboclo[24] questionou o motivo do medo naquele dia em

24 O caboclo é uma entidade que diz respeito aos indígenas brasileiros e que estão presentes tanto em terreiros de candomblé, quanto em casas de umbanda.

que apareceu e disse que esteve lá para oferecer proteção contra uma cobra que rondava a casa à época.

O acontecido serviu como incentivo para que se iniciasse no candomblé, mais precisamente em um terreiro situado em Brasília-DF, o qual era liderado por Pai Alberto. Esse último sacerdote foi iniciado em um terreiro do Norte de Minas Gerais e carregou consigo a tradição queto[25]. Tempos depois Pai Hegner deixa Brasília e se instala em Goiânia-GO.

Enquanto esteve na capital frequentou o terreiro de Pai Joaquim, mas, no ano de 2000, deixou Goiânia para se instalar em Jataí. É nessa cidade que funda seu próprio terreiro, época em que, segundo ele, não havia outros candomblés no município. A casa foi instalada no bairro Colmeia Park e abriu suas portas com uma festa de Cosme e Damião[26].

Mãe Cida, sacerdotisa do Ilê Axé Oyá Okê, explica que se deu conta da existência do candomblé em uma propaganda que assistiu na televisão, tendo chamado bastante sua atenção, mas a princípio pensava que só existia na Bahia. Um tempo depois, em busca de consolo para problemas familiares, aceitou o convite de sua prima para conhecer um terreiro.

Rememora a importância que aquela ocasião teve em sua vida, pois permitiu que conversasse com uma cigana[27] que em muito

25 A tradição queto remete aos povos iorubás, um dos grupos étnico-linguísticos da África Ocidental.

26 A festa de Cosme e Damião é dedicada às crianças. No âmbito das comunidades de terreiro está relacionada aos erês, que são espíritos infantis.

27 Em determinadas casas se recebe entidades ciganas, mulheres livres e poderosas. Em alguns casos são associadas ou confundidas com as pombagiras, que encarnam o poder e o prazer femininos.

a auxiliou. Disse que foi um momento tão emocionante que não pôde conter as lágrimas, posto que a entidade sabia as dificuldades pelas quais estava passando. Explica que ela e sua família foram acolhidos naquela casa.

Mãe Cida fala que o terreiro ficava no Colmeia Park e, embora não tenha dito de forma explícita, é possível conjecturar que se trata da casa de Pai Hegner. Sua entrada no candomblé ocorreu em 2004. Entretanto, o sacerdote que ela de fato reconhece como seu pai de santo tem casa aberta em Rio Verde-GO, o Pai Santana, pertencente à tradição Angola.

Depois de algum tempo decidiu abrir seu próprio terreiro em Jataí, o qual contava com cerca de sete anos de existência à época da entrevista. Mãe Cida explica que a princípio não pretendia ser mãe de santo, mas que entendeu que os orixás solicitavam isso dela, o que pode ter sido cobrado por meio de um problema de saúde que teve antes da decisão.

Pai Giovani, sacerdote do Ile Axé Oyá Mabô, foi entrevistado no dia 07 de março de 2017. Disse que iniciou sua vida religiosa na umbanda, mas decidiu buscar outros caminhos após constatar que na casa que estava frequentando não havia aceitação em relação à sua pombagira. Depois disso viveu um tempo que ele classifica como sendo de "loucura".

Após ter ido visitar sua irmã em Rio Verde, acabou por se decidir em fazer o santo naquela cidade, mais precisamente pelas mãos de Pai Barbosinha. Pai Giovani afirmou à época não ter filhos

de santo em sua casa, mas que mantinha as portas abertas para atendimentos com o jogo de búzios[28], assim como faz uma festa por ano para entidades e orixás.

Pai Timóteo, sacerdote do Ile Axé Omó Obaluaiê, foi entrevistado no dia 09 de março de 2017. Conta que nasceu em São José do Rio Preto, interior de São Paulo, cidade em que se iniciou no terreiro de Pai Nelsinho. Disse já terem passado trinta anos desde que fez seu santo, levado, a princípio, pela busca de solução para um problema de saúde.

Na data da entrevista havia completado apenas dois meses de casa aberta em Jataí e explica que ainda estava começando a ser procurado por pessoas da cidade. Explicou que já havia feito alguns ebós[29], assim como atendia o público interessado no jogo de búzios. Se mudou de Jataí para ficar perto de uma pessoa com quem à época tinha um relacionamento.

Por fim, com base nas entrevistas foi possível conhecer informações tais como: o tempo de atuação de cada uma das comunidades de terreiro da cidade; as redes de relações com outros candomblés do país graças à iniciação e/ou à tomada de obrigação30; as tradições religiosas a que pertencem e os percursos individuais que os levaram a se iniciarem no candomblé.

28 O jogo de búzios é um importante oráculo dos candomblés, isto é, uma forma de se comunicar com as divindades. É por meio dele que é possível saber qual é o orixá de cada pessoa, por exemplo.

29 "Ebó" é o nome que nos candomblés se dá para um rito de purificação, geralmente realizado a pedido dos orixás. É comum que também pessoas que não são adeptas façam ebós com o intuito de sanar problemas de saúde, financeiros e até mesmo amorosos.

30 Dá-se o nome de "obrigação" o rito realizado a cada período/etapa que o adepto vivencia na religião. Sendo assim, acontece a tomada de "obrigação" ao se completar um ano, três anos, sete anos, quatorze anos e, por fim, vinte e um anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível dizer que nenhuma outra iniciativa em Jataí oportunizou um debate público sobre as religiões afro-brasileiras de maneira ampla, comprometida e respeitosa tal como o fez a exposição "Terreiros de fé". Por isso, é importante ressaltar que essa iniciativa foi fundamental para introduzir em Jataí um debate sobre o respeito à diversidade religiosa.

Aliás, a referida iniciativa se torna ainda mais relevante ao se levar em conta os frequentes ataques às religiões afro-brasileiras em Goiás. Dentre tantos casos de violência, um dos mais noticiados ocorreu em Goiânia no ano de 2003, quando grupos evangélicos avançaram contra uma exposição de estátuas dos orixás que teve lugar no parque Vaca Brava[31].

Além disso, a exposição certamente contribuiu para uma educação para as relações étnico-raciais como um todo e para a implementação da Lei 10639/2003 em específico. Pode ser um indicativo disso o fato de professores e estudantes figurarem como os grupos mais numerosos que compareceram ao Museu Histórico no período de vigência da exposição.

Foi possível observar que a exposição ofereceu à sociedade a chance de (re)conhecer a história dos candomblés e, mais do que isso, vislumbrar a complexidade inerente às religiões afro-brasileiras. Diante dos dados, ficou demonstrado que no período da exposição

31 O autor das referidas estátuas se chama Tati Moreno, um dos artistas baianos mais reconhecidos do país. Suas exposições percorreram diferentes cidades brasileiras e as estátuas impressionam pelo tamanho e imponência.

o Museu Histórico atraiu pessoas das mais diferentes idades, profissões, estados e classes sociais.

Em 2019, pouco após o término da exposição "Terreiros de fé", assumiu o poder do país uma corja racista, misógina, homofóbica, negacionista e autoritária. Depois disso, incontáveis retrocessos contribuíram para que comunidades como as de terreiro ficassem à mercê de violências diversas, diante das quais puderam mais uma vez resistir bravamente.

Felizmente, aquele projeto de destruição foi derrotado nas urnas em 2022, dando lugar à retomada – e à possibilidade de criação – de políticas públicas que atuem contra o preconceito e a discriminação. Portanto, voltar à exposição "Terreiros de Fé" neste momento parece algo bastante significativo: recordar o que já foi feito para pensar o que virá.

BIBLIOGRAFIA

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. Goiânia: Editora UFG, 1995.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves; MENEZES, Marcos Antônio; SILVA, Adriano Freitas. **Jatahy: espaços de morar (1880-1935)**. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2012.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Michael Douglas dos. **Representações dos negros na exposição de longa duração "Jatahy: histórias pra contar" do Museu Histórico de Jataí (1995-2015)**. Orientador: Murilo Bordes Silva. 2021. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Jataí, Jataí-GO.

PREFEITURA DE JATAÍ. **O Museu Histórico de Jataí e seu acervo**. Florianópolis: Gráfica Rocha, 2016.

FIAR, TECER E SE EDUCAR: PRÁTICAS POLÍTICAS E SOCIAIS EM JATAÍ

DAS FISSURAS ABERTAS ÀS POSSIBILIDADES DE HISTÓRIAS DAS MULHERES: TRAMAS, FIANDEIRAS E TECEDEIRAS EM JATAÍ-GO.

Jéssica Marques da Costa[32]
Cláudia Graziela Ferreira Lemes[33]

"(o tear) ficava em um quartinho escuro até pra tecer, mas a vista era boa, tecia[34]". É o que nos diz Hilda Oliveira, enfermeira aposentada, fiandeira, tecedeira, crocheteira, bordadeira, é também uma entendedora de plantas e ervas, além de uma assídua frequentadora dos mutirões de fiandeiras e tecedeiras de Jataí, onde carda, fia, canta e dança.

32 Mestranda Programa de Pós-Graduação em História UFPB
33 Professora Universidade Federal de Jataí/ Curso de História
34 Fala de Hilda Oliveira - Tramas em Vídeo, 2021. ep. 2, Trecho. 03:25 à 03:29

Costuma-se relegar determinadas atividades exercidas por mulheres em um lugar natural. Essencializado, à esses trabalhos são atribuídos valores de "menor" importância, nesse sentido, tanto estes conhecimentos, quanto as mulheres que os protagonizam são, muitas vezes, invisibilizadas, pois uma vez que são historicamente tecidos nos espaços privados, como no quartinho do tear de Hilda, são postos à margem das "grandes" narrativas.

Aqui fala-se das artesãs e a tessitura de suas falas e existências como sujeitas históricas. Pois bem como o fazer da história, a própria "tecelagem não está parada, congelada ou fixa, mas está em vida e na vida. (PANFILI, 2012, p. 32). Como em um tear em que os fios urdidos (postos de formas fixas), são transpassados pelos fios da trama (os fios móveis), estes lançados pela tecedeira entre os fios urdidos, o tecido vai ganhando cores, e a depender, desenhos diversos.

Pretende-se compreender as problemáticas que envolvem experiências dessas mulheres, que quando analisadas em olhares e escutas feministas evidenciam, como formulado por Amanda Motta Castro e Edla Eggert, o que "são do cotidiano ordinário, tecidas em conversas informais, nos espaços privados e do lar", portanto, são histórica e socialmente posta às margens, com variações a depender do marcador de raça, gênero, classe. (CASTRO; EGGERT; GEBARA. 2013, p. 105).

Nesse horizonte, propõe-se tecer algumas análises em relação às produções em formatos audiovisuais feitas, entre 2020-2021, com a temática da tecelagem na cidade de Jataí-GO, especificamente o vídeo Homenagem Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras

de Jataí (2020) realizado pelo Museu Histórico de Jataí - Francisco Honório de Campos; assim como a produção do projeto *Tramas em Vídeo, episódio 2: Processos de Tessitura com o Tear de Pedal (2021)*. Optando-se aqui por transcrever as falas analisadas sem correções ou edições gramaticais, por entender que o modo que se fala também é objeto de atenção. Mantê-las em sua íntegra é uma escolha política e epistemológica.

Assim, a primeira seção procura realizar uma breve contextualização da historicidade das emergências da historiografia das mulheres e aberturas de possibilidades teórico-metodológicas. Posteriormente, é realizado uma análise sobre a constituição do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras de Jataí, observando folheto de divulgação do evento, bem como também analisar as falas de algumas mulheres participantes partindo do vídeo *Homenagem Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras (2020)*. Por fim, estabelece-se uma leitura acerca das construções e relações de gênero, raça, classe e geração em relação à historicização de manualidades como o fiar e tecer, tecendo reflexões com elementos analisados a partir da produção *Tramas em Vídeo*, episódio 2, entrelaçando tais discussões a importância de se politizar o "privado".

DAS FISSURAS ÀS TRAMAS DA HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES: BREVES COMENTÁRIOS

Desde a primeira geração dos Annales na década de 1920, há em curso diferentes processos de reconhecimento e ampliação do caráter de documento em face à construção, por exemplo, da história dita positivista. Já sob preceitos da "Nova História", as pesquisas ten-

dem a refletir sobre outras temáticas, em meio à crise de paradigmas nas décadas de 60-70, emergem pesquisas baseadas na necessidade de renovação e interdisciplinaridade da época. Ao aproximar, por exemplo, a história e a antropologia, há o aparecimento de pesquisas voltadas para uma gama maior de contextos, em que as mulheres começam a serem evidenciadas com base em outras perspectivas.

É interessante refletir tais disputas e possibilidades de ampliação no conceito de documento cruzadas, especialmente, aos seus contextos sociais, entendendo que tais debates e crises paradigmáticas são processos vivos, atrelados às lutas no "chão de movimentos sociais". E nesse sentido, privilegiam, sobretudo, os modos de fazer e ensinar história. Sendo que analisar a historicidade de tais processos importam, Ana Veiga expõe que (2020, p.4) "conceitos e teorias são acionados, depois rememorados, pela eficácia e a capacidade de sua relação com o chão do social, com grupos e sujeitos agentes de demandas e inquietações."

Em relação a abertura de horizontes possibilitado por disputas e renovações no campo da historiografia, ainda há práticas que refletem problemáticas de ordem eurocêntrica e seus processos de apagamentos, no entanto, de outro lado, às emergências do chão dos movimentos sociais que questionam as formas de entendimento histórico baseado na exclusão e homogeneização seguem constantes em prol de se fazerem ouvidos. Para Marta Rovai e Lívia Monteiro (2020), processos de silenciamentos de variados sujeitos na historiografia coloniza o saber à medida em que não contempla a pluralidade de experiências históricas, tal como as das mulheres. Michelle Perrot (1998) pensa a presença das mulheres na

história e destaca que por muito tempo às mulheres foram relegadas às margens, o que corroborou para uma certa carência de traços, devido a séculos de tentativas de "mudez", em que evidências não foram valorizadas, conservadas.

Desse modo, ao se trabalhar com testemunhos orais, podem ser um caminho que vai na contramão aos processos de determinados silenciamentos, especialmente porque de acordo Julio Aróstegui (2006), ela se estendeu por campos como a história das relações de gênero, bem como para a história local. De acordo com Vilma Barbosa (2006), esta última se estabeleceria como sendo uma abordagem teórico-metodológica que tende a entendimentos de um conhecimento histórico mais plural. Contudo, explicita que quando trabalhada por meio da lógica da história linear e evolutiva, a tendência, muitas vezes, é trabalhada a partir dos interesses de narrativas oficiais localizadas que versam o apagamento, ou seja, "a exclusão, o silêncio, a desconsideração do valor da coletividade se apresentam explicitamente na história oficial, impondo valores e memórias". (BARBOSA, 2006. p.85)

De outro lado, como destaca Joan del Alcàzar Garrido (1988), o trabalho com a oralidade[35] em análises locais mas não restringida a ele, possibilita incorporar não apenas sujeitas e sujeitos "outros" no processo de construção da narrativa histórica, mas também conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas. Dito isso, esse trabalho procura trazer análises que possam suscitar

35 Importa mencionar que ao lidar com a oralidade, estamos também lidando com os processos que envolvem a memória, e portanto, suas questões conceituais e específicas dentro dos processos de discursos historiográficos. Havendo a necessidade de diferenciar a memória da história, que segundo Durval de Albuquerque (1994)), enquanto a memória tende a preservar uma essência e construir noções de identidade, a história trabalharia com a função também de interpretá-las.

questões significativas para o escopo da história das mulheres e relações de gênero a partir das fiandeiras e tecedeiras de Jataí-GO.

MULHERES QUE FIAM E TECEM A PARTIR DO MUTIRÃO DE FIANDEIRAS E TECEDEIRAS EM JATAÍ-GO

De uma maneira geral, a perspectiva epistemólgica feminista aqui é apreendida partindo de análises sócio-históricas em que importa investigar e compreender a vida dessas mulheres a partir dos seus cotidianos e experiências. Sinalizando que:

> É preciso entregar-se à escuta, por isso a transformação de um corpo em escutadeira feminista exige persistência e estranhamento, o que bell hooks descreve como a pedagogia feminista: "feministas são formadas, não nascem". [...] Não se nasce sabendo escutar o feminismo, e a formação necessária para se fazer uma escutadeira feminista não são os títulos acadêmicos, mas a política feminista. O feminismo precisa de escutadeiras, essas personagens capazes de escancarar dez vezes os sentidos para abrir os portões da pedagogia feminista (DINIZ, 2022, p. 18, 22-23).

Assim, pretende-se acionar aqui além do I folder de divulgação do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras realizado no Museu Histórico de Jataí em 1998, realizando uma análise comparativa com Folder de 2014, também o vídeo Homenagem do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras, 2020. Em relação a este último, importa-nos

antes ressaltar breves entendimentos acerca do audiovisual como fonte possível no processo de feitura da narrativa historiográfica. Tendo destaque em um primeiro momento, a imagem como fonte de conhecimento, e "pelo menos desde a primeira metade do século XX, como fonte para a produção da história em geral, isto é, como material a partir do qual pode-se se extrair determinadas informações sobre o passado com intuito de compreendê-lo historicamente." (JÚNIOR, 2020 p. 564).

A possibilidade de trabalhar com essa linguagem, sobretudo, quando articulada aos testemunhos orais como fonte possível de análises vinculadas a conhecimentos históricos, causam imensos ganhos no que se refere a politização de um "mundo privado", principalmente, ao ligá-la a História Oral, que colabora para o entendimento de questões que são historicamente tecidas nos espaços privados, como as mulheres que trabalham artesanalmente. Considerando o espaço de viés agro-falocêntrico em que há ainda presente uma história que pensa ser pioneira, oficial, pode-se tecer análises sobre a tecelagem partindo de um viés de enfrentamento, em especial de construções que visem apagar a diversidade de mulheres.

Na região do sudoeste de Goiás a partir de reconfigurações econômicas na lógica agrária, como a inserção de soja e de novos maquinários, em meados de 1980, há em curso transformações nas relações e práticas sociais. Nesse horizonte, o fazer dos Mutirões, uma manifestação propriamente rural organizada com objetivos muito específicos das necessidades e solidariedade mútua, como um evento social, vai deixando de ser performado à medida em que se reorienta as estruturas produtivas, reorientação que conse-

quentemente também colabora para afetar o fazer da tecelagem artesanal sob o céu do cerrado. Miranda (2019) expõe poeticamente, que tal céu é segurado por braços fortes. Braços, mãos, pés, mentes e corpos de mulheres. Mulheres de linhas, de cantos, saberes, fazeres. No que se refere às mulheres de Jataí, local com destaque para a monocultura de grãos, tais figuras são as detentoras de saberes postos como folclóricos, rupestres, ultrapassados, ou ainda espetacularizados e esvaziados de sentidos.

Nesse sentido, é interessante pensar mais profundamente sobre a ideia de folclore, visto que é através desta noção que o Mutirão[1] de Fiandeiras e Tecedeiras de Jataí é criado.

O evento do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras de Jataí, costumeiramente realizado no mês de agosto desde 1998, surgiu com a Ação Educativa para a semana folclórica. Sendo um encontro que ocorre por três dias seguidos em que as mulheres que fiam, tecem, ou mesmo que possuem outras manualidades, participam, limpando, descaroçando, cardando fiando o algodão, e por vezes, tecendo. Espaço em que dançam, trocam, comem e trabalham juntas, ao longo de um dia inteiro. O evento torna-se um segmento cultural consolidado na cidade, tendo visitas diversas, sobretudo, de turmas escolares, da imprensa e representantes políticos.

De acordo com Vilma Machado, o evento do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras, inicialmente se propôs a pôr o processo da

1 Prática esta que tem fortes vínculos com o mundo rural, visto que, era uma tradição que fazia parte da estrutura de solidariedade da roça. Em resumo, as pessoas se reuniam em mutirões ou demãos, e iam as terras de quem precisasse de ajuda com a lavoura e/ou cardação e fiação, não ficando apenas no trabalho em si, mas também nas trocas e bailes, que tais encontros proporcionavam; era costume haver também apenas traições# direcionada na época, às mulheres, como mutirões de fiação.

tecelagem em evidência, contudo, as particularidades das vidas dessas mulheres não foram postas de maneira mais sistemática. Em suas análises a partir da pesquisa oral com algumas mulheres participantes do Mutirão, Machado reflete que, "o espetáculo foi visto, mas não apreciado, foi engolido, não sorvido. Sem apresentação do enredo e das personagens ao público, foi mudo de sentido". (MACHADO, 2001. p.25). Pode-se estabelecer reflexão entre estas noções e o folder do I Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras de Jataí de 1998.

Figura 1 - Folder do I Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras de Jataí de 1998

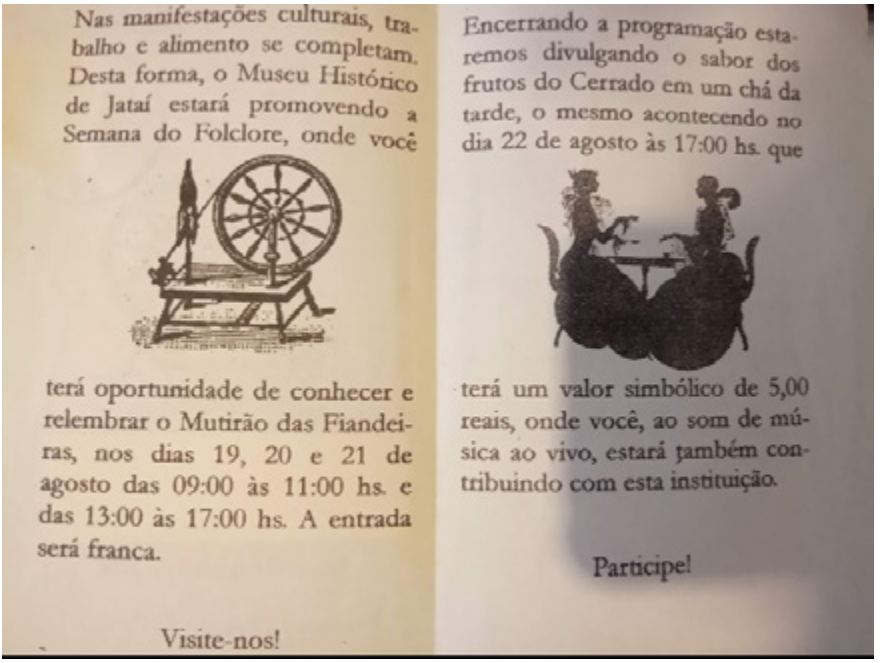


Fonte: Museu Histórico de Jataí - Francisco Honório de Campos, 1998.

Ao se analisar a capa folheto de divulgação do primeiro Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras, que ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 1998 no espaço do Museu Histórico de Jataí, pode-se notar, em uma primeira análise, que há uma roda de fiar ilustrando a capa, próximo do que seria uma roca. Ao longo desta pesquisa, notou-se, ao observar os instrumentos de fiar presentes tanto na oficina de tecelagem do MHJ, quanto nas rodas de algumas das mulheres que frequentam o Mutirão, que este tipo de instrumento representado na figura 1, não é comum entre as fiandeiras de Jataí, sendo majoritariamente utilizada a roda mineira, mencionada por Marcolina Garcia (1985) como uma roda de quatro pés, mais moderna em relação a de três pés denominada de roda goiana, também bastante utilizada na região.

Em algum nível é significativo que a roda retratada não seja um instrumento tão comum na região, uma vez que Machado (2001) menciona a ausência de contextualizações mais profundas ao longo dos primeiros eventos. No folder do Mutirão de 1998, ao analisarmos seu conteúdo, fica nítido que o evento se estrutura com base nas noções de manifestações culturais na perspectiva folclórica. Tendo a presença de elementos que transparecem distância da realidade das mulheres que participam.

Figura 2 - Folder do I Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras de Jataí de 1998



Fonte: Museu Histórico de Jataí - Francisco Honório de Campos

Em relação ao folclore Lúcia Brito e Francisco da Silva (2016) trabalham com a premissa de que com as problemáticas construídas pelos folcloristas, há um processo de esvaziamentos de sentidos sobre o que seria práticas culturais populares, levando essas práticas ditas, tradicionais, a serem postas "a serviço das ideias de regionalidade, nação e identidade, em um espetáculo", por vezes, analisado sob a ótica do exótico. "A ideia de folclore como tradição persistiu no sentido mais conservador do termo, ou seja, tradição como um resíduo de um passado, um "saber-sobrevivência", pertinente a comunidades tradicionais, advindas do meio rural". (BRITO; DA SILVA, 2016, p.6)

Ademais, compreendo que os processos de escolhas de imagens não deve ser analisado de modo apenas "ilustrativo", tendo em vista que ao tomarmos este folder como uma fonte de investigação historiográfica, deve-se refletir que nele está presente "as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada" (PAIVA, 2006, p. 17). Sendo assim, chama a atenção a utilização da ilustração que se segue ao trecho de divulgação do encerramento do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras, que em um primeiro momento, nos remete a moças de ar aristocrático em uma espécie de hora do chá, seus modos e os vestidos, em nada parece familiar a ideia de "sabor dos frutos do cerrado", ou mesmo com a maioria das mulheres que constroem o evento.

Elegeu-se, com base na noção de 'remediar o esquecimento", a prática do mutirão e seus elementos postos como tradicionais, para representar um fragmento dos saberes da tecelagem manual em Jataí-GO. Os atores desse espetáculo, ou mais especificamente, as atrizes, entram em cena de variados jeitos e motivos. Há um enredo construído para elas, ainda sim, em seus discursos e ações que ao longo dos anos, essas mulheres vão tomando o espaço e construindo novos papéis e possibilidades. Sendo "possível compreender os sentidos das práticas de cultura popular em suas variadas formas de expressão, a partir do seu entorno, do contexto de relações sociais no qual elas se inserem, atuam e imprimem significados". (BRITO; DA SILVA. 2016, p. 9)

Ao longo do vídeo é possível vislumbrar elementos comuns nas falas[2] das participantes (em sua maioria, mulheres entre 69 a

2 As falas presentes ao longo do vídeo, e utilizadas neste capítulo, seguem transcritas em

101 anos), como a percepção da importância dos encontros no mutirão, não só, como descrevem, para "manter nossa tradição", como também para estreitar laços de afetividade com as companheiras. Cabe destacar que o contexto pandêmico de onde estas mulheres que são "de mais de idade", falam. A saudades de estar todo mundo "reunida", assim mesmo no feminino, é presente:

> Mando um abraço para todas colegas nossa aí do Museu, que nós participa todo ano. Nós não estamos reunidas esse ano proveniente da Pandemia, todo mundo pediu pra ficar poucas pessoas junto, mas estou com bastante saudades. É tão bom quando nós tá todo mundo reunida. Espero que no próximo ano estamos junto, pra nós continuar a nossa tradição que é muito importante para nós de mais de idade. (Izabel Evangelista - 69 anos na época. Homenagem do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras, 2020. Trecho: 4:10 às 5:16.)

Para muitas, os encontros e as trocas com as amigas são o que constitui os sentidos do Mutirão. Contudo, se pode conjecturar também que segue sendo para além um encontro, um espaço importante para manutenção do fazer artesanal, como posto por Nair, o "nosso trabalho manual".

> Faz quatro anos que eu voltei a participar do Mutirão das Fiandeiras, pro tear, tecer, trabalhar com o algodão. Eu fio, teço, faço coberta, faço muito tecido, variedades. Muita saudade,

anexo desta pesquisa.

> muita falta. Assim meio abatida, mas com esperança que nós voltaremos a continuar nosso trabalho manual. (Nair Pereira Silva - 88 anos na época. Homenagem do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras, 2020. Trecho: 9:55 às 10:27).

Contudo, em relação a tecer, nem todas dominam ou gostam de se manter nessa função no Mutirão. Segundo relatos expostos no vídeo, como o de Ilídia, o Mutirão também colaborou para que elas retomassem contato com o trabalho manual da fiação, que algumas se consideram "destreinadas". Afinal, essas participantes que colaboram com a construção do vídeo são, que por diversas maneiras perderam tal contato e o ressignificam.

> [...] No começo eu tava só mexendo com a carda, com algodão. A gente foi criada desde a plantação até a veste, a gente vestia tecido de algodão [...] e tem amiga que fala assim: eu não vou não a gente já ralou tanto. Mas agora pra mim, é uma festa importante, a gente dá pra dispensar qualquer coisa porque agora é uma terapia, a gente tá com um outro tipo de vida, outras ferramentas de trabalho, tenho a máquina (de costura) que eu gosto muito, né. Então o algodão ficou na lembrança e na recordação. (Ilidia Francisca Silva - 82 anos na época. Homenagem do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras, 2020. Trecho 8: 28 às 9: 24)

Tendo, por exemplo, como citado pela participante, casos em que há mulheres que não integram o evento por crer que "já ralou tanto", nota-se que nessa fala fica implícito, que o fazer da tece-

lagem, hoje posto, por vezes, como um "trabalho-arte", é um ofício significativamente difícil, que nem todas querem ou gostariam de retomar. Entretanto, a participante dos encontros em questão afirma, que o "algodão ficou na lembrança, hoje é uma terapia", destacando também que faz uso de outras formas de confecção de peças, como a máquina de costura.

Sendo, atualmente, o Mutirão um evento representativo das inúmeras histórias da vida campesina, em que além da colaboração, segundo Dona Josefa mulher negra e tecedeira, também ajuda a lembrar de como era sua vida na fazenda, dos seus saberes que foram adquiridos matriarcalmente:

> Sou a Josefa, faço parte do Mutirão das Fiandeiras. Tô com muita saudade de vocês todas. O Mutirão é importante para me alembrar do que minha mãe ensinou. O algodão nós pegava ele, e apreparava os fios para ir para o tear, nós tecer lá no tear. (Josefa Quintino. Homenagem do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras, 2020. Trecho: 3:35 à 4:05- 77 anos na época)

Em relação aos processos de aprendizagem da fiação e tecelagem nota-se a importância da figura materna, sendo responsáveis por esse processo de transmissão de conhecimentos, cujo os processos de aprendizagem diferem com base em determinados contextos, vivências, experiências e enfrentamentos.

> Renovou o passado meu, né. O tempo que eu era mais nova, que panhava algodão, descaroçava, cardava, fiava, e mandava tecer as cober-

> tas. Fiquei muito satisfeita de ir lá, muita gente fiando, eu não fiquei porque minhas pernas já estavam meio ruim pra tocar roda mas eu cardei, descarocei algodão no Mutirão. Gostei muito. Tinha muita gente, cantando, fiando. (Helena de Lima Moraes. Homenagem do Mutirão de Fiandeiras e Tecedeiras, 2020. Trecho 11:00 às 11:30 - 84 anos na época).

Em "*O vaivém do tear: etnografia urdida no concelho de Abrantes"*, Giulia Panfili viaja por Conselho de Abrantes, em Portugal, a fim de mapear os vestígios do processo da tecelagem, que ela chama de tradicional. Vivendo e trocando experiências com as mulheres que ainda tecem na região da Aldeia de Souto, pontua que, ao contrário do que é considerado sobre o esquecimento da tecelagem e o sumiço de seus saberes, ela defende que a tecelagem ainda está viva, "renovando o passado", como na fala de Helena, enquanto houver uma mulher ou homem criando e entrelaçando fios, ela segue como parte da vida das pessoas e precisa ser reconhecida e vivida.

> Para Machado (2001, p.40), o público, de um modo geral, não assimilou os significados e sentidos da tecelagem em Jataí por meio do Evento do Mutirão, muito embora, as mulheres que o fizeram, segundo a autora, "possuíam a chave que lhes permitiram acessar os signos do Espetáculo. Elas se sentiam em casa".

POLITIZANDO O MUNDO PRIVADO DOS FIOS: TRAMAS EM VÍDEO

Falar em História das Mulheres, acaba por nos mover a discutir além de questões referentes à silêncios reiterados às mulheres, inclusive de seus traços e fragmentos (Michelle Perrot, 2005), também sobre ausências, imaginários e padrões de análises, sobretudo quando focaliza-se em questões pertinentes às mulheres, tal como as questões referentes a trabalhos e as construções e relações de gênero, como quando desenvolvem determinadas manualidades, como o fiar e/ou tecer.

Importa destacar que em relação a mulheres e trabalho, em algumas literaturas se costuma ligar a imanência da onda industrial, juntamente com a primeira e segunda guerra mundial como fatores, por vezes quase que exclusivos para a entrada das mulheres no "mercado de trabalho", porém é fato que essa análise é limitada, tendo em vista que as mulheres, sobretudo não brancas e empobrecidas, sempre tiveram que realizar atividades sejam elas remuneradas ou não. Sendo que, as sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho das mulheres, que por vezes é invisível. (PERROT, 2017. p. 109). Compreendendo que as mulheres:

> Trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental." (SAFFIOTI, 2013, p. 62)

De modo geral, costuma-se ligar atividades de manualidades às mulheres como um dado natural, sendo que como expõe Ivone Gebara (2022) "É a isso que se chama naturalização das invenções sobre nós [...] Naturalizar é tornar normal o que é simplesmente um dado de cultura ou uma decisão conveniente emanada do poder estabelecido. Hoje descobrimos que é possível sair dessa invenção da sociedade". Historicamente, o trabalho de ordem doméstica e de reprodução, se remete às mulheres. Silvia Federici (2017) sustenta em *Calibã e a Bruxa* que é no quadro do sistema feudalista para o capitalista que uma nova divisão sexual do trabalho é construída a partir de um projeto que visava degradar, criminalizar e controlar as mulheres da sociedade europeia pré-capitalista.

Essas concepções naturalizadas dos papéis de gênero são estudadas por Silvia Yannoulas (2011) que reflete acerca da categoria de feminização e feminilização do trabalho. A autora escreve que o estabelecimento de uma diferenciação sexual entre mulheres e homens foi sendo construída ao longo do tempo, ganhando mais força por volta do século XIX. Fabiana Grecco (2018) tal como Ivone Gebara (2022) alerta que tal divisão deve ser analisada partindo do pressuposto que sua construção não é dada, inata, natural, sendo, pois, produtos de práticas sociais é historicamente passível de transformações.

A despeito do caráter discursivo dessa diferenciação, pode-se afirmar que a identidade feminina foi embasada nas seguintes argumentações: ecológica e essencialista. A primeira é a ideia de determinismo biológico, sustentando que as funções reprodutivas e sociais são parte do ser mulher, pondo, portanto, a maternidade, o lar e a doação à família como território natural. Já a essencialista diz

respeito às características que as mulheres deveriam ter, pressupondo que somos todas, fracas, irracionais, dependentes e afetivas.

Contudo essa diferenciação não pode ser aplicada de maneira igual a todas as mulheres. Compreendendo que, segundo Angela Davis (2016), tais diferenciações representam ideais de feminilidade que apenas refletia uma realidade parcial das mulheres. A invenção, por exemplo, do ideal de dona de casa burguesa era, pois, contraditório, tendo em vista que a realidade das mulheres não brancas e pobres era de trabalho. Citando o discurso: *E eu não sou uma mulher?*, proferido em 1851 por Sojourner Truth, uma mulher negra ex-escravizada, que respondia à noção da construção de uma feminilidade que não correspondia à forma de vida levada pelas mulheres negras. De acordo com Ana Veiga (2020. p.6), Soujorner foi "ancestral inspiradora para o feminismo negro afro-americano".

Em *Mulheres, Raça e Classe* escrito em 1981, Davis ainda dirá que devido a essa tentativa de construir modelos universais do que seria "a mulher", refletida nas donas de casa das classes médias emergentes, diversas mulheres que estavam fora de sua esfera "natural", não seriam tratadas como trabalhadoras completas. Ademais, acerca do desenvolvimento de trabalhos manuais, principalmente, no século XIX, houve o estabelecimento de uma educação feminina voltada para manualidades, como costura e bordados, deixando de ser exclusivo de espaços como ordenações e conventos, tornando-se também parte do currículo de instrução para o lar de mulheres da elite, e sobretudo, como trabalho necessário do dia a dia das mulheres negras, indígenas, pobres. (SESC. Glossário Colaborativo, 2021)

"Muitas vezes nós pegava o cavalo, arriava e jogava o saco de fiado pra levar à tecedeira, preparava as linhas, tingia pra fazer colorido." (Hilda Oliveira. Tramas em Vídeo, 2021, Ep.2. Trecho 6:57 à 7:24) Tecer é um ato milenar, realizado por inúmeras sociedades ao longo do tempo, de diversas formas, para variados fins e com diferentes matérias-primas. "Em todas as culturas, encontram-se vestígios dessa arte, que marcam a História do respectivo povo e cultura" (CASTRO; BUENO, 2005, p. 60).

Apesar de uma considerável parte da literatura sobre tecelagem manual no Brasil, se ater ao processo de invasão portuguesa, a inserção dos teares portugueses e a catequização jesuítica dos indígenas, como fatores iniciais para a construção deste fazer, é preciso destacar que os povos originários da América já realizavam saberes da tecelagem muito antes das invasões. Em várias partes da América do Sul, pode-se ver que o processo da tecelagem foi marcante e específico a depender do local e cultura.

Como aborda Ferreira (2014) a partir de uma análise do livro de Rita Cáurio, denominado de Artêxtil (1985), no trabalho da autora é apontado que se destacam no fazer textil lugares como Peru e México. No Brasil, os povos indígenas de variadas etnias têm se utilizado das produções têxteis de diferentes formas.

O Alvará[3] de 05 de janeiro de 1785 de D. Maria I e o estabelecimento de uma política de quebra dos teares e rodas, é cons-

3 Importa mencionar brevemente que este Alvará durou até os anos de 1809, contudo, como analisado por Castro e Eggert (2013), havia um processo de tecelagem clandestina no país, principalmente em regiões interioranas relativamente mais afastadas da capital, como Rio Grande do Sul, e mesmo Minas Gerais. Ademais, ao longo do texto do Alvará de 1785, percebe-se que a exigência era que todos os teares e rodas de fiar fossem destruídos, menos os usados para confecção de roupas para escravizados, pois consta que a produção têxtil de tecidos grosseiros que servissem para vestuário dessas pessoas, bem como também para sacos de empacotar produtos continuassem a serem produzidos muitas vezes, como sugerem leituras, pelas próprias mulheres escravizadas.

tantemente posto nas pesquisas sobre tecelagem manual no Brasil. A fabricação própria de tecidos no território, como expõe Miranda, significaria certa, "independência das importações de tecidos da Inglaterra, que o desenvolvimento da tecelagem e bordados promovia, criou uma situação crítica para Portugal, já que esse dependia militarmente da proteção da Inglaterra." (MIRANDA, 2019, p. 145).

De acordo com Ana Carolina de Azevedo e Raquel dos Santos Lima (2015), ao longo do século XIX, foram implantadas manufaturas e fábricas têxteis em quase todas as regiões brasileiras, com exceção do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás. A pesquisadora Marcolina Garcia cita que em "Chorografia Histórica da Província de Goyaz" de 1874, há registros que mencionam um "atraso" significativo nas chamadas "artes fabris" (GARCIA, 1985, p. 163)

Já em Jataí-GO, no início do século XX, 80% da população residia na zona rural, sendo, como de acordo com Vilma Machado (2001, p. 23), somente em 1980 que a população urbana superou em número a população rural, passando a representar 62,22% do total. E isso se dava, notadamente, pela forma de vida das propriedades rurais que mantinham uma produção de gêneros necessários, incluindo, nesse sentido, a produção de tecidos.

Segundo exposto no texto *Casas de Comércio em Jataí: Início do século XX*, artigos não produzidos nas fazendas, como sal, querosene, arame, ferro e outros, eram encontrados em comércios localizados na cidade. Como mencionado, o modo de vida de subsistência impele que se produza quase tudo que seja necessário a manutenção da vida, logo, tendo as mulheres determinados papéis importantes.

As mulheres sustentam o mundo de todas as formas possíveis. Em relação ao trabalho das mulheres nos campos, Michelle Perrot em *Minha História das Mulheres*, dirá que, "a velha camponesa é uma mulher recurvada", pelo peso do trabalho (PERROT, 2017, p. 111). No episódio 2 de Tramas em Vídeo, a participante Hilda nos dá um vislumbre de que havia relações de negócio entre fiandeiras e tecedeiras, talvez mais complexas do que se imagina.

> Todo mundo lá na fazenda era tecedeira, quem não tinha tear, aí levava pra quem tinha, pegava pra tecer, era um dinheiro extra. Só que não sei mais quanto que custava pra tecer. Muitas vezes nós pegava o cavalo, arriava e jogava o saco de fiado pra levar à tecedeira, preparava as linhas, tingia pra fazer colorido. (TRAMAS, em Vídeo, 2021, Ep.2. Trecho 6:57 à 7:24)

No trecho acima pode-se destacar no mínimo três processos técnicos diferentes para a confecção de tecido: a produção do fio na roda, o tingimento dos fios e o processo de levá-lo ao tear para a trama. No entanto, como expõe Eli Bartra, pode-se perceber que não somente o trabalho (re) produtivo é desvalorizado, como também a criatividade das mulheres, e nesse horizonte toda uma série de saberes tramados por elas.

> Eu aprendi a fazer tudo que sei hoje, quase bem dizer, depois que casei, sabe. Aprendi muitas coisas com o marido arreliando porque não gostava que eu saia de casa, mas eu ia assim mesmo. Ele ia pra fazenda e eu ia aprender meus trem que eu faço hoje. (Hilda Oliveira - Tramas em Vídeo, 2021. ep. 2, Trecho. 6:55 à 7:50)

Para que uma artesã venha desenvolver suas atividades, é necessário um nível de conhecimento técnico para o mesmo, que não pode ser anulado. Como exposto em *Inventabilidade, tramas e fios: a formação de tecelãs mineiras,* é necessário no mínimo dez mil horas de experiência para tornar-se uma artesã qualificada. (CASTRO; EGGERT; SENNETT. 2017, p. 64)

Como visto, o momento em que Hilda tirava para si e para seu aprendizado com sua vizinha, contudo, não foi bem visto por seu marido, uma vez que teve que se reafirmar e se impor para que o mesmo aceitasse esse cenário em que ela tirava um tempo, de todas as suas várias atividades, para se dedicar em adquirir um saber que seria só dela, ainda que fosse servir aos seus familiares.

Em relação as experiências e as questões que a permeiam, importa mencioar que quando posta em um olhar feminista evidencia "são do cotidiano ordinário, tecidas em conversas informais, nos espaços privados e do lar". (CASTRO; EGGERT; GEBARA. 2013, p. 105)

Portanto, ao partirmos de olhares de uma ideia de "pedagogia feminista", pode-se conjecturar que politizar a noção de mundo-privado a partir da potencialidade das experiencias, tal como pensa bell hooks, é uma maneira de se conhecer, em especial, determinadas/os sujeitas/os "oprimidos ou explorados", que lutam para serem reconhecidos à medida em que de diversas maneiras, denunciam as estruturas dominantes. Sendo que "as pedagogias críticas da libertação atendem a essas preocupações e necessariamente abraçam a experiência, as confissões e os testemunhos como modos de conhecimento válidos, como dimensões importantes e vitais de qualquer aprendizado". (HOOKS, 2013. p. 120)

De acordo com as argumentações de Joan Scott: "não são os indivíduos que têm experiências, mas os sujeitos são constituídos através da experiência". Em vista disso, é apresentado no texto, Notas sobre o trabalho de mulheres tecelãs: brasileiras no fio da invisibilidade, a ideia de "epistemologia ordinária", ou seja, os conhecimentos e saberes que, como já posto, são construídos no contexto da vida cotidiana. Eggert argumenta que a tecelagem manual, é nesse horizonte, um conhecimento marginalizado. (EGGERT, 2003)

Epistemologia, como expõe Patricia Hill Collins (2019), se caracteriza como sendo uma teoria do conhecimento. Suas compreensões giram em torno do porquê e como determinados conhecimentos são adquiridos e validados. Destacando que tais noções não são postas de uma maneira neutra, mas antes, atravessadas por diversos fatores, "a epistemologia atenta para a maneira com que as relações de poder estabelecem que é considerado confiável e o por que o é".

Ademais, a autora aponta para a necessidade de não somente reconhecer a existência de conhecimentos alternativas, mas questionar os signos dominantes que constroem o processo de validação e seus usos políticos, "as epistemologias alternativas desafiam todos os conhecimentos legitimados e introduzem questionamentos acerca da validade dos construtos que foram considerados verdades quando confrontados com formas alternativas de validação da verdade" (COLLINS, 2019. p. 166-167)

Em *Tramas em Vídeo: Processos de tessitura com o tear de pedal*, Hilda explicita que ao sair da roça para residir na cidade não

prossegue com suas atividades com a tecelagem, visto que não encontra algodão para fiar.

> Comecei a tecer, morava na fazenda e quando vim embora pra cá (na zona urbana), desmontei o tear pra trazer, não tinha mais algodão, não apanhava algodão, não podia ir pra roça, eu trabalhava, aí fiquei com o tear guardado. (Tramas em Vídeo, 2021, Ep. 2 Trecho 1:18 à 2:12)

Segundo Marcolina Garcia (1985) em sua pesquisa com tecedeiras e outras pessoas que plantavam algodão no Município de Hidrolândia - GO, uma frase se destaca durante as entrevistas, "acabô o algodão e povo largô de tecê". Afirmando que no município de Hidrolândia não havia naquele momento, cultivo considerável da planta. Indagando aquelas pessoas o porquê de não haver mais plantio de algodão, estes respondem que o algodão não se adapta a terrenos arados, terra sem mata, sem cerrado, "farta de roça de toco", "as mata em pé acabô". Concluindo que o contínuo aumento da mecanização para maior produtividade das lavouras, e a consequente e constante destruição do cerrado faz com que haja escassez de algodão. (GARCIA, 1985, p. 169)

A autora Miranda (2019) pontua que a partir das criações de tecelãs, à mão e à corpo, elas ajudam a sustentar o céu do cerrado ameaçando a cair, como situa Ailton Krenak[4], nesse caso,

4 Em Ideias para Adiar o Fim do Mundo, 2019, Ailton Krenak nos chama para reflexão sobre a destruição da natureza e a separação da nossa relação com a terra. Centrando em pensar como as sociedades com base em uma orientação capitalista que explora e expropria a partir da lógica de consumo, tem criado, o que ele chama de "zumbis". No entanto, ele tece algumas análises sobre narrativas que possam vir de contramão a esse trem, aparentemente, descarrilhado da civilização e modernidade. Evocando que "suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospec-

pelo avanço neoliberal, que com base na lógica de desenvolvimento e modernidade ocidental, vai passando por cima das terras, das águas, das gentes.

CONCLUSÃO

Nas discussões sobre a tecelagem artesanal é frequente o uso das noções de "esquecimento" e "preservação", como partes opostas que fazem parte da realidade do trabalho da tecelagem manual frente ao processo industrial no sistema capitalista. Ao longo do avanço da industrialização, as atividades de feitura de fios e confecção de tecidos tornam-se, como algumas literaturas sugerem, menos necessárias.

De outro modo, deslocar práticas culturais como a tecelagem manual para espaços de salvaguarda[5] como museus, são consideradas estratégias de perpetuação de práticas pensadas como em risco de esquecimento. Nesse sentido, a memória e os processos que levam a uma tentativa de rememoria são noções postas no eixo destas inquietações, entre o passado e presente, memória e esquecimento.

> Há uma preocupação política e cultural com a volta ao passado no sentido de se tentar preservar e guardar todos os elementos que possam de alguma forma influenciar o presente e o futuro, configurando o que Andreas Huyssen identificou, em uma alusão a Koselleck, como

tivo, mas um existencial"

5 Processos de salvaguarda, ou preservação, como situa Antônio Augusto Arantes, não são processos neutros, se identifica, julga e seleciona o que deve ou não ser preservado, por meio de determinados filtros, parâmetros e procedimentos, com vistas a salvaguardar institucionalmente.

> sendo o deslocamento dos chamados "futuros presentes", que marcaram as primeiras décadas da modernidade do século XX, para os "passados presentes", no qual o passado passou a ser muito mais valorizado. (MONTEIRO, 2014, p. 314)

Assim, criam-se estratégias de salvação ligadas a memória, história e patrimonialização (MONTEIRO, 2014) A criação de um evento como o Mutirão tem por intuito, de alguma forma, reconstituir um passado. Entendendo que um passado não pode ser recriado tal qual era, seus processos de construção visam o sentido, portanto, de uma representação que evoca o passado, memória e história.

Nossos esforços ao longo deste trabalho foi o de pensar a tecelagem para além de um saber em vias de "desaparecimento", mas problematizar como esse tipo de artesanato se origina dos esforços de mulheres, e por vezes, é um trabalho-arte invisibilizado, entretanto, espetacularizado. Abordando questões referentes a construções de ideais de "identidade feminina", que se estrutura com base na lógica essencializada, principalmente, se enfatizarmos na construção do imaginário social em relação às fiandeiras e tecedeiras. E como, por meio das noções "outras" de experiências, partindo de uma escuta e pedagogia feminista, pode-se pensar as história das mulheres e relações de genero através de linguagens audiovisuais. Compreendendo que tais discussões colaboram nas problematizações em relação à pluralização de sujeitas/os nos processos históricos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **VIOLAR MEMÓRIAS E GESTAR A HISTÓRIA. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 15, n. 1, 1994

ALMEIDA, J. R; MENESES, Sônia. (org.). **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. Letra e Voz, 2018. São Paulo: Letra e voz, 2018.

ARANTES, Antonio Augusto. **A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil**. Inovação cultural, patrimônio e educação. Recife: Massangana, 2011.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BARTRA, Eli. **Rumiando en torno a lo escrito sobre mujeres y arte popular**. La ventana. Revista de estudios de género, v. 3, n. 28, p. 7-23, 2008.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Amanda Motta. **Inventabilidade, tramas e fios: A formação de tecelãs mineiras**. Revista Temas em Educação, Paraíba, 2017. Disponível em: www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/32990.Acesso em: 6 maio de 2019.

CASTRO, Amanda Motta. **Notas sobre o trabalho de mulheres tecelãs: Brasileiras no fio da invisibilidade**. Revista de Educação Popular. 2013. Disponível em: http://doi.org/10.14393/REP-v12n12013-art09. Acesso em: 6 de maio de 2019.

CASTRO, Amanda Motta; DORNELLES, Andréa Teixeira. **A inevitabilidade pedagógica de mulheres na tecelagem manual**. Revista Feminismos, 2015. Disponível em: https://rigs.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29955. Acesso em: 7 de maio de 2019.

CASTRO, Amanda Motta; EGGERT, Edla Eggert. **O processo pedagógico invisível desenvolvido por mulheres: o ensinar e aprender da tecelagem manual nas Minas Gerais**. Revista Teias, v. 15, n. 37, p. 71-81, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Epistemologia feminista negra**. BERNARDINO-COSTA, J. MALDONADOTORRES, N.; GROSFOGUEL, N.(org.) Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

DAVIS, Angelas. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE AZEVEDO, Ana Carolina; DOS SANTOS LIMA, Raquel. **A participação das mulheres no espaço têxtil e sua contribuição nos aspectos econômicos de Caxias-MA**

DE BRITO, Lúcia Helena; DA SILVA, Francisco Antonio. **O legado da Cultura Popular como Folclore e a Ideia de Nação.**

DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia; MONTEIRO, Lívia Nascimento. **História das mulheres e história pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado**. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 14, n. 27, p. 206-230, 2020.

DO AMARAL, Leandro Ribeiro. P**atrimônio cultural e a garantia de direitos intelectuais indígenas: construção de sentido a partir da experiência Huni kuin**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio)–Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante. 2017

GARCIA, Marcolina Martins. **Tecelagem artesanal: estudo etnográfico em Hidrolândia-Goiás**. Universidade Federal de Goiás, 1981.

GARRIDO, Joan del Alcàzar. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. Tradução de Alberto Aggio**. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25, set. 92/ago., 1993, p. 33-54.

GRECCO, Fabiana Sanches. **Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da Teoria da Reprodução Social.** Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 23, n. 3, p. 70-102, 2017.

HOMENAGEM - **Mutirão das Fiandeiras e Tecedeiras**. Jataí: Museu Histórico de Jataí, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2jsOaXkLeWc. Acesso em: 20 jul. 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da Margem ao Centro**. São Paulo: Perspectivas, 2019. p. 147-161

JÚNIOR, Josias José Freire. **História pública e cultura histórica na produção audiovisual contemporânea, 2020**.

KRENAK, **Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MACHADO, Vilma. **Tramas no museu: estratégias de preservação, memória e identidade**. 2002. Especialização em museologia. UFG, Goiânia.

MONTEIRO, Fernanda. **Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder**. Acervo, v. 27, n. 1, p. 313-322, 2014.

OLIVEIRA. Carolina Oliveira; LEMES, Cláudia G. F. **Casas de Comércio em Jataí: início do século XX**. Boletim – Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos, ano 7, n. 1, 2005.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

PANFILI, G. 2012. **O vaivém do tear: Etnografia urdida no concelho de Abrantes** Dissertação (Mestrado em Antropologia), Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2012.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista de estudos históricos. v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe**s. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Arlethe Cezar dos. **Entre fios e tramas: mulheres e tecelagem na Chapada dos Veadeiros**. 2018. 51 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado)—Universidade de Brasília, Alto Paraíso de Goiás - GO, 2018.

SESC (SP). Sesc Pinheiros. **Glossário Colaborativo: Técnicas Têxteis Latino-americanas**. In: Glossário Colaborativo. 1. ed. SP: Sesc Pinheiros, 23 mar. 2021. Disponível em: https://issuu.com/sescsp/docs/issu_glossario_urdume_789. Acesso em: 1 set. 2021.

TRAMAS em vídeo: processos de tessitura com o tear de pedal. Financiado pela Lei Aldir Blanc. Jataí: Museu Histórico de Jataí, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EU-CMwY1aokg. Acesso em: 3 ago. 2021.

VEIGA, Ana Maria. **Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates**. Revista Tempo e Argumento, v. 12, n. 29, 2020.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS EM JATAÍ (1888-1932)

Marinete Mendes Pinheiro[6]

Este estudo tem por finalidade analisar e discutir o processo de educação da população negra em Jataí após a abolição da escravidão no Brasil. O recorte temporal escolhido para a pesquisa compreende os anos de 1888 a 1932, esse recorte está embasado na disponibilidade de fontes e em importantes contextos históricos que marcaram a pós-abolição no país. Com a abolição da escravidão em 1888, muitos ex-senhores pediram na justiça a tutela de menores, filhos/as de suas ex-escravas. Esses documentos constituem-se em importantes fontes de pesquisa que nos possibilitam discutir como a sociedade desse período estava concebendo a edu-

6 Graduada em Pedagogia pela UFG. Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela FACON.

cação dos negros nos anos que se seguiram a abolição. A década de 1930 é marcada por uma (re)significação das relações entre senhores e escravos, tecidas sob o manto da democracia racial. O principal expoente dessa vertente é o sociólogo Gilberto Freyre, que nessa década publica a obra Casa Grande & Senzala. Além disso, as imagens disponíveis para algumas de nossas análises compreendem as décadas de 1920 e 1930.

O interesse pela temática surgiu nas aulas de Núcleo Livre do Curso de História que discutia a diversidade étnica e cultural, abordando a história do negro no Brasil, ressaltando o processo de escravidão, as contribuições dessa população no crescimento da economia do país, as discriminações sofridas por esse grupo social durante a escravidão e no período que sucedeu a abolição, as lutas para tentar diminuir as desigualdades sociais que os deixavam à margem da sociedade, entre outros fatores. A partir dessas discussões surgiu o interesse em conhecer de forma mais sistemática o processo de educação do negro, assunto pouco problematizado na História da Educação no Brasil.

De acordo com Machado (2009), a educação dos negros não se deu somente em espaços escolares, muitos deles foram alfabetizados por pessoas comuns, em seus próprios domicílios ou por professores particulares. Inicialmente, alguns deles criaram suas próprias escolas, com apoio da população negra e de alguns jornais da imprensa, nesse período dava-se grande destaque à importância da educação na vida dos cidadãos. É importante analisar como esses sujeitos se organizaram, se articularam para se educar e educar os outros, a relevância das suas ações para aquela parcela da população,

para o seu fortalecimento diante da sociedade, na tentativa de amenizar as desigualdades sociais que os rodeavam.

Os negros conquistaram a liberdade após séculos de escravidão, mas sobreviver às novas transformações sociais e políticas da época era um desafio que lhes custariam muito. Ainda segundo Machado (2009), pesquisando sobre a temática em São Paulo:

> Tornava necessário se esforçar e se educar para superar as marcas e os estigmas do seu passado escravo ou dele descendente. A educação se fazia necessária em virtude das mudanças de modelo econômico e de transição do modo de produção agrícola para um modo de produção industrial e de serviços de uma metrópole em crescimento acelerado como São Paulo e com uma imensa necessidade de uma força de trabalho com maiores habilidades (MACHADO, 2009, p.81).

Segundo o autor, a população negra percebeu, no período que sucedeu a abolição da escravatura, que a alfabetização e a instrução configuravam-se como possibilidades de conseguirem um emprego, pois o cenário era de crescimento da industrialização mundial, e o Brasil queria acompanhar essa tendência mundial, passando de um grande produtor mundial de café à industrialização de produtos. A instrução dos negros estava presente nos discursos da elite e nas leis que afirmavam que a educação era um direito de todos, porém a realidade era muito diferente, o ensino público nesse período era privilégio dos brancos. Muitos eram os fatores que deixavam os negros cada vez mais distantes da escola, durante a escravidão só podiam estudar os negros libertos e que fossem capazes de provar sua liberdade. Muitos outros mecanismos foram criados para dificultar

ou até impedir o acesso e a permanência dos negros nas escolas, entre eles dificuldades financeiras para adquirir os materiais escolares, a merenda, as vestimentas adequadas, a necessidade de um adulto responsável para fazer a matricula da criança.

Segundo Barros (2005), além disso, ainda havia o preconceito e a discriminação por parte dos pais dos alunos brancos, que nem sempre admitiam essa proximidade de seus filhos com outros alunos negros. Por parte dos professores destaca-se a presença da violência simbólica, os alunos negros eram marginalizados e ignorados, eram deixados de lado e por esse motivo muitos não aprendiam. Muitos pais vendo que seus filhos não aprendiam tiravam os mesmos da escola.

Diante dessas afirmações e dos silêncios produzidos pela historiografia, entende-se que a história da educação dos negros deve ser melhor explorada na disciplina História da educação, presente em muitos cursos de graduação, insistindo na ideia de que essa parcela da população também faz parte da construção da sociedade brasileira. Contudo, essa divulgação da história da educação dos negros esbarra-se em alguns problemas, pois, as produções acadêmicas sobre a temática são insipientes ainda, caminham a passos lentos. Os incentivos por parte dos professores são poucos e a maioria das vezes quando existem pesquisas ou interessados no assunto, estes são negros ou afrodescendentes. Segundo Cruz (2005):

> Diante do quadro de carência de informações sobre a história da educação do afro-brasileiro em épocas mais remotas, e principalmente

> devido à sua omissão nos conteúdos oficias da disciplina História da Educação, torna se necessário e urgente o incentivo a pesquisas nessa área. A produção de conhecimentos e a introdução de temas e conteúdos sobre as trajetórias educacionais dos afro-brasileiros nos cursos de formação de professores podem contribuir com a formação de professores em condições de lidar solidariamente com a diversidade cultural do Brasil (CRUZ, 2005, p.30).

Partindo desse pressuposto se torna imprescindível a realização de pesquisas sobre a temática, no intuito das mesmas serem inseridas nos cursos de formação de professores, pois a diversidade étnica e cultural está presente nos espaços escolares, e no que se refere a educação dos negros o que pode ser observado é que pouco é discutido nesses espaços.

A partir das leituras sobre a História da Educação Brasileira e especificamente das observações feitas para Jataí, reconhece-se a importância de discutir aquilo que o historiador tem como principal tarefa, "a reconstrução daquilo/daqueles que foram esquecidos, ou tratados superficialmente," diante disso é que se apresenta a problemática desse estudo que procurou responder questões como: de que forma se deu o processo de educação dos negros em Jataí no período compreendido entre os anos de 1888 e 1932? Os negros estavam presentes nas escolas públicas? Havia um ensino diferenciado para esse grupo social? Foram criadas escolas específicas para atender esse grupo social?

Nesse sentido, essa pesquisa pode contribuir para reconstruir um passado que foi silenciado, esquecido, dar sentido a sujeitos históricos, a atores sociais, que não foram passivos na construção da história da cidade, nas transformações que nela ocorreram. Pretende se aqui romper com a camuflagem das experiências sociais dos negros na sociedade, demonstrando que eles foram e são homens e mulheres do seu tempo, capazes de atuar e modificar a sua realidade. Busca-se assim, identificar a presença ou a ausência dos negros na educação formal em Jataí no período proposto, além de tentar identificar se houve a criação de escolas específicas para os negros nesse período.

Utilizou-se para o desenvolvimento do trabalho a pesquisa documental, que visou explorar documentos presentes no cartório de família de Jataí. Para a análise desses documentos buscou-se identificar indícios da educação formal ou informal dos negros. Nessa perspectiva, foram analisados pedidos de tutela e fontes iconográficas, estas últimas presentes no arquivo do Museu Histórico de Jataí. Essa metodologia permite a crítica documental, na qual os documentos serão explorados em seus vários sentidos, serão feitos questionamentos do tipo: Para quem? por quê? para quê? quando? onde? para tentar esclarecer melhor os dados destes documentos.

Os pedidos de soldadas eram medidas que legalizavam a concessão de tutelas de menores desvalidos, desamparados, órfãos ou carentes, aos senhores. Quando o senhor demonstrava interesse por certo menor, ele procurava a justiça para pedir legalmente sua tutela, em troca deveria depositar certa quantia na caderneta de poupança em nome do menor. Os pedidos de soldadas regularizavam o

trabalho do menor, pois, o senhor que passava a zelar pelo menor, também passava a ter direito em explorar os seus serviços. Nesse contrato de soldada constava o nome do menor, de seus pais, do solicitante dos serviços, as formas de pagamento e onde seria depositado o pagamento. O senhor deveria garantir ao menor: mantimentos, moradia, vestimentas e educação.

As fontes iconográficas são as análises de fotos de uma maneira muito peculiar, no qual o historiador busca nos mínimos detalhes características que possam contribuir para a reconstrução histórica de um determinado contexto social, características estas que sem um olhar mais crítico, passariam despercebidas pelos visualizadores.

Além da pesquisa documental, também será realizada uma pesquisa bibliográfica com autores que discutem a temática, para facilitar a compreensão do assunto.

Utilizou-se como referencial teórico para as discussões da temática as contribuições de vários autores, dentre eles, alguns tiveram grande relevância: Mariléia dos Santos Cruz, Cynthia Greive Veiga, Cristiane Maria Ribeiro, Miriam Fábia Alves, Murilo Borges Silva, Marcus Vinícius Fonseca, tais contribuições foram fundamentais na construção de novos conhecimentos sobre a temática, sem o auxílio destas pesquisas seria inviável a escrita deste trabalho. Os autores tratam das questões da educação, infância, negros, dentre outros, no cenário brasileiro.

PRESENÇA OU AUSÊNCIA DOS NEGROS NA EDUCAÇÃO EM JATAÍ

No final do período imperial e nos anos iniciais do período republicano, a educação em Jataí começa a ser articulada e pensada por uma elite composta pelos fundadores da cidade e por alguns mestres-escolas que encontravam aqui respaldo para suas ideias. Inicialmente, poucas crianças negras foram encontradas nos espaços escolares recebendo uma educação elementar, o que contrariava um direito conquistado por lei, visto que grande parte destas crianças negras tinham sido tuteladas e a educação comumente estava prevista nos processos de pedidos de tutela.

De acordo com a Lei do Ventre Livre de 1871, todas as crianças nascidas a partir da promulgação da lei e que fossem filhos/as de mães escravas, estariam livres. Estas crianças permaneceriam junto com suas mães, na propriedade de seus senhores até completar oito anos de idade, a partir de então, caberia aos senhores decidirem se entregariam as crianças ao Estado em troca da quantia de 600$000 (seiscentos mil réis) por criança, maneira esta encontrada pelo estado para indenizar os senhores donos de escravos. Por outro lado, as crianças poderiam permanecer nas fazendas, tuteladas pelos senhores, neste caso, os senhores tinham direito de explorar seus serviços até que completassem vinte e um anos de idade, em troca se comprometia a garantir para o menor, alimentação, vestimentas, moradia e educação.

Para Fonseca (2000) no que diz respeito à educação dos ingênuos, o Governo Imperial demonstrava uma grande preocupação,

compreendia-se que a educação era uma maneira de inserção social daqueles sujeitos recém- libertos na sociedade. Para receber os menores livres foram criadas companhias e associações, que cuidariam e educariam as crianças abandonadas pelos senhores de escravos. Estes movimentos coletivos em prol da criação de instituições para receber os libertos foram bem aceitos e em alguns casos incentivados financeiramente pelo governo.

O próprio Ministério da Agricultura influenciava a criação de Asilos Agrícolas, pois havia experiências destas instituições em outros países. Estes asilos seriam uma ótima opção para a formação de mão de obra, já que o país precisava de braços para suprir as necessidades de produção. Cabe ressaltar que nestas instituições, a educação seria voltada para a formação para o trabalho, para o ensino de uma profissão, pois estes seriam os futuros trabalhadores do país. Além da formação para o trabalho, também se ensinava os valores morais e religiosos, e o ensino elementar de primeiras letras, é o que afirma Fonseca (2000):

> Dar-lhes hábitos de trabalhos e gosto pela agricultura, fonte primeira da riqueza do país, inculcando-lhes ao mesmo tempo os sólidos princípios da primeira educação, parece ser a tradução fiel do sentimento nacional (FONSECA apud ALMEIDA, 2000, p.114).

Ainda segundo Fonseca (2000), o Governo Imperial estava apreensivo quanto ao número de crianças que seriam entregues para a sua responsabilidade, para tanto deu incentivo financeiro para algumas instituições que receberiam crianças recém-libertas, órfãos

e desamparadas, estas instituições eram as colônias orfanológicas e os asilos agrícolas. Além disso, havia também a preocupação com as indenizações que deveriam ser pagas aos senhores de escravos, especulava-se que estas poderiam ser um grande problema aos cofres públicos. O autor ressalta que:

> O número de crianças que se encontravam nas condições de liberdade definidas pela Lei 2040 justificava essa preocupação. Segundo estimativa do Ministro da Agricultura Cansação Sinimbu, em 1878 o país teria quase 200.000 crianças nascidas livres de mães escravas (FONSECA, 2000, p.108).

Muitas seriam as crianças beneficiadas pela lei de 1871 não fossem as manobras realizadas pelos senhores para permanecer explorando as crianças. O Governo Imperial previa que só no primeiro ano de consolidação da lei, em 1879, quatro mil crianças seriam entregues aos cuidados do estado, no entanto isso não aconteceu, é provável que poucas crianças tenham deixada as senzalas em razão dessa legislação. Ainda segundo Fonseca (2000):

> Todos os debates, propostas e iniciativas que de 1871 a 1879 estiveram no horizonte de preocupações do governo do Império e demais setores envolvidos com a abolição da escravidão foram atropelados pela lógica da lei que libertou as crianças nascidas de mães escravas e, no mesmo momento, ou no mesmo ato legal, devolveu-as à escravidão. Os números oferecidos pelo relatório de 1885 são uma prova incontestável

> deste fato: havia no Brasil, neste ano, 403.827 crianças nascidas livres de mulheres escravas e, dessas, apenas 113 foram entregues ao Estado em troca da indenização de 600$000 (FONSECA, 2000, p. 111).

Na prática a liberdade das crianças não saiu do papel, foram raros os casos de crianças entregues ao governo. Os senhores perceberam que a indenização oferecida pelo Estado, era uma quantia insignificante se comparada aos lucros que estes menores poderiam lhes oferecer durante os anos que antecederiam a sua maioridade.

A Lei do Ventre Livre que foi criada para beneficiar as crianças nascidas de mulheres escravas a partir de 1871 acabou se tornando mais uma manobra dos senhores de escravos, pois estes se fundamentavam na própria lei 2040 para continuar explorando as crianças. Fonseca (2000) ressalta que:

> O verdadeiro desamparo das crianças que nasceram livres de mães escravas encontrava-se na própria Lei do Ventre Livre, que permitiu a manutenção da sua condição de escravas e deixou que os senhores se servissem dos seus trabalhos até os 21 anos, como de fato aconteceu em todas as regiões do império (...) (FONSECA, 2000, p.115).

Segundo o autor, com a abolição da escravidão em 1888, a situação dos ingênuos se mistura com a situação das crianças desamparadas, pois os ingênuos passam a ser tratados como órfãos, e na

tentativa de suprir a necessidade de mão de obra, cresce a busca dos fazendeiros por tutelas de crianças desvalidas e desamparadas. Essa foi uma maneira lucrativa que os senhores encontraram para repor os braços para o trabalho, que haviam se esgotado com a abolição. Em troca de muito pouco se garantia anos de trabalho que seria realizado por menores. Vale ressaltar que a lei de 1888 que abolia a escravidão deixou algumas lacunas, pois, por meio de medidas legais as crianças ainda continuavam sendo exploradas do mesmo modo que antes, pelos mesmos senhores de escravos, contudo, essa exploração se dava nesse contexto travestida de benevolência e estava alicerçada nas tutelas de ingênuos.

Essas observações podem ser tecidas ao analisarmos alguns documentos cartoriais datados nos anos de 1888 e 1889 em Jataí. Estes documentos são processos de pedidos de tutela de crianças negras depois da abolição da escravidão. Ao analisar os dados destes documentos é possível perceber que a educação era uma das obrigações dos tutores para com seus tutelados, dentre outras coisas.

> Diz Modesto Justino Duarte residente neste termo que desejando assinar a tutela do ingênuo Joaquim filho natural de Maria ex-escrava de Dona Maria Theodora de Sousa, cujo ingênuo tem atualmente de oito á nove anos de idade, oferecendo a soldada de vinte e cinco mil réis anuais, até que o dito menor tenha quatorze anos de idade, e daí até sua emancipação a soldada de cinquenta mil réis anuais, sujeitando-se mais a dar alimentação, vestuários, tratamento em caso de moléstias, bem como a educação compatível com as forças e meios do supp. e a fazer inscrição de hipoteca legal para

> garantia das cláusulas da tutela que ora requer. Pede a Vs. que ouvindo o curador geral dos órfãos e não opondo-se ele, manda pelo escrivão de seu cargo, lavrar o termo respectivo (Carta de Liberdade, 1889).

Observa-se o interesse por parte dos senhores em tutelar crianças bem pequenas, estes ingênuos eram inseridos no mundo do trabalho deste muito cedo. Além disso, outro dado apresentado no documento é o fato de que quando o menor vai crescendo o seu valor financeiro vai aumentando, à medida que vão se passando os anos, o valor da soldada é aumentado. Neto (2011) realizando análise de um processo de pedido de soldadas em Vassouras, no ano de 1895, também constata que o valor das soldadas é aumentado à medida que o menor cresce:

> Em 1895, contrato de soldada foi renovado por mais três anos. Tertuliano estava com 11 anos de idade. O valor do seu trabalho aumentou passando de quatro mil réis, para seis mil réis. Os documentos sobre esse aumento do valor e do prazo são lavrados no cartório ocupando longas páginas com a formalização do processo (NETO, 2011, p.12).

Quando o menor Tertuliano foi tomado por soldadas, ele tinha apenas oito anos de idade, o valor recebido por ele era de quatro mil réis, quando ele tinha onze anos esse valor subiu para seis mil réis, provavelmente, essa era uma prática recorrente nos pedidos de soldadas.

No tocante a educação, o tutor oferecerá uma "educação compatível com as forças e meios do supp.", entretanto, o documento é vago ao descrever o tipo de educação que seria dada aos ingênuos tutelados. Ao relacionar educação com forças, somos levados a pensar que, possivelmente não seria uma educação escolar, seria talvez um ensino de um ofício, pois também se refere aos meios disponíveis, pois como normalmente acontecia, as crianças negras eram educadas no e para o trabalho.

Cabe ressaltar que, alguns autores utilizam o termo "adestramento" para se referirem a forma como as crianças escravas eram educadas. Este adestramento se dava tanto pela forma como as crianças eram inseridas no mundo do trabalho desde muito pequenas, quanto pelos constantes constrangimentos a que eram submetidas essas crianças. Nas palavras de Góes e Florentino (2010, p.185) "O adestramento da criança também se fazia pelo suplício. Não o espetaculoso, das punições exemplares (reservadas aos pais), mas o suplício do dia a dia, feito de pequenas humilhações e grandes agravos".

A criança escrava não nascia escrava, ela aprendia a ser escrava, esse aprendizado se dava pelo convívio social. A convivência com outros escravos e a proximidade com os brancos, mostravam para as crianças negras qual era o lugar que elas deveriam ocupar naquela sociedade escravista. As crianças eram educadas pela prática social, a cargo delas ficavam pequenas tarefas que iam se intensificando a medida que cresciam. Esse processo era acompanhado por muitas humilhações e bofetadas. Mesmo com a abolição da escravidão, muitas crianças ainda continuavam na mesma situação de exploração, o que mudou foi apenas as formas de conceder essa situação.

Em outro pedido de soldada analisado pode-se perceber as estratégias usadas pelo requerente para tentar convencer o Juiz de órfãos de que suas intenções eram as melhores:

> Diz José Manuel Vilela Junior que se achando em sua companhia os menores filhos da ex-escrava Sabina, a saber, Generozo, Isabel e João, assim como Henrique também menor filho da ex-escrava Efigênia, e como seje todos menores de 12 anos, tendo abrigo somente a parte materna, pessoa inculta, que nem uma educação lhes poderão fazer, que por isso supp. amor e caridade aos tutelados e promete guiar-lhes na melhor moral a seu clamor. Pedi que assim concedendo, mandou-se lavrar o competente termo e tomar seu juramento nestes termos (Carta de Liberdade, 1888).

O senhor José Manuel Vilela Junior, declara que as crianças são órfãs de pais e que as mães dos menores não têm condições de oferecer-lhes nenhum tipo de educação, pois são pessoas "inculta", segundo o documento a tutela é feita em nome do "amor e caridade" que o tutor tem por estes menores, segundo o mesmo ele saberá fazer isso melhor que as próprias mães. Por traz desta suposta generosidade deste cidadão, podemos inferir que há um interesse em conseguir braços para o trabalho em suas propriedades ou mesmo em sua residência, uma maneira de dar continuidade as formas de trabalho estabelecidas até então.

Dando continuidade a este processo, o Juiz de órfãos após quase dois anos da concessão da tutela, pede que o se-

nhor José Manuel Vilela Junior preste contas das suas obrigações para com os seus tutelados:

> Auto de contas
>
> E logo no mesmo dia, mês e ano e lugar e debaixo do juramento prestado pelo dito tutor foram prestados as contas pela maneira seguinte: declarou que seu tutelado Generozo, tem atualmente a idade de quinze anos, goza boa saúde e tem recebido educação somente agrícola e pastoril, não tendo lhe dado ensino letrado por motivo de ser difícil à ele, tutor, arranjar um mestre-escola que fique em sua fazenda. Declara que sua tutelada Isabel tem doze anos de idade e goza boa saúde, é bem assim que o tutelado João tem nove anos de idade. Declara também que responsabiliza-se a pagar a soldada, aos dois primeiros órfãos visto terem atingido a idade legal, conforme o termo de responsabilidade que assina no termo digo bem competente. Por esta maneira foram tomadas as dadas contas dos referidos órfãos. Declarou também, que seu tutelado Henrique tem nove anos de idade e goza boa saúde. Para constar o Juiz mandou lavrar o presente auto no que se assina com o tutor (Carta de Liberdade, 1891).

Pelo que consta no documento, o tipo de educação ofertado as crianças negras nem sempre era uma educação escolar, caracterizada por um ensino elementar, em muitos casos a essas crianças era oferecido o ensino de um ofício, para aprender a trabalhar, ou melhor, uma educação voltada para o trabalho. A desculpa usada pelo senhor José Manuel talvez pudesse ser o argumento de muitos

tutores, as dificuldades de se manter um professor em suas fazendas, no entanto, ao firmarem o contrato e afirmarem que garantiriam aos tutelados educação, estes já intencionavam levar estas crianças para a lida na roça, logo, assumiam um compromisso que certamente não cumpririam, ou que se valorizavam mais a educação para o trabalho do que a educação escolar formal.

Fonseca (2002) afirma que havia uma distinção entre o criar e o educar em relação aos negros na pós-abolição:

> [...] quanto à cisão que a lei estabeleceu em relação à criação e educação: devem ser educadas as crianças que, ao saírem das mãos dos senhores, passarem pelos juízes de órfãos e forem entregues a associações ou articulares; às que fossem retidas na posse dos senhores para serem exploradas até os vinte e um anos não se aplicava a instrução elementar, ou a educação; como definiram os membros do parlamento, deveriam ser somente criadas (FONSECA, 2002, p. 54).

Segundo o autor, somente receberia uma educação elementar as crianças que fossem entregues ao Estado, as que fossem continuar em companhia dos senhores apenas seriam criadas. Isso porque, não havia por parte da lei uma exigência referente à garantia de educação elementar para os menores tutelados, essa foi apenas uma interpretação que a sociedade fez com relação aos pedidos de tutelas. Em Jataí, essa tese se confirma, ou pelo menos em parte, pois encontramos pouquíssimas crianças negras frequentando as escolas nos primeiros anos da pós-abolição.

Porém, se compararmos com outros lugares do Brasil essa afirmação não se aplica, como afirma Barros (2005, p.80) "A partir desses exemplos vistos para a cidade de São Paulo, pudemos perceber que, em alguns casos, mesmo as crianças mantidas em poder dos senhores de suas mães podiam ser encontradas em escolas públicas." A autora constatou em seus estudos, a presença de crianças negras nas escolas públicas por meio de listas de matriculas, antes mesmo da Lei do Ventre Livre assim como no pós- abolição.

Sobre como as crianças eram ensinadas a trabalhar, Gondra e Schueler (2008, p.225) afirmam que, "Para o ingresso no mundo do trabalho, as crianças escravas normalmente eram ensinadas pelos mais velhos, escravos e escravas, ou por pessoas livres, empregados e feitores de seus senhores. Poderiam ser também enviadas a aprender um ofício junto a um mestre em lojas e oficina".

Os Juízes de órfãos frequentemente exigiam que os tutores prestassem contas à justiça sobre o cumprimento das responsabilidades com os menores, para os que não estivessem cumprindo as obrigações era estipulado um prazo para se adequar. Entretanto, nem sempre eram cumpridos todos os compromissos firmados com a lei, e normalmente este descumprimento estava relacionado ao fato dos tutores não garantirem educação aos menores. Para tentar justificar as ausências presentes nas prestações de contas, os tutores relatavam as dificuldades enfrentadas e destacavam o bom estado em que se encontrava o menor, uma forma de tentar amenizar as ausências de um ensino escolar.

Além do uso dos pedidos de tutela como fonte de pesquisa, também serão analisadas algumas fotografias do período na tentativa

de perceber a presença ou a ausência de crianças negras no ensino público elementar.



Foto 0062 - Fonte: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos – 1921 - Colégio Novaes.

O desafio em analisar as referidas imagens está em historicizar a experiência de escolarização destes sujeitos históricos que ocupam lugares na fotografia da turma do professor Novaes, na cidade de Jataí, no início do século XX. A imagem retrata o contexto social vivido por aqueles meninos e meninas, que estão posicionados e vestidos como manda a ocasião, de modo a deixar registrado o momento e a maneira como viviam naquela sociedade.

A imagem refere-se a um grupo de alunos de uma turma mista, certamente primária, dadas as condições em que se encontrava o ensino público elementar no país em meados do século XX,-

visto que normalmente nas cidades do interior só existiam escolas primárias. Todas as crianças estão bem vestidas, bem calçadas e bem penteadas. O grupo de alunos está acompanhado do professor Novaes, sua esposa Ana Bueno e duas senhoras pertencentes a família.

Uma criança se destaca em meio às demais, por dois motivos em especial: por ser uma criança negra e por estar trajando uma espécie de uniforme militar, acompanhado de uma corneta pendurada ao corpo. Todas as outras crianças seguem um padrão de vestimentas: os meninos usam terno e gravata e estão bem penteados, exceto três meninos que se situam no fundo da imagem, eles estão vestidos de forma parecida com o menino negro, uma roupa um pouco mais escura que a dos demais, uma espécie de farda, o que pode servir como algum marcador social. Já as meninas, estão todas de vestido, calçadas de sapatinhos e com laços enfeitando os cabelos.

Por meio da leitura da obra de França (1998), foi possível obter algumas informações sobre o menino negro que aparece na imagem, essa fotografia está presente em sua obra, e o autor se refere a ela da seguinte forma:

> "1921 – Na primeira fila, da esquerda para a direita: Francisca Amorim (filha de José Eduardo); Lourdes Parassu; Neném de dona Ritinha Cassiano (Alta); professor Novaes; sra. Ana Bueno Novaes; o garoto Alcides, filho de Quintiliano Cruzeiro; sra. Rosalina Bueno Pedreiro; sra. Maria Machado, irmã de Rosalina. Na segunda fila: Rita, filha de criação de dona Ritinha Cassiano; Maria do Carmo Vilela, filha

> de Belarmino Vilela; Luzia Messias Ferreira, filha de Mel. Messias Ferreira; Cecília, filha de Quintiliano Cruzeiro; Sebastiana Bueno (Sebastianinha). Na terceira fila: Epaminondas Campos; José de Barros Melo (Zenego); Luís Carvalho; Anaor Ferreira; Demófilo Carvalho (Filu); filho de Zeca Lopes de Carvalho; Leontino de Assis; Lauriston Vilela; Silvestre de Carvalho; Jerônimo Cândido de Carvalho; Manuel da Rosária (o corneteiro). Na quarta fila: Serafim de Carvalho; João Honório de Campos; João Manuel de Carvalho; José Carlos do Prado; Antônio Tosta Carvalho; Jerônimo Augusto Ferreira (Neném); José Parassu Carvalho; Alceu Ferreira; Sidney Ferreira" (FRANÇA, 1998, p.271).

Pela descrição que o autor faz, é possível estabelecer algumas constatações, pois, mesmo sem visualizar a fotografia, quando o mesmo descreve "Manuel da Rosária (o corneteiro)", se trata de alguém diferente dos demais, por que o autor utiliza-se do nome completo das demais crianças para identificá-las, em alguns casos cita até mesmo o nome dos pais.

Quando o autor se refere ao corneteiro, ele não revela o sobrenome do mesmo e nem o de sua mãe, acrescentando ainda a ocupação do menino naquele lugar. Ressalta-se que em nenhum momento da descrição, outra pessoa a não ser o próprio professor tem sua ocupação descrita. Existem algumas hipóteses que podem explicar a situação de Manuel, dentre elas: o menino negro não era aluno da escola, ele só desempenhava a função de corneteiro, ele recebia uma educação diferente da oferecida naquele local, à ele, ao

invés de um ensino letrado, era oferecido um ensino de um ofício, a aprendizagem do uso de um instrumento musical. Entretanto, o menino poderia desempenhar a função de corneteiro em um período, que talvez pudesse ser uma vertente de educação militar, algo comum no início do século XX, e no outro período recebesse um ensino elementar.

A forma como França (1998) se dirige ao menino era comum naquela época, fazendo uma comparação com os pedidos de soldadas, vê-se que também nestes documentos não eram acrescentados sobrenomes aos filhos de ex-escravas e nem à ex-escravas, era como se estes sujeitos só tivessem o primeiro nome. Apesar de ser comum, essa era uma das muitas maneiras de demonstrar como o preconceito e a discriminação social e racial se fazia forte naquela sociedade pós-abolicionista, os negros deixaram de ser escravos, mas carregavam consigo a marca da escravidão, pois, a cor da pele por muito tempo ainda seria o fator principal da hierarquia social.



Foto 0691. Fonte: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos – Grupo de alunos, à direita Professor Nestório Ribeiro, e à esquerda sua esposa Maria de Lurdes França Ribeiro, Colégio Novaes, na década de 1920.

Nesta fotografia temos representado um grupo de alunos, seguidos do professor Nestório Ribeiro e sua esposa, Maria de Lurdes França Ribeiro. As crianças têm idades variadas, e parecem ser de uma classe social humilde, isso pode ser percebido pelos trajes que estão usando, inclusive alguns dos meninos que estão na frente, estão descalços.

Apesar de a ocasião exigir dos alunos que estivessem todos bem vestidos, arrumados e alinhados, na imagem eles se mostram descontraídos, tanto por suas vestimentas, quanto pelos lugares que ocupam. Parece não haver por parte do professor ou do fotógrafo, uma determinação de onde cada criança deve ficar, e como deve ficar, pois, há crianças pequenas misturadas com as grandes, e além de tudo, elas não fazem poses iguais, cada uma está á seu modo.

A pobreza assolava a maior parte do povo goiano, manter um filho na escola era algo muito difícil e caro, pois, como afirma Muniz e Sant'Anna (2010):

> Acrescente-se, ainda, as despesas com aquisições de material escolar, alimentos, remédios, roupas e calçados, produtos cujo consumo restringia- se praticamente àqueles estratos da sociedade goiana do século XIX (MUNIZ e SANT'ANNA, 2010, p. 85).

Mesmo a instituição de ensino sendo pública, se tornava muito caro manter os filhos na mesma, por que os pais tinham que lhes garantir condições mínimas para irem à escola.

Certamente os alunos que aparecem na fotografia são de famílias pobres, pois fazem uso de vestimentas simples e alguns estão sem sapatos. Os meninos que aparecem na fotografia sem sapatos, talvez não se sentissem constrangidos, pois, a pobreza era algo comum em algumas regiões em Goiás, nesse caso andar descalço pelas ruas era tido como normal.

O trabalho com análise de fotografias em preto e branco não é uma tarefa fácil, pois, nem sempre é possível identificar com clareza a cor dos sujeitos. No entanto, ao fundo da imagem estão duas meninas negras em pé, talvez elas fossem colocadas atrás por motivo estratégico, pela cor de suas peles, ou por que a turma está dividida em três fileiras, ao fundo as meninas, no meio os meninos e na frente os menores, meninos e meninas. Entretanto, ao que parece a disposição dos alunos/as para a fotografia não foi realizada pela altura, por que na segunda fila é possível perceber a presença de um menino que talvez seja mais alto que as duas meninas, e mesmo assim ele está sentado na frente, o menino está vestido com um terno e gravata.

Cabe ressaltar, assim como Barros (2005), a possibilidade de encontrar vestígios de crianças negras frequentando espaços escolares em São Paulo, em Jataí eles também são encontrados, mesmo sendo raro, havia alguns negros presentes nas turmas escolares da cidade, era um percentual muito baixo, visto que era grande o número de negros que circulavam pela sociedade jataiense.

Como afirmado anteriormente, muitas crianças negras foram tuteladas pelos fazendeiros da região, estes senhores afirmam em seus discursos que iriam oferecer educação aos menores, mas

contraditoriamente, essas crianças negras não são encontradas nas turmas escolares da cidade, pois, ao invés de estarem ocupando os bancos das escolas, elas estavam servindo de mão de obra nos mais diversificados setores da sociedade, inclusive na própria escola, como é o caso do menino Manuel (o corneteiro).



Foto 0418. Fonte: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos – Turma de estudantes na porta do Liceu de Jataí, casa na Rua José Manoel Vilela esquina com a Rua Miranda de Carvalho, por volta de 1932.

Nesta fotografia também vemos uma turma mista de alunos, acompanhada por uma mulher que supostamente seria a professora e outros dois homens. Todas as crianças estão uniformizadas, tanto meninos, quanto meninas. Todos encaram o fotógrafo com muita seriedade e fazendo poses, as crianças menores estão sentadas na fren-

te, com braços e pernas cruzadas, os maiores se situam atrás e em pé.

Não por acaso, a professora se coloca no centro da fotografia, representando a sua autoridade, ela está rodeada pelos alunos e acompanhada por dois homens que poderiam ser seus auxiliares, dado o tamanho da turma. A turma é composta por 35 meninas e 23 meninos, que estão ordenadamente separados por idade e sexo, os mais novos na frente e os mais velhos atrás, as meninas do lado esquerdo e os meninos do lado direito, ainda do lado direito estão algumas meninas, visto que elas são maioria na fotografia.

Pela disposição dos alunos na imagem, supõe-se que também na sala de aula havia uma separação de corpos, ou melhor, de sexos. Os meninos sentavam-se de um lado e as meninas de outro, visto que as questões de gênero eram uma das características da instrução pública elementar do final do século XIX e início do século XX, como afirma Muniz e Sant'Anna (2010):

> A distribuição dos meninos e meninas no espaço da fotografia nos remete à das salas de aula das escolas goianas do final do século XIX, que já comportavam a co-educação dos sexos; ou seja, a experiência de escolarização compartilhada por meninas e meninos em uma mesma classe/escola, mas separados entre si por eternos "dois lados, corredor no meio, professora em frente", (MUNIZ e SANT'ANNA, 2010, p. 89).

Uma das grandes preocupações de pais e professores da época, era o distanciamento entre meninas e meninos, apesar de

permanecerem em um mesmo ambiente, esses alunos não poderiam manter contato entre si, para isso havia uma vigilância sempre atenta por professores e seus auxiliares.

Buscando a presença dos negros na educação em Jataí, analisamos esta fotografia na tentativa de encontrar estes sujeitos no contexto escolar da sociedade jataiense, no entanto, não obtivemos êxito. Não aparece nenhuma criança negra nesta imagem, o que nos revela algo interessante, visto que havia um grande número de negros na sociedade, entretanto estes negros não estavam nas escolas.

Contudo, é evidente que poucos negros participaram ativamente do processo de escolarização em Jataí, dadas as condições de pobreza, desigualdade social e racial que a maior parte destes sujeitos continuava submetidos. A condição de libertos não garantia equidade aos mesmos, pois, as possibilidades e oportunidades não eram as mesmas, os escravos foram postos em liberdade, mas não foram assistidos em suas necessidades de educação, moradia, alimentação, dentre outros, foram jogados no seio da sociedade sem nenhum amparo por parte do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de educação no Brasil até o final do século XIX se deu de maneira desorganizada e desarticulada. Por parte do governo havia uma preocupação quantitativa, enquanto que a qualidade do ensino era uma preocupação secundária. Enfatizava-se muito a questão dos espaços escolares, dos mobiliários, da preparação física

dos alunos e alunas, deixando de lado o real sentido da educação, que é a aprendizagem dos alunos.

Grande parte dos professores que lecionavam nas escolas não tinha formação adequada para exercer o magistério. A violência se fazia presente no cotidiano escolar, os castigos e punições eram constantes.

Nesse mesmo período, final do século XIX e início do século XX, principalmente na pós-abolição, o governo começa articular as reformas educacionais, implantando novas disciplinas e hábitos educacionais. A educação passa a ter um caráter civilizatório e doutrinador, o governo entendia que só por meio da educação seria possível controlar as classes mais pobres, dentre eles os recém-libertos, visto que esta classe representava uma ameaça a organização da nação brasileira que ora se propunha. Ressalta-se ainda que por meio da educação pretendia-se inculcar nestes sujeitos o amor ao trabalho.

Entretanto, o acesso e a permanência dos negros nas escolas públicas foram dificultados e muitas vezes até impedido, por várias formas de exclusão, preconceito e discriminação social e racial, vindas da elite branca, uma vez que para essa camada da população, o acesso ao conhecimento poderia levar a uma aproximação entre brancos e negros, situação indesejada por grande parte da elite racista brasileira.

Por este motivo, em alguns lugares do Brasil os negros criaram suas próprias escolas ou se educavam em espaços não escolares, pois, muitos destes sujeitos entendiam a educação como uma forma de ascensão social e por meio dela garantiriam sua mobilidade social.

Os reflexos de um ensino desorganizado e desarticulado que se faziam evidentes no Brasil do final do século XIX, também se mostravam presentes no cenário educacional goiano. A consolidação do ensino em Goiás se deu em meio a uma série de fatores que dificultavam o seu desenvolvimento.

Grande parte do povo goiano vivia em situação de extrema pobreza, com isso, havia muitas crianças desvalidas, órfãos e abandonadas, caracterizando uma infância sem muitas expectativas de vida. Além disso, essa infância desvalida era acometida pela exploração do trabalho infantil, que na época era visto com naturalidade, uma vez que não existiam leis que proibiam tais práticas. Essa situação afastava as crianças da escola, dentre outros motivos, a falta de assiduidade dos alunos é apontada como uma das causas do fracasso educacional em Goiás.

O ensino oferecido era precário, pois não havia investimentos suficientes, faltava material didático, prédios apropriados, os professores eram mal remunerados e trabalhavam em péssimas condições. A população exigia do governo melhorias no ensino e tentando atender estas exigências, o governo elaborou uma série de medidas para tentar reverter o quadro educacional, porém, muitas destas medidas não saíram do papel.

A má qualidade do ensino também se dava pela falta de formação dos professores, falta de investimentos financeiros, a diferenciação no ensino, que destinava uma educação mais intelectual para os meninos, e doméstica para as meninas, acrescenta-se ainda o fato de que o objetivo da educação era a moralização e a civilidade das pessoas.

Voltando nossos olhares para Jataí, é possível perceber que os desbravadores da região sempre se preocuparam em garantir educação aos seus filhos, desde que chegaram por aqui trataram de manter em suas fazendas mestres-escolas para alfabetizar seus filhos. Também se constatou a presença dos negros na sociedade jataiense desde a povoação das terras, nesse sentido, o trabalho escravo contribuiu para a construção de Jataí.

Em meados do século XX os negros já não eram impedidos de frequentar as escolas, no entanto, estes sujeitos dificilmente frequentaram a escola nesse período, o que contraria a lei que garantia o direito à educação aos menores tutelados. Entretanto existe uma lacuna com relação a essa educação descrita nos pedidos de tutela, pois não foi especificado que tipo educação seria ofertado aos tutelados, se era uma educação escolar ou não. Fonseca (2002) afirma que só foram educados com um ensino elementar, as crianças que foram entregues ao estado, as que permaneceram sob a tutela dos senhores, só foram criadas. O tipo de educação ensinado a grande maioria das crianças tuteladas era uma educação profissional, que lhes trariam a base de sua sustentação quando se tornassem maiores de idade e deixassem a companhia dos senhores.

Pela análise dos pedidos de tutelas é possível perceber que os senhores se comprometiam a garantir educação às crianças tuteladas, porém quando são chamados a prestar contas de suas obrigações para com os menores, eles alegam uma série de dificuldades para atingir tais fins, mas se justificam dizendo que estão lhes ensinando um ofício.

Nas fotografias das turmas escolares do inicio do século XX, há uma ou outra criança negra junto com os demais alunos, o que nos leva a questionar: onde estavam estas crianças que não estavam nas escolas? Possivelmente, estas crianças estavam trabalhando ao invés de estarem nas escolas, talvez a educação para o trabalho ou o próprio trabalho em si, fossem considerados mais importantes que o ensino elementar, uma vez que o trabalho infantil não era tratado com estranhamento pela sociedade.

Poucos foram os registros encontrados dos negros nas escolas, visto que ainda existem poucos estudos sobre a temática na cidade de Jataí, são poucas as fontes de pesquisas encontradas, pois há uma desorganização destas fontes, as políticas públicas de preservação de fontes são insuficientes por falta de investimentos financeiros, uma vez que não gera retorno e nem lucro aos cofres públicos.

Há um silêncio sobre a educação dos negros em Jataí, mas no geral há poucos registros sobre a educação, um reflexo que demonstra como caminhava lentamente a educação em Goiás, também em Jataí, este processo de consolidação do ensino público ocorreu vagarosamente e com muitas deficiências, principalmente no que se refere a presença dos negros na educação.

Diante do exposto, percebe-se que em muitos casos os negros não foram educados em espaços escolares, eles foram educados pelas vivências e convivências com outros escravos e com mestres que lhes ensinavam ofícios. Nesse sentido, Jataí se diferencia de muitos outros lugares assim como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde os negros participaram ativamente do processo de educação. Em alguns destes lugares, estes grupos sociais até criaram suas

próprias escolas, o que não se aplica a Jataí, pois não encontramos vestígios de ações deste tipo na região.

Este estudo é resultado de pesquisa em poucos arquivos, que em um outro momento poderá ser ampliada, nesse sentido, consideramo-la ainda em construção. Reconhecemos, portanto, a necessidade de pesquisa em outras fontes para dar sequência as análises, visto que ainda podem ser levantadas muitas outras questões referentes à temática, que busquem esclarecer outras perspectivas relacionadas à educação dos negros na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. In: ROMÃO, Jeruse (org). História da educação dos negros e outras histórias. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. "Negrinhos que por ahi andão": a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). Mestrado em Educação. FEUSP. 2005.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org). História da educação dos negros e outras histórias. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

FONSECA, Marcus Vinicius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. Educação em revista, Belo Horizonte, n. especial, set/2000.

FONSECA, Marcus Vinícius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FRANÇA, Basileu Toledo. Velhas escolas. Goiânia: Editora da UFG, 1998

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: História das crianças no Brasil. Mary Del Priore (org.). 7. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no império brasileiro. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. População negra e escolarização na cidade São Paulo nas décadas de 1920 e 1930. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SANT'ANNA, Thiago Fernando. Meninas pra lá, meninos pra cá: a experiência de escolarização na província de Goiás. Revista Caderno Espaço Feminino. vol. 23 n.1/2, 2010.

NETO, Alexandre Ribeiro. O fio do novelo: o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras de 1889 à 1930. Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, Julho 2011.

FONTES

I – Cartório de 1º Ofício de Notas de Jataí

Livros de Notas nº. 01, 02, 03, 04, 05 e 06 (Escrituras de compra e venda de escravos, cartas de liberdade, procurações), 1888 – 1891.

II – Museu Histórico de Jataí.

Foto 0062 - Fonte: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos – 1921 - Colégio Novaes.

Foto 0691. Fonte: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos – Grupo de alunos, à direita Professor Nestório Ribeiro, e à esquerda sua esposa Maria de Lurdes França Ribeiro, Colégio Novaes, na década de 1920.

Foto 0418. Fonte: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos – Turma de estudantes na porta do Liceu de Jataí, casa na Rua José Manoel Vilela esquina com a Rua Miranda de Carvalho, por volta de 1932.



www.editoraintuito.com.br